

Paulo Roberto de Almeida
(organizador)



José Guilherme Merquior
um intelectual brasileiro

Brasília
Diplomatizzando
2021

***José Guilherme Merquior
um intelectual brasileiro***

Paulo Roberto de Almeida
Doutor em ciências sociais.
Mestre em economia internacional.
Diplomata.

***José Guilherme Merquior
um intelectual brasileiro***

**Brasília
Diplomatizzando
2021**

Copyright © José Guilherme Merquior, ABL; José Mário Pereira, Olavo de Carvalho, Paulo Roberto de Almeida.

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
SIB – Sistema de Bibliotecas

Almeida, Paulo Roberto de (organizador); José Guilherme Merquior:
um intelectual brasileiro — Brasília: Diplomattizando, 2021.
322 p.

1. Pensamento brasileiro. 2. Inteligência brasileira. 3. Política
brasileira. 4. Filosofia. 5. Ciências sociais. 6. Humanidades. 7. Título

CDU:

Informação sobre a capa: montagem sobre foto recolhida em Google images.

Contato com o autor:

www.pralmeida.org
pralmeida@me.com
Tels.: (61) 99176-9412

Esta versão: 19/04/2021

Ce garçon, il a tout lu.

Raymond Aron

*A mais fascinante máquina de pensar do Brasil pós-modernista:
irreverente, agudo, sábio.*

Eduardo Portella

José Guilherme Merquior:

Data de nascimento: 22 de abril de 1941, Rio de Janeiro, RJ

Posse como terceiro-secretário no Itamaraty: 7 de novembro de 1963

Eleição para a Academia Brasileira de Letras: 11 de março de 1982

Data de posse: 11 de março de 1983

Data de falecimento: 7 de janeiro de 1991

(**Fonte:** Página dedicada a Merquior no site da Academia Brasileira de Letras:
<https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior>).

Sumário

Prefácio	11
Paulo Roberto de Almeida	

Parte I: Textos de José Guilherme Merquior

1. Discurso como orador da turma do Instituto Rio Branco (1963)	19
2. O sistema internacional e a Europa Ocidental (1973)	26
3. A arte e alienação na sociedade de massa (1974)	56
4. Verso e Universo em Drummond: Conclusão (1975)	60
5. O problema da legitimidade em política internacional (1978)	64
6. A legitimidade na perspectiva histórica (1979)	119
7. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (1983)	139
8. Socialismo e liberalismo (1987)	154
9. Para uma crítica da ideologia pós-moderna (1990)	159
10. Brésil: cent ans de bilan historique (1990)	166

Parte II: Textos sobre José Guilherme Merquior

11. Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, Josué Montello	187
12. O problema da legitimidade em política internacional, Celso Lafer	199
13. A diplomacia da inteligência, Rubens Ricupero	205
14. Merquior: dois momentos e duas dimensões, Marcos Azambuja	211
15. Merquior: um depoimento pessoal, Luiz Felipe Seixas Corrêa	215
16. Introdução ao problema da legitimidade, Gelson Fonseca Jr.	221
17. O fenômeno Merquior, José Mário Pereira	227
18. Redescobrimo José Guilherme Merquior, Gabriel de Arruda Castro	253
19. O príncipe dos sonâmbulos, Martim Vasques da Cunha	257
20. O esgrimista liberal, Paulo Roberto de Almeida	267

Apêndices:

Biografias de José Guilherme Merquior (ABL; É Realizações)	315
Obras de José Guilherme Merquior	318
Nota sobre o organizador	321

Prefácio

A despeito de ter sido colega de José Guilherme Merquior durante aproximadamente 13 anos de nossas carreiras respectivas, nunca o conheci pessoalmente, nunca nos cruzamos em postos ou na Secretaria de Estado, nunca nos encontramos ocasionalmente, e nem ele deve ter ouvido falar de um secretário ainda nos primeiros escalões funcionais, quando ele já tinha sido elevado à casta dos brâmanes, ou seja, ministro de primeira classe, mais comumente chamado de embaixador (que é um título apenas reservado aos chefes de postos). Vejamos: ele ingressou na carreira em 1963, no auge da Política Externa Independente, e atravessou todo o regime ditatorial, tendo sido elevado ao último escalão da carreira ainda sob o regime militar, quando eu entrei para ele, via concurso direto – não pelo Instituto Rio Branco – já numa fase declinante do regime, quando eu participava ativamente, mas de forma discreta, das campanhas pela anistia, redemocratização, eleições diretas.

Ele deve ter sido fichado como “esquerdista” logo no início da ditadura, tendo respondido a inquérito logo no início da “devassa” do regime de 1964. Eu estou fichado nos registros do SNI – Arquivo Nacional de Brasília – como “diplomata subversivo”, por ter apoiado a campanha do candidato opositor do general Figueiredo nas “eleições” indiretas de 1978, o general Euler Bentes Monteiro (alguém ainda se lembra dele). Só voltei a escrever artigos políticos com o meu próprio nome ao final da ditadura e um dia vou recolher esses textos publicados sob outros nomes. Não sei se Merquior chegou a fazer o mesmo, mas sabemos de pelo menos um artigo seu censurado pelo novo regime, logo em setembro de 1964, quando do falecimento de San Tiago Dantas, o patrono da formatura de sua turma no Instituto Rio Branco, em 1963, como nos relatou José Mário Pereira no pungente e afetivo testemunho que ofereceu ao livro coordenado pelo embaixador Alberto Costa e Silva, *O Itamaraty na Cultura Brasileira* (2001). Também tive alguns textos censurados aqui e ali, inclusive sob a “democracia”, mas eu nunca dei muita bola para esses mandarins que se julgam donos da verdade oficial: a partir de certo momento passei a publicar sem mais me submeter a esses humilhantes pedidos de autorização.

Creio ter entrevistado Merquior de soslaio, ou seja, fugazmente, uma única vez, entre 1986 e 1987, no gabinete de meu chefe à época, o embaixador Rubens Antonio Barbosa, ao início, portanto, da Nova República, quando o já respeitadíssimo

intelectual, conhecidíssimo nos meios dedicados à cultura e à inteligência, pontificava nas polêmicas públicas como o *pourfendeur* das esquerdas naquela transição para a democracia tutelada do governo Sarney, e quando ele aparecia como um dos protegidos do novo regime, para figurar, mais adiante, como *ghost-writer* do candidato Collor de Mello, e possível candidato a ser o seu possível chanceler. Ele foi sabotado pelos próprios diplomatas, como já tinha sido o caso de seu chefe em Londres, e amigo dileto, o embaixador Roberto Campos.

Na época, eu era apenas um modesto segundo secretário e tinha recém voltado de meu doutoramento no exterior, em cuja tese, sobre as revoluções burguesas, pude citar o seu conceito de “carisma burocrático” que fazia parte da tese defendida na London School of Economics, *Rousseau and Weber: two essays in the theory of legitimacy*, que li assim que foi publicada; não me senti à vontade para entrar na sala, apresentar-me, e cumprimentá-lo pelo inovador derivativo do conceito original weberiano de carisma, sobretudo aplicado ao regime bolchevique, que também fazia parte de meus estudos e reflexões. A partir dessa época, passei a seguir suas publicações, que felizmente para mim, se concentraram bem mais nas minhas “afinidades eletivas”, a sociologia política e o desenvolvimento e as liberdades em países da América Latina do que as primeiras obras no terreno da crítica literária.

Eu já conhecia *As Ideias e as Formas* (1981), assim como *A Natureza do Processo* (1982) e *O Argumento Liberal* (1983), mas não me interessei pelo *Foucault* (de cuja reedição vim a participar recentemente (2021), e só vim a ler *O Marxismo Ocidental* mais tarde. Quando servi em Paris, em 1993-95, e passei a frequentar as reuniões semanais do *Centre d'Études sur le Brésil Contemporain*, na *Maison des Sciences de l'Homme* (no Boulevard Raspail), animadas por Ignacy Sachs, senti o enorme impacto que Merquior havia deixado naquele círculo de estudos, em função da sua famosa palestra sobre os “cent ans de bilan historique” do Brasil, que ele havia feito ali em 1990, poucos meses antes de morrer, em janeiro seguinte. A professora Katia Mattoso, titular da *Chaire d'Histoire du Brésil* na Sorbonne – e que me convidou para algumas palestras para os seus alunos – também me falou da imensa tristeza que se abateu sobre todos os amigos do Brasil na França pelo fatídico passamento de um dos maiores intelectuais brasileiros que tinham frequentado aquelas paragens desde os anos 1960 e 70. Eu também andei pela Europa nos anos 1970, mas andava do outro lado da cerca, ou seja, participando da oposição ao regime militar, que naquela época era

representada pelo *Front Brésilien d'Information* (tenho artigos dessa época ainda não recuperados em sua autoria legítima).

Minha interação com Merquior foi, portanto, mínima, ou inexistente, e pouco eu conhecia sobre sua trajetória, além dos livros lidos, e só vim a conhecer um pouco mais tarde, quando os seus amigos diplomatas organizaram, em 1992, uma pequena obra em sua homenagem, cerca de um ano depois de seu triste e precoce falecimento. A despeito dessa brutal interrupção numa trajetória intelectual que se anunciava brilhante – tanto no cenário acadêmico propriamente brasileiro, como, e principalmente, no âmbito internacional, pois que Merquior publicava diretamente em francês e crescentemente em inglês –, pode-se dizer que Merquior produziu *lasting effects*, efeitos permanentes sobre o debate de alta qualidade sobre os grandes temas políticos e filosóficos das últimas décadas do século XX, quando o mundo se libertava da “prisão geopolítica” da Guerra Fria e se preparava para adentrar no mundo novo do “fim da História”.

Seu derradeiro livro, *Liberalism, Old and New*, publicado já depois de sua morte (mas certamente não o último, pois a É Realizações empreendeu reedições, inclusive de inéditos), foi objeto apenas de uma curta resenha de minha parte, para o boletim (agora revista) da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB), com cuja seção “Prata da Casa” – dedicada a livros de diplomatas – eu conduzi solitariamente durante uma década e meia; mas eu não tinha empreendido nenhum outro trabalho de maior escopo sobre suas obras, até que a assunção da direção do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty me retirou dessa injusta desatenção. Assim que tomei posse, em agosto de 2016, incluí entre meus “pet projects” a preparação de uma terceira edição da estupenda obra dirigida pelo embaixador Alberto da Costa e Silva, *O Itamaraty na Cultura Brasileira* (Instituto Rio Branco, 2001; Francisco Alves, 2002), cuja lista de diplomatas intelectuais era justamente concluída pelo afetuoso testemunho de seu amigo e editor José Mário Pereira, da Topbooks.

Minha primeira ideia foi a de apenas corrigir alguns poucos deslizes ortográficos da primeira edição, incluir meia dúzia de diplomatas falecidos depois de Merquior – começando por Roberto Campos, no próprio ano de 2001, passando por Lauro Escorel, Vasco Mariz, Sérgio Correa da Costa, Wladimir Murtinho e terminando por Meira Penna –, arrumar uma iconografia compatível com a beleza daquela edição do Instituto Rio Branco e arrumar dinheiro para levar adiante o empreendimento (cabe registrar que o IPRI não tem orçamento de qualquer tipo, sequer personalidade jurídica

independente). Mas, no fundo, eu achava que, a despeito da emotiva homenagem feita a Merquior por José Mário, sua obra não tinha sido objeto de um exame circunstanciado, como foi o caso para todos os demais autores inscritos naquele “Olimpo” intelectual do Itamaraty, segundo a seleção feita pelo poeta e africanista Costa e Silva (Vinícius de Moraes, por sinal, foi um privilegiado, pois recebeu não apenas um, mas dois capítulos, como poeta e como compositor, o que é inteiramente justo). Decidi, então, começar um ensaio circunscrito à obra de sociologia política de Merquior – uma vez que me confesso incapaz de analisar sua obra de crítica literária ou mesmo filosófica – para incluir como um segundo capítulo dedicado a Merquior na terceira edição, assim como a dupla homenagem feita a Vinícius na edição original.

Mas o mundo gira, a Lusitana roda e o Brasil se perde nas estradas da política: quando finalmente o livro estava praticamente pronto – ainda que eu continuasse a lutar desesperadamente para lograr recursos para uma nova e bela edição “de luxo” –, a política resolveu enveredar por novos caminhos. Com a eleição de um governo declaradamente anti-intelectual, eu tinha certeza de que meus dois anos e meio de divertimentos intelectuais à frente do IPRI, como de fato vieram a termo logo no início da nova administração. O que fiz, então? Consultei os autores participantes da nova edição quanto à possibilidade de esquecer aquela reedição e fazer um novo livro, separado, tentativamente chamado de “Intelectuais a serviço da diplomacia brasileira”, no qual constaria meu longo ensaio analítico da obra de Merquior, ademais de outros capítulos incluindo inclusive intelectuais que serviram à diplomacia sem serem necessariamente da carreira, como foram os da obra original.

O fato é que a pandemia paralisou um pouco todas as iniciativas editoriais, e eu mesmo comecei a fazer livros em formato digital. Em alguns momentos, efetuei postagens sobre Merquior e a reedição de seus livros pela É Realizações, no blog Diplomattizando. E assim chegamos ao “ano Merquior” como intitulei uma das primeiras postagens de 2021, ao chegarmos aos trinta anos de sua morte e aos 80 anos de seu nascimento. Foi assim que decidi juntar materiais esparsos numa primeira “brochura” – que não ousou chamar de “coletânea”, pois que não reúne os requisitos para tal –, apenas para não deixar passar em branco a data de 22 de abril, descobrimento do Brasil e de nascimento do maior intelectual brasileiro, bem mais do que o maior entre os diplomatas. Dizer “brasileiro” é até redutor, no caso de Merquior, pois sua obra, seu pensamento, seu trabalho de crítica literária e filosófica possuem dimensão universal, pelo menos no âmbito da academia que viceja, verseja e traceja os embates intelectuais

que tocam nessas várias áreas do conhecimento de alto nível que passa do mundo “apenas” acadêmico para o dos círculos políticos e literários.

Não considero este volume uma obra acabada, longe disso, e nem pode ele ser considerado uma obra, apenas uma “recolta” de textos dispersos, de Merquior e de seus admiradores ou críticos, textos relativamente desconhecidos do grande público, pois que praticamente não divulgados – salvo alguns poucos, os da Academia Brasileira de Letras e o do já citado livro de 2001 –, ou jamais publicados para o público “at large”. Ele constitui a base de uma merecida homenagem que deve ser ampliada no futuro imediato. De minha parte, adoto o seguinte ponto de partida no seguimento do imenso trabalho desenvolvido por Merquior – se isso é possível – e que deveria ter tido continuidade nos 30 anos seguintes ao ano de sua morte, em 1991: o que teria ele escrito depois de *Liberalism, Old and New*? Quais teriam sido os seus novos temas, ou como teria ele enfrentado as novidades da terceira onda de globalização, depois da implosão da União Soviética e da irresistível ascensão da China? Como ele estaria contemplando, hoje, a ascensão da nova direita, burra, até estúpida e autoritária, sendo que ele defendia um social-liberalismo esclarecido, economicamente responsável, culturalmente aberto e tolerante, totalmente receptivo às grandes tendências nos terrenos dos costumes e das preferências individuais?

Ele talvez se sentisse decepcionado com os destinos do Brasil, uma vez que ele era basicamente impulsionado pela ideia da razão, e acreditava, sinceramente, que um diálogo aberto e bem informado entre partidários e militantes de diferentes tendências – econômicas, políticas, culturais – poderia conduzir o país na direção da adoção de políticas simplesmente racionais tendentes a diminuir o grau anormalmente elevado das iniquidades brasileiras, das misérias preservadas ao longo de cinco séculos de nação e de dois séculos de Estado nacional independente. Na diplomacia, na esfera política, no âmbito acadêmico ou na vida cultural, ele teria certamente continuado a oferecer novas e instigantes contribuições a um debate de alto nível sobre nossos problemas mais cruciais. Fomos privados desses aportes intelectuais pela Parcas, como já lamentava em 1991 seu grande amigo, mentor e companheiro de tertúlias Roberto Campos, quem lhe permitiu escapar do aborrecido trabalho burocrático (geralmente inútil) da embaixada em Londres, para conduzir sua tese com Ernest Gellner, um dos trabalhos que mais o distinguiram entre colegas acadêmicos de nível mundial.

Aliás, basta olhar o sumário da obra de 2001, sobre os diplomatas intelectuais, para saber que eles não foram lembrados exatamente por enfadonhos despachos ou por

telegramas de instruções rotineiras, mas por suas obras construídas paralelamente às ocupações triviais de chancelaria. A inteligência lhes foi um atributo que pode ter sido facilitado pela vida diplomática, mas não foi esta que moldou seu pensamento, e sim a própria vida intelectual de cada um deles. Merquior foi um dos grandes, um gigante no terreno que ele próprio escolheu, não o da poesia, exatamente, ou o da literatura, enquanto ofício, mas o da crítica das ideias, em literatura, em poesia, em filosofia, em política, um terreno no qual ele dialogou, debateu, diretamente ou à distância, com os grandes pensadores do seu tempo, sem deixar de retomar as ideias de grandes predecessores, todos os iluministas, desde os séculos XVII e XVIII, até seus modernos sucessores nos salões da academia ou nos cenáculos da política.

De minha parte, já inclui Merquior entre as quatro dezenas de pensadores brasileiros que, desde o início do século XIX, participaram da construção da nação, pelo menos em ideia e intenção, pois que muitas das propostas por eles formuladas, nos campos da governança, da economia, da política, da vida universitária e cultural, nem sempre foram concretizadas na prática, o que se torna evidente pelo estado quase estagnado do país. Cem anos depois da Semana de Arte Moderna de 1922, duzentos anos desde a independência, o Brasil ainda segue avançando aos trancos e barrancos – como diria Darcy Ribeiro, um dos muitos “esquerdistas” que aprenderam a respeitar Merquior –, ainda continua progredindo aos “tiquinhos”, como pretendia Mário de Andrade pouco depois da semana que organizou, para quem o progresso também “é uma fatalidade”. Merquior preferiria dizer que o progresso é uma construção de homens racionais, como ele tentou ser durante toda a sua vida adulta.

Ao lamentar que tenhamos sido privados de sua colaboração nestas últimas três décadas nas quais ele poderia ter estado ativo, nosso dever é continuar sua obra de defesa de ideias e de propostas de ação. Este volume, que coloca certo número de trabalhos pouco conhecidos à disposição de um número maior de interessados, pode estar atuando nessa direção e colaborando com sua obra pedagógica de *Aufklärung*, de esclarecimento, e sobretudo de inteligência.

Paulo Roberto de Almeida
Brasília, 19 de abril de 2021

Parte I:
Textos de José Guilherme Merquior

1. Discurso de orador da turma do Instituto Rio Branco (1963)

Rio de Janeiro, dezembro de 1963

In: Celso Lafer et alii, *José Guilherme Merquior, diplomata* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 39-45)

Discurso como Orador da Turma do Instituto Rio Branco de 1963

José Guilherme Merquior

O que se espera da palavra da mocidade, disse nosso sábio paraninfo, é, “não o calor do entusiasmo”, mas alguma coisa de superior a isso – alguma forma de a juventude revelar uma essencial seriedade, uma decisão racional. Raros terão sido os paraninfos capazes de tocar tão de perto a simpatia de jovens; com efeito, a nenhum espírito moço agrada ver que se lhe endereçam esperanças que não vão além do reconhecimento das qualidades meramente biológicas da juventude; e a todos os jovens é grato compreender que se espera deles não apenas que sejam moços, mas sobretudo que sejam homens.

Se apesar disso se evidencia aqui o pulso de um estado de ânimo ainda não dominado inteiramente pela razão, é porque, nesse início de discurso como nesse começo de carreira, vive em nós ainda insuperada uma certa oscilação sentimental, uma hesitação de mudar, uma flutuação de estréia. Do Rio Branco para o Itamaraty, nos momentos não totalmente cumpridos dessa passagem, é o sentimento que prevalece. Rousseau encontraria nisso um momento de eleição para a vida sentimental, para aquela suavíssima *douce vie de l'âme*, tempero apropriado de meditações e de afetos. Porém não é menos verdade que já para esse trânsito da aula para a chancelaria, houve forças que nos encaminhavam seguramente no sentido da estabilização, da conquista da calma, da vitória sobre esse primeiro e natural sem-jeito de noviços diplomatas. O próprio Instituto Rio Branco acolheu essas influências; e toi à cabeça do mesmo Instituto, dono de uma serenidade experiente e amiga, que nós deparamos com o principal exemplo: o Embaixador Antonio Camillo de Oliveira. Creio até que uma confissão – esta cerimônia guarda sempre um caráter confessional – diga melhor dessa nossa receptividade coletiva com que o nosso Diretor era contemplado, nos dois anos de ensino do Rio Branco. E que, ou muito me engano, ou nenhum de nós deixou de aperceber-se de que a atitude, para nós modelo, da pessoa do Embaixador, nele

talvez nem fosse querida como tal. Ficamos com a impressão de que não era, aos olhos de quem o exercia, um comportamento didático. O Embaixador não ensinava: o Embaixador era, simplesmente – e ao ser, ao limpa e meramente estar, oferecia-nos sem intenção, com a plena aparência de uma naturalidade, o padrão de conduta que uma vez atingido representaria para nós o cessamento daquela bisonha e flutuante indecisão da estréia.

Que mais poderá contribuir para essa consolidação de nosso ânimo, em especial agora, quando já empreendemos as atividades profissionais? Nenhum estímulo será maior que a sugestão que constitui, para diplomatas recentes, a prática política da nova diplomacia brasileira. Sentimos que é possível fazer, dessa moderna e tão ampla concepção de política externa, um motivo de incitamento ao trabalho criador. Está conosco a certeza de que uma tal definição de nossa existência entre outras nações revigora por si só o mais legítimo interesse que possa ter alguém em servir nesta carreira; assim como a convicção de que o poder estimulante de uma tal orientação política nasce da firme conexão que se estabelece entre a nova diplomacia brasileira e a realidade social mais autêntica do Brasil contemporâneo. Da nova política externa já se disse que é uma projeção do ser interno do país. Mas o que é necessário afirmar, com ênfase cada vez maior, é que a veemência dessa relação confere, precisamente, à diplomacia nacional um caráter de força motriz da política brasileira, numa dialética de profunda significação social. Quanto mais se alimente da vida interna do Brasil, quanto mais nutrida e abeberada na fonte dessa intimidade, mais será nossa política externa um instrumento agudo de política interna, um tema eficaz para intervir com felicidade na condução de nossa problemática. Desde Alexandre de Gusmão, a diplomacia em que se acha envolvido o Brasil revelou-se capaz de erigir-se em motor da unidade nacional. À consecução da unidade do território sucede hoje, nas tarefas mais importantes do nosso comportamento diplomático, a conquista de uma unidade social, integração de que acaso não participem uns poucos, mas que será, de qualquer forma, uma síntese vastamente legítima das mais vivas entre as forças da sociedade brasileira. Permite que eu me utilize desta hora, em que a sinceridade deve ser a tônica, para afirmar que foi o entendimento, nessa forma, do que representa e simboliza a nossa nova diplomacia, que nos trouxe, à maioria de nós, motivos permanentes de alegria em poder participar da sua execução. Uníamos, à ciência das raízes fundamentais nacionais da política externa, a consciência de que disso mesmo ela retira a faculdade de influir no processo de obtenção de um Brasil mais e melhor integrado. Para nós, pretendentes a associados executores dessa linha de diplomacia, nada foi mais caro do que poder constatar o seu valor formativo, o seu papel de relevância nos negócios interiores de nosso país. Por isso não a encaramos em termos polêmicos, ou, se tal, somente nos termos de uma superior polêmica da nacionalidade consigo mesma, e não de facções ou de partidos entre si. Por isso ela revestiu sempre, a nossos olhos honestos, o valor insubstituível de um patriotismo acima de toda e qualquer patriotada.

Uma coisa ressalta na consideração da correlação dialética entre a política externa e a interna, uma coisa que tem o sabor de um grande conceito filosófico. Ainda há pouco, na nítida palavra do nosso Parainfo, a adoção do princípio de autodeterminação dos povos ficou justificada pela compreensão de que as modificações sociais e políticas devem reger-se por um movimento interior, endógeno, de dentro – jamais pela imposição, desde fora, de formas ou estruturas de governo e de vida social. Estamos diante do conceito de um movimento social orgânico, contrário a alterações mecânicamente impostas. Nosso desejo é retomar esse conceito, para surpreender-lhe uma outra face, também esta ligada à questão do estilo operacional de uma política interna. O tema do movimento social orgânico foi, como é sabido, de larga aplicação na filosofia da história de inspiração romântica. Com ele o historicismo romântico exaltou as forças internas da evolução social, repelindo as grandes decisões políticas que, em caráter revolucionário, desprezassem o lento prosseguir acumulativo dos costumes e da tradição. Esse último ponto deixava claras as origens conservadoras dessa visão da História. Nada a ilustrou melhor do que a oposição que fez a Escola Histórica, à frente de qual se colocou Savigny, à confecção de um código civil alemão, onde os princípios da sociedade burguesa triunfassem sobre as bases jurídicas do *Ancien Régime*. Ora, a referência às origens do conceito de movimento social orgânico indica justamente as diferenças entre o seu uso romântico e a nossa própria concepção: porque, para nós, o reconhecimento da imprescindível organicidade da evolução social, da indispensável autonomia dos movimentos políticos nacionais, não implica, absolutamente, em hostilidade à intervenção da vontade política nesses mesmos movimentos e naquela mesma evolução. O romantismo conservador defendia a organicidade da História do gesto revolucionário, volitivo por excelência. Nós defendemos o caráter orgânico da vida social com a intervenção política. Não compreendemos que o fato de todo desenvolvimento social verdadeiro se dar de dentro para fora, com rejeição de intromissões alheias, exija desse desenvolvimento um curso de onde esteja ausente a vontade ordenadora. Compreendemos, isso sim, uma substantiva união entre ambas as coisas: movimento social autônomo e dirigido, querido pelo povo e pelo poder que ele constitua. E assim como no plano internacional advogamos a autodeterminação, assim no plano nacional repelimos a idéia de uma evolução cega, inefavelmente desdobrada, e exaltamos em seu lugar o valor das decisões políticas que canalizam a inspiração profunda da sociedade, as direções autênticas do povo, as surpreendidas potencialidades do país. Esse é o nosso tema de movimento orgânico, permeável à vontade política. A ele se referiu nosso Parainfo, quando mostrou que à geração dos violentadores da realidade em nome de uma razão pura, e à geração dos realistas empíricos, sucede agora a necessária época dos que conjugam a visão do real com a razão organizadora do real.

Quando esta classe do Instituto Rio Branco vos escolheu parainfo, Ministro San Tiago Dantas, quis marcar com a escolha uma homenagem ao

principal condutor da nova política externa, que a mesma classe entendia, como entende, possuir aquele poder de simultaneamente exprimir e construir a vida brasileira. Mas estou certo de que a vossa indicação comportou ainda outros significados. A tal ponto vos identificais com a feição essencialmente racional dessa política, que é difícil pensar que a vossa própria personalidade, e não apenas a pública, não tenha sido ponderada na mente dos que vos elegiam. Vós sois, de há pouco, oficialmente, mas na realidade, de muito mais longe, o homem de visão. Mas tendes sido louvado, sobretudo, como o homem de razão, e é especialmente essa virtude, entre nós ainda mais escassa que a outra, que vos tem feito tão precioso ao país. O que sustento agora é que vos elegemos pela lúcida verificação do equilíbrio, que em vós se dá, dessas duas disposições radicalmente essenciais ao Brasil moderno, se o Brasil moderno quiser fazer-se e não apenas viver por aí. Visão e razão; realismo racional; sensibilidade que desperta o querer, e vontade que atende sempre ao concreto. Por essas virtudes, que nos são ideais, é que nos foi tão fácil escolher um paraninfo em quem a execução de uma idéia política ressoava tão harmoniosamente em sua própria figura humana.

Demoremo-nos um pouco na consideração da síntese de realismo e de racionalidade, esteio psicológico do político que o Brasil reclama. Por que é que a razão, outrora idealista, outrora abstrata, outrora impeditiva do realismo, é atualmente capaz de conviver com a visão do mundo concreto? A resposta a essa pergunta está em que a razão moderna alimentada no realismo, é uma racionalidade eminentemente histórica. Só os intelectuais que tenham aprendido um fundamental respeito pela História serão habilitados a manejar racionalmente os dados da realidade. A consciência moderna se define pelo reconhecimento de suas situações temporais. Recusa-se à adoção de categorias fixas; repele a aplicação de apriorismos ao exame do real. Quer compreender os motivos históricos do comportamento social, que sabe ser por eles, em alto grau, condicionado. Merece mesmo o nome de razão histórica. E para merecê-lo, supera de muito os procedimentos do simples moralismo político. O vício de julgar a realidade social por padrões exclusivamente, imediatamente morais é o tipo de atitude a ser substituída com urgência pela intelectualidade responsável de uma sociedade moderna. A imputação das deficiências sociais a supostas e pecaminosas corrupções dos homens, sem levar em conta o conteúdo histórico das próprias falências humanas, atesta a ocorrência de uma concepção arcaica de sociedade, onde se jogam idéias puramente atemporais e onde se esquece que o pensamento contemporâneo substitui à velha fórmula da "natureza humana", inflexível ante a variação de tempo e de lugar, a expressão, muito mais rica, de uma **condição humana**. Porém o pior vício do moralismo não está nessa cegueira, nessa sua enorme limitação como conhecimento. Paradoxalmente, reside no seu próprio conteúdo moral.

De fato, o moralismo é uma ética da estreiteza e da intolerância. Ao revelar-se inepto para a percepção da realidade histórica em seu todo, a atitude

moralista se precipita em julgamentos tão rígidos quanto apressados, e contribui como nenhuma outra para o reforçamento de uma conduta de intolerância. Ao atribuir defeitos, não a estruturas sociais transformáveis e corrigíveis, mas a uma imutável natureza humana, o moralista encontra sempre menos justificativa do que razões para a condenação, para a censura surda, para a catônica agressividade dos que não sabem desculpar.

Mas, favorecendo desse modo as manifestações da intolerância, o moralista põe em perigo os mais altos valores éticos do mundo atual, valores ligados à própria sobrevivência da humanidade. Propício à intolerância, o moralista é um inimigo potencial da paz. Não digo que não lhe interesse, conscientemente, a coexistência. O certo é que, ao incentivar uma visão do mundo de feições rígidas e apaixonadas, o moralista se constitui como entrave à verdadeira atmosfera do convívio, ameaçando, ainda que inconscientemente, a preservação da paz e da concórdia. A mesma vocação negativa se exprime quanto aos riscos da liberdade. Também ela corre perigo nas mãos do moralista; porque, a despeito de proclamá-la, ele nunca leva em conta que uma essencial manifestação da liberdade é a que se dá historicamente, em várias formas, numa variedade justamente irreconhecida pelo moralismo e seus padrões uniformes de valor. A razão histórica, essa sim, consciente da variabilidade das formas sociais, e que pode usar da liberdade funcionalmente, até como estratégia, como maneira de responder, sempre flexível, a diversas solicitações de diversas situações. No contexto de um mundo tão diferenciado como o contemporâneo, a liberdade representa antes de mais nada essa maior elasticidade, que é, em suma, uma maior capacidade de escolha, eis porque estamos inabalavelmente convencidos de que a liberdade interessa ao verdadeiro ideal de transformação da sociedade – exatamente na medida em que ser livre significa poder fazer, do governo de um povo, uma antena ultravioleta, pronta a captar os primeiros indícios de toda aspiração coletiva. A história mais recente do Brasil tem como nunca acentuado essa inigualável função social de um regime de liberdade; tem demonstrado, mesmo aos mais céticos, quanto pode a democracia fazer-se ainda mais democrática, como uma forma que se preenche cada vez mais de significações e de valor.

Se a nova política externa é assim tão estimulante para nós, se ela intensifica a esse ponto as possibilidades criadoras da diplomacia brasileira, é porque, como vimos, ela se insere, com perfeita congruência, na vida nacional da atualidade. Mas a correspondência entre política externa e temas internos é paralela à correspondência entre jovens diplomatas e juventude brasileira em geral. É claro que me refiro a uma juventude de caráter muito mais histórico do que simplesmente cronológico: mocidade de espírito, e não do registro civil; como está, aquela coincide natural, mas não necessariamente. A inquietação dessa juventude tem sido algumas vezes incompreendida ou deturpada. Há uma visão **pânica** da juventude, segundo a qual o desregramento da mocidade moderna exprimiria o caos, a decadência irresistível, do mundo de hoje. Há uma visão **cíclica** da mesma juventude, menos antipática

porém não menos errônea, segundo a qual todos os "excessos" da juventude contemporânea são agitações naturais da idade, aquietáveis com o tempo, esfriáveis pelo simples passar dos anos. Nosso Paraninfo teve, ao fim de seu discurso, a gentileza de desmentir essa ilusão. Não quis ele ver, em jovens, apenas o entusiasmo. Deste, nem fez questão de esperar nada – e eu quase diria que empregou a palavra no seu sentido original, naquela acepção em que entusiasmo é o mesmo que delírio, que paixão, que incêndio da alma ou puro abalo da razão. Congratulemo-nos com ele, que veio de encontro ao nosso ideal de nós mesmos: pois nossa inquietação não é gratuita, não é fisiológica. Vivemos antes inquietos porque nosso mundo vive assim. Nossa inquietação é sociológica; e além disso, política. Os melhores dentre nós sabem que não se agitam como pobres reflexos de uma incontrollada agitação global – sabem que seu fremir não é apenas essa vibração de passivos. Temos a pretensão de que nos mova um ardor muito mais prospectivo. Orgulhamo-nos de estar inquietos. Assombra que alguém consiga não o estar. Mas toda a nossa pulsante movimentação, todo o nosso diverso dinamismo, são os gestos de uma geração que quer construir, que quer ampliar-se, ampliando todo o meio onde habita; que quer produzir, racionalizando, antes de tudo, local e meios de trabalho. Cabe a vós outros não desentender-nos. Só vos solicitamos a compreensão de que nossas atitudes são elementos de uma larga perspectiva para existência do Brasil – perspectiva destinada, não a negar rasamente quaisquer tradições, mas a recuperar o único sentido autêntico da palavra tradição: aquele que exprime por esse nome o supremo gesto de entrega que uma época faz a outra, de entrega do seu poder criador, de entrega de suas riquezas e de seus valores, não para que sejam somente conservados, mas para que sejam sobretudo desenvolvidos. Ninguém deve temer a nossa ironia, quando a assestamos contra algumas instituições. Ficai certos de que tudo o que possuir um fundamento racional, tudo o que for serviço à sociedade, tudo o que for de valor realmente humano – nada disso nós derrubaremos, porque tudo isso resistiria a qualquer tratamento irônico. Nosso riso põe a nu apenas o irracional. Vede que a épocas em que se fizeram as grandes campanhas pelo progresso foram exatamente as mais sorridentes. Foi sempre a estupidéz, foi sempre o obscurantismo que receou o riso. Quero persuadir-vos de que nosso sorriso detém toda uma seriedade. Tanta seriedade, que não é preciso que nos peçam para sermos formais. Que ninguém se arrisque a ser desatendido, quando pedir a esta geração para ser formal. Nós não somos uma geração formal: somos uma geração formadora. E somos uma mocidade ávida. Ávida de saber. Ávida de poder. Ávida, mais do que tudo ávida, de saber poder. Decididos a colocar nossa infatigável curiosidade intelectual na conquista de melhores formas de vida prática. Resolutamente convencidos da união vital entre o saber e o operar. Ciosos defensores de uma ética que se construa com a realidade, e de uma realidade que se domine pela vontade ordenadora e racional. Às vezes nem nós mesmos imaginamos com perfeição o quanto estamos penetrados por essa idéia, a idéia de que todo saber, toda

teoria tem uma finalidade essencialmente prática, moral, social e política. Mas nisso, não estamos sozinhos. Somos nisso mais tradicionais do que parece à primeira vista. Tradicionais da melhor tradição do Ocidente, que é o ideal continuamente ensaiado de uma civilização caracterizada pelo domínio infinitamente crescente do homem sobre a natureza. A tradição de Fausto – a tradição da sociedade ativa e produtora. É dentro dessa tradição que queremos situar o Brasil. Dentro dela cabem os nossos ideais de desenvolvimento, de crescimento, de riqueza em todas as dimensões. Dentro dela é que se tem procurado fazer do Brasil uma nação madura, de generosidade equivalente ao volume do que produza. E para melhor constituir sua presença nela é que nosso governo se fez sensível aos mais clamorosos desejos do nosso povo, proclamando a necessidade de nos transformar-nos, para crescer no que podemos. Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem sido incansável na pregação dessa visão e dessa vontade. Nós nos sentimos alegres por iniciar uma carreira de perfil internacional precisamente quando o Brasil oficializa a percepção desse sentimento popular. Sentimento que faz, de nossa participação no Ocidente, a inserção criadora de um grande povo numa cultura, num Ocidente, que é uma aberta e dinâmica concepção de vida, e não um baluarte cegamente armado contra a convivência, medroso de infiltrações, maníaco pela autodefesa, nas vésperas de um alargamento físico-demográfico do mundo por si só tornando ridículas as pretensões ao isolamento. Nós não receamos nenhum contágio. Suficientemente convictos de nossa força, destinamo-nos a cumprir uma vocação universalista. Nosso amor à nacionalidade é, no fundo, a melhor forma de sermos humanos. Mas para nós ser humano é realizar-se produtivamente. É exercer o poder de construção. É abrir-se ao mundo objetivo, para moldá-lo indefinidamente. Por isso reconhecemos sempre na realidade a marca do homem, o dedo, a obra do homem. Por isso a verdade não é para nós, apenas a conformidade da idéia com o ser: é antes um comportamento, aquele comportamento que o filósofo disse certa vez que consistia em não nos comportarmos, frente ao mundo objetivo, como se ele nos fosse estranho. Assim nos queremos: objetivos e racionais. O sentimento brasileiro, há século e meio, era a manifestação de um nativismo. Nossa meta de hoje é fazer do Brasil uma vanguarda do humano. Jamais recuaremos nessa vontade. Com ela e por ela, seremos capazes de toda a energia. Não trepidaremos em aparentar uma insolência, em muitas das vezes em que lutaremos por essa verdade. Temos uma enorme probabilidade de vitória. E se acaso não a atingirmos, se porventura nosso povo não soubesse fazer-se como quer, então só nos restaria proibirmos a nós mesmos o derrotismo, e vivermos numa dolorosa nostalgia da humanidade que poderíamos ter sido.

Rio de Janeiro, dezembro de 1963

2. O sistema internacional e a Europa Ocidental (1973)

Separata mimeografada na Biblioteca do Itamaraty

O SISTEMA INTERNACIONAL E A EUROPA OCIDENTAL

J. G. MERQUIOR

1973

O SISTEMA INTERNACIONAL E A EUROPA OCIDENTAL

(tendências e perspectivas)

José Guilherme MERQUIOR

í n d i c e :

- A) A dinâmica do sistema internacional nos anos 70
- B) O pentarca hipotético: a posição da Europa Ocidental
- C) "Détente", congelamento do poder mundial e impasse europeu
- D) As negociações europeias de 1973

A) A DINÂMICA DO SISTEMA INTERNACIONAL NOS ANOS 70

O último período em que os Estados Unidos praticaram uma política externa de engajamento e atuação generalizados se estendeu de 1963 a 1968. Foi essa a "quinta fase da guerra fria" (Z. Brzezinski). Durante esse período, em seu duelo com o outro supergrande, a URSS, os dirigentes americanos, confiantes na superioridade nuclear decantada por McNamara, animados pelo recuo soviético nas crises de Berlim e de Cuba e, pouco depois, estimulados pela queda de regimes hostis ou suspeitos aos Estados Unidos em distintas regiões do globo (destituição de Goulart, em 1964; de Papandreu, em 1965; de Norumah e de Sukarno, em 1966), procuraram, sem deixar de cultivar a "détente" (e aqui está a grande diferença entre essa fase e o "roll back" anticomunista do tempo de Dulles e sua doutrina de "retaliação maciça"), passar à ofensiva na competição internacional. Ao mesmo tempo, porém, os Estados Unidos se comprometeram a fundo com a luta no Vietnã, que não tardou a revelar-se um fator de inibição e de desmoralização para a inventiva diplomática americana.

Mas o malogro da ação americana na Indochina iria persuadir Washington, durante a primeira administração Nixon, da conveniência de delinear uma nova estratégia política. Nasceu então a diplomacia do "low profile", que visa a conferir maior pragmatismo e maior seletividade ao envolvimento do supergrande nº 1 nos problemas internacionais. Atrás dessa estratégia, encontra-se o desejo de aproximar o sistema internacional contemporâneo do modelo historicamente encarnado pelo "equilíbrio de forças" da Europa oitocentista. Significativamente, o principal artífice da política de "low profile", o Prof. Henry Kissinger, é um renomado especialista em Metternich e Bismarck.

A primeira consequência dessa reestruturação da estratégia política americana foi a decisão de investir politicamente no cisma do universo comunista. Dela se originou o reconhecimento "de facto" da

China Continental pelos Estados Unidos. Pequim, o novo interlocutor de Washington, já se vinha comportando, há mais de um decênio, como grande adversário da União Soviética - o que explica de sobra o interesse americano em transformar o diálogo dos supergrandes do "duopólio" em jogo triangular, convertendo as marchas e contramarchas das relações USA-URSS, USA-China e URSS-China em motor principal do sistema internacional.

Com essa histórica "aproximação" entre Washington e Pequim, o sistema internacional contemporâneo - sistema de base bipolar, mas habitado por impulsos multipolarizantes - passou a ter seu horizonte evolutivo dominado pela dinâmica de três antagonismos: o russo-americano, o sino-soviético, e o sino-americano. Trata-se, porém, de antagonismos muito diferentes entre si:

- o antagonismo USA/URSS não oferece interesses opostos no plano geográfico. Rivalidade entre potências sem fronteiras comuns, não é um antagonismo inspirado por reivindicações territoriais, mas sim por divergências ideológicas, divergências essas - dada a evolução até certo ponto convergente das sociedades industriais contemporâneas (T. Parsons) - suscetíveis, em princípio, de crescente atenuação. A confrontação russo-americana, não tendo jamais levado os soldados de um e outro adversário a combaterem face a face, incide em áreas periféricas, em esferas de influência, e não nos respectivos territórios nacionais (com a exceção qualificada da crise dos foguetes soviéticos em Cuba). USA e URSS, cujo antagonismo se identifica com a bipolaridade de base do sistema internacional vigente, estão "ipso facto" condenados a codificar suas relações, delimitando suas zonas de interesses, consolidando seus status privilegiado frente a terceiras potências (cf. TNP), e, finalmente, estabilizando o próprio equilíbrio nuclear (cf. SALT). Embora sem suprimir, é lógico, a competição entre os dois supergrandes, a tendência à regulamentação das relações russo-americanas contribui - desde que os Estados Unidos conservem um potencial estratégico capaz de conter a URSS cada vez que esta se veja acometida dos pruridos de conquista

inerentes à sua condição de "Islã do séc. XX" - para a transformação gradual e parcial do sistema bipolar em novo "equilíbrio de forças" multipolar.

- o antagonismo URSS/China, ao contrário, parte de motivos ideológicos, mas encerra uma divergência geográfica de enorme peso histórico. Não só a colisão das zonas periféricas de interesses, até aqui essencialmente restritas à Ásia meridional, deverá estender-se a todo o terceiro mundo, como, em virtude das reivindicações territoriais de uma das partes, o conflito incide nos próprios territórios nacionais. Além disso, o caráter intraideológico, e não apenas, como no caso russo-americano, interideológico, do antagonismo agrava a natureza deste último. Os esforços soviéticos não visam, senão muito especulativamente, a subverter o regime americano; visam tão só a reduzir a esfera de influência dos Estados Unidos; mas o regime maoísta e o neostalinismo soviético, em sua luta pela liderança do movimento comunista internacional e pelo monopólio da ortodoxia revolucionária, procuram destruir-se mutuamente. Com esse grau de intensidade, o antagonismo sino-soviético não apresenta, ao inverso do confronto russo-americano, perspectivas visíveis de atenuação, além de meras pausas táticas. Ademais, a ampla diferença entre o potencial militar dos dois contendores torna ainda mais precária a paz entre ambos, já vulnerada pelos sangrentos incidentes de fronteira de 1969. Logo, mais do que o duelo russo-americano, é o antagonismo sino-soviético que se afigura, nos anos 70, o ponto crítico das relações internacionais.

- enfim, o antagonismo sino-americano é ainda mais fortuito e artificial do que o russo-americano. É confronto entre potências longínquas, reduzido pelo âmbito ainda limitado da esfera de influência chinesa e pelo tácito desengajamento americano do sudeste asiático, após a guerra do Vietnã. A própria desproporção entre os recursos dos adversários mantém o duelo entre Washington e Pequim num plano predomi-

nantemente verbal, dominado pelas catilínarias "anti-imperialistas" através das quais a China vermelha timbra em figurar como paladina dos "humilhados e ofendidos" do Terceiro Mundo.

Das diferenças entre os três principais antagonismos do sistema internacional derivam as peculiaridades do jogo triangular. Primeiro, o jogo triangular funciona como preventivo contra a guerra de efeitos apocalípticos, na medida em que, na eventualidade de uma conflagração russo-americana, o único vencedor seria, conforme de Gaulle disse a Krushev, a China... Em compensação, o triângulo estimula a corrida armamentista, pois leva russos e americanos a manterem sua vantagem estratégica em relação à China, e induz os soviéticos a reforçar sua presença militar na Ásia e seu poderio naval no Oceano Índico.

Em terceiro lugar, porém, o jogo se revela favorável aos Estados Unidos. Estes só podem beneficiar-se, a longo prazo, de uma situação que obriga a União Soviética, seu mais forte competidor, a combater em duas frentes. De todas as combinações possíveis no interior do triângulo, a mais improvável é, de longe uma conjunção sino-soviética contra os USA, sendo muito mais verossímil que os soviéticos se sintam obrigados a aproximar-se de Washington, quando e se a China aumentar substancialmente seu capital estratégico e sua penetração nas zonas de influência soviética (p.ex., o Oriente Médio).

No momento (1973), contudo, o que caracteriza o triângulo é: 1) a pouca agressividade dos Estados Unidos, às voltas com sérias pressões internas neoisolacionistas, e 2) a fraqueza militar da China. Por conseguinte, estamos vivendo num estágio virtualmente propício aos interesses da União Soviética. Vejamos mais de perto porque.

A lógica da situação não é, com efeito, difícil de discernir. Como a China ainda não representa maior ameaça para a URSS e, portanto, ainda não compele Moscou a compor-se com o Ocidente, para garantir sua segurança a Leste, os soviéticos se vêm utilizando do fator chinês não

para fazer concessões ao Ocidente (como tributo a uma reaproximação inelutável), mas sim para arrancar concessões ao Ocidente, sob o pretexto de que eles, soviéticos, "defendem o mundo civilizado" ao longo do rio Ussúri...

Essa impressão se reforça quando se verifica que o Krêmlin não tem concentrado a intensificação do diálogo com o Ocidente nos períodos em que o antagonismo sino-soviético manifesta maior tensão - como foi o caso entre 1963 e o primeiro semestre de 1969 - mas sim, precisamente, nos períodos em que a confrontação tende a esmorecer. Assim, foi depois do encontro Kossíguin-Chu-En-Lai, em setembro de 1969 (encontro que marca o início de uma fase menos aguda do conflito URSS/China, com as polêmicas ferozes e os atritos bélicos temporariamente substituídos por negociações diplomáticas) que os soviéticos consentiram em abrir as negociações SALT e acolheram os projetos do chanceler Brandt visando à normalização das relações de Bonn com o Leste (Ostpolitik).

Sabendo-se quanto a disposição americana de instalar o sistema anti-míssil de proteção às cidades inquietava os russos, sem fôlego para aguentar essa nova e custosa etapa da corrida armamentista, e levando-se em conta, por outro lado, o fato de que o preço a ser pago por Bonn pela normalização e o reconhecimento da linha Oder-Neisse e o reconhecimento "de facto" da RDA, constituía para Moscou uma premissa necessária para legitimação internacional do "império" soviético na Europa Central, é forçoso concluir que o Krêmlin extraiu o máximo de proveito possível de sua última fase de conversão à "détente".

Sem dúvida, para obter esse proveito, os soviéticos tiveram que fazer "concessões" ao Ocidente. As mais importantes foram: o acordo quadripartite sobre Berlim (setembro de 1971), pelo qual a URSS foi levada a reafirmar suas responsabilidades como garante do livre acesso a Berlim-Oeste, enclave ocidental no bloco vermelho; e o "tratado fundamental" interalemão, cujo artigo 9 contém o reconhecimento implícito,

por parte da RDA, país satélite da URSS, dos direitos dos 4 (e portanto, dos três grandes ocidentais) no tocante ao conjunto da Alemanha. Entretanto, quem não vê que esses "sacrifícios" são largamente compensados pela vantagem maior colhida por Moscou: a aceitação do "status quo" europeu por Bonn? Por um lado, trata-se de limitações à soberania da RDA; foi esta, e não a URSS, quem pagou a conta (em troca de um valioso reconhecimento internacional). Por outro lado, os russos só concederam, no plano jurídico, o que já existia no plano dos fatos. Eles também poderiam ter dito o que Brandt afirmou ao reconhecer a linha Oder-Neisse, isto é, ao renunciar (através do tratado tecto-polonês de 1970) aos territórios perdidos pela Alemanha com a derrota do Reich: "não renunciemos a nada que já não estivesse fora das nossas mãos".

A União Soviética tem capitalizado muito bem a dinâmica da coexistência pacífica. Essa constatação não encerra nenhum repúdio à "détente" - encerra apenas uma advertência quanto aos riscos de que o Ocidente a pratique num espírito ingênuo, ignorando o fato de que, por meio da détente, Moscou continua, naturalmente, a perseguir seus objetivos de consolidação hegemônica, em especial na Europa.

B) O PENTARCA HIPOTÉTICO: A POSIÇÃO DA EUROPA OCIDENTAL

Desde que, com o insucesso da intervenção no Vietnã, o consenso popular para uma política externa de envolvimento e atuação generalizados se tornou, nos Estados Unidos, extremamente precário; desde que o planejamento estratégico americano, refletido no famoso discurso presidencial de Guam, delineou uma alternativa para os males e perigos do engajamento indiscriminado; e, sobretudo, desde que os acordos Nixon-Brejnev de maio de 1972 deram decisivo impulso à institucionalização da "détente", o sistema internacional emprestou nova nitidez às perspectivas de uma efetiva multipolarização do poder.

A forma concreta da multipolarização que se desenha é a de uma futura pentarquia: o sistema seria dominado por cinco focos de poder representados pelos USA, URSS, China, Europa Ocidental e Japão. Pentarquia de certo modo reconhecida, como perspectiva, pelos soviéticos. Para os "Izvestia" de 3.11.1971, o ingresso da Grã-Bretanha na CEE, a "emancipação" diplomática da Alemanha Ocidental, o novo autonomismo do Japão e a próxima admissão de Pequim na ONU marcaram o fim da era de Ialta.

Ora, Tóquio, apesar de ainda sofrer o "handicap" da falta de armamento nuclear, já começou a dar mostras, sob o governo Tanaka, de grande autonomia político-diplomática. Paradoxalmente, é a Europa Ocidental, possuidora, graças ao equipamento atômico francês e britânico, de meios próprios de dissuasão nuclear, que figura como o pentarca essencialmente hipotético, pois prevalecem dúvidas fundadas sobre a efetivação, em futuro próximo, da unidade política da CEE.

Não há dúvida de que, para desempenhar o papel que a evolução do sistema internacional lhe reserva, ocupando o seu lugar na pentarquia em formação, a Europa Ocidental se depara hoje com a necessidade de realizar com urgência uma inédita operação de química histórica: a fusão dos estados nacionais europeus numa federação. Numa federação de 250

milhões de almas, econômica e tecnologicamente superior à URSS, ao Japão e à China.

O ineditismo - e a dificuldade - dessa metamorfose se prende à natureza mesma de sua matéria prima, isto é, à circunstância de que foi precisamente na Europa Ocidental que se originaram e mais se desenvolveram as entidades históricas denominadas Estados nacionais. A história do mundo registra muitas federações; mas desconhece, até aqui, uma federação feita de unidades tão ciosas e ciumentas de sua personalidade cultural e de sua soberania política quanto as grandes nações europeias.

Logo depois da segunda guerra mundial, ganhou curso nos círculos acadêmicos europeus a idéia de que, assim como a idade mediterrânea havia sucedido, no limiar dos tempos modernos, uma "idade europeia", esta última foi, ou estaria sendo, suplantada por uma "idade atlântica". Atualmente, porém, os historiadores julgam essa concepção muito mais europocêntrica do que parece à primeira vista, porque, na realidade, o que sucedeu à era das hegemonias europeias não foi bem apenas uma fase de aliança ativa entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, conforme sugere a noção de uma "idade atlântica", mas sim uma era autenticamente planetária, na qual as relações da e com a Europa Ocidental não possuem, a rigor, nenhum caráter privilegiado. O papel decisivo que já têm ou virão a ter, nos negócios do mundo, países do Pacífico como a China e o Japão ou nações só parcialmente europeias como a URSS, nos leva a concordar com essa crítica ao conceito de "idade atlântica". Afinal, desde os últimos decênios do séc. XIX, a Europa foi perdendo cada vez mais o monopólio dos fatores que haviam assegurado o seu predomínio: o monopólio da produção industrial e da força militar moderna, enquanto a revolução demográfica passava a atuar progressivamente em detrimento da posição relativa dos estados nacionais europeus, tomados individualmente.

Em consequência, a posição internacional da Europa Ocidental encerra, atualmente, um verdadeiro desafio - um "challenge" no sentido de Toynbee. Ou o Ocidente europeu se unifica, ou não usufruirá, senão

em mui pequena escala, das perspectivas de poder e influência oferecidas pela evolução inscrita na dinâmica do sistema internacional. É nesse contexto que devemos apreciar as opções que se perfilam, para o Ocidente em geral e a Europa Ocidental em particular, no âmbito das importantes negociações políticas a desenrolar-se em 1973: a conferência de segurança e cooperação européias (CSCE) e a negociação sobre a redução mútua e equilibrada de forças (MBFR).

Mas antes de considerar mais detidamente ambas essas negociações (o que faremos na última seção deste trabalho), convém formular de maneira bem sintética o problema europeu neste decênio. Inspirados numa idéia de Jean Laloy, podemos dar-lhe o aspecto de um tríptico:

(1) a primeira seção do tríptico mostra a realidade existente: metade da Europa ligada à União Soviética, com a Alemanha cortada pela fronteira entre os dois blocos;

(2) a segunda seção mostra uma Europa na qual a União Soviética se tornou o único supergrande presente, uma vez retiradas as tropas americanas;

(3) na terceira seção, vê-se uma Europa Ocidental unida, independente, embora aliada aos Estados Unidos, e exercendo um grau de comunicação substancial com os países do Leste, ainda vinculados a Moscou.

O painel permite visualizar claramente a alternativa diante da qual se encontram hoje as principais potências européias, o Reino Unido, a França e a República Federal. É evidente que, para a União Soviética, a evolução ótima é passar da primeira seção para a segunda. Para o Ocidente e a Europa Ocidental, ao contrário, a melhor evolução consiste em passar da primeira para a terceira seção, evitando o quadro evocado na segunda parte do nosso tríptico.

C) "DÉTENTE", CONGELAMENTO DO PODER MUNDIAL E IMPASSE EUROPEU

Conforme verificamos, o duopólio russo-americano tende hoje a coexistir com um jogo triangular, praticado pelos dois supergrandes e a China, e com uma futura configuração pentárquica dos focos de poder internacional, na medida em que, a essas três potências, se venham somar o Japão e a Europa Ocidental. (Aliás, seja dito de passagem, a pentarquia não esgota as perspectivas de redistribuição mundial do poder; é bastante possível que, mais para o fim do século, outras potências se adicionem aos "pentarcas". De todos os demais países, aquele que possui, objetivamente, melhores títulos para essa promoção é o Brasil).

Mas essa inflexão policêntrica do sistema internacional, por mais que tenha por si o futuro, não altera a circunstância de que, presentemente, a dinâmica de base do sistema ainda é o relacionamento russo-americano - o fato bipolar.

Ao adotar a política do "low profile", os Estados Unidos só renunciaram ao engajamento indiscriminado, não a seu papel de líder do bloco ocidental. Seria, de resto, prematuro e perigoso Washington despir-se desse papel, já que a confrontação entre o pluralismo democrático e socialismo totalitário não desapareceu, e nenhuma potência tem condições de substituir desde já os USA na defesa do mundo democrático. Felizmente, Nixon não optou pelo isolacionismo; optou por uma atitude equidistante em relação ao "over-engagement" e o "under-involvement".

Ao traçar o "prospecto" de um equilíbrio de forças plurifocal, os Estados Unidos não procuram despojar-se de sua hegemonia, mas apenas reduzir os ônus da sua presença "imperial" nos quatro cantos do mundo. Vista desse ângulo, a estratégia do "low profile" absolutamente não exclui a perseguição, pelos americanos como pelos soviéticos, de um "congelamento de poder mundial" (Araujo Castro), isto é, da tentativa de legitimar e sacralizar o duopólio russo-americano.

Até o presente, o processo da "détente" se tem identificado com os progressos desse congelamento. O primeiro acordo estratégico USA-URSS, assinado logo após a crise de Cuba - o tratado sobre a interdição parcial das explosões atômicas, de 1963 - foi essencialmente concluído entre duas potências dotadas de "overkilling capability", as quais, por isso mesmo, podiam abdicar, sem maior prejuízo, da prossecução das explosões nucleares. Para as potências fora do clube atômico, contudo, a adesão ao tratado significava a privação de armas nucleares. Por esse motivo é que Paris e Pequim se recusaram obstinadamente a assiná-lo. Vê-se por aí o verdadeiro alcance político do documento, que era o de congelar o "status quo" nuclear, baseado na enorme superioridade dos arsenais americano e soviético e na capacidade, também praticamente restrita aos supergrandes, de transportar ogivas atômicas.

O tratado de não-proliferação (1967) espelha o mesmo objetivo básico. Para os soviéticos, que mais se empenharam na celebração do TNP, tratava-se de impedir a nuclearização militar da Alemanha Ocidental e do Japão. Não foi à toa que Bonn e Tóquio só subscreveram o tratado depois de enérgica resistência interna. Porém tanto para o Krêmlin quanto para Washington, urgia levar todas as potências médias, suscetíveis de fabricar, mais cedo ou mais tarde, a bomba, a amputar-se previamente dessa possibilidade.

Além disso, o TNP estendia ao campo da ciência e da tecnologia privilégios que a Carta da ONU só concedera aos membros permanentes do Conselho de Segurança no terreno da segurança "stricto sensu". No TNP, o congelamento do poder mundial revelava sua tendência a abranger todas as dimensões do poder: a econômica e a tecnológica tanto quanto a "puramente" política. Como dizia o lúcido narrador suíço do século passado, Gottfried Keller, "tudo é política"... Bem andou o Brasil ao não assinar convênio tão estranhamente "altruístico".

Nesse sentido, o mais recente acordo estratégico entre os su-

supergrandes - o acordo de limitação da produção de antimísseis, concluído por Nixon e Brejnev em Moscou, em maio de 1972, como coroamento das negociações SALT - confere um aspecto menos duopolista à "détente". Pela primeira vez, os supergrandes limitaram o seu próprio arsenal atômico, em vez de conter o potencial estratégico alheio.

No entanto, para a Europa Ocidental (e com isso voltamos ao problema europeu), é grande o risco trazido pelo desdobramento, em 1973, das negociações SALT, que deverão abordar agora o terreno dos armamentos ofensivos.

Já nos SALT I, Moscou reclamara a extensão das negociações aos chamados "sistemas avançados" na Europa - o arsenal nuclear da OTAN, controlado pelos Estados Unidos. Ora, são precisamente esses sistemas avançados que compensam a enorme desvantagem da OTAN, em termos de forças convencionais, frente ao dispositivo militar do Pacto de Varsóvia. O risco para a Europa não é propriamente que Washington resolva desproteger de súbito seus aliados; é um perigo mais sutil - e que sublinha a dramaticidade da carência de coesão política entre os poderes da Europa Ocidental: o perigo de que russos e americanos continuem a entender-se, mesmo sobre assuntos tão vitais para os europeus, por cima da cabeça desses últimos. O capítulo europeu dos SALT II pode ser, para a Europa Ocidental, a constrangedora negação do seu lugar na pentarquia para que estaria evoluindo o sistema internacional.

Aparentemente, foi o cristão-novo da Europa comunitária, a Grã-Bretanha, o primeiro país a fazer propostas tangíveis no sentido de implementar a única transformação da realidade europeia positiva para o Ocidente: a autonomização militar do Oeste europeu. No ano mesmo em que, na conferência da Haia, foi levantado o veto francês ao ingresso do Reino Unido na CEE (1969) o primeiro ministro Heath falou em colocar os recursos estratégicos nucleares franceses e britâ-

nícos "in trust of Europe". Por mais modesto que ainda seja o equipamento nuclear de ambos os países, sua associação é indubitavelmente suficiente para dissuadir com eficácia a União Soviética (único adversário plausível da Europa Ocidental) de empregar a força.

Não tendo encontrado eco em Paris, Downing Street parece ter posto o projeto de um eixo militar anglo-francês de molho. Agora mesmo, em seu encontro com Nixon, Heath teria preferido reavivar o velho esquema da "special relationship" anglo-americana, obtendo dos USA os submarinos transportadores de ogivas nucleares Posêidon. É que, sob Pompidou como sob de Gaulle, a França continua a condicionar toda colaboração mais séria com os ingleses nesse terreno ao abandono dos estreitos laços entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Quanto à República Federal, preferiria continuar dependendo de um protetor longínquo como os USA a depender de um eixo franco-britânico. A anglo-francização da defesa da Europa Ocidental engendraria, no entender de Bonn, uma hegemonia política capaz de neutralizar as vantagens que a sua dimensão econômica assegura à RFA na CEE. Nuclearmente desarmada, a RFA prefere ser protegida, pelo grande aliado transatlântico, em condições de paridade entre os europeus, a ser protegida como "prima pobre" por seus vizinhos de continente.

Mas esse cálculo político se vê respaldado, em Bonn, pela própria incerteza que as concepções ultraeuropeístas de Paris fazem pairar sobre a defesa do território não-francês. De fato, as concepções estratégicas da França partem sempre da idéia de que as armas nucleares modernas são tão destruidoras, que nenhum país as utilizaria, a não ser para a defesa de seu próprio território. Ora, à força de acentuar essa convicção, Paris não deixa de estimular um estado nuclearmente inerte como a RFA a uma alternativa bem desagradável para a França, pois a RFA, incerta de uma eventual ação nuclear franco-britânica em caso de ameaça a seu território, poderia ver-se acuada a es-

colher entre a aquisição de armas nucleares e uma neutralidade praticamente desarmada.

A primeira hipótese está excluída pela adesão de Bonn ao TNP. Tratados são apenas tratados; mas, em futuro visível, dificilmente a RFA fugiria a seu compromisso desnuclearizante. Não há sequer indícios de movimentos internos nesse sentido.

A segunda hipótese implica a finlandização da Alemanha. É um espectro que americanos e franceses se têm esmerado em exorcizar junto ao governo liberal-socialista de Bonn. A posição oficial do gabinete Brandt-Scheel é de estrita fidelidade à OTAN; a Ostpolitik foi até aqui concebida e praticada em harmonia com os compromissos atlânticos da RFA, e Brandt não parece recear menos que Pompidou a partida das tropas americanas. Contudo, os projetos de neutralização da Europa Central sempre gozaram de prestígio entre a social democracia alemã, que chegou a manifestar simpatias pelo plano Rapacki. Além disso, a nova geração socialista, os Jusos, tende a levar o pacifismo de Brandt às últimas consequências, inclusive por anti-americanismo.

Deste modo, nacionalismo e pacifismo podem acabar convergindo, na Alemanha de amanhã, para servir de obstáculo à europeização da defesa da CEE. Os nacionalistas que, hoje, não vêem com bons olhos a criação de um eixo nuclear franco-britânico, seriam amanhã os pacifistas que pregariam a neutralização de toda a Alemanha, contribuindo assim para subtrair a RFA ao sistema ocidental.

Se esse risco, atualmente, não apresenta grande consistência, seria bastante imprudente afastá-lo do reino das possibilidades concretas. Convém não esquecer que Brandt ganhou as eleições de 72 à base de slogans nacional-pacifistas, pintando a sua Ostpolitik como fautor da "emancipação política" da Alemanha. O nazismo não terá sido forçosamente o último avatar do nacionalismo teutônico.

Nos anos 50, os democratas-cristãos de Adenauer punham a independência da Alemanha frente a Moscou como objetivo prioritário, anterior à reunificação do país. Para os social-democratas de Schumacher, porém, o "prius" era a reunificação; a independência nacional seria reconstruída em seguida. Em 1973, cabe perguntar até que ponto os segundos se converteram completamente ao sistema ocidental. Afinal, o corajoso realismo da Ostpolitik (esse óleo de ricino que Brandt trouxe, ao reconhecer "de facto" a RDA) é apenas uma etapa num processo dialético: Brandt só reconhece a divisão da Alemanha para assegurar novas condições à sua superação. O que foi reconhecido (a existência da RDA) só foi afirmado para ser ulteriormente negado.

Quem pode garantir que, com os sucessores de Brandt, na hipótese (perfeitamente possível) de um prolongado reino social-democrata até o fim deste decênio, o novo fermento dialético para a reunificação não seria identificado com a neutralização do conjunto da Alemanha? Pois uma coisa é certa: somente a esse preço Moscou consentiria - se consentir jamais - na reunificação.

Resta saber se Washington consentiria, por sua vez, numa separação entre RFA e o Ocidente. Mas se os Estados Unidos "over-engaged" do tempo de Johnson engoliram com mais filosofia do que resistência a saída da França da OTAN, como reagiriam os Estados Unidos provavelmente bem menos "imperiais" do pós-Nixon, no caso de Bonn querer deixar o dispositivo militar integrado da aliança atlântica? Saíndo da OTAN, a França gaulliana não alterou, não obstante, a sua posição firmemente ocidental; mas de uma RFA dirigida por social-democratas convertidos ao ideal de um regime social mediador entre o capitalismo e o socialismo totalitário, ninguém se atreveria a dizer o mesmo. Não se pode negligenciar o fato de que os Estados Unidos não têm na Europa vassallos, como a URSS, e sim aliados - aliados cuja vontade, uma vez apoiada na opinião pública, Washington só muito pro-

blematicamente conseguiria dobrar.

A conclusão óbvia é que, para o Ocidente, a reunificação da Alemanha não é necessariamente uma possibilidade positiva: talvez constitua uma possibilidade que enfraqueceria o sistema ocidental. Não falta por isso quem pense que a nação germânica, só tendo vivido unida três quartos de século (1871-1945) em mais de dez séculos de existência étnico-cultural, pode muito bem continuar dividida... Instintivamente, Washington, Paris e Londres não deixam de reconhecer-lo, já que se limitam a reverenciar verbal e virtualmente a reunificação, sem nunca ter procurado concretizá-la.

Todavia, dentro ou fora da perspectiva de neutralização da Alemanha, persiste o impasse da Europa Ocidental: a união política "manquêe". Os observadores mais lúcidos chegam a considerar que só uma situação pânica - como o choque que provocaria uma decisão americana de repatriar suas forças no continente - será capaz de tirar os europeus dos seus dilemas hamletianos em matéria de unificação.

A derrota de Mac Govern afastou a possibilidade de uma próxima retirada dos "GI" do Velho Mundo. Para Nixon, a volta das tropas americanas na Europa incidiria no pecado do "under-involvement", com o qual a "sagesse" do "low profile" evita identificar-se. Depois de 1976, no entanto, não é fácil prever nada, sobretudo quando se mede a força crescente do neoisolacionismo americano, já bem entrincheirado no Senado.

Uma coisa, pelo menos, vai sendo cada vez mais compreendida na Europa: é que a união política passa pela constituição de uma defesa comum. Infelizmente, as discordâncias começam logo depois. Os franceses querem uma defesa comum autônoma; ao passo que os ingleses ainda a conceberiam em termos de vinculação aos USA.

É verdade que o resultado das eleições legislativas francesas de março de 73 pode alterar substancialmente esse quadro. Se a

"union de la gauche" vencer, o perigo não é tanto a comunização do país (pois a robustez e a densidade histórica das instituições liberais e o anticomunismo das forças armadas seriam freios eficazes); é antes o solapamento da posição ocidental da França. Porém, mesmo no caso de vitória esquerdista, o Quai d'Orsay seria certamente adjudicado ao partido socialista, não ao PC. Ora, dentro do socialismo francês, há sérias divergências em matéria de política externa. Se o programa comum das esquerdas fala em renúncia ao armamento atômico, um dos líderes do PS mais chegados a Mitterrand, Charles Hernu, é um partidário da "force de frappe" - e a direita do partido socialista (G. Defferre) é atlantista.

Mas se a esquerda não vencer, o mais provável é a formação de uma nova coligação gaullo-centrista, confiando-se aos "réformateurs" de Lecanuet e Servan-Schreiber o ministério do exterior. Nessa hipótese, é de prever uma inflexão atlantista da diplomacia francesa, que poderia, em certa medida, dar novo alento ao europeísmo sem antiame-ricanismo de Heath.

D) AS NEGOCIAÇÕES EUROPÉIAS DE 1973

Duas importantes negociações européias devem efetuar-se em 1973: a conferência de segurança e cooperação européia (CSCE) e as negociações sobre a redução mútua e equilibrada de forças (MBFR). Ambas se encontram em fase exploratória. Ao contrário dos SALT II, trata-se de negociações em que as potências da Europa ocidental tomam parte, ao lado dos USA e URSS.

A CSCE é basicamente de interesse soviético. Sua idéia remonta a uma proposta de Molotov em 1954, quando o Krêmlin, abalado pelas crises subsequentes ao desaparecimento de Stalin, e receoso do novo vigor da política americana (terceira fase da guerra fria, de 1953 a 1958, com Dulles no Departamento de Estado), procurou garantir seus ganhos na Europa, devidos à derrota do Terceiro Reich, antes que um eventual "roll-back" se materializasse. A preocupação de legitimar o "status quo" europeu nunca foi abandonada pela União Soviética, que sabe precárias as hegemonias sem sustentação popular, como o controle que ela exerce sobre os países satélites.

Desde 1971, os soviéticos condicionaram a assinatura do acordo quadripartite sobre Berlim à ratificação pelo Bundestag dos tratados teuto-soviético e teuto-polonês de 1970, base da Ostpolitik de Brandt. Mas durante as conversações do chanceler federal com Brejnev, em Oresan- da (setembro de 1971), o primeiro secretário do PCURSS exigiu que Bonn se compromettesse também a apoiar o projeto de uma conferência de segurança, então ainda não aceito pelo Departamento de Estado.

Mais tarde, Scheel tentou fazer do apoio alemão à CSCE um elemento de barganha: Bonn só se comprometeria a promover a CSCE se Moscou obrigasse a RDA a aceitar o tratado fundamental inter-alemão nos termos desejados pela RFA - reconhecimento, por parte da RDA, dos direitos dos Quatro sobre o conjunto da Alemanha; estabelecimento de relações diplo-

náticas sem reconhecimento "de jure" de Berlim Oriental por Bonn e sem troca de "full ambassadors" entre as duas Alemanhas.

Que Moscou não tenha vacilado em realizar a barganha denota seu empenho em conseguir a CSCE. No espírito soviético, a "segurança européia", objeto principal da conferência, consiste exclusivamente no reconhecimento internacional do "status quo" europeu e, em particular, das fronteiras vigentes. É segurança política, servindo ao predomínio de fato da União Soviética na metade do continente. Por isso mesmo, o Krêmlin encara sem nenhuma simpatia as tentativas ocidentais de estender o debate às raízes lógicas do conceito de segurança, i.e., aos aspectos militares da questão. Tanto mais que essa extensão viria problematizar a confortável superioridade numérica de que gozam as divisões do Pacto de Varsóvia frente às da OTAN. A resistência soviética foi contornada graças aos Estados Unidos, que lograram condicionar a realização da CSCE à reunião paralela, e, na realidade, vinculada, das negociações sobre redução de forças.

Quanto ao segundo tema da CSCE, a cooperação, trata-se essencialmente, para os soviéticos, de institucionalizar o comércio Leste-Oeste. O desejo do Krêmlin é entregar o controle desse comércio ao COMECON, órgão na prática subordinado a Moscou, impedindo com isso que o desenvolvimento do intercâmbio entre o Ocidente e os países satélites se traduza em estímulo progressivo às tendências autonomistas desses países, os quais continuam a ressentir-se da escravização de suas economias à soviética.

Para a Europa Ocidental, a utilidade da CSCE está em levar a União Soviética a pagar pela legitimação do "status quo", notadamente através de concessões concretas no domínio da livre circulação de pessoas e idéias entre as duas Europas.

Porém esse objetivo soa sem dúvida um pouco utópico. Não faz muito tempo, a Tchecoslováquia foi ocupada exatamente pela razão opos-

ta: pela vontade soviética de imunizar seu bloco contra todo contágio liberalizante, mesmo socialista (a "primavera de Praga" não era anti-socialista; era apenas antitotalitária). Nessas condições, a melhor estratégia para o Ocidente, pelo menos no atual estágio da CSCE, consistiria em subordinar concessões à URSS a concessões soviéticas no terreno militar.

A MBFR, ao contrário da conferência de segurança, foi solicitada pelo Ocidente, através do chamado "apelo de Reykjavik" (junho de 1968), emitido pelo conselho de ministros da OTAN a instâncias do então Aussenminister Willy Brandt. Desde o início, a França antipatizou com a idéia de uma negociação sobre redução de forças, por considerá-la um reforço à política de blocos.

Mas 1968 não terminaria sem que a realidade dos blocos e a servidão da Europa Oriental fossem brutalmente reavivadas através da ocupação da Tchecoslováquia pelas tropas de cinco membros do Pacto de Varsóvia. Em vez de redução de forças, surgiu a prepotente "doutrina Brejnev", afirmação nua e crua das limitações da soberania dos países satélites.

Não obstante, a partir de 1970, a URSS arvorou catadura menos feroz; a "détente" refloresceu com a acolhida dada pelo Krêmlin à Ostpolitik. Em maio de 1971, no discurso de Tiflis, coube a Brejnev - então fortalecido no comando da política soviética, e, aparentemente, hostilizado pelos "falcões" soviéticos como Suslov e Chelest (primeiro secretário do PC ucraniano) - reanimar o projeto de uma MBFR.

A OTAN reagiu prontamente à abertura soviética. Entretanto, transcorrido um ano do discurso de Tiflis, tornou-se forçoso constatar que a URSS fizera ouvidos de mercador às propostas ocidentais no sentido de concretizar a fase exploratória de negociação. Foi necessário que, em setembro de 1972, em Moscou, Kissinger suspendesse as reservas

americanas quanto ao lançamento da CSCE para que o Krémim admitisse finalmente começar a MBFR dois meses depois da primeira fase da conferência de segurança, vale dizer, no fim de janeiro de 1973. Neste último mês, em Minsk, durante seu encontro com Pompidou, Brejnev propôs que "todos os países interessados", e não só os sete membros da OTAN e os cinco do Pacto de Varsóvia previstos originalmente, participassem da negociação.

Ao abrir-se a fase preliminar da MBFR, em Viena, a situação dos dois blocos militares no continente se caracterizava pelos seguintes aspectos:

- a) grande superioridade numérica do Pacto de Varsóvia em forças convencionais, conforme se pode ver pelo seguinte quadro -

	OTAN	PACTO DE VARSÓVIA
<u>no flanco n. e na E. Central:</u>		
divisões de infantaria	16 (15000 homens cada)	37 (10000 homens cada)
divisões mecanizadas	8 (5500 tanques)	28 (16000 tanques)
aviões de combate	2000	4200
<u>no flanco sul:</u>		
divisões de infantaria	30 (15000 h.)	21 (10000 homens)
divisões mecanizadas	7 (2500 tanques)	9 (5700 tanques)
aviões de combate	850	1200
forças navais (navios de guerra)	585	530

(não computadas as divisões francesas (6) nem as da Iugoslávia e Albânia, que não são membros do Pacto de Varsóvia) - fonte: "Le Monde" 30.1.73.

- b) terreno de manobra contínuo a Leste; descontínuo para as Forças da OTAN, que conta países sem fronteiras comuns;

- c) estágio superior de padronização dos armamentos no leste, favorecendo maior cooperação tática;
- d) sistema de mobilização de reservas bem superior, no leste, ao dos países da OTAN;
- e) superioridade nuclear da OTAN (7000 armas nucleares sob controle direto americano, contra cerca de 3500).

A partir dessa situação militar, a MBFR enfrenta várias questões:

- 1a.) quem participará das fases decisórias da negociação?
- 2a.) a determinação da zona onde serão reduzidas as forças. Prevalece o sentimento de que esta se confina à Europa Central, começando-se pela Alemanha;
- 3a.) quais as forças a reduzir: as nacionais ou as estrangeiras, i.e., "estacionadas" na Europa Central? Washington, sob a pressão do Senado, pensa sobretudo nas forças estacionadas. A RFA, nas forças nacionais;
- 4a.) como definir a noção de redução de forças equilibrada? A vantagem de que dispõe o Pacto de Varsóvia leva os soviéticos a rejeitar esse conceito;
- 5a.) como abordar o problema dos armamentos? Nesse ponto, como vimos, o mais importante para a Europa Ocidental é vencer a tendência dos supergrandes a restringir toda negociação sobre armas nucleares ao SALT II.

Em síntese, a MBFR ofereceria às potências da Europa Ocidental algumas possibilidades de: (a) obter concessões da URSS (pagáveis no âmbito da CSCE), notadamente no que concerne à diminuição entre o volume das forças convencionais do pacto de Varsóvia e as da OTAN; e (b) tentar participar das decisões sobre os "sistemas avançados", i.e., sobre as armas nucleares americanas a que está confiada a defesa do Ocidente europeu.

Acenando aos países neutros, Moscou faz suspeitar de uma tentativa de diluir a negociação, na realidade muito menos útil, para os soviéticos, do que a CSCE. Para tanto, o Krêmlim busca servir-se dos sentimentos antiblocos da França, conforme ficou claro no encontro Brejnev/Pompidou de Minsk.

Já a RFA receia que o êxito eventual dessa diluição retire à MBFR a grande vantagem de proporcionar à Casa Branca um hábil expediente para resistir às pressões internas no sentido de repatriação das tropas ianques na Europa.

A má fé soviética para com a MBFR transparece no recentíssimo aumento - denunciado pela Rádio de Colônia- dos tanques russos integrados no dispositivo no Pacto de Varsóvia. Com esse aumento, os soviéticos poderiam aceitar a redução de armamentos sem diminuir efetivamente seu potencial de fogo na Europa Central.

A verdade é que os países socialistas talvez não estejam preparados para conceder reduções consideráveis de tropas que, ao contrário do que ocorre nas democracias ocidentais, não desempenham apenas função militar, mas também, e sobretudo, uma função política.

Seja como fôr, mesmo considerando o estágio ainda amorfo e balbuciente das duas negociações, CSCE e MBFR, não parece haver razão para delas esperar vantagens de maior monta. A MBFR, aliás, será certamente uma longa negociação, ocupando talvez vários anos. No momento, nada reflete melhor a natureza dos problemas nela implicados do que o fato de que as conversações exploratórias tenham começado sob a presidência conjunta das delegações americana e soviética... Decididamente, enquanto permanecer desunida, a Europa Ocidental terá que resignar-se ao peso do "duopólio".

CONCLUSÃO

Nossa rápida análise da posição da Europa Ocidental e das tendências evolutivas do sistema internacional contemporâneo nos permite tirar algumas conclusões no tocante ao desenvolvimento da "détente".

Em primeiro lugar, a análise acentua o fato de que para a URSS, que ainda figurará durante muito tempo como o principal competidor das potências ocidentais, a construção da "détente" não significa apenas a legitimação do "status quo": significa simultaneamente a conservação do império moscovita e a possibilidade concreta de impedir ou atrasar, através do diálogo e da negociação, o fortalecimento da Europa Ocidental pela unificação político-militar da CEE. O que os soviéticos mais receiam, além do robustecimento da China, é a unificação política da Europa Ocidental, porque é grande o seu temor de que, unida, a Europa Ocidental se converta em fator de desagregação do bloco socialista, na medida em que sua vitalidade econômica e cultural, reforçada pela união, atrairia, mais do que já atrai, a maior parte dos atuais países satélites. Tudo o que se conhece dos trabalhos soviéticos de planejamento diplomático confirma essa impressão, ratificada pelos melhores kremlinólogos.

Dessa conclusão decorre a segunda: seria de alto interesse, para o Ocidente, a unificação política da CEE. Significativamente, o que vem militando contra essa tese - p.ex., os ressentimentos do neo-protecionismo americano face às exportações alemãs, ou face à política anti-dólar do gaullismo; as objeções latino-americanas quanto à concorrência de produtos africanos que recebem tratamento preferencial por parte da CEE - poderia ser de certo modo situado no plano do transitório ou conjuntural. A médio e longo prazo, essas objeções talvez tendam a pesar cada vez menos, seja pela reforma, num sentido ou

noutro, do sistema monetário internacional, seja pela reforma da estrutura de comércio e tarifas, seja, enfim, pela transformação da pauta de exportações dos principais estados da América Latina.

Mas o que não deve, tão cedo, perder relevância é a necessidade de conter os impulsos expansionistas da União Soviética. Impulsos que persistem atuando em plena atmosfera de "détente", como comprova a infiltração russa, através de inédita concentração de ajuda externa, no Egito de 1970, o hábil envolvimento da Índia ou a criação de uma poderosa frota de guerra soviética no Mediterrâneo. Poucas coisas seriam mais eficazes contra esse expansionismo do que a duplicação da superpotência ocidental, por meio da constituição de uma Europa Ocidental militarmente emancipada e politicamente coesa.

Nada comprova melhor a veracidade disso do que a constância com que Pequim aconselha a unificação política da CEE e o reforço militar da OTAN às personalidades européias em visita à China...

A consideração objetiva do problema europeu - e a reflexão sobre o atual estágio evolutivo do sistema internacional lança uma luz especial sobre pelo menos duas fases precedentes na história do confronto Leste-Oeste. De fato, no 1º período da guerra fria, ^{de} 45 a 47, tudo indica que o Ocidente tenha cometido o erro de superestimar a força soviética. Em vez de contestar a nascente hegemonia russa na Europa Central, o Ocidente se comportou como se temesse a conquista da Europa Ocidental.

Mais tarde, quando as perturbações do "degelo" ainda não haviam sido dominadas pela nova liderança soviética, e os países satélites deram mostras vigorosas de "insubordinação" (1953-1956), o Ocidente, convertido à doutrina de "retaliação maciça" e à sua falta de flexibilidade estratégica, não soube aproveitar-se das dificuldades do adversário.

O que diz a lição dos fatos parece óbvio: a superestimação

da URSS, conduzindo à inércia ou ao apaziguamento sistemático por parte do Ocidente, não corresponde aos interesses deste último; mas a rigidez do espírito anti-"détente", exemplificado pelo anticomunismo de cruzada de Dulles, não é tampouco útil, já que o "equilíbrio do terror" se encarrega de manter a "cruzada" num plano meramente verbal e psicológico, onde o anticomunismo funciona como fator de inibição para a imagem político-diplomática, impedindo-a de desenvolver iniciativas e respostas suscetíveis de marcar pontos contra os estados líderes do mundo vermelho.

Hoje, como no tempo dessas oportunidades falhadas, o melhor desempenho do Ocidente parece residir na sua capacidade de praticar a "détente" sem angelismo, - na sua capacidade de não deixar que a União Soviética, que já se beneficia do "privilégio" de poder elaborar sua política externa ao abrigo das pressões mutáveis da opinião pública interna - monopolize em seu favor a prática de uma concepção dinâmica da "détente", na qual os gestos de coexistência dissimulam manobras altamente lucrativas para os seus interesses de superpotência.

Bonn, janeiro-fevereiro de 1973.

b i b l i o g r a f i a

- Araujo Castro, J.A. de
Congelamento do Poder Mundial (exposição feita pelo Embaixador do Brasil em Washington aos estagiários do Curso Superior de Guerra da ESG) - Embaixada do Brasil em Washington, 1971.
- Aron, Raymond
Paix et Guerre entre les Nations; Calmann-Lévy, Paris, 1962.
- Barraclough, Geoffrey
An Introduction to Contemporary History; Penguin, Londres, 1967.
- Brzezinski, Zbigniew
How the cold war was played; in Foreign Affairs, vol. 51, nº 1, out. de 1972.
- Campos, Roberto de Oliveira
As perigosas assimetrias; in O Globo de .1.73.
- Fontaine, André
Histoire de la Guerre Froide (2 vols.); Fayard, Paris, 1967.
- Hoffmann, Stanley
Gulliver's Troubles; Mc Graw-Hill, N. York, 1968.
- Laloy, Jean
Does Europe have a future?; in Foreign Affairs, ed. cit.
- Mackintosh, John P.
Britain in Europe: historical perspective and contemporary reality; in International Affairs, vol. 45, nº 2, abril de 1959.
- Monnerot, Jules
Sociologie du Communisme, 2a. ed., Gallimard, Paris, 1963.
- Parsons, Talcott
Politics and Social Structure; The Free Press, N. York, 1969.
- Schelling, Thomas C.
Arms and Influence; Yale Univ. Press, 1966
- Tatu, Michel
Le Grand Triangle: Washington-Moscou-Pékin; Institut Atlantique, Paris, 1970.

3. A arte e alienação na sociedade de massa (1974)

In: *Formalismo e Tradição Moderna*
(Rio de Janeiro-São Paulo: Forense Universitária, 1974)

Trecho inserido no site da Academia de Letras

URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/textos-escolhidos>

II. Kitsch e Efeitismo

Nos anos 20, o regime soviético pré-estalinista encorajou o cinema de vanguarda – mas as massas continuavam a preferir as películas à Hollywood. O fato ilustra bem com que extensão o Kitsch está enraizado na consciência das massas; uma extensão seguramente maior do que pensam os que se inclinam a considerar o fenômeno da mentalidade estética degradada um simples reflexo de condicionamentos efêmeros, impostos pelos interesses dos "donos" da "indústria cultural" (8). Não se trata aqui de dar razão aos distribuidores cretinos, que alegam dar ao povo "o que ele quer": chanchada e melodrama; trata-se, isso sim, de levar mais longe a indagação sobre as raízes psicossociais do Kitsch. Em outras palavras: de penetrar mais fundo na geologia moral do homem da massa e de seu antepassado cultural imediato - o burguês.

Ao examinar a experiência estética peculiar ao Kitsch, deparamos com o mecanismo da reação controlada. O Kitsch é a estética do digestivo, do "culinário", do agradável-que- não-reclama-raciocínio. O Kitsch faz cosquinhas na boa consciência do homem "médio", que detesta pensar, porque vive

fugindo à verdade
como de um incêndio
(Drummond)

Como sempre, boa consciência e má-fé andam de braços dados.

Mas a reação controlada, garantia de alienada "distorção", não esgota as metas psicológicas do Kitsch. Este visa também ao efeito. O Kitsch é uma arte vocacionalmente efeitista, feita *pour épater* (9). No seu artigo da *Partisan Review*, "Avant-garde and Kitsch" (artigo pioneiro na análise do monstro), Clement Greenberg (10) afirma que, enquanto a arte de vanguarda, sendo como é, "abstrata", introspectiva e reflexiva, dedicada às explorações "metalinguísticas", tende a imitar os processos da arte, o Kitsch imita os efeitos da arte. Numa época em que toda arte autêntica cultiva o que se poderia chamar de califobia, tornando suspeito o hedonismo estético, o estilo

comercial estende a mão ao “bonito”, regala-se com o “deleite” produzido pelo recurso descarado aos truques mais teatrais.

O Kitsch não é só um narcótico e um digestivo; funciona, antes disso, como um excitante vulgar. Excitar, para poder "distrair" - como poderia ser de outro modo, se a questão é distrair esse pobre zumbi, sonâmbulo quase totalmente insensível, que é o homem comum do nosso tempo? O Kitsch é o *tape-à-l'oeil*, a arte dos efeitos que ferem a vista.

No entanto, o efeitoismo não nasceu com o Kitsch. A arte da surpresa e dos efeitos teatrais remonta, pelo menos, ao barroco. *È del poeta il fin la meraviglia / chi non sa far stupir, vada alla striglia...* clamava o seiscentista Marino. E Góngora, embora mais requintado, não desdenhava o *efectismo*. Mas o barroco foi justamente o primeiro estilo ocidental a comprometer-se com uma finalidade ideológica. A teatralidade da pintura sacra de Caravaggio, Rubens ou Reni, e da escultura religiosa de Bernini ou Raggi (Morte de Sta. Cecília, Sta. Agnese in Piazza Navona, Roma) provém de um emocionalismo reclamado pela *propaganda fide* da Contrarreforma (11). É claro que a Idade Média se serviria abundantemente da arte para fins de catequese e doutrinação; porém só com o barroco, estilo de uma Igreja abalada pelo cisma protestante, é que a edificação pela arte, essa “Bíblia dos iletrados”, adquiriu cunho francamente ideológico. As *pietas* das elites medievais eram culturalmente espontâneas; mas a religiosidade seiscentista tem muito de voluntarista e mecânica, talvez porque as condições reais de vida, nessa infância dos tempos modernos, fossem muito mais infensas ao genuíno ethos cristão, à caridade e ao senso comunitário, do que os mores prevalentes até a Alta Idade Média.

Contudo, embora marcada por uma forte margem ideológica, a arte barroca ainda repousava num consenso cultural tão vasto quanto ativo. Antes da secularização da cultura (que só se firmaria no séc. XVIII) o apelo aos valores religiosos contava com sólida ressonância popular. No Seiscentos, a *paideia* cristã estava interiormente minada e, a médio e longo prazos, condenada ao recesso como foco de criação cultural; não obstante, a sociedade, católica ou reformada, ainda não dispunha de alternativa para o cristianismo como foco de cultura. Essa posição ambígua da ideologia religiosa parece explicar por que a arte de propaganda do barroco pôde fomentar efeitos analógicos, e preservar uma qualidade estética, absolutamente inexistentes na produção Kitsch. Em síntese, a arte barroca, expressão ideológica da transição entre a sociedade européia tradicional e a moderna, foi o produto de uma cultura, enquanto o Kitsch não passa de

uma exalação da carência de cultura (de *paideia*). Por isso mesmo, o efeitoismo barroco possuía legitimações impensáveis no âmbito do *tape-à-l'oeil* Kitsch.

Logo, a simples ocorrência de efeitoismo, sem maiores qualificações, não nos autoriza a falar em Kitsch. Até porque, o efeitoismo de Góngora, como o de Caravaggio, faz parte de uma organização formal arquivicompexa de signos (verbais ou plásticos). Na obra desses cumes do barroco, o efeitoismo não exclui o trajeto múltiplo, intelectualmente exigente, da verdadeira percepção estética (é precisamente nesse ponto, aliás, que a maioria dos gongóricos e dos *tenebrosi* caravaggistas ficarão muito aquém dos dois mestres: bons epígonos, eles se concentrarão quase exclusivamente nos “efeitos” mais fáceis do cultismo ou do *chiaroscuro*). Já a arte Kitsch dispensará sem hesitação a convivência com requisitos mentalmente elevados. É com o Kitsch que a arte do efeito se converte ao “agradável” ao “culinário” e digestivo.

Notas:

- (8) v. M. Horkheimer e Th. W. Adorno: A Indústria Cultural, in *Dialektik der Aufklaerung*, 1947 (trad. ital., *Dialética dell'Illuminismo*, Turim: Einaudi, 1966).
- (9) Efeiticista, como efectista: tomemos emprestado essa palavra, tão expressiva, a nossos companheiros hispânicos.
- (10) C. Greenberg: Avant-Garde and Kitsch (1939), coligido no livro de B. Rosenberg, D. M. White et. al., *Mass Culture*, Glencoe: Free Press, 1960.
- (11) Sobre o impacto (negativo) do emocionalismo barroco no ideal clássico-heróico absorvido pela plástica ocidental por obra do humanismo renascentista, v. o já cit. *Saudades do Carnaval*, págs. 122-24.

3. Verso e Universo em Drummond: Conclusão (1975)

In: *Verso e Universo em Drummond*
(Rio de Janeiro: José Olympio, 1975)

Trecho inserido no site da Academia de Letras

URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/textos-escolhidos>

Conclusão

Como sintetizar a contribuição da poesia de Carlos Drummond de Andrade à literatura brasileira? Poderíamos talvez partir de uma expressão do decano da crítica brasileira Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). Num breve artigo seu, de 1967, Drummond é considerado como “uma espécie de Baudelaire da nossa poesia moderna”. (156) Esta fórmula feliz exige desenvolvimento. Pois Baudelaire é, por um lado, o introdutor da sensibilidade moderna, isto é, da experiência existencial do homem da grande cidade e da sociedade de massa, na alta literatura lírica; (157) e, por outro lado, o fundador de uma escrita poética moderna, escrita de ruptura radical ao mesmo tempo com a tradição clássica e com o romantismo. (158)

Na história da poesia brasileira, estas duas conquistas são obra de Drummond. Certamente, o autor de *A rosa do povo* e de *Claro enigma* não foi o iniciador do lirismo moderno no Brasil; sabe-se o quanto ele deve à revolução estética dos primeiros modernistas e ao *tournant* capital de 1922. Seu papel foi antes o de realizar a promessa literária do modernismo de choque, criando uma poesia rica e substancial, purgada dos três defeitos maiores da literatura acadêmica de antes de 1922: o servilismo em relação aos modelos europeus; a cegueira no tocante à realidade social concreta; a superficialidade intelectual.

Na verdade, a poesia acadêmica de então era bem afastada tanto do Brasil quanto de seu século. Assim, a primeira grande contribuição do verso drummondiano consistiu em apreender o sentido profundo da evolução social e cultural de seu país. A partir de sua própria situação de filho de fazendeiro emigrado para a grande cidade, justamente na época em que o Brasil começava sua metamorfose (ainda em curso) de subcontinente agrário em sociedade urbano-industrial, Drummond dirigiu o olhar do lirismo para o significado humano do estilo existencial moderno. Desde então, tornou sua escrita extraordinariamente atenta aos dois fenômenos de base desta mesma evolução histórica: o sistema patriarcal e a sociedade de massa. Sua abertura de espírito,

sua sensibilidade à questão social, sua consciência da história impediram-no de superestimar as formas tradicionais de existência e de dominação, mas, ao mesmo tempo, ele se serviu do ‘mundo de Itabira’ – símbolo do universo patriarcal – para detectar, por contraste, os múltiplos rostos da alienação e da angústia do indivíduo moderno, esmagado por uma estrutura social cada vez menos à medida do homem.

Profundamente enraizada numa época de transição, a mensagem poética de Drummond se elevou dessa forma ao nível das significações universais. Nacional por sua linguagem e sua inspiração, sua obra nada tem de exótica; não é sequer "regionalista", se bem que se trate de um escritor que não pudesse ser mais obcecado por suas origens. Além de universal, a poesia drummondiana é também muito atual. Poucos líricos de nosso tempo terão mostrado tanta fidelidade aos movimentos essenciais do espírito moderno, a suas inquietações, suas desconfianças, suas perplexidades críticas, ou seu legítimo despreço pelos clichês ideológicos e pelas filosofias abastardadas. Nesse sentido, o humor de Drummond - na aparência inclinado ao niilismo - não passa, no fundo, de uma estratégia intelectual radicalmente lúcida e liberadora.

O humor comanda efetivamente a análise social dos livros tais como *A rosa do povo*, em que a causticidade velada de *Alguma poesia* atinge o máximo de amplitude cognoscitiva. É o que determina, por toda parte no verso drummondiano, suas afinidades decisivas com o ethos central da arte moderna: a recusa do patético, o espírito de paródia, a substituição de uma ótica trágica e idealizadora da vida por uma perspectiva grotesca. Posto ao serviço do arsenal expressivo de vanguarda, não ignorando a liberdade de ataque surrealista, o humor de Drummond elabora, num primeiro momento (1925-1940), uma versão personalíssima de um gênero de elocução caro à poesia moderna desde Baudelaire: o “estilo mesclado” (*Auerbach*), resultante da fusão do tom problemático com as referências “vulgares”.

No segundo período (1940-45), a escrita lírica de Drummond, chegada ao auge de sua mestria técnica, esboça uma separação entre o estilo mesclado e uma elocução re-“purificada”. Duas outras grandes esferas temáticas se juntaram, sobretudo em *A rosa do povo*, ao lirismo de análise social e à poesia do eu (esta logo atraída por aquela): a-poesia-sobre-a-poesia (ou metalirismo), e a poesia existencial ou metafísica. Nenhuma suprimiu o humor ou a perspectiva grotesca; mas estas novas dimensões temáticas de alguma forma os interiorizaram, desenvolvendo esplendidamente suas potencialidades gnoseológicas.

Num terceiro momento evolutivo (1946-1958), dominado por Claro enigma, o afastamento da escrita mesclada e a adoção dos módulos métricos regulares tomaram a forma de um “estilo mítico”, no sentido de H. Broch: um estilo “abstrato” em relação às figurações realistas da cena social, concentrado nos dados genéricos da condição humana. É o apogeu do lirismo filosófico de Drummond, lirismo em que o moderno se classiciza, votando-se à pura reflexão existencial. É também uma das instâncias fundamentais da história do lirismo em português, pois a altura do pensamento drummondiano representa, como a de Pessoa em Portugal, uma autêntica revolução na literatura brasileira cheia de consequências para os poetas que sucederam ao modernismo e, em particular, para o mais importante dentre eles, João Cabral de Melo Neto.

Entretanto, num ou noutro gênero de elocução cujo excepcional vigor expressivo a análise estilística aqui esboçada pretendeu apenas indicar (e cuja coexistência, com um leve recuo da hegemonia da musa filosófica, marca a última maneira do poeta), Drummond surge como um dos primeiríssimos poetas brasileiros, e o mais importante de sua época. Cantor da terra e da cidade, analista sutil da criação poética, moralista fascinado pelas paixões do homem e pela ordem do mundo, ele é, depois de Machado de Assis – com que divide tanto o humor desiludido quanto a atitude lúdica no tocante à forma e ao verbo – o principal exemplo, na literatura brasileira, da obra literária voltada à problematização da vida. Ora, a única função válida e legítima de um texto literário, pelo menos desde a Revolução Industrial, é justamente a problematização do real, distinta a um só tempo da edificação moral e do simples divertimento. Como todo grande poeta (e não sendo senão poeta e somente poeta), Carlos Drummond de Andrade é muito mais que um bom escritor. É um grande praticante da poesia como jogo do conhecimento (159) – e da sabedoria.

Notas:

156 Tristão de Athayde: "O poeta brinca", in *Meio século de presença literária*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, pp. 274-275.

157 Ver a esse respeito a interpretação fundamental de Walter Benjamin no ensaio citado à nota 40.

158 H. Friedrich, *Estrutura de la lírica moderna*, cit. (ver nota 5), pp. 47-86.

159 A excelente expressão “poetry as a game of knowledge” pertence a W. H. Auden. Ver seu texto *Squares and Oblongs* (1948), citado segundo *The Modern Tradition*, antologia organizada por Richard Ellmann e Charles Feidelson Jr., Oxford: Oxford University Press, 1965, pp. 209-214.

5. O problema da legitimidade em política internacional (1978)

Tese apresentada no I Curso de Altos Estudos
do Instituto Rio Branco (1978); Inserida no volume:
Celso Lafer et alii, *José Guilherme Merquior, diplomata*
(Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, p. 47-80)

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR .

SECRETO

O PROBLEMA DA LEGITIMIDADE

EM

POLÍTICA INTERNACIONAL

I Curso de Altos Estudos

Instituto Rio Branco

1978



O PROBLEMA DA LEGITIMIDADE EM POLÍTICA INTERNACIONAL

índice :

SECRETO

introdução	p.
I. <u>Algumas coordenadas teóricas</u>	
1. O campo da análise: as "relações internacionais" e seu objeto	p.
2. Poder e legitimidade	p.
3. Legitimidade e poder internacional	p. 2
II. <u>Alguns problemas da legitimidade no sistema internacional contemporâneo</u>	
1. O fantasma sistêmico	p. 20
2. O sistema internacional: seu fundo histórico, sua estrutura política presente	p. 21
3. Problemas internacionais de legitimidade na paisagem pós-73	p. 34
bibliografia	p. 49

SECRETO

I. Introdução.

A importância do problema da legitimidade em política internacional reveste uma evidência particularmente extensiva na cena contemporânea. Nestas trinta e três anos subsequentes ao último conflito mundial, fatores tais como a profusão de novos estados soberanos e a justificação da política externa das principais potências em termos ideológicos e doutrinários demonstram por si sós que a experiência da idóia, senão da coisa, de legitimidade foi quando nada radicalmente expandida e intensificada. Intuitivamente, mesmo o observador menos atento é levado a verificar que o fenômeno da legitimidade, na sua condição de elemento integrante da sistêmica do poder no seu âmbito internacional, passou como que de estático e dinâmico, sobretudo se se reconheça que ele inclui, como sua face dialética, a dimensão da illegitimidade.

Mas a relevância do problema da legitimidade na órbita internacional possui ainda outro foco de evidência. É lícito encará-la como um ângulo especial, hoje tendente (tamanho o seu dinamismo) a uma espécie de ubiquidade, do problema genérico da legitimidade, questão central na cultura política (e a rigor, "metapolítica") do nosso tempo. Com efeito, não somos a todo momento advertidos do eclipse geral da legitimidade ao nosso redor? Não é, de fato, recorrente, nos nossos dias, o lamento pela perda ou insuficiência de padrões legítimos de governo e de conduta? No meio da vasta instabilidade política em que tem vivido o presente século, não é a falta de legitimidade a alegação mais comum dos grupos que legizam impor mudanças de regime e/ou revoluções? O declínio da autoridade, entendida como poder legítimo, afigura-se quase onipresente, quer como motivo ou pretexto dos autoritarismos, quer como suposta causa permissiva do êxito do revolucionarismo totalitário.

O "crepúsculo da autoridade", a frase que Robert Michels escolheu para título da sua meditação conservadora sobre a crise da sociedade moderna, é, portanto, a rigor, um verdadeiro leitmotiv do pensamento moderno, um pressuposto inargumentado, tão óbvio parece, da própria reflexão teórica sobre o famoso (e em grande parte, falso) problema do "desenvolvimento político". "Hoove tempo" - observa lucidamente Ernest Gellner, da London School of Economics - "em que era moda ter crises de fé. Hoje, temos crises de legitimidade". Em semelhante contexto, mal seria de esperar que a noção de legitimidade na ordem internacional escapasse incólume à pressão crítica desse questionamento. Assim, a legitimidade nessa esfera se problematiza por duas razões distintas: porque a mesma esfera das relações internacionais se tornou maior e mais complexa, e porque a legitimidade se tornou de per si consideravelmente mais problemática.

O trabalho que se vai ler não tem a menor pretensão a, já não digo esgotar, mas simplesmente abarcar todos os múltiplos aspectos do problema da legitimidade, nem mesmo de seu nível político internacional. Espaço e tempo (sem falar na competência do autor, mais recém-chegado ao estudo da ciência política) proibem-nos qualquer disquisição mais ambiciosa em seus intentos analíticos. Foram antes estas páginas impulsionadas pelo desejo, porhamos, se-
nderudito de projetar um punhado de conceitos com cidadania esta-
belecida na literatura dita científica em certas realidades da es-
trutura atual das relações internacionais.

Ao proceder desse modo, moveu-nos a convicção de que a pre-
sente relação de forças no plano mundial é o advento ou nova acui-
dade de problemas sociais, econômicos e tecnológicos de significa-
ção acurúncia vêm conferindo dramaticidade especial às questões re-

relativas à legitimidade e a processos de legitimação na ordem internacional. Várias agências e foros multilaterais, a começar pela ONU, procuram, em consequência, reforçar ou estabelecer princípios da legitimação da conduta dos estados nessas focas "quentes". A análise aqui proposta buscou indicar como essa nova atualidade do problema da legitimidade integra e motiva alguns aspectos axiais da evolução do sistema político internacional e, em particular, do novo papel nele assumido pelas chamadas potências emergentes, entre as quais se inclui, notoriamente, o Brasil.

Uma palavra metodológica, à guisa de fecho desta introdução. Acredita firmemente o autor, como o famoso Brás Cubas, "que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios". A ciência política, que já foi sarcasticamente definida como sendo apenas "o melhor meio de evitar política sem realizar ciência" nunca faz grande caso da parapsicologia dessa advertência de Brás Cubas. As "relações internacionais" - território acadêmico volta e meia ocupado por teorias que não passam de primas pobres parasíticas, porém altamente pretensiosas, da nossa já dúbia e precária ciência política - tendem com grande frequência a agravar a arrogância metodológica de que esta última é vítima. O resultado são fechadas e fechadas teóricas-metodológicas de solidos mais que suspeitos, e infima relevância empírica. Diante disso, pareceu-nos prudente e razoável ter como método sobretudo a recusa de edificações teóricas demasiadamente desproporcionais à análise, ainda que superficial, da matéria em estudo. Que essa atitude não se traduziu em nenhum antiteoreticismo pressuroso, esperamos que o comprove a nossa primeira parte, consistente toda ela na apreciação sintática de coordenadas teóricas

sobres da conceitual como "poder", legitimidade" e "sistema político internacional". O objetivo profilático foi apenas fugir àquela "pestilência metodológica" que já assolava um Max Weber, mas infelizmente continua a grassar em muita sapiência universitária de hoje.

Tematicamente, o estudo se desdobrará em duas partes nitidamente diferenciadas. Na primeira, de cunho teórico, será delineada uma análise do poder, pois a conceitualização básica da legitimidade proposta consistirá em encará-la principalmente como uma determinada configuração do poder. Nesta parte, a mais longa, o tema da legitimidade será abordado em termos predominantemente gêneros, sem qualquer referência constante à sua especificação no campo da política internacional. No entanto, mesmo nesse estágio, os problemas conceituais serão conduzidos de modo a desaguar na discussão de uma problemática que não é puramente acadêmica, visto envolver certos pressupostos na visão que do cenário internacional costumam ter alguns círculos nas chamadas potências emergentes. Isso se tornará particularmente claro no tratamento dado ao conceito de poder internacional. Na segunda parte, que terá, por contraste, caráter verdadeiramente histórico, o tema passará a ser a evolução do quadro político internacional e a incidência, nesse quadro, das questões atinentes à legitimidade ou à legitimação de políticas ou mecanismos institucionais considerados a um só tempo como causa e efeito daquela evolução.

II. Algumas coordenadas teóricas.

1. O campo da análise: as "relações internacionais" e seu objeto.

Antes mesmo de abordarmos o fenômeno da legitimidade no contexto da problemática do poder, impõe-se uma breve palavra sobre o objeto específico da disciplina intitulada "relações internacionais". A sua determinação tem muitas vezes girado em torno de questões e questões eminentemente semânticas, em debates escolásticos que produzem incomparavelmente mais calor do que luz. Todavia, existe um fundo de real relevância nesse "imbroglio" conceitual, perfeitamente evidenciável quando se reflete na diferença entre, de um lado, "política externa" ou mesmo "política internacional" e, de outro, "relações internacionais". Mais tarde veremos o quanto essas distinções são pertinentes à nossa taxa de incremento e intensificação do problema da legitimidade no mundo contemporâneo.

Sinteticamente, pode-se afirmar que o estudo regular da política externa nasceu como uma ponte entre as análises da política interna, confiadas à "ciência política", e o exame da política internacional e diplomacia, consignado à então novel disciplina da "relações internacionais".

Entretanto, a distinção realmente vantajosa, do ponto de vista analítico, tem a ver com o foco predominantemente estatal, ou interestatal, da "política internacional" (como esboço de políticas externas) e o âmbito potencialmente bem menos estatacêntrico das "relações internacionais".

Sem entender, vários tratadistas respeitáveis usualmente capitulam-se seja em "relações internacionais", seja em política internacional se conservam, na realidade, basicamente fiéis à perspectiva "estatacêntrica". Desta que Locke visionariamente caracterizou

a política externa como "o poder da guerra e paz, de ligas e alianças", o costume de reduzir o estudo das interações internacionais à gênese, início, desenvolvimento e influência recíproca de políticas exteriores - em outras palavras, no terreno da "high policy" - tendeu longamente a monopolizar o esforço reflexivo consagrado aos fenômenos do poder no plano transnacional. Basta vista a obra de um Hans Morgenthau, um Raymond Aron, um David Vital, um Richard Snyder, um James Rosenau. Até mesmo em Morton Kaplan, que tanto insiste na distinção entre macromodelos da política internacional e micromodelos de processos da política externa (estes, subordnados em relação aos primeiros), o foco permanece estatocêntrico demais. Pluriestatocêntricos, por definição - mas gravitando sempre em torno do político enquanto identificável com o comportamento de atores-estados.

Não obstante, é cada vez mais óbvio e interessante, melhor, a necessidade de estudar toda uma série de relações transnacionais que escapam à iniciativa, senão à jurisdição, dos estados. Não há dúvida de que, em nossa época de macrocapitalismo e de socialismo autoritários, a pujança do estado o leva a invadir cada vez mais a área, outrora defesa, da sociedade civil. A impressionante multiplicação dos estados nacionais, respaldada pelo vigor dos jovens nacionalismos, é de resto um dos maiores fatos mundiais do presente pós-guerra. Tão muita razão aquelas que, como Northedge, advertem contra a precipitação em falar de "fim do estado-nação", esquecendo-se de que o controle desta última se tornou, em vários domínios, incrivelmente mais amplo e mais severo do que nos belos tempos da "pax europeia", assassinada em 1914.

Mas é igualmente certo que, por outro lado, a esfera das relações internacionais de tipo estatucional não pára de crescer, e as laços transnacionais de cunho apolítico não cessam de robustecer-se. Se o nosso é de fato, ainda mais que o passado, o século do nacionalismo, ele é também, em escala inédita, o século do internacionalismo - e do internacionalismo apolítico tanto ou mais do que do político. Várias apoçias da (il)legitimidade em nosso tempo possuem aqui a sua raiz.

É preciso, portanto, insistir em "despolitizar", em larga medida, o conceito de âmbito global das relações internacionais. Com isso, porém, não se quer de modo algum minimizar as relações de poder no campo internacional. O que se faz mister ultrapassar é o institucionalmente político (a órbita do estado e, vulgarmente, dos governos), não a função geral da relação (social) de poder. O aforismo de Gottfried Keller: "tudo é político" deve ser entendido assim: "tudo é político", quer dizer, o poder se manifesta em toda parte; nenhuma área do social - desde o ponto mínimo da família nuclear até a circunferência máxima do campo internacional, visto em perspectiva "geocêntrica" (Podolski), nenhuma dimensão do social - desde a arena política até a arte, a ciência e a religião - é impermeável à formação e ao desenvolvimento de relações de poder. Nenhuma delas está a priori livre da incidência do que poderíamos chamar de elemento crítico (de kratos, força, poder) na vida social.

A noção, devida a Samuel Finer, de Oxford, de "situação política" (political predicament) é essencialmente vizinha desse reconhecimento. Para que se dê uma "situação política", ou melhor, nos nossos termos, uma situação crítica, ou de poder, basta que tenhamos diante de nós qualquer circunstância em que

- (a) determinado grupo requiera uma política (policy) comum;
- (b) seus membros adveguem, para essa função da regra comum, políticas mutuamente excludentes.

Em conclusão, dentro do campo geral das relações internacionais, políticas ou não no significado institucional e corrente da palavra, é que se situa, como região específica, a política internacional, enquanto soma e/ou contexto de políticas externas; e dentro desta, por sua vez, situa-se o domínio analítico da política externa, entendida, como quer Rosenau, como "o conjunto dos fenômenos que refletem uma associação entre variações na conduta de atores internacionais e variações no seu ambiente externo".

Delimitada assim a hierarquia lógica dessas disciplinas e subdisciplinas, convém localizar nela o escopo da nossa indagação. Ele coincidirá, na segunda parte, com as áreas temáticas da política internacional e da política externa; mas isso se deve exclusivamente a uma razão de ordem pragmática: nesse desejo de concentrar a análise em problemas de legitimidade diretamente ligados à posição política das chamadas potências emergentes. Não se nutre, por conseguinte, nenhuma expectativa de reduzir a problemática da legitimidade internacional ao terreno do político-institucional.

2. Poder e legitimidade.

Definido sumariamente o território do estudo, cumpre voltar ao tema da legitimidade e abrir a parte conceitual do seu estudo. Para começar, uma pincelada semântica histórica. A voz latina legitimus significava tão somente "legal, de acordo com a lei"; Cícero falava nesse sentido em "potestas legitima". Como o masmo se passava com o verbo nomine, é lícito concluir que a Antiguidade clás-

clássica desconhecera a questão teórica da legitimidade. Esta só emergiria no ocaso helenístico da pólis.

Aparentemente, a apreensão da legitimidade como problema intelectual só deveu, com efeito, ao eclipse dos governos diretos: a democracia da ágora, e a dominação dos tiranos locais. O fato é que a própria aplicação do adjetivo legitimus à pessoa do governante é uma inovação tardia, já radiava, que reflete a longa experiência do poder delegado a representantes do Império ou do papado. A dificuldade prática de justificar a autoridade baseada numa transferência de direitos tornou, assim, o fundo do questionamento de caráter teórico.

Com S. Tomás, com Bartolo, no século XIV, através da distinção entre a tirania ex parte exercitii e a tirania ex defectu tituli, pode-se dizer que nasce a teoria jurídico-política do legítimo, estreitamente unida, conforme se vê, a uma aguda percepção do fundamento da illegitimidade. A tirania derivada de mau exercício do poder configurava a ilegalidade; a tirania proveniente de usurpação (título defeituoso), a illegitimidade. De Grotius e Hobbes a Locke e Rousseau, a filosofia política pós-medieval, quase toda ela inspirada na perspectiva contratualista do humanaturalismo, e centrada no problema da obrigação política, sentava o tema da legitimidade no plano relativo teórico.

A teorização contemporânea pode ser rapidamente creditada com duas contribuições. Primeiro, no campo do pensamento jurídico, ela renovou a conceituação da legitimidade da norma. Kelsen entendendo-a como uma validade imnente à lei positiva, mas Herbert Hart, talvez o maior filósofo do direito pós-kelseniano, notou consideravelmente esse radicalismo positivista ao subtrair a existência de um mínimo de congruência entre a lei e a moralidade,

mínimo esse baseado em determinados truismos sobre a condição humana (Hart não é um jusnaturalista e qualifica seus truismos antropológicos de "contingentes", razão pela qual fuje à expressão "natureza humana" ao expor sua doutrina).

Em segundo lugar, os teóricos contemporâneos enriqueceram o legado da filosofia política clássica (antiga e moderna) no tocante à caracterização empírica da legitimidade do poder. Detenhamo-nos um pouco nos pontos mais interessantes desse enriquecimento.

Grosso modo, a moderna inteligência da poder legítimo se resume em duas concepções: uma subjetivista, outra objetivista. Na concepção subjetivista, exponencialmente representada por Carl Joachim Friedrich, Seymour Martin Lipset e David Easton, o problema da legitimidade é identificado com "a questão factual de saber se um dado governo é tido por baseado num bom título pela maioria daqueles que lhe estão sujeitos" (Man and his Government, pg. 234). Chamo essa perspectiva "subjetivista" porque ela equipara expressamente a legitimidade à "convicção, da parte dos membros (do sub-teto político), de que é correto e próprio (...) aceitar e obedecer às autoridades" (Easton; nosso grifo).

A contribuição original de Easton a esse enfoque foi de natureza taxinômica. Ao discriminar os objetos do analis como um dos insumos fundamentais do sistema político, Easton acabou trazendo a classificação hoje consagrada dos objetos da legitimidade política: a comunidade (geralmente, um estado-nação), o regime e as autoridades. Por exemplo, nos Estados Unidos, em 1974, a lealdade à comunidade e ao regime subsistiu, ao passo que a legitimidade da autoridade federal suprema - o presidente - evaporou-se. Na Alemanha de Weimar, a legitimidade da nação era intensa, mas a do regime, muito precária entre as elites. Finalmente, para um grande número

de habitantes do Québec, ou da Escócia, a legitimidade do Canadá ou do Reino Unido como comunidades estatais é discutível - e para a maioria dos libaneses, a legitimidade de uma comunidade biconfessional parece ter sido irremediavelmente perdida nestes últimos dois anos.

É interessante notar que, para autoras como Raymond Polin, todas essas definições seriam insuficientes, pois segundo ela a plena legitimidade de um governo depende do seu reconhecimento por outros governos - um dado naturalmente negligenciável em análises como a nossa. No entanto, o requisito de Polin não afeta em nada a estrutura lógica da concepção subjetivista; apenas a amplia, estendendo a "convicção" em que radica a legitimidade à maioria dos não-súditos do poder tido por legítimo, isto é, aos outros governos.

A concepção objetivista da legitimidade se singulariza pelo esforço de ancorá-la em algo menos contingente que o mero sentimento subjetivo dos governados. Criticando a posição de Friedrich, Peter Stillman observa que ela não leva em conta o papel dos valores como critério do legítimo. Deste ângulo, noções menos democráticas da legitimidade, como a de Burke ou, mais recentemente, a gaullista, seriam bem mais satisfatórias. Burke, o fundador do pensamento conservador, forjou a clássica assimilação da legitimidade à tradição, "a deliberate election of ages and generations". De Gaulle, como é notório, pretendia que a fonte suprema da legitimidade residia não na opinião da maioria, mas nas unidades tendentes a unir, em vez de dividir, o estado, resido por "une certaine idée de la France". Em ambos os casos, no tradicionalismo de Burke e no nacionalismo gaullista, um metro externo à subjetividade da maioria dos governados fornece o critério do governo legítimo.

"Um governo é legítimo", diz Stillsan, "se e somente se os resultados do produto governamental são compatíveis com o padrão de valores da sociedade". Ou, completando a definição: legitimidade é a compatibilidade entre os resultados do "output" governamental com os padrões de valor dos grupos relevantes, a saber, os diversos grupos que compõem a sociedade e o sistema internacional. É precisamente porque a legitimidade se relaciona com os valores sociais, e porque estes normalmente se diferenciam segundo os diversos grupos de uma mesma sociedade, pode haver sociedades nas quais inexistir legitimidade, em razão de um padrão de valores demasiado bifurcado ou contraditório, ou, ainda mais frequentemente, em razão da circunstância de grupos sociais exporem valores acentuatamente antagônicos. Sociedades em guerra civil, como a Inglaterra em 1640, os Estados Unidos em 1860, a Espanha em 1936, o Paquistão em 1971, ou o Líbano, a Nicarágua e a Irlanda do Norte de hoje, exemplificam claramente essa última eventualidade.

Vê-se facilmente que, enquanto a tónica de concepção subjetivista recai no plano propriamente político, focalizando primordialmente a relação governantes/governados, na concepção objetivista da legitimidade como valor, a ênfase se desloca para o social, ou sociocultural. Significativamente, um dos mais conhecidos e originais autores de uma teoria sistémica da "polity" (+), Karl Dey

(4) Quem quer que estude entre nós ciência política dificilmente escapa à verificação de quanto se faz necessário contarmos com uma tradução adequada desse útil termo, "polity", designativo do campo das funções e papéis políticos (estatais ou não) na sociedade. "Politéia", com seu halo halo platónico, ainda parece soar demasiado "clássico"; não obstante, constitui a meu conhecimento o equivalente mais idóneo, e em se tratando de conceito técnico, não vejo porque o consenso dos especialistas não terminaria por consagrá-lo.

Deutsch, já havia vinculado a noção de legitimidade como simbólica de valores ao conceito parsoniano de "sistema social". Para Deutsch, legitimidade é o produto da compatibilização, operada mediante o uso de símbolos, de ações descontínuas, visando ao atingimento de valores x, com os valores-chave do sistema social. Legitimidade é o efeito gerado pela associação entre a experiência social e símbo-los de carga axiológica dotados de autoridade especial, em virtude de representarem os valores centrais de uma dada cultura. Como tal, constitui um fenômeno informacional, intrinsecamente localizado no tempo, que corporifica a dinâmica da ordem simbólica enquanto veículo da autoridade social.

A conexão legitimidade/simbolismo axiológico foi muito bem utilizada por Richard Merelman, numa iluminadora tentativa de compreender a mecânica da formação da legitimidade política por meio da psicologia behaviorista de aprendizado. Contudo, a nível mais geral, essa concepção objetivista da legitimidade como simbólica de valor se defronta com graves dificuldades de ordem cognitiva, pois a identificação empírica dos valores sociais ou grupais, considerada em termos da pesquisa psicológica, revela-se extremamente lábil. Vemos sem conta se tem ou não razão incriminado a sociologia parsoniana pela sua propensão injustificada a presumir um consenso sobre valores como ponto de partida da já por isso mesmo duvidosa idéia de "sistema social". Mesmo na citada perspectiva de Stilleman, evidentemente mais alerta à interdependência entre padrões sociais de valores e estratificação social, as incertezas quanto à leitura correta de crenças axiológicas a grupos sociais permanecem intactas. Os inquéritos psico-sociológicos são, a esse respeito, instrumentos bastante ingênuos, em geral compostos de perguntas preconcetidas e respostas fundamentalmente ambíguas.

No fundo, tanto a concepção subjetivista quanto a objetivista de legitimidade se articulam em torno da confiança ou crença. Uma acentua o lado subjetivo da convicção legitimadora, outra, o seu objeto social, externo à consciência do governado; nas duas - herdeiras que são do clássico na matéria, o conceito weberiano da legitimidade como Glaube (fé, crença) - alicerçam a experiência da legitimidade num elemento fiduciário, numa base de confiança. Uma, porém, tende a negligenciar o critério que preside à convicção legitimadora, a com isso se condena, analiticamente, à constatação do trivial; ao passo que a outra limita o seu rendimento analítico pela imprecisão da sua referência empírica.

Haverá uma terceira concepção que, sem cair no abstracionismo da noção subjetivista e trivializante de legitimidade, permita superar as impasses da ênfase dada ao seu nexo com insuspeitáveis "valores" sociais? Felizmente para nós, a resposta é afirmativa. Ela consiste em colocar a reflexão sobre a legitimidade no contexto de uma análise sociológica do poder. Correndo pela última vez o risco de pedantismo neologístico, diríamos que, ao lado da abordagem "fiduciária" da legitimidade, ou seja, do seu enfoque em termos de confiança ou "fé", existem os rudimentos de uma abordagem "crítica", isto é, de um seu enfoque em termos de força ou poder.

Arthur Steinbock pioneirizou essa perspectiva crítica ao definir a legitimidade como uma "reserva de poder". Segundo ele, um poder só pode ser efetivamente respaldado quando seu detentor se recusa a recorrer a outros centros de poder. Sob esse aspecto, a legitimidade é uma força estabilizadora, porque desonra na credibilidade de uma ação provável em apoio a atos específicos de um dado poder.

Nota-se que o elemento da antecipação psicológica, longe de ser banido, é incorporado. Tanto o cidadão crente no bom título do governante e o subordinado apenas consciente e temeroso da reserva do poder de que goza o governo legítimo agem, quer dizer, obedecem, em função de uma expectativa. Mas o que importa é a colocação própria do elemento da antecipação psicológica, e essa varia decisivamente - num caso, ela é fiduciária; no outro, meramente calculista e utilitária.

Reinhard Bendix celebrou a analogia entre a legitimidade política e a confiança que os depositantes de dinheiro num banco têm na sua solvência - confiança que permite ao banco reinvestir-lhes as poupanças na pressuposição razoável de que, em princípio, os depositantes nunca decidirão retirar em conjunto todos os seus depósitos simultaneamente. Analogamente, a legitimidade política pode ser vista como um mandato implícito dos governados às autoridades para que realizem o atos na pressuposição de que contam substancialmente com seu apoio. E nesse sentido que a legitimidade realmente constitui, como bem viu Renan, o "plebiscito de todos os dias".

Porém esse tácito plebiscito, isto é, a confiança baseada na crença na legitimidade dos governantes, além de ser mais eventual de que sugere o dito de Renan, pode perfeitamente coexistir com outro nível psicológico, a saber: a consciência da base crítica da autoridade estabelecida. Ora, a diferença entre a crença dos governados na concepção de Friedrich, Easton e Bendix e a credibilidade da reserva de poder dos governantes na concepção de Stinchcombe salta aos olhos. Evidentemente, no segundo caso, o elemento fiduciário é praticamente nulo. Não ocorre nenhuma confiança, e sim um simples cálculo de custos e benefícios. Um exemplo chão e

grosseiros: de nada me serve vencer fisicamente ou escapar ao policial que me impõe uma sanção, se atrás dele se perfila a polícia inteira e atrás dela, a lei mantida pelas autoridades públicas.

Stinchcombe chega ao ponto de inverter a relação legitimidade/valores. Na outra concepção objetivista, conforme visto, os valores sociais são a matriz do sentimento de legitimidade do poder. Stinchcombe acha que se dá o oposto. Os valores sociais só são efetivos, pensa ele, quando ocorre uma alta correlação entre a sua defesa e mecanismos de poder. As instituições lhe parecem justamente focos de concentração de poder a serviço de diversos valores e interesses. E nosso sociólogo acrescenta uma ilustração persuasiva: na Europa moderna pré-industrial, os valores protestantes triunfaram nas regiões onde o poder da coroa os sustentou; mas desapareceram, os não chegaram a ser hegemônicos, naquelas em que o poder não lhes sorriu.

Entretanto, a redução da legitimidade a reserva de poder precisa ser matizada. Caso contrário, ela corre o perigo de ser interpretada como se mantivesse a legitimidade demasiado perto da coerção, quando as modalidades de poder nos proporcionam um quadro bem mais amplo e confortável. Vejamos brevemente como.

Convém distinguir, no fenômeno do poder (político ou não), atributos, modalidades, dimensões e configurações.

Atributos: o poder é um fenômeno relacional ("powers are relations, not agents", já dissera epigramaticamente Locke); intencional ("poder é a produção de efeitos intencionais" - Bertrand Russell); inconscional ("o poder é a probabilidade de que um ator numa relação social se encontre na posição de executar sua vontade à despeito de resistência, irrespectivamente à base na qual se

acção semelhante probabilidade" - Weber; saliente-se a quase perfeita congruência entre esse conceito e o de poder internacional, de Morgenthau: "a capacidade de cada estado de influenciar ou obrigar os demais a agir, ou a deixar de agir, de determinada maneira"; e potencial (normalmente, o poder se baseia na ameaça de coerção, não no uso da própria, que constitui um caso extremo).

Modalidades: a coerção, identificada, conforme vimos, com o atributo de impositividade; a ameaça de aplicação, ou a própria aplicação, de séria privação de algum bem, ou seja, de algo efetivamente valorizado pela vítima do poder; a autoridade, equivalente à dominação legítima, regida por normas, e marcada pelo consentimento dos subordinados; a influência, uma forma de dominação que, não empregando nem a coerção nem a autoridade, se nutre do intercâmbio social (p.ex.: os burocratas podem, por vezes, substar-se às ordens de seus superiores, sem no entanto considerá-las legítimas e sem que, para se substararem, eles se sintam ameaçados imediatamente de privação, mas simplesmente porque pensam "trocar" sua obediência por chances futuras de promoção, etc.); enfim, a força, que designa uma modalidade de poder na qual os fins dos detentores de poder não são atingidos com o consentimento dos subordinados, nem por "intercâmbio" com eles, nem mesmo pela ameaça de privação, mas sim apesar da sua insubmissão.

Na força, o poder permanece intencional e impositivo, por não cessa de ser potencial: como força, o poder é todo in actus. Ao mesmo tempo, sua natureza relacional, pelo menos enquanto diálogo de poder, se reduz ao mínimo. Para constatá-lo, é suficiente comparar força e coerção. Nesta, já diziam os antigos ("coactus tacet voluit"), subsiste - mesmo dentro da expressão - a liberdade do subordinado, que decide substar-se ou não; na força, essa mesma liberdade é aniquilada.

Vale a pena observar, de passagem, que a ideologia, enquanto forma de poder, não passa de uma versão sublimatória da força. Na medida em que constitui uma manipulação (de idéias), o ideológico atua com base na ausência ou supressão de outras alternativas por parte do público. A diferença real, do ponto de vista lógico, entre força e ideologia não reside tanto, por conseguinte, na brutalidade da primeira em contraste com a sutileza da segunda, mas antes no fato de que, afora os casos, extensivos e sociologicamente muitíssimos menos importantes, de ideologias declaradamente apologéticas, não se pode considerar o processo ideológico como algo intencional. Ideologia é portanto - enquanto pensamento ligado a interesses de grupo que passa por universal - uma instância de poder puramente impositivo, mas não necessariamente intencional (as ideologias profundas são "doxas" inconscientes, que abrangem tanto a mente dos que delas se beneficiam quanto aquela dos que elas, em suas consequências práticas, prejudicam).

Direções do poder: sua extensão (de acordo com o maior ou menor número de subordinados); sua compreensão (de acordo com a maior ou menor gama de ações à disposição dos seus detentores); sua intensidade (de acordo com a gama de opções de que dispõe seus detentores em cada relação de poder). Nada ilustra melhor esta classificação, devida a Bertrand de Jouvenal, do que a evolução macro-sociológica do poder na passagem da chamada sociedade agrotradicional para as modernas democracias industriais: visivelmente, nessa passagem, o poder político cresceu extraordinariamente em extensão e compreensão - mas foi paralelamente delimitado em sua intensidade pela democratização crescente (por mais imperfeita e inçada de exceções importantes) das relações políticas nesse tipo de sociedade.

Finalmente, é possível discernir, com Frederick Martin, configurações da poder. O ponto de partida, neste ponto, é o reconhecimento de que as relações de poder se baseiam essencialmente em dois elementos: 1) padrões assimétricos de dependência, resultantes de diferenças na capacidade de controle do acesso a recursos desejados por vários grupos sociais; e 2) maior ou menor disponibilidade de vias de escape para os que encontram em posição subordinada. De acordo, então, com as variações básicas do grau de dependência, da facilidade de escape e da relação entre ambos, teríamos:

- (a) uma dependência muito assimétrica conjugada com escape fácil configura uma situação que convida ao uso da coerção;
- (b) uma dependência muito assimétrica conjugada com escape difícil, configura, ao contrário, uma situação propícia à exercício da autoridade, porque os subordinados que- rerão normalmente evitar a coerção, e os detentores do poder tenderão a julgar a autoridade menos custosa e mais eficaz do que a dominação coercitiva;
- (c) uma dependência menos assimétrica com escape fácil leva naturalmente também a uma configuração baseada na autoridade, pois nesse caso a obediência precisa obter o con- sentimento dos subordinados;
- (d) enfim se a dependência não é muito assimétrica, mas a escape ter- pouco é fácil, é provável configurar-se uma situação propícia ao emprego da influência.

Coloquemos agora a legitimidade nesse quadro de modalidades e configurações de poder. Tanto a coerção quanto a influência (para não falar na força) não deixam margem, fenomenologicamente, a sentimentos legitimatórios por parte dos subordinados. Já a autoridade, fundada que é no consentimento deles, se desenha claramente como a modalidade-configuração mais isomórfica em relação à legitimidade.

No entanto, conforme se viu, a autoridade, como modalidade de poder, tende a prevalecer por igual em duas situações perfeitamente distintas. Na primeira delas, (b), uma relação prerunciadamente assimétrica sem facilidades de evasão induz a um consentimento "faute de mieux". Na segunda, (c), uma dependência maior assimétrica, conjugada com alta possibilidade de evasão, origina uma situação de livre consentimento. Bem entendido, na realidade, trata-se quase sempre de uma diferença mais incremental do que binária - mas ainda assim crucial. Sucintamente: se é certo que não pode haver autoridade (por oposição à coerção) sem consentimento, não é menos certo que pode ocorrer consentimento sem real legitimidade, isto é, sem que o reconhecimento do bom título dos governantes para governar nasça de uma aceitação verdadeiramente livre de seu bando. Temos, portanto, uma espécie de continuum de modalidades-configurações de poder: da força à coerção, desta à influência, desta à autoridade, por assim dizer, sublegítima, e desta à autoridade plenamente legitimada pelo livre consentimento dos seus subordinados.

3. Legitimidade e poder internacional.

Como ajuizar a utilidade de uma minimalística do poder, com sua concepção da legitimidade como configuração "crítica" (em vez de fenômeno "credenciário"), para uma análise de política internacional?

Essa interrogação é tanto mais pertinente quanto o conceito de poder (inter)nacional em termos de potencialidade e intencionalidade - conceito estabelecido pela chamada "escola realista", liderada nos Estados Unidos por Morgenthau e na Europa, por Aren - passou a receber cerrada crítica na teorização mais recente. Os principais argumentos contra essa concepção "weberiana" do poder internacional como capacidade são:

- (a) a alegação de que ela tende a superestimar o arbítrio do ator-estado, em detrimento do contexto internacional que o limita;
- (b) a idéia de que em política internacional não há poder ocioso, não cabendo, portanto, a noção de algo passível ou não de emprego, inerente à idéia de poder-capacidade;
- (c) a sugestão de que a teoria do poder nacional como poder-capacidade reflete inconscientemente a experiência da política externa ocidental, e particularmente americana, da primeira fase da guerra fria, assinalada pela maior plasticidade do sistema internacional em relação ao poder político-estratégico do então único supergrande.

Deixemos de lado a virtual contradição, não obstante bem conhecida, entre (a) - ou (a) e (b) - e (c). Com efeito, no primeiro argumento, a teoria do poder nacional é contestada na própria exig

existência do seu objeto, ao passo que, no terceiro, ela é "refutada" a pretexto de que não faz senão espelhar (acriticamente) uma fase histórica caracterizada pela atuação superlativa desse mesmo objeto... inexistente! Passemos, porém, aos próprios argumentos.

O último pode ser rapidamente repellido. Quando muito, ele explicaria Morgenthau, mas não Aron; ou seja, o "realismo" da teoria na década de quarenta, mas não na de sessenta. Principalmente, porém, o argumento repousa numa "extrapolação típica da chamada "sociologia do conhecimento" - deduz de uma não provada relação entre a teoria e seu suposto calce histórico-social a desvalia da primeira, o que implica um relativismo arbitrário. Teorias têm de ser apreciadas por si, não por quaisquer circunstâncias de sua gênese. Teorias empíricas são, as científicas, falsificáveis, e se falsificáveis, boas ou más; contudo, a falsificação de teoria nunca provém da demonstração desta ou daquela sua origem ou motivação (quanto mais de simples hipóteses sobre elas), e sim da demonstração da sua incompatibilidade com a experiência.

Quanto à alegação de que a teoria do poder nacional tende a desconhecer o papel do contexto internacional, ela apresenta como uma necessidade o que não passa de uma possibilidade. Em si mesma, a concepção do poder nacional como capacidade não acurata nenhum desprezo pelos fatores contextuais. Seria, de resto, fácil contra-argumentar, acotando o fato notório de que é em boa parte das chamadas teorias sistêmicas da política internacional, soi-disant superadoras da escola histórico-realista, que se verifica a inversão - a negligência da face causal interna, relegada ao campo pretensamente menos interessante do "substancial", Kaplan é um exemplo característico.

Que dizer, finalmente, da assertiva de que em política internacional não há poder ocioso? Será que ela suporta a lembrança da inércia das democracias ocidentais ante a rearmamentização da Alemanha na década de trinta, ou, bem mais perto de nós, a inibição da política externa americana - causada pelo refluxo do fim da guerra do Vietnã e pelo eclipse da presidência imposto pelo "complexo de Watergate" - na fase decisiva do conflito angolano? A verdade é que o desamparo do poder é um grande dado da vida social e internacional, em certas situações tão dramático quanto, em outras, o seu uso ou abuso.

Não, não obstante, um grão de verdade por trás dessas objeções; não pelas como tais, mas no seu desejo de acentuar o fator contexto na análise do poder internacional. Mas a concepção empiricamente mais promissora do poder internacional, como aliás do poder tout court, é aquela que se recusa a uma simples disjuntiva ou poder-capacidade ou força do contexto, e prefere manter-se atenta ao que vem sendo chamado "dialética de poder e estrutura" - uma dialética que gira em torno de atores possuidores de capacidades, em expansão ou contração, defrontados com oportunidades (também em aumento ou em diminuição). O contexto internacional é uma parte, impossível de superestimar, da estrutura dentro da que se move, por ele condicionada, mas sem com ele confundir-se, é poder nacional.

Em algumas dentre as escassas e incipientes análises de política internacional feitas em algumas potências emergentes, a recalcitração diante do conceito de poder nacional exprime por vezes uma irritação ingênua face à distribuição excessivamente desigual do poder no mundo. A partir do protesto (hoje, naturalmente, reclamando séria revisão na sua imagem da cena internacional) contra o "conselhamento do poder mundial" (Araújo Castro), passa-se,

com a melhor das intenções, ora à denúncia do "sistema", ora à impugnação de conceitos analíticos de tipo assistêmico, como esse do poder nacional. Infelizmente, a indignação não substitui a análise, e impugnar conceitos no calor do protesto - atitude que equivale a por a culpa da dor de dentes no dentista - rende pouco ou nada em matéria de compreensão objetiva da realidade internacional.

O saudoso Embaixador Araujo Castro, que possuía em alto grau o gosto (por ele mesmo notoriamente considerado raro entre a maioria de seus colegas) de reflexão crítica sobre política internacional, seria hoje o primeiro a reaver e refundir seus retratos do mundo, a começar pelo mais citado e recitado, o famoso instantâneo do congelamento de 1971 - em plena lua de mel da "détente"!.. Tendo tido o privilégio de ouvi-lo e conversá-lo, o autor não vacila em conjecturar que ele dificilmente subscruveria o abandono por ele a simples de circunstâncias bem menos ideológicas do que as propala, só porque seu emprego analítico tivesse, a certa altura, evidenciado fatos com o desagradável. Araujo Castro não confundiria ciência com impaciência.

Para voltarmos - uma página antes de encetar a parte histórica de nossas considerações - ao problema da legitimidade internacional, examinemos um minuto, em sua pura estrutura lógica, a noção de congelamento do poder mundial. Não ajuda ela a uma situação de poder desdobrável, analiticamente e conforme as várias áreas e graus de manifestação do congelamento, em meio de uma das configurações "críticas": situações de acentuada assimetria, a maior ou menor espaço de avanço, dos focos emergentes de policontrismo ou multipolaridade em relação aos supergrandes? E não constitui essa noção, enquanto tal, uma abreviatura crítica do então perfil da ilegitimidade do sistema internacional - daquele que nela represen

representa o que Celso Lafer tem chamado de dissunção da ordem e do poder, a que ele próprio identifica com uma crise de legitimidade? A grande vantagem da feliz metáfora de Arango Castro no parece residir precisamente na sua essencial transitividade em relação a, de um lado, o poder (nacional) e, de outro, a estrutura (o contexto internacional). A própria conotação "conspiratorial" de seu slogan de combate conspira contra qualquer validade de interpretá-la em termos de um supercontextualismo refratário à "dialética de poder e estrutura".

Em síntese, impõe-se a nomear a conclusão de que a legitimidade, no terreno internacional, se deixa analisar muito melhor dentro de uma perspectiva objetivista "crítica", conforme proposto acima, do que dentro de concepções puramente fiduciárias, seja subjetivistas, seja objetivistas, mas não críticas. O enfoque subjetivista não nos proporciona critérios discriminatórios, e toda concepção de legitimidade como simbólica de valor(es), endossado(s) pelos membros da comunidade internacional teria contra si, para começar, a evidente existência de consenso axiológico entre os atores. Já a noção de legitimidade como configuração aberta de poder, trocando a ênfase no consenso pela tónica no consentimento, parece bem mais adequada a dar conta da problemática arcaica do legítimo/ilegítimo no mundo contemporâneo, para a qual nos voltaremos a seguir. A legitimidade internacional, em suma, constitui uma instância óbvia do conceito de legitimidade como configuração de poder.

II. Alguns problemas de legitimidade no sistema internacional contemporâneo.

1. O fantasma sistêmico.

O estudioso desprovenido de relações internacionais ou, dentro delas, de política internacional dificilmente escapará à impressão preliminar de que se trata de disciplinas altamente sistêmicas, tal a frequência e convicção com que a maioria de seus expositores utilizam a palavra "sistema" para referir-se a seu objeto de estudo ou aos modelos graças aos quais pretendam analisá-lo. No entanto, uma só gota de sofisticação epistemológica dissipa em três tempos essa impressão. Muitos teóricos de relações internacionais enchem efetivamente a boca com o vocábulo sistema, e vários fazem da sua intenção de usar abordagens sistêmicas o panhor da cientificidade de seus métodos (em contraste com o caráter inconsciente ou deliberadamente pré-científico dos instrumentos de análise usados pela dita escola "tradicionalista"); mas a verdade é que essa alegada perspectiva sistêmica permanece, o mais das vezes, puramente verbal, ou mágico-verbal (como se os modelos de sistemas internacionais fossem brotar, autênticos e rigorosos, de sua mera invocação ritual); e a maioria dos teóricos associados pelo sistêmico atuam, na prática, como se declarar-se pré-científico fosse, no fundo, uma excelente desculpa para proceder de modo vastamente incientífico (Marion Levy).

Em tais condições, longe de assinalar a maturidade cognitiva da disciplina, o fetichismo do sistêmico indica, na realidade, uma espécie de doença infantil. Em relações internacionais, o culto do fantasma sistêmico (fantasma, no duplo sentido de miragem e de coisa inconsciente) representa a rigor uma forma particularmen

particularmente virulenta do serampo estrutural-funcionalista em teoria sociológica e ciência política. Daí a cansativa repetição dos mesmos erros e falácias que viciam o emprego do conceito nessa área de crises: erros lógicos, metodológicos e empíricos.

Erros lógicos, a começar pela negligência ou inépcia no tocante ao delineamento preciso dos limites dos pretendidos sistemas internacionais. Um exemplo escandalosamente eloquente é o da Estoca, para quem sistema é "todo conjunto de variáveis, independentemente do grau de interrelação entre elas". Ora, se tudo for sistema, a advocacia de uma ética sistêmica em ciências sociais se torna perfeitamente trivial. Se, ao contrário, nem tudo é sistema, então não se pode fugir à obrigação de especificar o que o é. No terreno internacional, essa falta de determinação precisa se agrava pela menor "visibilidade" do próprio correlato empírico da entidade sistêmica postulada. Com efeito, ao passo que as sociedades, pelo menos, em sua condição de realia dadas como total, oferecem-se imediatamente à nossa observação como candidatas plausíveis a um tratamento sistêmico, o mesmo não sucede com nenhum sistema internacional. A indeterminação de limites compromete, além disso, a solidez de qualquer tentativa de especificar os estados do sistema. Von Bertalanffy (General System Theory, cap. 5) é o primeiro a reconhecer idealmente que a análise dos "sistemas" sociais, isto é, de sistemas abertos e ativos (em vez de fechados e reativos, como os sistemas regidos pela entropia) ainda não dispõe de critérios definidores de estados. Em outras palavras, uma vez rejeitada a falsa analogia com os sistemas homeostáticos, orgânicos ou mecânicos, ficamos tranqüilamente privados de meios para analisar, em termos inequívocos, a dinâmica dos nossos presunidos sistemas...

Erros metodológicos, como a presunção apriorística da estabilidade (Porton Kaplan, p.ex., é considerado maníaco desse hábito) ou a indulgência para com "explicações" teleológicas, cujo substrato lógico equivale, em última análise, a afirmações do tipo "as pernas existem para vestir calças".

Erros empíricos, enfim, grosso modo identificáveis com as famosas três falácias do funcionalismo sociológico denunciadas por Robert Merton: o postulado panfuncional (a presunção de que tudo desempenha uma função no sistema), o postulado da unidade funcional (tudo se relaciona com tudo mais) e o postulado da indispensabilidade (todo elemento desempenha uma função que nenhum outro é capaz de desempenhar).

No interior de Minas, costuma-se alenchar de "sistematismo" o louco. Sem ir tão longe, pode-se dizer que os fanáticos do sistematismo, em relações internacionais, figuram entre os teóricos mais fantasistas e intelectualmente menos responsáveis (além de passavelmente pedantes). No máximo, alguns modelos de sistema internacional apresentam considerável valor heurístico, não explicativo. Por isso mesmo, não admira que, salvo poucas exceções, os modelos mais prestáveis se concentrem na obra daqueles que - como Holsti, Rosenthal ou Hoffmann - se especializam na identificação de sistemas históricos, não raro dando às costas às bombásticas pretensões cientificistas dos autores "hipersistematizantes".

É com todas essas ressalvas em mente - e só assim - que empregamos a expressão sistema internacional sem apêlo, no presente escrito. No fundo, ela se refere apenas a um faixa de aspectos estruturais, por oposição aos conjunturais, da cena internacional.

2. O sistema internacional: seu fundo histórico, sua estrutura política presente.

Se encerrarmos o sistema internacional, sem maiores pretensões, como "a totalidade das interações transnacionais de qualquer natureza entre quaisquer unidades" (P.A. Reynolds), duas estratégias de pesquisa se abrem diante de nós. Pela primeira, poderemos dedicar-nos à identificação das unidades interagentes, e analisar então as suas diferentes interações. Pela segunda, poderemos, ao contrário, identificar um determinado tipo de interação, passando então a ver o sistema como o conjunto das interações desse gênero, processadas entre tantas unidades quanto envolvidas.

A primeira estratégia tem sido seguida pela maioria dos estudos de política internacional, que se concentram habitualmente nos estados nacionais como unidades-foco do sistema. No entanto, se quisermos compreender, mesmo em suas grandes linhas, o fundo histórico onde se gerou e se consolidou a estrutura política do mundo moderno, dificilmente poderemos dispensar a segunda abordagem, e sublinhar o papel crucial de pelo menos um grande tipo de interação transnacional na sua constituição.

Esse tipo de interação foi, conforme é amplamente reconhecido, o econômico. Seu núcleo histórico, implantado na Europa do capitalismo, no século XVI, foi a formação e consequente expansão de uma "economia mundial" (world economy) europeia, a entidade integradora que cresceu sob diversas impérios políticos. De acordo com Gallerstein podemos dizer, enquanto as antigas economias de vocação mundial fatalmente se convertiam em impérios (China, Pérsia, Roma), a economia mundial capitalista superou as tentativas de integração

de tipo imperial. E a essência do capitalismo reside "no fato de que os fatores econômicos operam numa arena mais larga do que aquela que qualquer entidade política possa completamente controlar" (Wallerstein).

A rede de interações constituintes da "world economy" capitalista produz a dinâmica interna do processo histórico de maior impacto na vida da espécie humana desde a "revolução do neolítico": o industrialismo. Do ponto de vista histórico-sociológico, o advento da industrialização ainda hoje vivido pela maioria absoluta das sociedades humanas e da população da terra, se tornou o objeto daquilo que, com Ernest Gellner, convém denominar "sociologia da Transição".

Transição (com o t maiúsculo para assinalar a sua qualidade de categoria especial sui generis) é um conceito que procura apreender a passagem da obscuridade ao desenvolvimento, e da tradição à modernidade. Sua premissa é a convicção de que a difusão do industrialismo, levada a efeito por unidades nacionais, é o acontecimento dominante da nossa época.

Compreender a fundo a Transição é importantíssimo para o nosso tema, pois, de modo geral, o questionamento da legitimidade, em seus aspectos vigentes, é em si mesmo um fenômeno intrinsecamente ligado ao colapso da ordem tradicional, aquela que começou a ser decisivamente solapada e substituída, nas margens setentrionais do Atlântico, na segunda metade do século XVIII. Em consequência da Transição, todos os regimes sociais pré-industriais, com suas hierarquias hereditárias de papéis sociais pré-atribuídos (em vez de conquistados), se tornaram virtualmente ilegítimos.

Em particular, o horizonte da revolução industrial, uma vez deflagrada a marcha pluralista de industrializações imitativas (por oposição à única totalmente espontânea, a inglesa, começada ainda antes do século XIX), deu nascimento ao impulso mais característico do processo internacional contemporâneo: o esforço nacional de redução do status atínico, isto é, desprivilegiado, em que se arrastam as chamadas nações em desenvolvimento. O primeiro exemplo incisivo de esforço (e êxito) antiatínico costuma ser datado da chamada era Meiji, no Japão eitocentista. As revoluções leninistas do início do século a do nosso tempo têm sido ou procurado ser simultaneamente antiatínicas, e, no caso soviético, chegaram a confessá-lo com singular estridência sob a liderança de Kruchev ("alcançar os Estados Unidos na década de 80"). Mas o combate contra a atínia se tornou, nos últimos trinta anos, uma postura verdadeiramente mundial, adotada, com maior ou menor eficácia, por quatro quintos dos países do globo.

A generalização do empenho de sobrepujar a atínia internacional pode ser considerada o traço mais peculiar do sistema internacional contemporâneo - o nervo, como tal, da face externa da sociologia da Transição. Pois que significa a difusão de sentimento de atínia, senão o reconhecimento unânime da Transição como necessidade factual e moral, a um só tempo destino histórico de todos os projetos nacionais de cada um? Assim, no histórico do atual sistema internacional, desenham-se como que três tempos fortes sucessivos: a emergência de um "world economy"; o ingresso na Transição industrialista; a difusão "planetária" de condutas atínicas.

Esse histórico exposta relevo ao papel das interações de ordem não política ou militar, e notadamente tecno-econômica. De fato, é curial que, na era contemporânea, a política internacional se viu cada vez mais ampla e fortemente condicionada pelo crescimento e diversificação das relações internacionais, aqui e além dos canais do estado e até da esfera política, institucionalmente delimitada. Não obstante, a simples crônica da competição geral pela redução da atimia internacional revela que os vários esforços da "build up" nacional, conquanto notoriamente influenciados por tendências não só políticas, tiveram e continuam a ter como seu principal sujeito as cúpulas políticas estatais, quer nos regimes econômicos de mercado, quer nos de planificação central. Essa circunstância favorece bastante nosso objetivo, que é o mapeamento conceitual de uma problemática da legitimidade na política internacional; pois ela requer que identifiquemos a incidência específica desses fatores históricos na esfera das relações interestatais de poder.

Dois perspectivas se descorrem. A primeira se occupa com o nível de sistematização do cenário político internacional. Não se trata mais aqui da questão da idoneidade cognitiva da noção de sistema, já referida páginas atrás, e sim, no âmbito do próprio uso deficiente e paroxista analítico dessa noção, da sua viabilidade frente ao seu emprego, em ciência política, para fins de análise da "polity" interna. Destaca-se acentuadamente que, para que haja, na dada sociedade, um fluxo satisfatório de decisões no tocante à atribuição por autoridade de bens e valores, certos processos precisam ser efetivos: por exemplo, as demandas dos membros têm de ser articuladas e canalizadas para transmissão às instâncias decisórias; os meios que possibilitam a ação governamental têm de ser

prestadas (inclusive o reconhecimento da legitimidade dos governantes); e assim por diante.

Ora, na "sociedade" internacional, esses processos articulatórios primam pela ausência. Não havendo autoridades centrais, não há foco para o fluxo de demandas e decisões. De Hegel a Aron, a inexistência de "governo" tem sido tradicionalmente repetida a nota distintiva da comunidade das nações. Outros teóricos, como Roger Masters, não hesitam em comparar o sistema internacional ao sistema político das sociedades ditas primitivas: em ambas falta um governo concreto e formal, com capacidade definida para adjudicar e agir no caso de violação de normas; em ambas reina a violência, ou a ameaça dela, e o cada um por si; em ambas, é comum a cristalização de normas e obrigações derivadas de costumes e de procedimentos de herança, e não de uma ordem normativa tecnicamente racionalizada.

Apesar disso, porém, no terreno internacional também ocorrem, indubitavelmente, demandas e decisões. Se não chega a haver um "sistema político" organizado, como no modelo eastoniano, existe sem dúvida uma espécie de regime, com suas regras e estruturas centradas na ordem diplomática; e, igualmente, uma comunidade política, de certo acompanhada de um crescente sensu comunitário por parte dos atores-estado, que tendem a praticar e a atender ações de tipo cooperativo em vários domínios. Mas se não cair no utopismo da famosa "escola idealista", ou nas bem intencionadas suturações dos teóricos da integração, é possível afirmar que a especificidade da sociedade dos estados, embora sendo, como é, ainda arcaica, desenvolve-se a olhos vistos, e procura continuar a fazê-lo. A influência de expansão global das relações internacio-

internacionais nesse lento mas seguro processo de desenvolvimento decerto não carece de demonstração.

A segunda perspectiva teórica sobre a incidência do crescimento das relações internacionais no caráter da política internacional exibe cores bem mais rúscas. Sua preocupação central é a estratificação do sistema internacional, conceito que ganhou cidadania teórica graças aos trabalhos de Gustavo Lagos e Johan Galtung nos anos sessenta, e marcou data no volume de Matti e Robertson, International Systems and the Modernization of Societies.

Enquanto a análise do nível de sistematicidade da "sociedade" internacional tende a frisar o incremento de aspectos harmônicos, o foco na estratificação do sistema aponta vários eixos estruturais de tensão e conflito. Não é preciso subscrever as apressadas generalizações da teoria do imperialismo, hoje rechaçada como "sociologia da dependência", para admitir o bem fundado das considerações sobre o ordenamento vertical dos estados e grupos de estados. Ao contrário: ao costume marxista de interpretar a estratificação, de modo bastante simplista, como a variável independente, e a diferenciação funcional do sistema como sua resultante, a teorização moderna tende a ser a ideia de que a diferenciação funcional e estratificação se constituem mutuamente. Cada grande avanço da diferenciação estrutural do sistema gera novas oportunidades de afirmação de poder (e, por consequência, de privilégio); ao mesmo tempo, os estratos assim beneficiados patrocinam novas correntes de diferenciação ou, conforme o caso, de nondiferenciação.

O resultado líquido das análises concentradas no nível da sistematicidade equivale à indicação de um aumento constante (no plano do conjunto do sistema) da capacidade cooperativa internacional. Por outro lado, o resultado líquido das análises da

estratificação internacional condiz pela manutenção de significativas diferenças de poder, acompanhadas por tensões latentes ou conflitos declarados de alcance muito mais que marginal.

Naturalmente, a forma precípua de estruturação do sistema internacional de nossos dias, por mais que já reflita a incidência da evolução das relações internacionais no seu todo, é muito especialmente no domínio econômico, ainda espelha sobretudo fatores de caráter político-estratégico. Quando se classifica o atual sistema internacional de sistema bipolar "solto" (Kaplan), isto é, bipolar, moderado por tendências policêntricas (Hoffmann), e que se leva em conta, obviamente, é antes de tudo uma determinada distribuição do poder bélico, apenas modificada pela atuação de forças centrífugas. Estas, de resto, só podem vingar exatamente nos interstícios de poder criados pelo equilíbrio nuclear entre as superpotências. O policentrismo só cessará de ser um advérbio de modo - só se tornará substantivo - no dia em que deixar de depender de permissividade objetiva inerente à bipolaridade tal como ainda a conhecemos. A multipolaridade da antanho - cujo melhor paradigma foi o "equilíbrio do poder" na Europa pré-revolucionária ou pós-napoleônica - repousava na distribuição tendente à igualitária do poder de coerção; o novo policentrismo, todavia, nutre-se da desvalorização desse poder, resultante do empate atômico.

Dentro, porém, dessa moldura político-estratégica, têm ocorrido evoluções profundamente significativas. No lado capitalista, por exemplo, podemos, na formulação de Z. Brzezinski, de um sistema de âmbito europeu e hegemonia britânica, financiado a partir de City, e um sistema de âmbito atlântico e hegemonia norte-americana, financiado por Wall Street - e deste nos disporemos a

evoluir para outra configuração, ainda por emergir (a triada U.S. A.-CEE-Japão, parte ocidental da pentarquia concebida por Kissinger ao tempo do reconhecimento americano de Pequim?).

Isso, no lado da "world economy" capitalista. Que dizer do seu principal oponente - o "world empire" soviético? E mais: como avaliar a interação de ambos, a cinco anos da imprevista, mas nada inexplicável recessão econômica ocidental? Como se desdobra a problemática internacional de legitimidade no quadro dessa crise e daquela interação? A essas perguntas é que dedicaremos, a seguir, a conclusão deste estudo.

3. Problemas internacionais da legitimidade na primeira década-70.

Vimos que o processo político internacional na era moderna não pode ser plenamente compreendido se não levarmos em conta o papel decisivo de uma tendência histórica objetiva: a transição para o industrialismo, e de uma experiência subjetiva: os sentimentos antinucleares da maioria das elites nacionais. Pois bem: até certo ponto, o quarto de século que vai da independência da Índia (a primeira e mais importante das descolonizações) e da adoção do Plano Marshall até a recessão econômica deflacionada pela alta do preço do petróleo em 1973, pode ser considerado como um período de estabilização dessas duas forças.

Nas oitavas 1947/48-1973, que assistiu a uma espetacular reindustrialização da Alemanha e do Japão, testemunhou também a rápida industrialização do Brasil e do México, da África do Sul e da Argélia, da Formosa e da Coreia. Simultaneamente, ocorreu um desenvolvimento político de maior relevância no campo da "world economy" capitalista, e de grande impacto na área socialista: a ex-

extensão da democracia liberal ao conjunto das economias industriais de mercado ditas avançadas. A democratização, ou redemocratização em bases estáveis, do Japão, Itália e República Federal foram fenômenos marcantes, e não seria ilícito somar-lhes a democratização da Espanha pós-franquista, verificada ainda no limiar da fase sucessiva.

Todo esse período, apropriadamente denominado (por Fritz Stern) "era do pós-guerra", caracterizou-se igualmente, nas áreas industriais ricas, pela emergência de uma sociedade de consumo. Se é verdade que esta se concentrou nas áreas industriais mais ricas, não é menos certo que o seu vulto social e demográfico (provocado como provocou a relativa abastança de "classes médias" e equivalente a um total mundial de meio milhão de pessoas) faz dela um autêntico "breakthrough" na história da civilização material da espécie. Somente radicais sectários, cegos a todo e qualquer progresso do capitalismo, ou críticos anacrônicos da "sociedade de massa" seriam capazes de negar a significação de avanço em condições da vida realizada (em escala, embora desigual, quase planetária). Nem se esqueça que esse avanço coincidiu com o ápice da era "revolução educacional" não menos extraordinária, em cujo horizonte se perfila a converção pura e simples da educação superior de privilégio de poucos em atributo da maioria da população.

Todavia, a viabilização de uma sociedade de consumo tinha seus requisitos: o pleno emprego, e os sistemas de previdência social de vasto alcance - o "welfare state". Além disso, países ricos e países pobres partilharam, ao longo dessa fase, expectativas de crescimento e pressupostos financeiros e comerciais, como o livre intercâmbio ou a convertibilidade monetária.

Ora, todas essas promessas vitais da sociedade de consumo nas democracias industriais e do crescimento acelerado dos chamados países em desenvolvimento seriam duramente abaladas pela recessão sobrevinda há um lustro. Não falta, contudo, quem ache que o aumento do custo do combustível veio apenas dramatizar uma crise estrutural latente. Nesse caso, a crise seria, a rigor, como que a síntese das tendências benéficas do período: a expansão do consumo e do bem estar relativo, e os "vilões" de crescimento econômico.

Por causa dessa síntese, em vez de consumo inocente e welfare state isproblemtico, enfrenta-se hoje o que o neoricardiano inique James O'Connor batizou de crise fiscal do estado: crônicos déficits orçamentários face às demandas crescentes que chocam os recursos financeiros do estado, cada vez menos bastantes para atender às exigências da "capital social" (os termos de investimento) e da "despesas sociais" (principalmente, o custo dos serviços coletivos proporcionados pelo estado); e por causa dela, em vez de ingressarmos em novo Wirtschaftswunder, esborçamos no mais sério engasgo do capitalismo desde a traumática Depressão dos anos trinta.

No entanto, o que a síntese do consumismo e do crescimento industrial não esconde, nem parece poder facilmente evitar, é o espírito que as décadas prósperas e expansionistas imprimiram à política na experiência da legitimidade. Esse espírito se define pelo vínculo histórico estabelecido, desde o fim da Guerra, entre legitimidade e eficiência, ou desempenho.

Sabemos que a viabilidade dos governos depende hoje de três ingredientes: (1) da sua eficiência ou notória de controle social, isto é, da sua capacidade de "payoff", de cumprir metas, de

êxito na gestão e no espreendimento; (2) da sua eficiência em matéria de angariar contribuições (apoios concretos) por parte do público; e (3) da legitimidade das instituições.

A grande inovação trazida pela "era do pós-guerra" consistiu em acrescentar um nexo especial entre (3) e (1), tornando a própria legitimidade das autoridades, e mesmo dos regimes, uma variável dependente da capacidade central de "payoff" económico e social dos governos. O estabelecimento desse nexo foi directamente incentivado pela circunstância de que, como é notório, o crescimento económico virou a religião secular da sociedade industrial avançada. Dali, e, talvez ainda mais, dos países em desenvolvimento.

Temos, portanto, que: (a) os pressupostos vitais de alto desempenho (comunismo e "welfare state" nas áreas ricas, crescentemente excepcional nas regiões em desenvolvimento) tiveram sua vigência em grande parte suspensa; mas (b) os critérios de legitimação gerados ou confirmados durante sua vigência permaneceram basicamente em vigor. Eis aqui o nó central da (i)legitimidade no mundo contemporâneo.

Em certos pontos, pouco a pouco, deu-se uma perversão dos mesmos pressupostos. Exemplo disso tem sido a política de emprego em países como o Reino Unido. De princípio, ao si próprio humano e saudável, de pleno emprego, chegou-se a uma situação - nota Ralf Dahrendorf (The New Liberty) - em que, ao vez de um esforço para prover oportunidades de trabalho para todos, e uma remuneração equivalente em caso de sua falta, prevaleceu a tendência a assegurar às pessoas que ilheirão com a estão, por mais que isso resultem "overmanning" e emperramento da produtividade. A consequência da semelhante perversão não se faz, em geral, esperar, e assume a forma,

das irônicas, de mais desemprego a médio e longo prazo, causado por liquidações de empresas improdutivas eliminadas do mercado pela concorrência,

Vem-se tornando comum o paralelo entre os problemas da Depressão dos anos trinta e os da recessão dos anos setenta. Aquela época, o problema insolúvel era o desemprego, não sério, mas "per-
centual", como hoje, porém muito mais explosivo, porque em massa. Agora, o problema insolúvel é a inflação. Para combater a "febre" inflacionária, os governos recorrem a "amputações" conducentes a desemprego. Esta aflição atinge largas porções das camadas sociais menos favorecidas e das faixas etárias mais jovens, recém-chegadas ao mercado de trabalho (o próprio refluxo da agitação estudantil nas universidades européias, no presente decênio, tem sido atribuído a uma maior concentração nos estudos, motivada pela severidade da competição pelo emprego à saída das faculdades). Por outro lado, quando o feio inflação/desemprego bascula no sentido deflacionário, são as classes médias que se angustiam. Ambos os movimentos tendem a desgastar a legitimidade governamental, em função do já referido novo utilitário legitimação/eficiência.

A persistência do instabilizante inflacionário revela bem o fundo social da "crise fiscal do estado". Samuel Brittan analisou perspicazmente o tema ao investigar as causas do "colapso do keynesianismo" como estratégia anticrisis ainda mais ou menos oficial. Seu ponto de partida é um contraste entre o mercado comercial e o mercado político. No primeiro, a ocorrência de demandas irresistíveis de mais do que a economia pode proporcionar é improvável, porque os indivíduos não podem gastar mais do que ganham ou tomam

emprestado. No mercado político, entretanto, os grupos de interes- se não estão submetidos a limitações desse gênero, e por isso se sentem incentivados a reivindicar vantagens sem a preocupação de saber se elas são compatíveis com a soma das demandas de todos grupos de interesses. Como resultado disso, o processo democrático induz fortes pressões para ampliação da despesa pública, e os governos democráticos, temerosos de reações negativas do eleitorado, não ousam financiar esse aumento por meio fiscal. Para piorar as coisas, os efeitos inflacionários da emissão monetária não costumam ser imediatos, e a tentação é, portanto, enorme de optar por saídas inflacionantes, cada vez que a pressão da demanda social se eleva.

Tais são, na expressão celebrizada por Brittan, "as consequências econômicas da democracia". Se, no tempo do sucesso do receituário keynesiano, elas não se faziam sentir, era porque o eleitorado ainda adería às disciplinas de uma "ética do trabalho" - a mesma que a sociedade de consumo, profundamente hedonística, minava. Os pensadores sociais como Jürgen Habermas, procuram identificar os mecanismos motivacionais por trás da crise de legitimidade nos nossos dias acentuam a obsolescência da ética do trabalho e da consciência burguesa tradicional, de tipo puritano-possessivo. Vários sociólogos pensam que o colapso das condutas de orientação ascética alimenta decisivamente o ânimo redistributivista das massas britânicas, cuja mentalidade antiprodutiva representa segundo alguns o prelúdio de um destino possível para toda a Europa industrial democrática: o destino de uma lenta asfixiação econômica, no contágio esclerosante da "doença inglesa".

Talvez a euforia dos anos prósperos (e pródigos) tivesse sido a vez com a conduta na qual o Ocidente sorriu, no início da

década de setenta, à perspectiva de uma distensão entre os "blocos" capitalista e comunista ou, conforme o termo chinês, bem mais adequado, "social-imperialista". O fato é que a menos de dez anos do primeiro tratado SALT e do acordo quadripartite sobre Berlim, a "détente" leste-oeste se esterilizou a olhos vistos. Nesse sentido, talvez aqui foi um anticlímax bem mais do que um corcamento. Por que? Por que a União Soviética, tendo obtido a legitimação do status quo europeu e, portanto, do seu império na Europa central e oriental, não retribuiu satisfatoriamente a boa-vontade ocidental?

A razão principal está na significativa inversão de ameaças descrita por A. Todd. Nos anos cinquenta, na infância do último "boom" da economia capitalista, o Ocidente representava uma séria ameaça estratégica para Moscou, e o comunismo, "Islão do século XX", uma séria ameaça político-ideológica para o Ocidente. Nos anos setenta, os perigos se invertiram. O equilíbrio estratégico dá sinais de principiar a desequilibrar-se em favor de Moscou; mas, em compensação, não há dúvida de que é o Ocidente, rico e liberal, que constitui uma permanente ameaça político-ideológica aos olhos da ideocracia soviética.

Pode-se, com efeito, falar de ilegitimação crescente do socialismo de estado em todo o mundo industrial. Nas áreas mais atrasadas do globo, o esqueço histórico do marxismo-leninismo, com seu acento em diferenças de classe abissais e sua denúncia da sujeição colonial, ainda guarda muito prestígio aos olhos de elites atínicas revolucionárias. O messianismo marxista se torna verossímil precisamente onde suas promessas representam uma enfática negação de uma realidade feita de penúria geral e miséria de massas. Em tais contextos, cujo arquétipo mais recente é a Etiópia de Mengistu, o leninismo como ideologia característica do que propõe

chamamos de barocracias carismáticas - aparelhos de poder modernizadores e revolucionários - na mostra um modelo altamente sedutor para elites "redentoras", naturalmente afeiçoáveis às profecias utópicas da democracia totalitária.

Note-se que é inessencial que a revolução leninista provenha, enquanto tomada do poder, de um partido pequeno-burguês no sentido clássico; ela pode vir da guerrilha rural (China, Cuba, Vietnã, Angola) ou do próprio exército (Etiópia, Afeganistão). O importante é que a revolução sempre chega ao modelo burocrático-carismático de inspiração totalitária, por maior que seja seu afastamento em relação às formas ortodoxas do vanguardismo revolucionário na gênese do processo.

Asta, porém, saímos da órbita do clube da penúria para verificarmos um acentuado desprestígio do socialismo de estado. A causa dela, tanto ou mais do que a insatisfação com os aspectos repressivos do comunismo, é o seu fracasso em termos de desenvolvimento econômico. Com efeito, tão logo vencida a fase de acumulação primitiva do capital, e da industrialização extensiva, voltada para o fabrico da base de produção, o modelo comunista de desenvolvimento passa a revelar-se profundamente ineficaz e antieconômico. E quanto mais obediente o regime ao planejamento autoritário e à hercúlea fobia do cânon marxista-leninista, tanto mais emperrada e improdutiva a economia. A União Soviética, superpotência subdesenvolvida em quase todo o resto a indústria espacial e bélica, insigne importadora - depois de cinquenta anos de socialização da economia - de cereais em quantidade equivalente à produção anual do Canadá, ilustra perfeitamente esse rotundo fiasco do socialismo de estado como sistema produtivo.

Quanto às chamadas democracias populares, seu ritmo de crescimento, hoje em todas (exceto a Bulgária) bem superior ao soviético, é universalmente creditado ao fato de que seus dirigentes passaram os últimos dois ou quinze anos a reorientar a economia para o mercado (interno e externo). A história da irônica desforra econômica que os ideais da primavera de Praga tiraram da União Soviética, após seu engajamento político, é uma das grandes lições do nosso tempo. A moral é clara: ela aponta a charrota psicológica do socialismo do gulag pelo socialismo do gulash.

Ilegitimação do socialismo de estado, portanto - e aí está, em grande parte, a mola da nova estratégia do comunismo nas democracias latinas. Em essência, o que pretende o eurocomunismo é reagir à ilegitimação crescente do modelo leninista, apresentando-se como um socialismo da sociedade civil. Em outras palavras: Gracsi substitui Lenin, porque o espírito da época conta de fato, como bem viu Ernest Gellner, do mito da revolução ao desejo de liberalização.

Desse modo, o nexo fatal legitimidade/eficácia, que instabiliza as democracias liberais, não deixa de prejudicar, e muito, a ímagem do totalitarismo. Se o mundo capitalista democrático não retira maior vantagem desse prejuízo, nesta conjuntura pós-73, isso se deve principalmente, a seu ver, a dois outros fatores de ilegitimidade do status quo internacional: o "gap" tecnológico e o advento do neoprotecionismo.

A brevidade do hiato tecnológico promete virar o ponto focal das reivindicações atômicas daqui para o fim de século. Com a difusão geral do industrialismo, as diferenças econômicas internacionais tenderão a concentrar-se no qualitativo, isto é, nas diferenças de tecnologia. O arraigado inconformismo de várias

potências emergentes com o oligopólio nuclear é a expressão mais visível, mas de modo algum única, dessa tendência. É a clara vocação a longo prazo exotérica da maior parte das tecnologias não apáticas, evidentemente, a sede atômica da aceleração rápida, a volúpia do "queimar etapas", de resto estimulada pela própria mitologia "protecionista" da "civilização tecnológica". O efeito da ilegitimidade do hiato científico-tecnológico, dramatizado pela humilhação do "brain drain", é simplesmente incontornável.

Comparado à atmosfera futurista da competição tecnológica, o proteccionismo capitalista parece um animal antediluviano. Para Roberto Campos, esse arcaísmo institucional é também uma velhice senil: a ciência econômica clássica conheceu a figura da "proteção à indústria infantil"; mas o atual resurgimento da meditação protecionista nos países industrializados configura uma estranha "proteção à indústria senil"... O fato é que, como bem diz Campos, esses países "parecem querer o efeito da destruição de empresas das suas importações de áreas em desenvolvimento, e substituir o efeito da criação de empresas das suas próprias exportações para o mundo em desenvolvimento".

Resposta miopa à crise pós-73, a mentalidade neoprotecionista vira assim as costas ao fato fundamental da interdependência na "world economy" capitalista - e ao fazê-lo, tira as chances, já lá por aí precárias, de harmonização & humanização do desenvolvimento nas áreas ainda modernizantes. Na interdependência capitalista, bem entendido todos são iguais, mas alguns são, orwellianamente, bem mais iguais do que os outros... embora a tese de que a estrutura da "world economy" é a sede de uma dependência irreversível imposta aos países menos favorecidos, enquanto permanecem

carbraz de um sistema condenado a promover o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", não passe de um clichê ideológico, tributário de mais grosseiro anti-economismo. No entanto, um dos piores efeitos do enrijecimento neoprotecionista da economia mundial reside na sua involuntária contribuição ao agravamento das dificuldades econômicas dos países modernizantes.

Tais dificuldades não são nada aliviadas pelo fato de que, em virtude de se modernizarem na era da sociedade de massa, do consumo de massa e da política de massas, essas países, e especialmente os mais avançados dentre elas, como o Brasil, não podem evitar uma superposição instabilizante da "politics of industrialization" e da "politics of welfare" - para empregar os felizes designativos de A.F.K. Organski. Ao contrário dos pioneiros do industrialismo, elas têm que acumular capital em plena época do consumo de massa; e as que os criticam pelos seus desníveis em matéria de distribuição da renda com frequência têm também outras esqueçam o próprio passado de "capitalismo selvagem", bem mais injusto do que os jovens capitalismos de agora. A primeira prioridade, para nações em processo de capitalização, não é distribuir renda a níveis igualitários, mas sim criar aparatos em volume suficiente. A prova é que, no território comunista, onde a apropriação ideológica da bandeira igualitária (combinada, "por si acaso", com a eficiência da polícia política) começa e tenta da desigualdade à crítica pública, o "confisco" da renda em nome da acumulação para investimento é a norma corrente.

O fabricamento, em múltiplos níveis, das questões gerais de legitimidade e legitimação ligadas ao novo tipicamente moderno entre validade e eficácia - novo cuja problematização viria a ser

evidenciada pelas tensões nascidas ou eclodidas com a crise econômica dos últimos anos - permite algumas conclusões de ordem teórica. A principal delas tem face dupla. Por um lado, reconhece a vitalidade dos nacionalismos (enquanto esforços, mais que simples ideologias, de afirmação nacional) e a circunstância bem real de que, como reparou O. Lorenzo Fernandes, para muitos países, mesmo além do árido estágio da "nation-building" pós-tribal, a evolução em termos de estado-nação ainda está longe de se ter esgotado. Por outro lado, essas potências emergentes, tanto quanto as potências mais velhas, ^{estão} irreversivelmente envolvidas num processo de múltiplo relacionamento além-fronteiras, em consequência do qual, advarta E. Dahrendorf, "o espaço político efetivo de (seus) governos legítimos não se afigura suscetível de permanecer puramente nacional". Esta interdependência, pelo menos, ninguém mais tem condições de escapar.

Em consequência, os problemas tópicos internacionais de legitimidade ocorrem num quadro em que, de maneira muitíssimo mais complexa do que outrora, as próprias legitimidades nacionais, em larga medida, se internacionalizam. A expansão da "world economy", dialeticamente possibilitada pela aceleração da Transição por ela gerada, condena hoje os inevitáveis comportamentos nacionais atípicos a se pautarem pelo lúcido reconhecimento dessa multiplicação de laços e relações.

Do fim da guerra para cá, a velocidade do aumento de extensão e abrangência do poder (vide parte I, 2), nacional e internacional, justifica que adossassemos uma concepção incremental do funcionamento do poder, ao lado, ou, em certos casos, acima, do seu aumento de simples jogo de soma zero, onde todo ganho de alguém significa automaticamente a derrota ou o prejuízo de outro alguém.

No mesmo período, porém, o âmbito e a dinâmica sem precedentes das relações internacionais iluminou com clareza inédita os pontos e planos de cordácia da legitimidade. Ironicamente, a esfera em que "não há autoridade, mas apenas poder" - o campo da política internacional - é hoje, tanto ou mais do que a esfera democrática interna, aquela em que a legitimidade como configuração de poder centrada na reciprocidade (G. Lafer) e na maximização do livre consentimento dos participantes tende a identificar-se, cada vez mais, com a própria viabilização do sistema. O princípio cardinal da justiça, recém-revigorado pela teoria social de Rawls - o princípio da equidade (fairness), já não parece tão puramente utópico, quando a força mesma das coisas ameaça confundir-lo com o interesse geral.

Em compensação, essa era da internacionalização (inclusive do nacionalismo) por contra si, no universo democrático, o envolvimento eventual das nações na política externa, cujo efeito prático é, em geral, o de desflexibilizar os posicionamentos político-diplomáticos. Democracia e diplomacia, já o presentira Tocqueville, nem sempre se ajudam; pelo contrário. Por essa porta, os nacionalismos menos construtivos, velhos e novos, podem voltar a prepoter, ou tentar prepoter, sobre várias das valiosas oportunidades oferecidas pela estrutura contemporânea das relações internacionais para que a Transição se complete sem dores desnecessariamente supérfluas - e para que, no bojo dessa evolução, "comunidade internacional" se torne uma expressão menos utópica e mais real.



José Guilherme Merquior

Londres, outubro de 1978.

B I B L I O G R A F I A

- ARON, Raymond
 Paix et Guerre entre les Nations; Paris: Calmann-Lévy, 1962
 Penser la Guerre, Clausewitz, vol. II: l'âge planétaire;
 Paris: Gallimard, 1976.
 Playdoyer pour l'Europe Occidentale; Paris: Laffont, 1977.
- BARBER, James e SMITH, Michael (org.)
 The Nature of Foreign Policy: a reader; Edimburgo: James
 MacGugill, 1974.
- BASTID, Paul et al.
 L'idée de légitimité (Annales de Philosophie Politique,
 vol.7); Paris: PUF, 1967.
- BELL, Daniel
 "The Future world disorder: the structural context of
 crises"; Foreign Policy n° 27 (verão de 1977)
- BESANÇON, Alain
 Court Traité de Soviétologie à l'usage des autorités civi-
 les, militaires et religieuses; Paris: Hachette, 1976.
- BROCKFIELD, Harold
 Interdependent Development; London: Methuen, 1975.
- BROZESINSKI, Zbigniew
 "How the cold war was played"; Foreign Affairs, vol. 51,
 n° 1 (outubro de 1972).
- BULL, Hedley
 The Anarchical Society - a study of order in world
 politics; London: Macmillan, 1977.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira
 O Mundo que Vejo e não Desejo; Rio: José Olympio, 1976
 -speech at the Brazilian Chamber of Commerce, Londres,
 março de 1973 .
- COLEMAN, James
 The Mathematics of Collective Action; Chicago: Aldine, 1973.
- DEUTSCH, Karl
 The Analysis of International Relations; Englewood-Cliffs,
 N. Jersey: Prentice-Hall, 1968.
- EASTON, David
 A Systems Analysis of Political Life; N. Iorque: John
 Wiley, 1969.
- PINER, Samuel
 Comparative Government; Harmondsworth; Pelican, 1974.
- FRANKEL, Joseph
 Contemporary International Theory and the Behaviour of
 States; Oxford University Press, 1973.

- FRIEDMAN, Lawrence
Law and Society: an introduction; E. Cliffs; Prentice-Hall,
1977.
- FRIEDRICH, Carl Joachim
Man and his Government - an empirical theory of politics;
N. Torque: McGraw-Hill, 1963.
- GELLNER, Ernest
Contemporary Thought and Politics; London: Routledge and
Kegan Paul, 1974
Legitimation of Belief; Cambridge Univ. Press, 1974
"From the revolution to liberalization", Government and
Opposition, vol. 11 n° 3 (verão de 1976).
- HABERMAS, Jürgen
Legitimation Crisis (tr. de alemão); Boston: Beacon
Press, 1973.
- HART, H.L.A.
The Concept of Law; Oxford: Clarendon, 1969.
- HIRSCHMAN, Albert O.
Exit, Voice and Loyalty: responses to decline in firms,
organizations and states; Cambridge, Mass.: Harvard
University Press, 1970.
- HOFFMANN, Stanley
Gulliver's Troubles; N. Torque: MacGraw-Hill, 1968.
- HOLSTI, K.J.
International Politics: a framework for analysis; E.
Cliffs, N. Jersey: Prentice-Hall, 1967.
- HUSTINGTON, Samuel P.
"Postindustrial politics: how benign will it be?",
Comparative Politics n° 6 (1974).
- IKLÉ, P.
How Nations Negotiate; N. Torque: Harper & Row, 1964.
- INCHESART, Donald
The Silent Revolution: changing values and political styles
among western publics; Princeton U. Press, 1977.
- KAPLAN, Morton
Macropolitics; Chicago: Aldine, 1969.
- KOHR, Klaus e ROSENAU, James (orgs.)
Contending Approaches to International Politics; Princeton
University Press, 1969.
- KOLAKOWSKI, Leszek
L'Esprit Révolutionnaire, suivi de Marxisme: utopie et
anti-utopie; Bruxelles: Editions Complexe, 1978.

- KOLAKOWSKI, Leszek e HAMPSHIRE, Stuart (orgs.)
The Socialist Idea: a reappraisal; London: Quartet Books, 1977 (2a. ed.).
- LAPEL, Celso
"The new international economic order: social implications and political requirements", cap. 13 in Karl Deutsch, E. Eritsch, H. Jaguaribe e A. Markovits (orgs.), Problems of World Modeling; Cambridge, Mass.: Ballinger, 1977.
- LADOS, Gustavo
International Stratification and Underdeveloped Countries; Chapel Hill, N. Carolina: 1963.
- LIEBER, Robert
Theory and World Politics; Londres: Allen & Unwin, 1973.
- LINDBLOM, Charles E.
Politics and Markets - the world's political economic systems; N. Iorque: Basic Books, 1977
- LORENZO FERNANDES, Oscar
A Evolução da Economia Brasileira
Rio: Zahar, 1978.
- LOHMANN, Niklas
Legitimation durch Verfahren; Neuwied: Luchterhand, 1969.
- LUKES, Steven
Power: a radical view
Londres: Macmillan, 1974.
- MACPHERSON, C.B.
The Real World of Democracy; Oxford: Clarendon, 1983.
- MARTIN, Roderick
The Sociology of Power
London: Routledge and Kegan Paul, 1977.
- MERKLIN, Richard
"Learning and legitimacy" American Political Science Review vol. LX n° 3 (1966)
- MERQUIOR, José Guilherme
The Veil and the Mask: essays on culture and ideology; Londres: Routledge and Kegan Paul, 1979.
Bourdieu and Habermas: a study in the theory of legitimacy; tese de PhD, London School of Economics and Political Science, 1978 (mimeo).
- MOISEWITZ, G.
Principles of World Politics; N. Iorque: Free Press, 1972.
- KITTL, J.P. e ROBERTSON, Roland
International Systems and the Modernization of Societies; Londres: Faber, 1968.

- OLIVEIRA FARIAS, José Eduardo de
Poder e Legitimidade; tese de mestrado, Fac. de Direito da
Univ. de S. Paulo, 1978 (mimeo)
- RAPPOPORT, Anatol
Two-Player Game Theory; Ann Arbor: Univ. of Michigan
Press, 1969.
- RAWLS, John
A Theory of Justice; Oxford Univ. Press, 1972 (1a. ed., 1971)
- REYNOLDS, P.A.
An Introduction to International Relations; Londres:
Longman, 1971.
- ROSSBOROUGH, Richard
Action and Reaction in World Politics; Boston: Little
Brown, 1963.
- ROSENBAUM, James
The Scientific Study of Foreign Policy
- ROSENBAUM, James (org.)
International Politics and Foreign Policy; N. Torque:
Free Press, 1969 (2a. ed.).
- ROTHSCHILD, Joseph
"Observations on political legitimacy in contemporary
Europe", Political Science Quarterly, outono de 1977.
- RYAN, Alan
The Philosophy of the Social Sciences; London: Macmillan,
1970.
- SCHELLING, Thomas C.
The Strategy of Conflict; Oxford Univ. Press, 1963.
Arms and Influence; Yale Univ. Press, 1966.
- SINGER, J. David (org.)
Quantitative International Politics N. Torque: Free
Press, 1968.
- SKIDELSKY, Robert (org.)
The End of the Keynesian Era; London: Macmillan, 1977.
- SONDER, R. et al.
Foreign Policy Decision-making; N.I.: Free Press, 1962.
- STEINBERGER, Dolf
"Legitimacy", International Encyclopedia of the Social
Sciences; London: Free Press e Macmillan, 1968.
- STILLMAN, Peter - "The concept of legitimacy" Polity VII, nº 1,
(outono de 1974)
- STINGHCOCKE, Arthur L. - Constructing Social Theories; N.I.: Har-
court, Brace & World, 1968.
- WALLERSTEIN, Immanuel
The Modern World-System - capitalist agriculture and the
origins of the european world-economy in the 16th cen-
tury; N. Torque: Anderio Press, 1974.

6. A legitimidade na perspectiva histórica (1979)

In: Universidade de Brasília,
Encontros Internacionais da UnB
(Brasília, Editora da UnB, 1980, pp. 297-317)

I. Três pressupostos e uma condição

Permitam-me considerar de início três pressupostos básicos: o primeiro é que qualquer que seja o período no tempo considerado, dentro de cada sociedade, deparamo-nos com pelo menos um “simbólico de justificação” de estruturas de poder e ordenações normativas, não importando se tais estruturas estão estabelecidas ou emergindo; o segundo é que o alcance desses simbolismos de justificação abarca não só formas de regulamento, leis e comando o que se poderia chamar a dimensão jurídico- política da legitimidade mas também certos códigos de conduta e padrões de comportamento, em suma, o aspecto “cultural” da legitimidade; o terceiro é que esses simbólicos são grosso modo redutíveis a uns poucos costumes ou macrotipos históricos predominantes, cuja sucessão está ligada a muitas modificações de grande importância em tecnologia, métodos de produção, estrutura social, formas de governo e ideologia.

Ouso afirmar que se admitirmos o primeiro desses pressupostos, pouca dificuldade teremos de aceitar o terceiro; poucos especialistas em ciência social negariam que quaisquer que sejam as variações significativas na ideologia da legitimidade, elas devem estar relacionadas, de alguma maneira, com suas bases sociais. Nosso segundo postulado, porém, já não parece evidente por si mesmo. Pode-se até admitir que as sociedades têm a tendência de justificar igualmente regras de conduta ou padrões de comportamento, além dos arranjos políticos e jurídicos, sem que isso implique uma forma de justificação moldada em modelos similares para ambos os casos.

Estudiosos atuais de processos de legitimidade, de Karl Deutsch a Jürgen Habermas e Roland Robertson, estão, ao que parece, perfeitamente dispostos a reconhecer que a legitimidade se encontra nas fronteiras não a deixa de ser significativa que mesmo o território da ciência política, o assunto mereça tratamento normalmente sob o rótulo de “cultura política” - limítrofe, como sabemos, do campo reservado ao “sistema político”. Além do mais, não estariam os três aclamados tipos de dominação de

legitimidade, propostos por Weber, o tradicional, o carismático e o racional-normativo, apoiados, de um lado, pelo fator político e, do outro, pelo cultural?

É evidente que estão - e na verdade caberia perguntar: e sendo assim, por que não simplesmente adotar o pensamento de Weber? A resposta é que Weber não teve a preocupação de apresentar seus três tipos gerais numa sucessão histórica. Embora tenha compreendido que a racionalização era a chave a evolução cultural, negou explicitamente uma preocupação diacrônica, conquanto seu motivo tenha sido tão-somente o desejo imenso de que o carisma sobrevivesse nos tempos atuais. Além disso, dos quatro modos históricos que esboçaremos, três estão compreendidos no campo do seu modelo racional-normativo.

Introduzidos nossos pressupostos básicos, mas antes de começar a delinear o quadro histórico há uma condição a ser lembrada, que gostaria de pedir guardassem na lembrança. O objeto de nossa discussão compreenderá apenas alguns "simbólicos" de legitimidade. Seria imperdoável se esquecêssemos de que existe sempre um hiato, por vezes muito grande, entre este nível de ideologia e a própria experiência histórica do poder e norma. Tivesse eu o talento dos sociólogos da escola wittgensteiniana ou, melhor ainda, fosse filiado à corrente estruturalista, estejam certos de que tentaria transformar aos poucos a "empíria" da história do poder e da legitimidade num aprazível mundo conceitual auto protegido. Sendo as coisas como são, perdoem-me se relembro em benefício próprio a impertinente distância que separa a ideologia do fato. Como temos todo o direito de fazê-lo, examinemos demoradamente as ideologias, alias um exercício não de todo inútil; mas nunca nos deixemos enganar ao tomar a nuvem amontoada de símbolos e ideias pelo brilho de Juno da vivida - e muitas vezes sofrida - história. Especialmente se o amontoado nublado trata do assunto justificação...

II. O modelo arcaico ("archic") de legitimidade

Passemos ao nosso esboço – nada mais que um esboço, e não análise – dos princípios internos, a *formae mentis*, por assim dizer, de grandes modelos históricos de legitimidade. Como sugerido antes, o primeiro modelo a entrar em cena, na minha classificação coincide em grandes linhas com o tipo tradicional de Weber. À primeira vista, portanto, pareceria razoável que tomássemos, pelo menos, este tipo dentre os três propostos por Weber – mas não o farei assim. A dificuldade com o conceito de tradição de Weber é que ele está talvez demasiado identificado com, em suas próprias palavras, um passado eterno (*an "eternal yesterday"*) entranhado na noção de santidade do

precedente. Se tomarmos a Idade Média como o reinado da tradição no Ocidente, torna-se difícil compatibilizar a ênfase posta no precedente sagrado com o fato, corretamente realçado por muitos medievalistas, de que a Idade Média foi, durante muito tempo, uma sociedade que viveu “sem precedente” – uma sociedade que teve de superar uma ausência de luz quase total de tantas estruturas de poder e normativas do mundo antigo. Poder-se-ia contrapor o argumento de que nos tempos medievais, o costume possuía força. Mas não é o bastante, porquanto o próprio Weber foi o primeiro a separar uso e costume (*Brauch und Sitte*) da esfera de *bindingness* a que pertencem todas as ordens de legitimidade (não é preciso dizer que isso em nada compromete o valor extraordinário de sua análise comparativa das formas tradicionais demandando, como o feudalismo e o regime patriarcal, no chamado *Herrschaftssoziologie* da economia e sociedade).

Poderíamos pensar numa forma alternativa de descrever a tradição – poderíamos reter o sentido de uma “autoridade do passado” sem, no entanto ceder noção venerável de um precedente sagrado? Proponho o modelo *archic* de legitimidade. Por quê? Porque *arché* significa ambas as coisas “autoridade” (ou soberania e começo ou “início”). O verbo *archein* tinha o sentido de “governar” e também de “começar”, iniciar. Como um elemento retorico de legitimidade, a ideologia *archic* ficou sempre uma palavra que queria dizer origem – algo que se escuta e sempre retorna a uma fonte primitiva, sagrada, da origem do poder ou do correto.

Para exemplificar: as poesias artesanais mnemotécnicas eram típicos mecanismos arcaicos que conferiam significação e valor como agente de moralidade, como se pode observar em muitas épocas populares e, a nível mais sofisticado, gosto amplamente difundido do exemplo: estórias particulares dotadas de significação universal, de tal modo que a história era experimentada de maneira fortemente paradigmática. Como é sabido, o *exemplum* desapareceu do cenário cultural bem no alvorecer da era do livro a segunda metade do século dezoito. Significamente, foi só então que a historiografia tradicional – a história escrita e lida como *magistra vitae*, com uma imperturbável tendenciosidade a favor das “coisas nossas” (*de nostra re*) cedeu lugar a uma nova atitude, embora não às técnicas da historiografia científica moderna. Momigliano mostrou como a história clássica estava desinibidamente centrada no presente, com uma surpreendente falta de perspectiva cronológica. Algo semelhante parece aplicar-se mentalidade arcaica em geral. Curiosamente, a maneira *archic* de ver a legitimidade se reportava origem precisamente porque seu conteúdo era – e como estava destinado a sê-lo nas sociedades predominantemente iletradas – altamente “centrado no

presente”. A dependência quase total das massas na oral como meio de transmissão de conhecimento na sociedade tradicional (a prevalência estrutural do que Basil Bernstein chama códigos linguísticos restritos) fez com que elas se tornassem presa do contexto, e daí escravas dos *hic et nunc* (disse-me-disse) da existência. A observação de Spengler de a palavra escrita livra a mente da tirania que paradoxalmente, a mente do homem arcaico (*archic*), era, ao mesmo tempo altamente mnemonica (nos termos de Jack Goody) “estruturalmente amnésica”.

Podemos distinguir várias figuras do “arcaico”, todas nomeadas e reconhecidas pelo clero e mais tarde pelos sábios e humanistas da época: a própria palavra *traditio*, mas também *translatio* (de império e de estudos) *renovatio*, *reformatio*, *restauratio* ... Em todas elas, o tema subjacente é claramente o sentido da autoridade do passado que representa a origem. Movimentos culturais momentosos como a Renascença ou a Reforma podem ser vistos sob esse prisma, e de fato seus principais porta-vozes, Erasmo Lutero, Calvino, e seus seguidores, viviam constantemente na cruel dúvida se deviam apresentar suas ideias mais ousadas como *repristinationes* da fé.

Talvez a melhor maneira de caracterizar resumidamente o modo “arcaico” da legitimidade, especialmente na esfera jurídico-política, seja uma maneira oblíqua e negativa, relacionando-o com o seu contexto social e contrastando-o com outros princípios subsequentes. A primeira coisa dita sobre o contexto social do estilo arcaico de justificação do poder e da norma é que ele repousava sobre uma civilização material que apresentava cronicamente baixos níveis de produtividade, justamente com sistemas de produção que operavam com baixíssima concentração capital tanto de como de trabalho; pois tal era o quadro geral da economia ocidental até a véspera da revolução industrial.

Em segundo lugar, era uma sociedade caracterizada pela “hierarquia”, se com isso pretendemos explicar não somente a existência de grandes distâncias sociais entre as classes mas também a pouca mobilidade social. George Duby escreveu que, na Alta Idade Média, “todos os ricos eram herdeiros”; e na verdade o eram, ou a grande maioria deles, até que, na Europa ocidental do século XVIII, foi consolidada a agricultura capitalista, e a economia eventualmente tomou o rumo da industrialização.

Podíamos até ser tentados a carregar nas cores desse quadro de atraso econômico e hierarquia na sociedade, fazendo notar que a civilização tradicional conhecia apenas uma forma “paroquial de cultura política”, em que a própria consciência do sistema político, por parte de seus habitantes, era excessivamente fraca. De qualquer maneira,

isso poderia ser uma interpretação errônea dos fatos, pois a verdade é que, durante longo período de tempo, simplesmente não existiu sistema político que merecesse esse nome e do qual os governados precisassem tomar conhecimento.

No apogeu de um tal ambiente social, o padrão de relações de poder era conspicuamente o da dependência pessoal, aliado a um grau mínimo de compreensão do poder, no sentido de que o escopo efetivo do uso consciente do poder legítimo era muito restrito. Por um lado, a própria lei não era entendida como um produto da agência humana, mas como uma norma imemorial; por outro lado, não existia uma concepção do estado, em qualquer nível, como sendo algo distinto do governante. Em suma: impessoalidade da lei, personalização do poder (na apropriada fórmula de Passerin d'Entrèves).

C. Wright Mills certa vez conjecturou brilhantemente sobre a base sociológica da percepção da história como destino. O homem da cultura tradicional interpretava quase todos os grandes acontecimentos de larga escala como se estivessem fora do controle da humanidade. Ele sabia usar o poder como elemento de coerção, mas tinha pouca noção do poder como habilidade para dirigir a ação coletiva e obter resultados desejados numa escala maior do que a doméstica. Não admira assim que a visão tradicional da legitimidade fosse ávida por delinear réplicas transcendentais dos arranjos sociais existentes, operando, como disse Ernest Gellner, numa base de “fé refletida” (*mirror-faith*). Num sentido importante, o mundo era sempre o “mesmo”. A sociedade era assim, de uma maneira um tanto compensatória, garantida pelo aval da autoridade de suas transcendentais imagens refletidas. O arcaico como recordação da origem foi assim o vocábulo ideal para representar esse mimetismo da negação.

A maior parte da legitimação arcaica era praticada em ritual e protegida em linguagem simbólica. Com efeito, de todos os maiores tipos históricos de legitimidade, o arcaico foi de longe o mais “simbólico” no sentido “romântico” (que lhe deu Durkheim) como tendo um valor semântico alusivo, um conjunto de sinais conotativos mais do que diretamente denotativos. A mística da realeza ungida com óleos sagrados, os ritos da vassalagem (com suas metáforas de parentesco decifradas por Jacques Le Goff), o denso simbolismo daquelas “figuras” arcaicas por nós mencionadas, são todos exemplos a evocar. Havia também, é claro, tentativas acanhadas de teorizações da legitimidade; mas a sua aparição algo tardia na história sugere que na época arcaica da legitimidade, na utilização efetiva de ideologias de justificação, a teoria veio raramente antes dos quase sempre símbolos esquisitos – o que contrasta nitidamente com a prática

moderna de dar primazia à teoria e relegar o simbolismo para as paragens inferiores da superstição – o pensamento irracional

O primado do rito e do símbolo se conformava perfeitamente com a mentalidade “gnoseológica” do homem tradicional. A perspectiva deste última era constitucionalmente antropomórfica, modelava até a natureza à semelhança do homem, concebia todo o cosmos como uma “ordem” teleológica. Acima de tudo, a ideia de conhecimento não possuía padrão elevado de seletividade cognitiva, nem se esforçava por separar o fato de sua avaliação. A suposição valia tanto quanto a investigação crítica; a dúvida nunca cedeu ao método. É altamente instrutivo observar que, enquanto o mundo pré-moderno sofreu muitos e sérios abalos teológicos e eclesiásticos, nunca experimentou uma crise de fé, como tal.

A era do arcaico foi um período seminal na história da linguagem da legitimidade. O próprio vocábulo “legitimidade” foi cunhado na Idade Média, e o seu significado se estabilizou como “direito para governar” (*entitlement to rule*); “legitimado”, segundo aplicado a pessoas ao invés de a atos ou normas, foi também invenção medieval, com toda probabilidade estimulada tanto pela longa familiaridade com representantes de poderes soberanos, imperiais e papais distantes, como pela já notada tendência para personalizar o poder, confundir governo e governante.

Não obstante, para fins de comparação histórica, o cerne do problema é que a legitimidade arcaica conheceu a bondade e a maldade do detentor do poder – mas não teve condições de fazer-lhe uma avaliação em termos de eficiência. Pode ser até que (se dermos razões a Francis Oakley, na sua crítica de Walter Ullmann) o pensamento político medieval se preocupasse tanto com as causas finais quanto com as origens do poder. Contudo não existem dúvidas sobre quais eram essas causas finais: tudo girava em torno da qualidade moral do governo, e não havia preocupação em discernir qualquer compreensão distinta da potencialidade do poder. É bastante significativo que, mesmo quando o pensamento medieval abandonou o seu argumento teológico, na teoria política abertamente secular de Marsilius de Pádua, simplesmente livrou-se das causas finais ao invés de secularizá-las. O estado de Marsilius é completamente sem finalidade, sua única função é ser, como na aceção de Hobbes, uma condição de ordem em contraposição à violência destrutiva. Exemplo ainda mais eloquente, a própria utopia, no período arcaico, era coerentemente estática. A *República* de Platão, a *Cidade do Sol* de Campanella, A *Ilha* de More, eram todos universos imutáveis, resguardados tanto do progresso quanto do conflito. Até a utopia científica de Bacon ainda concebia o

conhecimento como um corpo finito. O pensamento arcaico voltava-se para o passado até mesmo quando sonhava com o futuro.

Os simbólicos de legitimidade arcaicos não implicavam, e muito menos postulavam, a eficiência do poder em qualquer sentido vigoroso, porque o seu contexto social de subdesenvolvimento, hierarquia e valores extramundanos não convidavam a uma crença duradoura no domínio do homem sobre a natureza e a sociedade. Logo que o capitalismo e o estado alcançaram a maioria, o ambiente ideológico legitimou essa supremacia terrena (na linguagem do asceticismo puritano), e a visão cristã-clássica foi solapada pelo avanço da ciência e da filosofia moderna, o que significou o fim do desrespeito arcaico pela legitimidade da *performance*.

Em muitos aspectos, a idade do barroco, o “longo” século dezessete, como os historiadores o chamam agora, foi um manancial como o de Janus: exacerbou os impulsos arcaicos na sua apoteose do reinado de direito divino, e suas revoluções fundamentalistas reanimaram a chama religiosa; contudo, na arte assim como na política, um novo espírito voluntarista apareceu na mentalidade europeia, um novo sentimento imperioso de poder e soberania, que transcendia de muito os meios e as maneiras do regime tradicional. Em particular, auxiliada pela recepção do Direito Romano, estabeleceu-se uma nova correlação entre o mandatário e as normas jurídicas. Como disse acertadamente Gianfranco Poggi, o direito se transformou de “moldura” do regime em um “instrumento” para governar. Eventualmente, a velha composição, impessoalidade da lei *cum* personalização do regime, foi invertida: na França dos Bourbon, assim como mais tarde na Prússia dos Hohenzollern, a lei passou a ser concebida como criação da Coroa, enquanto o sistema monárquico tornou-se mais e mais despersonalizado. De certo modo, é um fato auspicioso que ninguém tenha podido provar que Luís XIV dissera mesmo *L'État c'est moi*, uma vez que o sentido profundo da legitimidade absolutista era claramente oposto, e a expressão verbal correta do famoso epítome deveria ter sido *Je suis l'État*. Mas isso não vem ao caso: pois quando esse evento ocorreu, o *archic* já se encontrava no processo de tornar-se *archaic* – como vítima dos tempos modernos.

III. O impulso “telic”

Quando Louis de Jaucourt declarou, em seu artigo sobre o verbete “soberania” para a *Encyclopédie*, que o fim do poder soberano é a felicidade dos governados, e que quando esse objetivo não é perseguido o governo perde sua legitimidade, a censura real

riscou a frase do texto. No entanto, a opinião expressa por Jaucourt apenas ecoava o sentimento generalizado que predominava do meio para o fim do século dezoito – o mesmo sentimento que levou seu amigo Diderot a definir o conceito de autoridade como um direito, quando pertencente ao povo, e um título de poder, quando transferido ao soberano, dependendo sua legitimação dos fins que são visados pelo soberano. Em sua ânsia por fazer exigências sobre os soberanos, os filósofos muitas vezes davam pouco valor às questões da origem da autoridade; costumavam definir a tirania como o abuso, ao invés de a usurpação, do poder. A contribuição de Rousseau à ideia do contrato social foi bem típica a esse respeito. No que concerne à lógica do argumento por ele desenvolvido para os *contractarians*, em nada melhorou o pensamento de Hobbes; tudo que fez foi mostrar que o problema central era o fim a que se destinava o contrato social, e que tal fim era a liberdade e, como condição, a igualdade.

Houve, naturalmente, muito desacordo quando se precisou chegar à definição dos fins e dos meios concretos da lei e do governo; basta mencionar a polêmica feroz sobre o princípio do despotismo esclarecido. Mas o panorama geral é bastante claro. Ele indica a primeira grande mudança na história da ideologia da legitimidade: o aparecimento de uma preocupação determinante pelas finalidades do governo, o que, em última análise, significa uma demanda por resultados nas atividades governamentais – e como tal, algo muito afastado do julgamento estritamente baseado na conduta dos regentes, implícito na preocupação tradicional, ética, com as causas finais do governo. É por esta razão que, procurando desenvolver a sugestão de Leonard Krieger, proponho para esta nova abordagem do conceito de legitimidade a denominação *telic*. Assumindo a forma do tema *pursuit of happiness* (busca da felicidade), *telicity* representou de fato a mentalidade dos ideais de legitimidade na era das reformas esclarecidas e das “revoluções democráticas” (R. R. Palmer) – o mundo do despotismo esclarecido, o constitucionalismo americano, a revolução francesa e o lançamento do industrialismo.

Pode-se alegar que, se quisermos distinguir o *telic* do *archic*, precisaremos então considerar o fato de que o século dezoito tinha toda a propensão, era quase devotado, à ideia de origem. O deísmo, o bom selvagem e, bem assim, todo um conjunto de temas pré-românticos parecem árcicos da cabeça aos pés, mas tudo isso não passa de ilusão de ótica. O significado intrínseco de todo esse material aparentemente árcico era *genesis*: o primitivismo e o amor da natureza não foram concebidos de maneira alguma como reconhecimento da autoridade do passado; antes, eles eram invocados com o fim de demolir o que havia de absurdo e desumano nas instituições tradicionais. Desta vez,

o mito da origem passou a olhar para a frente, já não para trás. O arché tinha se tornado um tetos.

A raiz do movimento tético no sentido de justificar o poder reside no que Peter Gay denominou *the recovery of nerve*: o sentimento novo e expansivo de domínio sobre a natureza e a sociedade, experimentado pelas elites ocidentais, a esperança reencontrada na vida e numa confiança do esforço humano, que apareceram com o crescimento da população, o comércio e a prosperidade, no século do iluminismo.

Reagindo contra interpretações idealistas do iluminismo, contra os Cassirer e os Carl Becker, Gay insiste no sentido de que o que animava todo o movimento era um paganismo moderno. E assim foi – mas devemos enfatizar tanto a palavra “moderno” quanto “paganismo”. E o principal elemento moderno dessa visão esclarecida residia na sua crença da perfectibilidade – uma crença que, na sua tendência materialista, sua difusão científica, suas características tecnocráticas – em suma, uma nova *engineering approach to the human condition* (uma nova concepção baseada na técnica para equacionar problemas humanos), (ver Benjamin Schwartz) – era intrinsecamente diferente da calma e contemplativa antropolatria do humanismo renascentista. O comentário de aprovação de Voltaire sobre Beccaria — *Nous cherchons dans ce siècle à tout perfectionner* – é válido como lema contrário a todo universo de opinião. Não foi por acaso que as utopias esclarecidas – ver o testemunho de Condorcet – assumiram qualidade extremamente dinâmica. O século acolhia a mudança como o veículo do progresso.

Marxistas vulgares imaginaram muitas vezes que esse veio técnico-mecânico (engenharia) era a própria alma da burguesia no seu período heroico: o limiar do capitalismo industrial. É uma pena que a história não lhes tenha dado razão, e tenha deixado o único país que efetivamente se encaminhava para a revolução industrial naquele período, a Inglaterra, à margem de um iluminismo respeitavelmente organizado!... É melhor concordar com Franco Venturi: o iluminismo aconteceu precisamente onde o pacto, mais ainda a colisão, entre um mundo atrasado e outro moderno se deu de maneira mais conspícua e abrupta: na França, na Escócia, e em muitas partes da Itália e da Alemanha. Em resumo, foi uma flor de transição, não para o industrialismo (o qual, como um todo, só apareceu muito mais tarde) mas para os tempos modernos, com a incubação (muitas vezes retardada) do industrialismo. Daí o seu inequívoco gosto exagerado pela reforma; pois o iluminismo foi sem dúvida, acima

de tudo, o *setecento riformatore* (título de Venturi) – a época da reformulação institucional generalizada.

A grande vantagem desta interpretação é que ela nos permite chegar mais próximo da política. Afinal de contas, os filósofos eram animais altamente politizados, e talvez devêssemos tomar com maior seriedade a sugestão de Tocqueville de que eles se tornaram subversivos por puro despeito pelo desemprego político a que foram relegados — um caso típico de privação das aspirações. Se tratarmos o iluminismo como fenômeno político e não como ideias sem organicidade, isso nos ajudará a melhor determinar nosso tipo de mudança na ideologia da legitimidade.

Para começar, o impulso *télico* não poderia jamais ter ocorrido se já não existisse o estado moderno. Através de todo o século dezessete e do século dezoito, o estado moderno como tal já tinha realizado feitos muito extraordinários, importando em verdadeiros achados conceituais para a compreensão do poder. Mas, atenção: as exigências *télicas* sobre o poder são, antes de tudo, expressões de uma cultura política do “cidadão” em potencial, um ambiente político de há muito acostumado a um estado ativo (até o despotismo esclarecido tinha, pelo menos como requisito implícito, uma cultura política do “súdito” – na qual os governados estavam bem conscientes da existência e da força de um poder constituído). Ainda mais, o estado moderno era, ele próprio, uma verdadeira máquina *télica*. Não fora ele de fato conspicuamente desenhado (contrastando com a criação orgânica das estruturas de poder anteriores?) Não era ainda um mecanismo altamente teleológico, permanentemente impondo-se objetivos e deveres? Quão diferente da plácida existência das formas *árquicas* de governo!

Contudo, parece de extrema importância não imputarmos tudo isso à ação do estado reformador. O impulso *télico*, o desejo de perfectibilidade devem pelo menos tanto à nova e estimulante experiência do desenvolvimento do mercado (muito embora ainda estivessem sempre presentes os grilhões dos mercantilistas a criar impedimento). Se permitem que me aproprie de mais dois vocábulos gregos: a qualidade *télica* (*telicity*) era atributo tanto de cosmos como de taxis, de uma ordem espontânea assim como de uma ordem tramada. Abençoava tanto a maneira de ser de Liliput como a de Blefuscu: a estrada do comércio e o caminho da política. Pois o que absorvia o espírito *télico* era muito mais o poder maravilhosamente demonstrativo da visão mendevilleana do mundo: vícios secretos, benefícios públicos. De certo modo, a principal realização de Adam Smith foi o fato de ter ele dado conteúdo descritivo a esse sentimento entranhado na linguagem econômica, numa teoria da divisão do trabalho.

A “divisão do trabalho” foi, com efeito, a chave de tudo. O mundo *télico* gozava, ou aspirava sinceramente ao gozo da independência pessoal dentro da dependência (mútua) objetiva, para utilizar a fórmula adequada de Marx no seu *Gundrisse*. Eram passados os dias das grandes propriedades autossuficientes e da servidão do trabalhador ao proprietário da terra. E com o crescimento da independência, declinou a autoridade do passado. A legitimação de fundo racional-legal, profanamente jurídica e inquisidora, fez sua aparição. Solapada pelo crescente secularismo das elites, as justificações transcendentais das ordens temporais cedeu seu lugar à “legitimação interna” (*inside legitimation* de Gellner). Até o direito natural (uma sobrevivência racionalizada do antropomorfismo *árquico*) foi tornado positivo, embora de início apenas no paraíso *télico* que eram os Estados Unidos da América.

A independência pessoal, conquistada ou como aspiração, revelou um aspecto interno muito significativo. Leslie Fiedler escreveu sobre a revolução psíquica do século dezoito. O aumento da liberdade individual é, sem dúvida, um tema da maior importância no princípio da história cultural moderna; e é no século dezoito que o fato assume nova intensidade e uma presença ponderável. A chamada cultura *Bildung* do classicismo de Weimar, ultrapassando até o seu “passado titânico”, enalteceu suas expressões literárias mais elevadas. Por fim, entretanto, toda a arte neoclássica respira o mesmo ar; toda ela se banha, por assim dizer, na moralidade da personalidade. O magnânimo neoclássico, em sua origem um libelo contra o estilo rococó e o devasso hedonismo, logo torna-se íntimo adepto do culto da sublimação e da adoração dos gênios – equivalentes temporais dos motivos anagógicos na devoção tradicional. Daí a moralidade exaltada dos maiores neoclássicos da última fase, o que na realidade deturpou a graça e o comedimento desse estilo: reflitamos sobre a falta de decoro na obra de Goya, ou sobre o esforço extenuado e a tensão e eloquência da forma de sonata de Beethoven.

O ponto a reter é que, assim como o utilitarismo persistente da época, o mito do “eu” impôs sua presença no julgamento que se fazia do poder e da norma. O chamamento puritano nunca pôs em dúvida diretamente a ordem social; o “eu” do homem prometéico o fez. Isso em muito ajudou a preparar o caminho a ser trilhado pela consciência burguesa do dever para o correto. Até esse grau, a *Schnõne Seele* poética do classicismo germânico convergiu involuntariamente para o tipo de indivíduo pedestre, possessivo de que fala Locke. Ambos foram levados, pela preocupação de

autodeterminação, a aferir a autoridade pela responsabilidade desta, pela resposta que dava às necessidades humanas.

Ao contrário do *árquico*, a *telicidade* ainda tem futuro. Como foi nascida do encontro entre o mundo atrasado e o moderno, muito antes da era do industrialismo e da política de classes, não nos deve surpreender o fato de que o temperamento *télico* está ainda muito presente hoje em dia nas regiões modernizadas do Terceiro Mundo, especialmente naquelas – como em muitas regiões da África negra – onde persiste o esforço de organização do estado, a estrutura social não alcançou o estágio de classe propriamente dita (principalmente porque a oferta de terra foi abundante até muito tarde, seu controle feito sob a forma de corporação, de tal modo que as antigas relações entre proprietário e arrendatário nunca foram praticados). Porém, antes de considerar o padrão geral dos modos de legitimidade de hoje, a nível mundial, devemos descrever nosso segundo tipo de mudança fundamental – a mudança do *télico* em outra direção.

III. “O impulso tectónico”

Os valores tectônicos (*telic*) foram vítimas do triunfo da *telicidade*. A modernização, estimulada pelas demandas *télicas*, trouxe o colapso da maneira tectônica de justificar o poder e as normas legais e culturais. Com o estabelecimento da sociedade burguesa e iniciada a transição para a sociedade industrial, a ênfase principal da retórica da justificação desloca-se dos meios para uma necessidade imperiosa de ordem. O progresso, essa grande invenção do século dezoito, permanece firme — mas agora identificado com, ou subordinado ao cântico ordeiro (*chante*). A máxima de Augusto Comte, “O progresso é o crescimento da ordem”, envolve a perspectiva da burguesia pós-revolucionária, assim como mais tarde a do fortalecimento do socialismo de estado. Historiadores de arte desde Wölfflin empregam com frequência o termo “tectônico” para denotar um tipo de composição, a forma fechada que tem por base linhas simétricas. Não me ocorre expressão mais apropriada do que esta para o símbolo do movimento pós-télico na linguagem da legitimidade. O matiz dominante no simbolismo de justificação veio a ser uma espécie de *holism of order* – ordem sagrada das escrituras (*order writ large*).

Na raiz psicológica do habitat histórico da esclarecida Europa tectônica, vamos encontrar um crescimento notável do sentimento individualista. A contrapartida desse sentimento na era vitoriana parece ter sido aquilo que Simmel chamou “individualismo de diferenças”, uma tendência social profunda correlacionada com a competição num

contexto favorável de divisão do trabalho. O enorme desenvolvimento na diferenciação estrutural – tema de Spencer e Durkheim – constituiu de fato um aspecto central no nascente mundo industrial. Por esta razão, a indústria, mola mestra da diferenciação estrutural, era vista por gente do quilate de Henri de Saint-Simon como o berço de uma nova sociedade “orgânica”, tão solidamente fundamentada na ciência e tecnologia como o “tinha” sido a Idade Média na fé. Saint-Simon estava sem dúvida substancialmente enganada tanto numa coisa como na outra, tanto no tocante à modernidade quanto ao passado medieval. No entanto sua utopia moderada parece-nos menos fantasiosa do que as de seus seguidores espirituais, Comte e Durkheim, os quais muito se esforçaram por descobrir “credos” sucedâneos mantenedores da ordem. A religião da humanidade de Comte, o corporativismo de Durkheim são sonhos vãos e pensamentos desiderativos nascidos da cegueira de ambos face a um aspecto essencial da sociedade industrial – o fato de que sua estabilidade não provém de qualquer consenso que tenha por base compromisso com valores substantivos (em oposição a valores formais), mas derivam dos benefícios tangíveis das trocas e do progresso material.

O único valor que serviu de argamassa unindo as sociedades industriais nascentes foi o nacionalismo. Daí a persistente apropriação tectônica das ideias nacionais. De qualquer forma, as culturas nacionais constituíram pré-condição do industrialismo, uma vez que somente elas poderiam, com propriedade, ter socializado o homem, fornecendo-lhe conhecimentos básicos inerentes ao funcionamento da ordem industrial. Conforme mostrou Gellner, na obra *Thought and Change*, estados soberanos, antigos e modernos, se utilizaram do nacionalismo desta maneira; eles sabiam que o declínio do papel da estrutura tradicional deixava apenas a cultura e a cidadania, e a cidadania “como cultura”, como o baluarte principal da identidade social. No *piccolo mondo* das sociedades de outrora, ser homem “era” o papel do homem: porém na sociedade industrial, ele precisava “carregar” consigo sua identidade – e numa situação tal, somente sua cultura poderia fornecer-lhe essa identidade.

Quando a industrialização começou a espalhar-se por toda a Europa ocidental e a América anglo-saxônica, o Ocidente possuía dois conceitos principais de povo e nação: o conceito francês e o alemão. Aquele salientava a identidade entre a nação e a vontade política consciente de seu povo; este definia um povo por critérios objetivos tais como língua e cultura, completamente desvinculados do exercício de direitos políticos. De um modo geral, a lógica do industrialismo privilegiou o conceito alemão de nação, em detrimento do francês. Enquanto a ideia francesa de nacionalidade era nitidamente

tectônica (*telic*) na origem e conteúdo, a concepção germânica era pelo menos tão tectônica quanto teutônica... Ela punha a unidade acima da finalidade e responsabilidade dos complexos poder-e-norma.

O impulso tectônico foi uma reação ambivalente à difusão do industrialismo, aceitando-o e, ao mesmo tempo, sempre tentando contê-lo. Nada exemplifica melhor este ponto do que o papel do estado. O liberalismo clássico por duas vezes o deturpou. Frequentemente enganou-se tomando o estado por um Leviatã, quando na verdade a sociedade civil já dominava a situação; falou então da própria sociedade civil como se esta pudesse prescindir do estado, ou reduzir-lhe a ação ao papel de simples vigilante. Na realidade, a verdade sociológica profunda é que foi precisamente o Ocidente liberal que testemunhou desrespeitosa e duradoura usurpação do estado no papel de agente normativo, sua quase completa absorção da esfera normativa (o liberalismo clássico via o estado numa perspectiva demasiado política; o equilíbrio só seria restabelecido com uma perspectiva mais inteiramente jurídico-política). Sem dúvida, o estado servia à camada da sociedade civil que mantinha a hegemonia do poder; mas num sentido significativo, também a sustentava. Hegel, que foi o primeiro a pensar na “sociedade civil” em termos não-políticos, e insistiu em colocar o estado alto, acima dela, renunciou dessa forma a nossa própria experiência liberal moderna de autonomia e atividade estatal.

Para Hegel, o ordem era cheia de contradições. Nisso também foi ele o maior dos ideólogos tectônicos, porquanto o impulso tectônico foi primeiro e acima de tudo uma resposta a uma sociedade emaranhada em contradições. Vejamos sua moral: a regra áurea de conduta tinha por base o utilitarismo, mas da variedade “ascética”. Entretanto, o cerne do utilitarismo, a escolha de valores através da experiência, era em grande parte abafado por uma modalidade de ética puritana não sectária. Como disse tão astutamente G. M. Young, para a mentalidade vitoriana, o progresso, como a salvação, tinha que aparecer “como a retribuição da virtude”. Caracteristicamente, a mística do chamamento era muito mais “socializada” do que verdadeiramente destituída de atributos sagrados: ver a respeito Middlemarch, para uma ilustração excelente do ponto. Vejamos ainda sua estética: os traços dominantes eram a surpreendente “indisposição” que se sentia entre a arte e a cultura burguesa. Esse mal-estar foi primeiramente denunciado pela revolta romântica, que por sua vez era um modelo de ambiguidade, no sentido de que agia como um *Gemeinschaftlust* desenfreadamente individualizado. Pouco depois apareceu o *kitsch*: uma arte pomposa do sublime falsificado, através da

qual (segundo Hermann Brock) a burguesia europeia, secretamente escravizada por uma herança de prazeres aristocráticos e grandeza, cedia a uma verdadeira *hunger for décor* – enquanto, ao mesmo tempo, reprimia na aparência os amenos valores da aristocracia, numa triste pretensão de muita seriedade. O inconformismo da arte era agravado ainda pela negação meio consciente e teimosa desse mal-estar. Assim, a era que tudo fez para unificar tanto a moral como a sociedade, a civilização obcecada pela ordem, mostrou-se incompreensivelmente incapaz de desenvolver um estilo arquitetônico próprio. O ecletismo histórico, a acumulação de “neo”-estilos na arquitetura vitoriana, veio desmentir o impulso tectônico. Mas essa negação no nível da forma e numa arte tão central encontraria sua parêntese nefasta, no lado do conteúdo, no *animus antidecoroso* que se nota em muita arte pós-romântica, desde Baudelaire a Manet e de Dostoiévsky a Ibsen e Strindberg. E a contradição não ficou só nisso. Muitas dessas “fobias burguesas” (*bourgeoisophobos*, na expressão de Flaubert) provinham de pessoas escravas inconscientes da moral que combatiam, do espírito de submissão puritana, ou sua base metafísica, a ânsia do sagrado. Destarte, os românticos exaltavam a estética do fragmento, embora nunca deixassem de almejar ao Todo: foram verdadeiros gnósticos modernos, heréticos apaixonados (“hierófilos”). Por outro lado, seus sucessores e antagonistas, os grandes escritores e artistas pós-românticos, praticavam a arte como um culto, tão asceticamente uma como o outro. O esteticismo radical (cf. Mallarmé) era um assunto esotérico (soteriológico?) terrivelmente solene, praticado de maneira tão consciente como qualquer comércio de filisteu.

Mais tarde, na história da cultura burguesa, a rebelião modernista desbancou o asceticismo dos estetas vitorianos e ousou equiparar a arte ao divertimento. Dir-se-ia uma derrota tectônica. Nem tanto – porquanto os modernistas de *avant-garde*, que nisso se mostraram verdadeiros herdeiros da busca da totalidade tão conspícua na sensibilidade “decadente” do fim do século passado e começo deste, com efeito trouxeram à luz *a stealthy authoritarian cast of mind in their very way of handling the artwork and dealing with its recipients* (isso pode parecer acusação estranha, mas ela foi defendida convincentemente e de maneira independente pelo menos por dois críticos, Hans Sedlmayr e John Bailey). A obscuridade intencional da arte “experimental”, a insistência numas “visões unificadoras”, impingidas ao público de forma irresistível, eram características tectônicas residuais que sobreviveram à queda do asceticismo estético.

Acima de tudo, a legitimidade tectônica foi alimentada pela estrutura de classe. A burguesia vitoriana não possuía a visibilidade de uma propriedade, mas representava ainda muito o status do grupo, uma casta sociocultural e política tanto quanto uma classe econômica. Com algumas importantes qualificações, algo basicamente semelhante se aplica, na atualidade, à burocracia dominante do socialismo de estado. Significativamente, tanto a burguesia como a “nova classe” comunista do século dezenove e início do século vinte patrocinaram e impuseram a estética moral puritana – inegavelmente duas manifestações tectônicas.

O marxismo, nascido da fusão do radicalismo antifilisteu com o socialismo francês e a filosofia histórica de Hegel, tornou-se eventualmente uma ideologia de poder tectônica utilizada com caráter ascético por automeados intelectuais da pequena-burguesia devotados à forma primitiva de acumulação de capital e rápida industrialização. Não é de admirar que seja em tais sociedades que se vão encontrar, na atualidade, as duas camadas desprotegidas do mundo vitoriano: um proletariado sem direitos e uma minoria intelectual discordante. É muita ironia que a supressão do mercado levada a cabo pelos leninistas, por causa do capitalismo, tenha resultado na perpetuação de algumas das características principais da forma clássica de dominação burguesa.

Karl Polanyi acreditava que o fascismo era, no fundo, principalmente uma reação contra os efeitos distorcidos da sociedade de mercado. Uma outra maneira de encarar a maior monstruosidade política de nosso tempo (e uma maneira de ver menos condenatória do mercado) consistiria em ver o fascismo como o sistema político da vingança dos tectônicos. O fascismo pôs a violência a serviço do impulso tectônico para solucionar as contradições morais e sociais da sociedade burguesa. Contudo, assim como os leninistas, ele só pôde triunfar onde essas contradições tinham sido compostas e agravadas pela sobrevivência de elementos importantes de um estágio pré-capitalista, tanto na estrutura social como política. Aqui jaz a vingança dos tectônicos sobre os infelizes e canhestros processos de transição *télica*. Formas mais equilibradas e moderadas de *tectonicidade* fizeram cair a casca exterior que revestia a mania de ordem, permitindo que aos poucos e gentilmente assumisse formas mais flexíveis e menos autoritárias de legitimidade.

V . "Legitimidade tópica"

É desnecessário dizer que as mudanças e desvios que vimos descrevendo estão longe de constituir interrupções ou cortes definitivos. Como foi sugerido anteriormente, muito da redefinição *télica* de legitimidade foi incorporado no grande modelo novo de justificação que se lhe seguiu, o tectônico, e o impulso *télico* por sua vez também não anulou inteiramente as formas (*archic*) primitivas de legitimação, que sobreviveram em mais de um domínio vital (p. ex., a família). Similarmente, muito do conteúdo e procedimento do espírito tectônico ainda permanece vivo em cada um de nós. Com efeito, os princípios orientadores das instituições jurídico-políticas das sociedades do estado do bem-estar social dos dias de hoje permanecem moldados por uma ordem jurídico-racional, parte *télica*, parte tectônica. Assim, se o tectônico é superado, o último tipo de mudança trouxe consigo, como as anteriores, uma considerável superposição de tipos.

Não obstante, há quem afirme que, nas sociedades industrialmente avançadas, a legitimidade está definitivamente em decadência, não em processo de renovação. “Inumeráveis” formas de legitimidade argumenta-se, a legitimidade formal, do tipo jurídico-racional de Weber, estão morrendo nas mãos do feudalismo industrial, enquanto grupos de pressão com poderes políticos influentes lutam ou fazem concessão, enquanto são negligenciados benignamente pelo estado liberal e seu universalismo antiquado e abstrato.

Contudo há talvez base para arguir-se que está emergindo um novo modelo de justificação de norma e poder. Sem necessariamente anular a validade da racionalidade formal, e por vezes pressupondo sua operação, uma nova *forma mentis* aos poucos parece ganhar aceitação, se não o reconhecimento. O âmago de seu significado é a ênfase na legitimidade “local”, sendo esta a razão por que lhe pusemos o qualificativo de “tópica”. A chave para essa espécie possivelmente nova de ideologia da legitimidade é a preocupação com a intensidade de direito e valor. Nem a autoridade do passado nem alguma grande finalidade projetada sobre o poder e a norma nem efetivamente qualquer obsessão abrangente com a ordem aparece como fator dominante aqui – somente o sofisma virtuoso, por assim dizer, a insistência generalizada em méritos particulares, merecimentos específicos, direitos detalhados. Reivindicações políticas e sociais particularistas de movimentos profissionais, étnicos, regionais ou de época; as políticas de princípios de organizações de objetivos unidirecionais; a moral da autenticidade dentro da permissividade e da arte sem a estética global (p.ex., a arquitetura pós-

moderna) – tais são exemplos conspícuos de legitimidade tópica no cenário contemporâneo.

O cenário histórico do sentido de *topicalidade* como nova expressão idiomática da legitimidade é a sociedade de consumo, cujo advento resultou do mais longo período, agora interrompido, de prosperidade na era industrial. Neste contexto, o padrão de legitimidade tende curiosamente a inverter a tendência do cristianismo medieval. Então, o que importava era o princípio de unidade, a subordinação da política à moral e da moral à fé – em suma, a legitimação “compacta”. Agora, prevalece exatamente o oposto, dado que a experiência da legitimidade tende crescentemente a ser “centrífuga”, e relacionar-se com princípios subjacentes de caráter .penas muito geral, formal.

É claro que isso, por sua vez, está correlacionado com a evolução da mudança sociocultural no industrialismo de elevada tecnologia. A falecida Margaret Mead costumava falar da cultura “pós-formativa”: a saber, uma cultura na qual muito do saber provém dos jovens e onde a velhice se revela em verdade inexperiente. Mesmo sem dar importância exagerada a tais efeitos pós-formativos, poder-se-ia arguir que a cultura sem ambição da época de hoje abre muito espaço para o que tentarei chamar de impulsos “meta-sociais” no simbolismo de justificação: formas egocêntricas de conduta não tão antissocial como trans-social.

Quando o consumo afluente de massa apenas começava fora da economia norte-americana, passou-se a descrever o gênio do homem contemporâneo como dispersivo, com emanações em forma de radar. Ou, numa linguagem mais lírica, passou-se a realçar sua alma multiforme, sua capacidade negativa como especialista em artifícios ligeiros de identificação e crença. Penetrando talvez mais profundamente do que as imagens que vimos de apresentar, por demais modeladas na burguesia suburbana ou na bem amparada juventude radical da década dos sessenta, há indícios sutis de que o homem moderno vive idealmente numa cultura hedonista, complacente e sem pecado, marcadamente indulgente em prol de *expressive remissions from failed controls* (Philip Rieff).

A questão se resume a saber se o herói autossuficiente da cultura pós-puritana, “o homem psicológico” no dizer de Rieff, é predominantemente temperado ou imoderado, um asceta (Rieff) ou um místico (Roland Robertson).

O homem remissivo médio penetra mais na intensidade dos sentimentos do que em sua qualidade moral. Num certo sentido, a ética que lhe convém é a “moral experimental” do imoralismo radical na tradição francesa, de Gide e Bataille às

enroscadas *machines désirantes* dos pós-freudianos Fourier e Gilles Deleuze. O que preocupava Herbert Marcuse era a probabilidade de que as festivas absolvições de hoje fossem apenas “dessublimações repressivas”; mas o perigo real parece residir alhures, na ameaça constante de que assumam paranoicos dentre os remissivos em perspectiva.

Muitos dos sociólogos dos processos modernos de legitimação concordam em que existe uma contradição flagrante entre diversas formas de cultura contemporânea e a racionalidade instrumental de sua base técnico-econômica. Jürgen Habermas julga que o capitalismo mais recente se previne contra as crises de motivação *uncoupling* (desengatando) o sistema cultural e libertando-o dos constrangimentos da racionalidade funcional. Daniel Bell sustenta que nossa cultura autodidata é uma “antinomia” *vis-à-vis* os valores funcionalistas da sociedade industrial – daí ter ele celebrado o advento de uma ordem pós-industrial libertada do “modismo economizador” e do “hedonismo burguês” por uma nova “ética comunal”.

Ernest Gellner é mais cético. Concorde em que a cultura moderna não trilha ao mesmo tempo o caminho da racionalização e o do desencanto. Numerosas subculturas de reencantamento tendem a florescer assim. O ócio e a permissividade dão fácil guarida a muitas formas de vida antitécnicas, emocionais, sensuais, frequentemente estáticas e intelectualmente indisciplinadas – à revolta romântica que, no ver de Gilberto Freyre, é parcela e quinhão do horizonte cultural além do moderno. No entanto, ele também observa que essas subculturas românticas são “irônicas”, porquanto implementadas inconscientemente de tal maneira que a base racionalizada do todo é afirmada, ao invés de negada, pelas próprias superestruturas que nominalmente contradizem a racionalização. Participantes, até mesmo entusiastas, da cultura irônica não hesitam, quando defrontados com assuntos sérios como a produção de riqueza ou a proteção da saúde. Então, subitamente esquecem o misticismo e o êxtase e se dirigem, como qualquer mortal, a bancos e hospitais considerados razoáveis.

Devemos ter cuidado de não superestimar o peso social da cultura irônica. Entretanto, isso não nos impede de reconhecer que seu florescimento abriga algum risco real para o futuro da legitimidade em seu temperamento liberal. A intercalação de “contraculturas” nas opiniões políticas radicais pode revelar-se muito danosa para a democracia (a menos que se decida dissolver a dimensão política da democracia num mal compreendido superlativo do seu significado social). O que Henry James escreveu sobre a princesa Casamassima – que o seu comportamento radical, afinal de contas, “destinava-se mais a minorar seus próprios problemas do que a aliviar os dos outros” –

traz-me à mente, de forma irresistível, muitos radicais da atualidade. É sem dúvida uma forma perversa de remissão. Em sua forma extrema, tende a legitimar o terrorismo – a maldosa *topicalidade* da violência ao invés da justificação da razão.

A liberdade contemporânea, em sua plenitude, é um luxo tópico que repousa sobre as realizações *télicas* do passado mundo dos ricos. Nesse sentido, altas formas de liberdade pressupõem liberdade de privações, e nenhuma aversão neoliberal pela "liberdade positiva" pode obscurecer este fato. Qualquer que seja a extensão e profundidade da crise da legitimidade compensatória na presente fase de recessão, nenhuma parcela de inquietação ideológica (ou angústia ecológica – *Angst*) deveria obscurecer, em nossas mentes, o conhecimento daquelas pré-condições, especialmente quando a liberdade condiciona a liberdade. A fragilidade das legitimidades tópicas, num mundo rodeado pela multiplicidade de surgimentos *télicos* e de elites tectônicas que se auto afirmam, é impossível de minimizar, muito menos de ocultar. Por esta razão a legitimidade, em sua configuração geral, se encontra num estado de fluxo — e assim, com toda probabilidade, permanecerá no horizonte que se aproxima da passagem do século.

7. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (1983)

Rio de Janeiro, 11/03/1983

Site da Academia Brasileira de Letras

URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/discurso-de-posse>

Senhores acadêmicos,

Nos 17 lustros de vida desta egrégia Companhia, a Cadeira que, em vossa magna indulgência, houvestes por bem confiar-me só contou três ocupantes: o Conde Afonso Celso (1897-1938), o Professor Clementino Fraga (1939-1971), o Embaixador Paulo Carneiro (1971-1982). Um espírito irônico seria tentado a dizer que, nesta Poltrona, assenta-se com demasiada convicção a crença na quimera da nossa imortalidade... Todavia, a densidade moral e humana da Cadeira 36 sempre andou na razão inversa da demográfica, e no modelo de meus predecessores há muito mais a imitar do que a mera longevidade.

Pedia Pope que, no crítico, não se perdesse o homem: “[...] *nor in the critic let the man be lost!*” Deixai-me seguir o preceito do poeta e, antes mesmo de referir qualquer traço da obra desses autores, lembrar aqui que eles foram não apenas três homens de bem, senão também de caráter – de caráter posto à prova em momentos diversos –, mas igualmente decisivos, dessas três vidas tão exemplares quão gloriosas. Já advertia o romancista que, em nossa época, o que falta não são os homens de ação e sim as ações de homem. Pois bem: essas ações, Afonso Celso, Clementino Fraga e Paulo Carneiro não se eximiram de praticá-las, quando os tempos se tornaram desafio. Logo lhes recordaremos a têmpera, ao evocar-lhes o temperamento intelectual.

Desta Cadeira de profícuos provectoros, o Patrono, por contraste, morreu bem jovem. Foi ele Teófilo Dias (1854-1889), o poeta das *Fanfarras* (1882), livro em que o despudor antirromântico refletia o trato com a superfície das *Fleurs du Mal*, e no qual figura um poema antológico, “A Matilha”, assinalado pelo outro Teófilo, Teófilo Braga, e não desdenhado por Manuel Bandeira na seleção – *Poesia do Brasil* (1963) – em que me deu a honra, nos meus primeiros passos de Crítica, de secundá-lo. A Teófilo Dias se aparentava, como protoparnasiano, o poeta Afonso Celso, embora com musa de mais recato, mais afeita ao intimismo de Gonçalves Crespo que à sensualidade de aparato.

Dai a escolha do sobrinho de Gonçalves Dias, desaparecido com o Império, para padroeiro desta Poltrona.

Sobrinho de Gonçalves Dias, encaminhado no ensino da Corte pela mão de Benjamin Constant, e casado na grei dos Andradas, Teófilo Dias nos faz pensar que a Cadeira 36, à força de resistir à Parca, como que buscou compensar a pequena galeria de seus ocupantes por uma espécie de nexo simbólico, tecido na biografia dos que a ela se associaram, com os próprios numes tutelares da nacionalidade. Assim, se, na vida do Patrono, se entrelaçam os vultos do Patriarca da Independência, do primeiro poeta central do Brasil soberano e do fundador da República, o quadro se completa com as sombras de Oswaldo Cruz, a cuja plêiade de diletos discípulos pertenceu o jovem Clementino Fraga, de Caxias, em cuja estirpe se casou Paulo Carneiro, e de Rondon, que foi seu padrinho na Igreja Positivista. Que secreta e harmônica magia, nesse pano de fundo biográfico, verdadeiro compêndio de brasilidade!

“Brasilidade”, bem o sabeis, é vocábulo criado por Afonso Celso (1860-1928). Polígrafo de valor, o futuro conde papal começou pela Lírica e a Oratória parlamentar. Em 1881, mal completa a maioridade, sai deputado pela lei Saraiva, que conjugava a eleição direta com o retorno ao sistema distrital, a que só agora forcejamos por voltar. Filho de um dos maiores próceres liberais do fim do Segundo Reinado, declara-se republicano e é, na Câmara de 1886, o único abolicionista confesso. Mas eis que a queda do Império o torna monarquista, em parte por fidelidade a seu pai, o visconde de Ouro Preto, estadista dos mais vilipendiados no início do novo regime, e em parte por altivo repúdio ao adesismo generalizado da classe política. Com sarcástica dignidade, resume o sentido de sua conversão:

Manifestei-me outrora republicano e presentemente monarquista. Modificaram-se-me as convicções. Deu-se comigo o mesmo que se deu com a quase totalidade dos políticos ora figurantes. A diferença consiste em que o meu republicanismo terminou no momento em que o deles emergiu, isto é, a 15 de Novembro.

A bravura de Afonso Celso recusava o conselho de Maquiavel: *stà con chi vince!* Quixotescamente, decide, como Eduardo Prado e alguns poucos mais, fustigar nossa vitoriosa fronda pretoriana (a expressão é de Sérgio Buarque de Holanda) por

meio de “guerrilhas” jornalísticas – título com que, efetivamente, coligirá, em 1895, seus artigos antirrepublicanos.

Jornalístico é, de resto, todo o estilo de Afonso Celso, inclusive nos períodos breves de seu gráfico memorialismo (*Oito Anos de Parlamento, Vultos e Fatos*). A diferença entre o Jornalismo e a Literatura, zombava Oscar Wilde, é que o primeiro é ilegível, e a segunda não se lê... Pois Afonso Celso compôs artigos altamente legíveis que, hoje, se deixam percorrer como Literatura da boa. Relede, por exemplo, o retrato de Nabuco em *Oito Anos de Parlamento*: não cede, na sua precisão evocatória, a vinhetas que o próprio modelo nos legou, no seu primoroso *Um Estadista* do Império. Como seus dois sucessores nesta Casa, Afonso Celso possuía um estilo eminentemente verbal que, longe de ser verboso, refletia da oralidade o hábito da fluência elegante, acostuada ao adjetivo definidor e ao ritmo vivaz da frase.

Muito haveria que falar sobre o homem, o escritor e o líder cultural. Sobre o grande viajante, que palmilhou (coisa rara na época) nosso hemisfério e não só a culta Europa e acabou sendo instado, em *Salt Lake City* – belo homem que era – a render-se à prática da poligamia... Sobre o ficcionista e o copioso poeta sentimental. Sobre o intelectual católico, que, em suas próprias palavras, pertenceu apenas ao partido de Cristo. Sobre o operoso presidente, por todo um quarto de século, do Instituto Histórico, precursor operoso do descortino e dedicação de Pedro Calmon. Mas prefiro despedir-me de meu Fundador, lembrando nele o promotor da Ação Social Nacionalista e o criador do ufanismo. Numa época em que nacionalismo não era xenofobia, nem arte de inventar bodes expiatórios para nossos erros e falhas, e sim empenho de valorização do nosso passado e da nossa raça frente à descrença na viabilidade do Brasil e nas virtualidades de seu povo, Afonso Celso, em pleno quarto centenário do Descobrimento, lançou seu breviário patriótico – *Porque Me Ufano de Meu País*. É impossível não aproximar esse ufanismo de 1900 do brasileirismo de 22. Ao ensaísmo dos modernistas, coube desenvolver numa dimensão analítica a mensagem animadora de Afonso Celso. Mensagem na qual o Gilberto Freyre de *Ordem e Progresso não vacila* em reconhecer um “corretivo” para o desprezo que outrora acometia os brasileiros, ao refletir sobre as suas origens étnicas e históricas.

Clementino Fraga (1880-1971) inaugura na Cadeira 36 e reforça na Academia uma valiosa tradição: a aliança de Ciência e Humanismo, que Paulo Carneiro tão bem saberia prolongar. Filho de modestos agricultores do Recôncavo, o moço Clementino viveu numa Salvador onde as aulas de Ernesto Carneiro Ribeiro, o filólogo e contendor

de Rui, se alternavam com a volúpia da vida praiana, sem esquecer aquele gosto pelas festas populares a que só a Bahia sabe dar uma aura simultaneamente cósmica e telúrica. Imaginai uma vocação de “capitão de areia” que fosse ao mesmo tempo aluno brilhante, clara promessa intelectual: aí tendes, em síntese, a infância feliz de Clementino, entre livros e saveiros.

Na minha adolescência, conheci vários monumentos de Salvador pela mão de seu irmão Artur Fraga, destacado comerciante daquela praça e pude perceber que o amor ilustrado à decana das cidades brasileiras era, entre os Fraga, uma virtude de família. Como o é no mais antigo de meus amigos e mentores baianos: Luís Viana Filho.

Assessor de Oswaldo Cruz na epopeia sanitária do governo Rodrigues Alves, amigo e admirador admirado de Carlos Chagas e Miguel Couto, príncipe dos esculápios de sua terra na segunda década do século, douto e querido lente das escolas médicas da Bahia e do Rio, Clementino enfrentou, com a maior valentia, no crepúsculo da República Velha, o retorno da febre amarela à capital do País, agora em forma insidiosamente epidêmica. Paulo Carneiro, em seu discurso de posse, traçou com mão de mestre o dramático alcance dessa batalha, conduzida por Clementino Fraga na qualidade de diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, cerca de dez anos antes de ocupar a Secretaria de Saúde do então Distrito Federal, na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth.

Clementino Fraga foi um representante exponencial de uma espécie ora julgada por muitos em vias de extinção: a raça dos médicos cultos, íntimos do pensamento e das Letras. De Francisco de Melo Franco e Manuel de Macedo, o médico que nunca clinicou, ao superclínico Luís Delfino e a Afrânio Peixoto; de Jorge de Lima, José Geraldo Vieira e Peregrino Jr. a Guimarães Rosa e Pedro Nava, vários foram os doutores que enriqueceram deveras, em todos os seus períodos, a nossa Literatura. E, mesmo aqueles que não cultivaram o verso ou a ficção, contribuíram em alto grau para a excelência da Crítica, do Ensaio e da Oratória, ainda quando ilustrar esses gêneros lhes fosse uma projeção da atividade científica: se o crítico Afrânio Coutinho trocou muito moço a Medicina pela anatomia da forma literária, aí estão Deolindo Couto e Carlos Chagas Filho para mostrar que o bem escrever e o comércio com as humanidades não são apanágio dos literatos puros. A prosa tersa, frequentemente irônica, de Clementino Fraga, repassada de humanismo experiente, pertence a essa linhagem, que seus filhos Hélio e Clementino prolongaram entre a cultura médica do Rio de Janeiro.

Conheci Paulo Carneiro na Paris pré-maio de 1968; pela mão de Guilherme Figueiredo, ao tempo da marcante embaixada de Bilac Pinto. Logo fiquei cativo da excepcional fidalguia do seu trato, sempre manifesta em ocasiões sociais na embaixada, na UNESCO, ou na companhia de outros aristocratas do espírito de frequente passagem por Paris – um deles, velho amigo de Paulo Carneiro e como ele, veterano das lides da UNESCO: esse alto poeta e sábio pedagogo que se chama Abgar Renault. Outro, o historiador e biógrafo Francisco de Assis Barbosa, com quem muito conversei, desde esse tempo, sobre duas gerações: a de Paulo Carneiro e a de seus pais, os positivistas da nossa *Belle Époque*.

Como resistir ao encanto do parisiense *chevronné*, fino *gourmet* e consumado esteta, que se dava ao trabalho de apresentar ao terceiro-secretário ainda nas fraldas da *carrière* alguns dos templos da gastronomia da *Rive Gauche*? Como não sucumbir ao sortilégio de sua conversa ao mesmo tempo amena e filosófica? O terceiro-secretário, na instintiva petulância da juventude, pensava que sabia tudo, ou quase; o embaixador, ainda vigoroso no limiar da velhice, sabia que saber é sobretudo conhecer quanto se ignora. No entanto, quanta aceitação o primeiro encontrava no segundo, ao sabor das tertúlias provocadas pela voga estruturalista, ou pelo refluxo dos *événements* de Maio!

Por vezes, na *Maison de l'Amérique Latine* ou em outra sala de prestígio, Paulo Carneiro nos brindava com uma palestra. Conferencista nato, seu domínio do francês era um objeto legendário da admiração de sucessivas gerações intelectuais e diplomáticas. Ouvi-lo, na sua perfeita elegância de dicção e exposição, equivalia a concordar com o aforismo inglês: o bom poeta põe um mundo em poucas palavras; o bom orador, de poucas palavras extrai um mundo.

“Quem nada tem a dizer”, pensava Bernard Shaw “não tem nem pode ter estilo”. Paulo Carneiro tinha sempre muito a dizer, conforme é fácil concluir ao mero manuseio de seu livro-suma: *Vers un Nouvel Humanisme*, editado por Pierre Seghers em 1970. Este orador, que tinha o gênio da comemoração, jamais se perdia na palavra fútil. Assim punha ele no mais mundano dos gêneros literários – a conferência extracurricular – uma constante substancialidade de pensamento, sem qualquer laivo de oportunismo intelectual e, em particular, sem a mínima veleidade de seguir as modas ideológicas reinantes. Pouco ou nada lhe importavam os decretos da *haute couture* do

espírito, os ucasses dos gurus germanopratinos; e, quando se abalava a comentar algum, era única e exclusivamente em função do que houvesse de autenticamente relevante na sua obra, para além de todo modismo. Foi com esse discernimento que se interessou, por exemplo, pela renovação da antropologia devida a meu mestre Lévi-Strauss, sobre cujas afinidades com certos aspectos do Positivismo Paulo Carneiro discreteava com especial sagacidade.

Pronunciei enfim a palavra: Positivismo. Paulo Carneiro foi, todos o sabemos, o último grande apóstolo da fé comteana – no Brasil e na França. Falar dele sem falar nela seria omitir o perfil mais próprio de sua fisionomia intelectual e moral. Permiti, portanto, que vos diga duas ou três coisas sobre o que foi – o que representou – o Positivismo entre nós.

Do Positivismo Brasileiro, já se disse que foi “a vocação espiritual mais sincera e mais heroica” de nossa Cultura. Sabeis de quem são esses superlativos? De algum idólatra, decerto, pensarão alguns. Engano – são de um não positivista, cético à Renan na mocidade e católico convicto no outono de seus anos: ninguém menos que Joaquim Nabuco. É que não escapou a Nabuco o sentido genuinamente espiritual da mensagem de Comte e, sobretudo, da prática de seus maiores discípulos tropicais – os positivistas brasileiros das três primeiras gerações republicanas. Não lhe escapou a estatura moral dessa espiritualidade sem transcendência, que foi sem vacilação abolicionista, republicana, socialíssima sem ser socialista, profundamente humanista e visceralmente pacifista, tudo isso em meio a um ambiente viciado pelas formas mais estéreis e predatórias de individualismo e autoritarismo. Pois o Positivismo foi principalmente um momento de vertebração ética de nossa consciência social. Daí o acendrado ascetismo (logo notado por Nabuco) de seus fundadores, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Daí, quem sabe, nossos comtistas terem sido mais ortodoxos que os próprios epígonos franceses de Comte e terem dado tanta ênfase – exceto entre os castilhistas – ao tema da “religião da humanidade”.

Não disponho de tempo, nem vós, certamente, de paciência que me permita evocar aqui, em sua plenitude, a configuração ideológica do Positivismo. Bastará, a rigor, esboçar uma distinção: a diferença entre o Positivismo-clima e o Positivismo-seita. O primeiro foi uma atmosfera mental, na verdade o substrato comum do que já se chamou com acerto de Ilustração brasileira, e corresponde, na história de nossa Cultura, à época parnasiano-positivista. Desse clima ideológico, andou impregnado, nos anos 80, Rui Barbosa, e na dobra do século, Euclides da Cunha.

Já o Positivismo-seita foi algo mais específico: uma espécie de teocracia leiga, caracterizada, no caso brasileiro, pela mais estrita ortodoxia. Josué Montello, em página recente, exumou deliciosa anedota, que bem retrata o purismo doutrinário dos positivistas do Apostolado, no Rio de Janeiro. Naquele tempo, era corrente distinguir-se o ortodoxo do simpatizante. Só que não se dizia simpatizante e sim “simpático”. Um belo dia, Teixeira Mendes, santo homem proverbialmente distraído, demandando o templo positivista, perdeu-se no dédalo das ruas pecaminosas da Lapa. Uma mulher-dama, debruçada de uma sacada, pôe-se a chamá-lo: “Vem cá, simpático...” Ao que nosso apóstolo, indignado, prontamente replica: “Não sou simpático, minha senhora – sou ortodoxo!”

Minha educação secundária ainda recolheria – no Instituto Lafayette, criatura do positivista Lafayette Cortes – os últimos clarões desse ethos altruísta e generoso, que unia amor ao saber e amor ao próximo, fundindo assim o melhor do Cristianismo com o melhor da Ilustração. O Positivismo foi a tentativa mais consistente de alcançar uma síntese entre Iluminismo e Romantismo, razão crítica e sentimento comunitário. Por aí se explica sua voga no anteontem de nossa história – naquele Brasil que era, no dizer de Manuel Bonfim, pouco mais do que um mundo de escravos dominado por um mundo de ignorantes: um meio social por definição supercarente do hábito do conhecimento e da vivência da comunidade.

Nada mais fácil que caricaturar os excessos doutrinários de Comte, o mimetismo de suas obsessões litúrgicas, o anacronismo de tal ou qual ponto de seu credo epistemológico. Bem mais remunerador, entretanto – hoje que já dispomos da necessária distância histórica para compreender o fenômeno positivista – é procurar entendê-lo como um nobre esforço para levar a sério o terceiro mandamento da Revolução Francesa, demonstrando que a síntese das duas tendências dominantes do mundo moderno, liberdade e igualdade, passa, necessariamente, pela lúcida mediação do dever e sentimento de fraternidade.

Da liberdade e da igualdade, nossos positivistas não descuraram nem um pouco. Pregaram a liberdade de opinião e de confissão religiosa, combatendo com empenho as ameaças à livre expressão dos católicos e monarquistas. Insistiram na liberdade de profissão, como se pressentissem que os séculos marchavam para o despótico e desacreditado formalismo da “sociedade de diploma”. Defenderam, quase sozinhos, o direito de greve e a humanização da condição operária. Compreenderam o papel social da família, valorizaram a mulher e enalteceram o apego à pátria sem

nenhuma concessão ao Nacionalismo estreito. Mas foi certamente seu senso único e ativo de fraternidade que levou o estudante burguês Paulo Carneiro, bisneto de notáveis do Império, a viver, por todo um ano, como aprendiz de ferreiro no Engenho de Dentro.

Meio século mais tarde, ao escolher uma epígrafe para seu livro, ele se lembrou da Segunda Epístola de São João: “[...] não amemos de palavra nem de língua, mas por obra e em verdade.”

Mas o aprendizado social não era, para o filho do doutor Mário Barbosa Carneiro, modelo de servidor público da nossa Primeira República, mera efusão sentimental. Antes se conjugava com o desabrochar de uma autêntica vocação de pesquisador, que em breve floresceria no viveiro científico do Instituto Pasteur, onde o químico Paulo Carneiro realizaria suas experiências com o *curare*. O brilhante aluno da Politécnica, pupilo de Julio Lohmann, tinha encontrado seu caminho. E, pela mesma época, veraneando no vale de Itaipava, ganhou o coração da jovem e bela Corina de Lima e Silva, sua futura mulher e mãe de seus dois filhos, Beatriz e Mário. Consta que Tennyson seduziu sua companheira desfechando-lhe à queima-roupa, num desses bosques mágicos do sul da Inglaterra, a pergunta irresistível: “você é uma náíade ou uma dríade?...”. Suspeito que o encontro de Paulo e Corina, o sedutor e a ninfa, não terá sido muito diverso.

De volta ao Brasil, após seu estágio inicial em Paris, Paulo Carneiro penetra na casa dos trinta, conquistando garbosamente a livre docência de química geral na Escola Politécnica – e mergulhado de peito aberto na vida pública. Mas esse filho do século não estava destinado à política e sim à “ação” pública (e quantas vezes as duas são antônimas!), à prática destemida do “reformismo ilustrado”. Seus maiores esforços se resumem em duas memoráveis campanhas. Mil novecentos e trinta e três: Juarez Távora, sucedendo a Mário Barboza Carneiro na Pasta da Agricultura, convida o filho de seu predecessor para, como cientista, assessorar o gabinete do ministro. Delegado brasileiro à conferência preparatória do III Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas, realizado em Paris, Paulo Carneiro se bate contra a política de destruição de estoques – inclusive do nosso café – e concita as autoridades econômicas a adotarem formas racionais de aproveitamento dos produtos em superprodução. Esse inconformismo do jovem cientista contra a economia selvagem daqueles anos de crise prefigurava, em sua humanitária preocupação com o desemprego, certos aspectos da visão reformadora de Keynes. O positivista afeito à consciência dos problemas sociais

se sentia desinibido para desobedecer aos tabus do *laissez-faire* e via mais longe do que os gestores do capitalismo em crise.

Em breve, essa audácia intelectual se completaria, na trajetória de Paulo Carneiro, com seu momento de maior coragem moral. Refiro-me – já o adivinhastes – aos nove meses em que ele esteve, em 1935, a convite do governador Carlos de Lima Cavalcanti, à frente da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, com o mandato expresso de remodelá-la. A determinação com que o novo secretário equacionou o problema da subnutrição no Estado cedo o levou a propor medidas de reforma agrária, abrangendo a desapropriação das reservas florestais e dos latifúndios incultos, para que fossem explorados em regime de economia mista.

Tanto bastou para que se assanhasse contra ele, indignada e intransigente, a oligarquia rural da velha província. Paulo Carneiro lutou. Debateu na Assembleia, apelou para o clero, argumentou pela imprensa – tudo em vão. Debalde, os jornalistas independentes da época lhe prestaram seu concurso. Um deles, particularmente intimorato em ano tão agitado de nossa História, pois que marcado pelo embate do comunismo primário e do anticomunismo não menos crasso, não hesitou em prevenir: “Creio que o secretário de Agricultura de Pernambuco, Sr. Paulo Carneiro, vai ser tachado de vermelho, só porque voltou os olhos para os mocambos e quis melhorar a sorte dos operários das usinas e dos engenhos, que se alimentam de farinha e rapadura.” E o mesmo artigo – publicado no *Diário da Noite* em outubro de 1935! – advertia que a justiça social, além de perfeitamente cabível nas instituições liberal-democráticas, serviria de barreira à violência das massas oprimidas. Quereis o nome do autor? Ali está ele: era Austregésilo de Athayde.

Mais de trinta anos depois, o conceito social de propriedade da terra finalmente vingaria entre nós, em tácita homenagem a pioneiros como Paulo Carneiro. É suficiente lembrar que, somente num ano – 1981 – o Governo Federal distribuiu títulos de propriedade agrária abrangendo uma extensão total superior à área de Portugal: mais de 100 mil Km².

Não foi esta a última cruzada de envergadura a que se dedicou Paulo Carneiro, como cientista militante. Citarei apenas mais uma: seu bom combate pela abordagem científica da Hileia Amazônica, desenvolvido na UNESCO, em 1946 – o primeiro ano de sua longa e fecunda gestão como delegado (ministro e depois embaixador) do Brasil junto ao braço educacional, científico e cultural da ONU.

Mas não antecipemos. A metamorfose definitiva de Paulo Carneiro no maior diplomata cultural latino-americano do nosso tempo data do pós-guerra. Antes dela, no clima carregado do período pré-bélico, o químico voltou às suas pesquisas no Instituto Pasteur, enquanto o jovem intelectual estreitava relações com luminares do pensamento europeu e se ligava, com filial afeto, ao embaixador Sousa Dantas, o amigo de Briand, grande representante brasileiro na França da III República.

Em quase cinquenta anos de residência em Paris (interrompidos tão-somente pelo internamento em Baden Baden (com Guimarães Rosa) e em Bad Godesberg (com Sousa Dantas) por força do ingresso do Brasil no conflito, em favor dos Aliados), a projeção adquirida por Paulo Carneiro fez dele um paradigma de diplomacia. Seu prestígio pessoal na UNESCO o situa, na opinião unânime dos que bem conhecem a hoje atribulada organização, entre seus maiores patronos, ao lado de Julian Huxley, Jean Rostand, Torres Bodet...

Quando cheguei em posto a Paris, Paulo Carneiro já tinha passado o bastão da *Délégation du Brésil* ao renome e dinamismo de seu amigo Carlos Chagas. Por outro lado, não faltavam, na representação diplomática latino-americana, chefes de missão do melhor gabarito intelectual. Lá estavam, entre outros, Miguel Angel Asturias (a quem Jorge Amado me apresentou); o insigne historiador mexicano Silvio Zavala; o notável ficcionista cubano Alejo Carpentier... Porém, manda a verdade que se diga: para orgulho do Brasil, nenhum deles desfrutava da situação de “Paulô Carnerô” entre os intelectuais de Paris, que não são, como sabeis, apenas faróis da França e sim estrelas de todo o Ocidente. Pode admirar que o tenham escolhido para integrar o conselho executivo da UNESCO, para membro correspondente do Instituto, para presidente da União Latina e, finalmente, para liderar sua própria criação, a Academia do Mundo Latino, que também se reúne *sous la coupole*?

Nesta última, a seu convite, participei de um júri, tentando conferir sua láurea máxima ao outro europeu, entre nossos intelectuais de sua geração: o grave e grande poeta que foi Murilo Mendes.

O internacionalismo não era, para Paulo Carneiro como para o próprio Murilo, um cosmopolitismo oco e vazio, uma superfecundação diletante. Homens como eles não concebiam a internacionalidade sem raízes. O católico Murilo em Roma, o positivista Paulo Carneiro em Paris jamais esqueceram suas origens – antes viviam a proclamá-las e ambos tomaram sempre a Cultura latina como a moldura natural e orgânica de nosso jeito íntimo de ser. Por isso, não havia neles o menor indício de desnacionalização em

prol de não sei que postiça osmose às terras em que, por tanto tempo, viveram e atuaram longe do Brasil. Ninguém mais francófilo do que Paulo Carneiro – mas, igualmente, ninguém menos afrancesado. Sua ardente devoção à latinidade refletia essa postura autêntica. Latino tropical por direito de nascença, nunca o senti pedindo permissão às metrópoles do mundo românico para expressar sua latinidade peculiar – e o mesmo valia, *mutatis mutandis*, para o seu profundo sentido do europeu em Cultura. A assombrosa naturalidade com que Paulo Carneiro se movia no âmbito da civilização do Velho Mundo foi a melhor confirmação prática daquele agudo reparo de Borges: os verdadeiros europeus, a rigor, somos nós – os euramericanos; pois, num certo sentido, enquanto o francês é mais francês, o inglês mais inglês, o italiano mais ítalo que europeu, só nós é que conseguimos estabelecer, de chofre, uma relação espontânea com o conjunto da Cultura europeia. “Europeu”, culturalmente falando, é o euramericano culto – a figura humana de que Paulo Carneiro foi um exemplo quintessencial.

E, talvez por tê-lo sido, é que ele obteve, com tanto *donaire*, o que tão poucos de nós (a despeito desse potencial) alcançamos: a capacidade de levar Cultura à Europa, não de modo tópico e efêmero, mas de maneira permanente e frutífera. Foi exatamente isso o que fez Paulo Carneiro, como guardião da casa e do legado de Comte e fidelíssimo intérprete do seu pensamento.

A ele devemos os estudos mais iluminadores sobre a correspondência do filósofo de Montpellier, particularmente no tocante à elucidação de sua teoria social e política, apressadamente tachada de autoritária. E não foi menor o mérito de Paulo Carneiro ao acentuar a índole antidogmática da ideia comteana de Ciência, com seu acento na relatividade do saber. Relede o erudito ensaio sobre Galileu constante de *Vers un Nouvel Humanisme*: lá se mostra como Comte se recusava a absolutizar os resultados da Física Clássica. Não conheço nada mais alto, entre as várias doações do espírito latino-americano a suas culturas ancestrais, que o primoroso discurso com que Paulo Carneiro fez entrega ao primeiro-ministro Raymond Barre dos papéis de Auguste Comte, carinhosamente zelados por sua total dedicação durante décadas de quase completo descaso público. São os próprios franceses que o dizem: Paulo Carneiro transformou o culto inteligente de Comte numa admirável contribuição do Brasil à História da Filosofia Ocidental. Ao reler essa nobre alocução de oferta, redobra em mim o orgulho de figurar, ao lado de quem a proferiu, numa página acerca de brasileiros em Paris, das mais líricas nas memórias de Afonso Arinos.

Comte, o exaltador da latinidade, redivivo no cuidado de Paulo Carneiro! Percorrer, guiado por ele, as salas, os móveis, os livros e documentos da Rua Monsieur le Prince era uma espécie de rito iniciático – um suave mistério de penetração na vida, no pulso de todo um sistema de crença e análise. Revejo o vulto esbelto e encanecido do mago que presidia a visita da aura... Que emoção não terá ele experimentado, por seu turno, quando, na glória dos seus setenta anos, dia por dia, seu cunhado Ivan Lins o recebeu neste salão – a ele, o sobrinho-bisneto de Teixeira Mendes, devotado à custódia do lar e da obra do Mestre, acolhido entre os díspares herdeiros do Bruxo do Cosme Velho pelo último abencerragem da fé positivista sob o Cruzeiro do Sul?...

Sem querer, minha lembrança voa para o gabinete de Comte; recorda o timbre lhano da voz do mago, na luz tamisada da tarde outoniça. Uma voz ática, de translúcida clareza. As longas, delicadas mãos do fino epicurista, que sublimara a vontade ascética dos pioneiros da doutrina positiva no conhecimento criterioso do prazer. O voluptuoso do belo, que retornava qual um pássaro aos rútilos tesouros de Veneza, hospedado no Hotel Gritti para melhor divisar as volutas barrocas da Salute... Em que fórmula cabe seu ensinamento?

Quem sabe em três lições. A primeira é um precioso traço antigo: a aliança de Humanismo e Ciência, tão longínqua desse rejeicionismo obscurantista em que se refugia o que hoje passa por “humanismo”. O Humanismo, senhores, esse filho excelso da razão ocidental, sofre, sob nossos olhos, uma estranha perversão. De Leonardo a Goethe, ele foi basicamente “inclusivo”: aberto ao progresso do saber e às revoluções científicas. Isso tanto era certo do Humanismo filosófico da Renascença quanto do Humanismo dos *philosophes* ao tempo do enciclopedismo; e também, muito significativamente, dos próprios fundadores da Ciência Moderna: Galileu foi um humanista. Só conosco é que se instala no Humanismo estabelecido o rancor contra a Ciência, a denúncia irracional e indiscriminada do progresso; só conosco é que humanistas passaram a repudiar, injustificadamente, a Cultura Moderna. A reagir, como diz Roberto Campos, ao processo histórico com acesso histórico.

Espíritos claros como Paulo Carneiro resistiram em toda a linha a essa patologia do Humanismo, buscando no evangelho de Comte uma relação incomparavelmente mais madura entre a Ciência e o humano. O próprio engajamento social – social e não sectário – dos positivistas era uma forma de praticar aquele “amoroso uso da sapiência” de que nos fala Dante e que Miguel Reale inscreveu no fecho da nossa mais densa obra filosófica, *Experiência e Cultura*. A Ciência não pode

ser “humanizada”; porém não só pode, como deve ser humanizante: Paulo Carneiro foi um dos que melhor o compreenderam.

A segunda lição de Paulo Carneiro foi a cortesia – a civilidade e desprendimento que o levaram, entre tantos outros gestos de escol, a renunciar à sua candidatura acadêmica em favor do benemérito Anísio Teixeira. E a terceira, a suma tolerância – humana, intelectual, ideológica. Tolerância que era como que a contrapartida de sua ilimitada liberdade intelectual, fonte do seu destemor face aos “terrorismos” das vanguardas ideológicas, na Política, na Arte e na Filosofia. Juntas, essas três atitudes do espírito e da conduta trescalam o perfume mais inconfundível do *ethos positivista*: a soma de *pietas* e progresso, a vontade de humanização da humanidade emancipada. A obra, a vida de Paulo Carneiro ressumavam essa mensagem. Não sejamos surdos ao seu intenso, ao seu imenso significado.

Caros confrades,

Desculpai não ter eu podido, como o Fundador desta Cadeira, pronunciar minha oração sem lê-la, fiado tão só na força da memória. Pudesse eu fazê-lo, e ela houvera sido sem dúvida mais concisa, senão mais sábia. Logo vos dareis por pagos do tédio, ao ouvir a palavra enfeitiçante de um grão-senhor do discurso – Josué Montello, amigo e companheiro de Paulo Carneiro e que tão magistralmente soube evocá-lo, na festa dos seus oitenta anos e na tristeza do seu desaparecimento.

De resto, ser recebido, na Casa de Machado de Assis, pelo líder da Literatura maranhense desperta em mim grata reminiscência: a lembrança de que foi pelas Letras do Maranhão que iniciei meu convívio com a musa morena – a Poesia do Brasil. Meu pai gostava de recitar ao filho menino os versos de Gonçalves Dias – e ao poeta do *I Juca Pirama* permaneço obstinadamente fiel, na galeria de minhas máximas admirações.

Ó guerreiros da Taba sagrada,
Ó guerreiros da Tribo Tupi,
Falam Deuses nos cantos do Piaga,
Ó guerreiros, meus cantos ouvi.
Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
O forte, o cobarde
Seus feitos inveja

De o ver na peleja
Garboso e feroz;
E os tímidos velhos
Nos graves concelhos,
Curvadas as fronte,
Escutam-lhe a voz!
Domina, se vive;
Se morre, descansa
Dos seus na lembrança,
Na voz do porvir.
Não cures da vida!
Sê bravo, sê forte!
Não fujas da morte,
Que a morte há de vir!
E pois que és meu filho,
Meus brios reveste;
Tamoio nasceste,
Valente serás.
Sê duro guerreiro
Robusto, fragueiro,
Brasão dos Tamoios
Na guerra e na paz.
Porém se a fortuna,
Traíndo teus passos,
Te arroja nos laços
Do imigo falaz,
Na última hora
Teus feitos memora,
Tranquilo nos gestos.
Impávido, audaz.
E cai como o tronco
Do raio tocado,
Partido, rojado
Por larga extensão;
Assim morre o forte!
No passo da morte
Triunfa, conquista
Mais alto brasão.
As armas ensaia,
Penetra na vida;
Pesada ou querida,
Viver é lutar.
Se o duro combate
Os fracos abate,
Aos fortes, aos bravos,
Só pode exaltar.

Já vedes, portanto, que minha entrada em Literatura se deu na fase oral; não exatamente naquela conceituada por Freud e, no entanto, pejada da mesma carga

afetiva... Como poderia eu imaginar que, 35 anos mais tarde, me caberia o privilégio de proferir, desta tribuna, o merecido elogio de Paulo Carneiro, um sobrinho-bisneto de Ana Amélia, a Beatriz do mesmo Gonçalves Dias?... Bem vos dizia ao começar: paira sobre a vida desta Cadeira um círculo mágico de afinidades eletivas, banhadas de brasilidade.

Meu intuito, porém, foi tão só dizer-vos da admiração fascinada que Paulo Carneiro, como tipo intelectual, provocou em mim. Nem sei em que dúbia medida isso poderá valer como juízo de uma outra geração. E foi sem dúvida a toda uma geração que vos abristes, ao radicalizar, com a escolha de meu nome, o processo de renovação cronológica que iniciastes quando aqui acolhestes a ficção de Sarney e a crítica de Eduardo Portella. Possa este vosso desejo, que ora passo a partilhar, trazer-nos, com o tempo, aqueles que, muito melhor do que eu, saberão casar aqui a novidade com a continuidade e o rejuvenescimento com a tradição.

Tenho, pois, toda a consciência do que há de unilateral em meu louvor de Paulo Carneiro. Mas, afinal, que seria das academias, se elas não nos proporcionassem as ocasiões por excelência para os encontros da mente ao longo do tempo? Fontenelle aborrecia a guerra, porque ela interrompe a conversação da humanidade. Venho a vós na certeza de que o diálogo, mesmo na eventual divergência, é a via régia do conhecer e da paixão que me anima: a paixão de compreender. O prêmio da vida acadêmica não é a discordância sem discórdia? Venho, como na epístola horaciana, “[...] *inter silvas Academi querere verum*”: procurar a verdade entre os bosques de *Academus*. Entretanto, bem sei, o escritor autêntico é sempre alguém que pode converter uma resposta num enigma (Karl Kraus). Não desdenhastes minhas primeiras respostas; aceitai agora meus projetos de enigma, que vos ofereço pelo que são: meras migalhas da perene, silenciosa conversa da humanidade consigo mesma.

11/03/1983

8. Socialismo e liberalismo (1987)

Aula escrita para os cursos do Partido Liberal (PL).

Socialismo e democracia

O socialismo, em suas origens intelectuais, não era uma teoria política e sim uma teoria econômica. Mais precisamente, uma teoria que procurava reorganizar a sociedade industrial. Os primeiros ideólogos socialistas – os que Engels chamou de ‘socialistas utópico’ – simplesmente não cogitavam de instituições políticas.

O socialismo só se politizou com Marx, que fundiu a crítica do liberalismo econômico com a tradição revolucionária e igualitária do comunismo.

Marx nunca valorizou os direitos civis (de expressão, profissão, associação, etc.). Ao contrário, chegou mesmo a condená-los, vendo neles mero instrumento de exploração de classe. O socialismo marxista, e muito especialmente o praticado pelos regimes comunistas, sempre refletiu esse menosprezo pelos direitos civis.

Em Lenin, a indiferença de Marx para com a liberdade civil torna-se verdadeira hostilidade aos direitos civis e políticos. Hoje, ninguém mais duvida de que nos regimes comunistas, ninguém consegue, ou tenta, tornar compatíveis socialismo e democracia.

Para tornar compatíveis socialismo e democracia, o socialismo precisa renunciar ao dirigismo econômico, à dominação de toda economia pelo Estado. Isso foi o que fez a socialdemocracia, desde suas primeiras experiências na Escandinávia.

Compreenderam que o dirigismo político provoca ineficiência e despotismo, já que concentra todas as grandes decisões econômicas nas mãos dos que já tem o comando político. Essa autonomia na esfera socialista nunca foi admitida pelos marxistas, embora Trotsky tenha observado que, após o crescimento industrial, a qualidade da produção está fora do alcance do controle burocrático da economia.

Socialdemocracia

Kolakowski baseia sua concepção da socialdemocracia em alguns valores e regras gerais que se podem resumir assim:

- 1) Adesão aos princípios democráticos e constitucionais da sociedade aberta;
- 2) Busca da igualdade, por meio do “Estado protetor”, que atenda às necessidades elementares da população, cuide da velhice e da doença e promova, em clima de liberdade, a igualdade de oportunidades;
- 3) Orientação oficial da economia;

- 4) Reconhecimento da impossibilidade de tornar inteiramente compatíveis o necessário planejamento e a desejável autonomia.

A socialdemocracia foi perdendo terreno para o moderno liberalismo, entre outras razões, em consequência da revolta no mundo atual contra o estatismo econômico. Por outro lado, a recessão econômica e o desemprego em vários países europeus fizeram com que os socialdemocratas se afastassem de suas bases sindicalistas.

Na Inglaterra, por exemplo, a vitória de Margareth Thatcher foi em grande parte consequência da rebelião do operariado contra a política austera e estatizante dos socialdemocratas. Na prática, os socialdemocratas eram forçados à negociação entre empresários e trabalhadores, o que representava o reconhecimento dos interesses do capital, traindo suas origens social-marxistas.

Renascimento dos liberalismos

“Um conservador”, disse Irving Kristol, “não passa de um liberal assaltado pela realidade”. Na realidade, não é bem assim. A palavra liberal serve hoje para cobrir diferentes comportamentos e pensamentos políticos.

Em outros tempos, o liberalismo estava na defensiva porque os injustos regimes liberais eram comparados com o ideal socialista de liberdade e de justiça. Mas, depois da Segunda Guerra Mundial, quando o socialismo de Stalin foi implantado autoritariamente, as mazelas da realidade socialista foram ficando mais visíveis. O liberalismo passou à ofensiva na produção teórica das universidades e dos pensadores porque o socialismo está longe de ter as mãos limpas e o coração leve.

Lembra Dahrendorf que o liberal raramente precisa envergonhar-se das realidades criadas em seu nome. Ou, quando precisa, resta-lhe o consolo de verificar que seus adversários de esquerda possuem mais esqueletos dentro do armário.

A sociedade moderna, tecnificada e consumista, não requer apenas justiça: exige também eficiência; e a eficiência, por sua vez, implica liberdade econômica.

O neoliberalismo de Hayek tem marcado muitos pontos na denúncia do estatismo econômico, por exemplo, quando se refere à grande expansão de empresas estatais.

É irrealista, no entanto, quando pensa que o Estado pode deixar de dirigir as finanças ou planejar a economia. Importante é que ele não a controle. No seu famoso livro *O Caminho da Servidão*, Hayek levantou a tese de que o envolvimento do Estado

na sociedade e na economia, mesmo por intervenções isoladas, redundaria, a longo prazo, em totalitarismo. No entanto, depois de quase cinquenta anos, desde a guerra mundial, vemos que Hayek se enganou. No Ocidente e no Japão, a ação do Estado ajudou a evitar o totalitarismo. O Estado, às vezes assistencial, contribuiu de modo decisivo para neutralizar movimentos políticos socialistas autoritários.

No Brasil, temos, ao mesmo tempo, Estado demais e Estado de menos. Demais na economia, onde o Estado emperra, desperdiça, onera e atravanca. De menos, no plano social, onde são gritantes e inadmissíveis tantas carências em matéria de saúde, educação e moradia. Por isso há muitas vezes um diálogo de surdos: de um lado liberais se esquecem, ao condenar a ação do Estado, de ressaltar nossas tremendas necessidades no campo assistencial; de outro, os que se dizem defensores "do social" condenam todas as posições liberais.

O moderno liberalismo social

O moderno liberalismo social, doutrina do PL, não deve querer dizer apenas menos Estado; quer dizer sobretudo mais liberdade. E o Estado contido pode ser um poderoso instrumento para promover liberdade para todos.

Keynes, que tanto transformou o liberalismo econômico, recusou-se a aceitar tanto a opção leninista (sacrificar a democracia para acabar com o capitalismo) quanto a fascista (sacrificar a democracia para salvar o capitalismo). Mas alguns liberais são frios em matéria de fervor democrático. Hayek, por exemplo, chegou a imaginar alternativas que atuassem na base de princípios liberais. Para o neoliberalismo de direita, a liberdade econômica, além de necessária, é suficiente.

Nosso melhor liberalismo não deve ter um permanente pavor do Estado; deve sim – e com crescente vigor – buscar a limitação da ação do Estado a seus objetivos reais. Este é o liberalismo social que o PL defende.

Liberalismo com preocupações sociais é a única doutrina política atual que leva profundamente a sério o ideal democrático no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo. Os socialismos de Estado dizem ser democráticos, mas ninguém se atreveria a dizer que praticaram a democracia como forma de governo. A democracia liberal social é realmente democracia, variando apenas no grau do seu teor democrático. O argumento liberal não precisa fugir à realidade; mas o antiliberalismo socialista só consegue basear-se no idealismo e em promessas sempre refeitas e adiadas de um paraíso de liberdade.

Liberdade e igualdade

A verdadeira democracia liberal tem duas paixões – as paixões de Rousseau: liberdade e igualdade.

Por volta de 1850 ou 1860, entendia-se a igualdade de acordo com os méritos de cada um. Já definira Rui Barbosa que a verdadeira igualdade consistia em aquinhoar-se desigualmente a cada um, na proporção em que se desigalam. De lá pra cá, tende a prevalecer uma visão ‘igualitária’ de igualdade. Todos são iguais.

Ao mesmo tempo, a liberdade ganha uma versão libertária que tem a anarquia no seu horizonte natural.

Esse é o maior desafio que o liberalismo tem e terá de enfrentar. Do socialismo, o liberalismo só precisa temer a força, não o poder de convencer, pois ele está muito desgastado. Todavia, em nossas sociedades cada vez mais permissivas e reivindicatórias, o liberalismo não está completamente a salvo da perversão interna de seu próprio ânimo: o velho nobre espírito de igualdade.

9. Para uma crítica da ideologia pós-moderna (1990)

In: *Crítica, 1964-1989: ensaios sobre arte e literatura*
(Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990)

Trecho inserido no site da Academia de Letras

URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/textos-escolhidos>

Aranha e Abelha

A classificação de pós-moderno já foi aplicada a pelo menos três coisas: (a) um estilo ou estado de espírito oriundo da exaustão ou insatisfação com o modernismo na arte e na literatura; (b) uma tendência na filosofia francesa ou, mais especificamente, na teoria pós-estruturalista; (c) a mais recente época cultural do Ocidente.

A afirmativa (c) parece um pressuposto de (b). Contudo, quanto mais se caminha do sentido (a) para os sentidos (b) e (c), mais problemas conceituais surgem: inúmeras questões parecem se insinuar tanto na descrição quanto na avaliação da arte e do pensamento pós-modernos. Tentemos discriminar algumas delas.

O conceito de tendência pós-moderna na história da arte – onde esta classificação foi inicialmente empregada, basicamente ligada à arquitetura – implica obviamente a necessidade de haver diferenças fundamentais entre diversos movimentos e obras de arte contemporâneos e as intenções e realizações da vanguarda modernista na primeira parte deste século. Entretanto, a arte pós-moderna pode ser tudo, menos uniforme. Christopher Butler nela viu corretamente uma dialética entre a superorganização e a desordem deliberada: na literatura, isto corresponderia aos rebentos do *Finnegans Wake*, em oposição à descendência dos *Cantares* de Pound.

Percebo sua oposição, porém não sua mediação dialética. Na realidade, parecem existir dois programas principais na estética pós-moderna. Por um lado, há uma ênfase na estrutura. Octavio Paz, de sua parte, vê a poética estruturalista abandonando um dos dois grandes princípios que animam a arte ocidental desde o romantismo, sendo o primeiro destes a linguagem da antologia (dirigida contra a análise, o espírito da ciência e veio principal do pensamento moderno) e o segundo o constante exercício da ironia, uma incansável autodepreciação ditada pela inquietude da consciência transcendental – a disposição fáustica do homem moderno. De acordo com Paz, a arte estruturalista conserva a analogia mas abandona a ironia: oferece infindáveis transformações de forma e significado desvinculados de um ponto de vista transcendental ou a autoridade

do eu. A literatura da “morte do autor” é seu exemplo melhor conhecido, começando no *nouveau roman*.

Por outro lado, há muitas correntes pós-modernas que enfatizam o aleatório antes que a estrutura, como se dá na música de Cage, nos textos de Burroughs, no *living theater*, etc. Aqui a posição de relevância seria entre a busca modernista de uma forma nova e a ânsia pós-moderna pela antiforma. Vai para quinze anos, Ihab Hassan escreveu uma obra-prima de indefinição conceitual sobre a “forma em desaparecimento” da “literatura de fragmentação”, misturando Broch e Céline, Iris Murdoch e Günther Grass, Edward Albee e Jerzy Grotowski, e os então novos autores norte-americanos do absurdo - Pynchon, Heller, Brautigan e Barthelme - sem se esquecer de invocar o sagrado nome de Duchamp.

Podemos resumir a discussão geral, dizendo que a estética pós-moderna permite duas autodefinições, uma estruturalista e outra neodadaísta.

Contudo, será a arte pós-moderna realmente tão diferente da arte moderna? Alguns críticos sustentam que ela se afasta bastante da mistura modernista de alta seriedade com ideais de coerência formal. Contudo, mestres modernos como Gide e Picasso, Joyce, Klee ou Musil dessacralizaram e desfetichizaram a forma artística muito antes. Grande parte da literatura moderna substitui por uma aparência grotesca e um desejo de paródia o pathos e a tragicidade das obras românticas e vitorianas: basta pensar em Svevo, Bulgakov ou Gombrowicz, se comparados com Tolstói, Hardy ou Fontane. Como observou um dos mais argutos analistas do ethos modernistas, Ortega Gasset (1925), o primado do lúdico constitui uma linha divisória entre a cultura estética do século XIX (romântica e decadente) e a moderna.

Levando-se em conta outro aspecto capital: o pós-moderno, ao menos na sua disposição neodadaísta, idolatra um horizonte “além da imagem”. Ele separa o estético do artístico. Eventos, não obras, eis o que importa. A arte conceitual não necessita de obra artística: “o catálogo é a exposição”. Como foi mencionado anteriormente, o fantasma de Duchamp persegue o pós-moderno. Mas era Duchamp afinal alguém tão marginal em meio à vanguarda? De qualquer forma, a ideia da arte mental não era monopólio dadaísta. Worringer – um teórico expressionista, se é que já houve algum – reivindicava-se como parte essencial das artes visuais modernas como um todo. Mais uma vez, a fronteira entre o moderno e o pós-moderno torna-se imprecisa.

Há, portanto, bastante continuidade entre as atitudes modernas e pós-modernas com relação à arte. E com relação a suas respectivas visões de mundo? A mente

modernista – escreveu Cyril Connolly (*The Modern Movement*, 1965) – era uma mistura de iluminismo e traços românticos: combinava o ceticismo do primeiro com a intensidade apaixonada e o profundo mal-estar face ao presente da alma romântica. Tanto a crítica de arte quanto a crítica literária há muito reconheceram que a visão modernista exacerbou o ânimo contestador, o impulso da contracultura da tradição romântica: viram o modernismo como uma arte de protesto (Herbert Read) inclinada a uma ruptura completa e primitivista com a cultura social (Lionel Trilling). O modernismo foi, neste sentido, um romantismo *à outrance*. Enquanto as primeiras ondas estilísticas desde o romantismo eram mais brandas em sua negação da cultura moderna, o modernismo declarou guerra à modernidade. Comprometeu as artes com a função do romance de acordo com Lukács: a busca de uma indagação de valores numa sociedade (pretensamente) sem valores.

Foi a intransigência deste rejeicionismo cultural que acicatou na vanguarda uma visão purista das artes. Loos despojou a arquitetura de ornamentos, Schoenberg purgou a música do cromatismo wagneriano, Kandinsky libertou a pintura de valores esculturais, Brancusi procurou uma escultura livre do pictorialismo de Rodin e o movimento da *poésie pure* dramatizou a divergência entre verso e afirmação. Subjacente a todo este purismo, sempre um puritanismo: o fervor da sua indignação moral contra a cultura burguesa. Mas o importante é que, através de dois séculos, a essência da produção estética avançada tem sido a arte “adversária”. Isto qualifica de forma decisiva a famosa antítese de Eliot entre moderno e romântico baseada na impessoalidade versus subjetivismo. Tanto Edmund Wilson, em *O castelo de Axel*, quanto Frank Kermode, em *A imagem romântica*, revelaram afinidades essenciais entre a estética e a poética romântica e moderna.

Ora, no caso do alto modernismo, este forte fator de *Kulturkritik* tornou-se especificado num código de valores frequentemente em discordância com o progresso social. À diferença de românticos; de Shelley a Heine e Hugo, ou pós-românticos como Ibsen e Zola, a maioria dos modernistas eram libertários na arte mas acabados reacionários socialmente. É difícil discordar de John Gross (em seu livro sobre Joyce): o temperamento democrático de Ulisses não era, de forma alguma, característico da ficção do alto modernismo.

Mas excetuando-se a política, o componente iliberal também era evidente em outros aspectos mais gerais da visão de mundo modernista. Por exemplo, o modernismo em geral como um veículo para verdades mais altas - algo muito além da pura defesa da

importância cognitiva da arte, negada pelo cientismo. Intelectuais vitorianos progressistas, como por exemplo John Mill, detectaram o imperialismo epistemológico da teoria estética alemã, a doutrina da Arte como Visão. Mas sábios humanistas como Matthew Arnold advertiram que a poesia estava prestes a substituir a religião como fonte da crença e da moralidade. Já não bastava aprender poesia; era necessário aprender com a poesia. Pouco admira que, de Mallarmé a Yeats, como de Hermann Hesse a Ernesto Sábato, a literatura de elite tenha-se tornado uma forja gnóstica, produzindo elevadas verdades arcanas para a cega humanidade. Os *literati* sacerdotais proferiram profundas verdades bem acima dos credos sociais. A grafocracia – o poder da elite literária – tornou-se a fantasia difusa dos letrados humanísticos, e a seita vanguardista era a mais perfeita instituição grafocrática. O surrealismo, que parecia ser inicialmente uma revolução contra todos os esteticismos, foi na realidade a gnose mais literária: prometeu pôr fim ao divórcio entre a arte e a vida ao sujeitar compulsoriamente a totalidade da vida a valores radicalmente poéticos. Significativamente, sempre que escritores condutores da vanguarda aceitaram eventualmente crenças sociais, i.e., extraliterárias, sua forma modernista misturou-se a técnicas menos abruptas: assim se deu com Eliot convertido a cristão, ou Brecht tornado comunista.

Além de frequentemente antidemocráticos e inclinados à grafocracia, os modernos evidenciaram o que se pode avaliar como um i-liberalismo estrutural na sua própria práxis artística. Pois o modernismo em geral significava obscuridade, arte e literatura “difíceis”. Frequentemente o estilo moderno se revelava a um só tempo altamente impessoal e irremediavelmente subjetivista, uma vez que o significado de tantas obras modernas continuava fora do alcance da maioria dos leitores e espectadores. Isto lançava o artista moderno, de bom ou mau grado, numa posição fortemente autoritária: a arte moderna era experimentada como uma tirania da imaginação criativa sobre o público, mesmo o cultivado. Cada vez mais, os humanistas estetas mais avançados, insatisfeitos como estavam com o curso da civilização, também se mostraram indispostos contra a mente do homem comum.

Será que o pós-moderno, em geral, se desviou de tal padrão? Terá evitado a guerra modernista contra a modernidade? Terá escapado dos impulsos iliberais da vanguarda? Na literatura, a situação é de certo modo ambígua. Para se levar em conta o problema da obscuridade intencional, seria possível afirmar que o paradigma de Borges, tão apreciado pela literatura mais recente, é muito menos obscuro do que o paradigma

de Kafka; mas que dizer da compacta descendência do outro modelo de prosa pós-moderna, Beckett? Igualmente, a poesia, de Auden a Enzensberger é, por vezes, quase didaticamente clara; mas que dizer de Paul Celan ou René Char?

A verdade é que as virtudes pós-modernas frequentemente acentuam vícios modernistas. Considere-se a aceleração pós-moderna de experimentos lúdicos. Utilizando Kierkegaard para desmascarar e denunciar a arte multiforme de Picasso, Hans Sedlmayr sugeriu certa vez que em lugar de ver a orgia metamórfica do pintor moderno como um feliz resultado da vitalidade dionisíaca, deveríamos vê-la como o resultado niilista de um egoísmo vazio: a alma oca do “homem estético”, de acordo com o dinamarquês. Febre e Angústia em lugar de energia copiosa - poderíamos afirmar que o frenético experimentalismo do cenário pós-moderno se libertou disso?...

Em seguida, há a contradição entre a forma autorreferente e sua completa dependência da interpretação. Estaremos em melhor situação com a insistência pós-moderna nos esquemas metafixionais? Na melhor das hipóteses, a propaganda pós-moderna se limitou a alardear algo apenas insinuado pela utopia modernista, a saber, que a liberdade da arte arquiexperimental é uma metáfora de liberação social. A insistência numa metáfora estava no âmago da teoria *Tel Quel* na sua aguda fase maoísta, por volta da metade e fins da década de 1960. Hoje, contudo, ninguém parece ansioso em se convencer dessa falácia, da possibilidade de trocar uma analogia dúbia por meio real de dirigir a história. Para começar, encaramos com muito mais sobriedade o radicalismo revolucionário e a esperança numa mudança integral, radical. E principalmente nos tornamos desiludidos pela revolução como uma espécie de *art pour l'art*, pela revolta como se fosse um ritual.

Todas essas questões sugerem duas conclusões. Primeiro, que o pós-modernismo ainda é em grande parte uma sequência, antes que uma negação, do modernismo - sem qualquer aprimoramento visível. O pós-moderno é, no melhor dos casos, um ultramodernismo - uma recriação extremada dos cacoetes vanguardistas. Os epígonos são freqüentemente ultras, e nisso se constitui a maior parte da matéria pós-moderna: irre recuperavelmente epigônica, tanto na arte quanto na teoria. Daí a exaltação dos deuses obsessivamente menores, marginais, secundários do panteão moderno: Artaud, Roussel, Bataille, Webern, Mondrian, Duchamp. Uma arte de exaustão (para citar John Barth) busca um pedigree de maníacos e excêntricos, estabelecendo tradições modernas “alternativas” durante o processo. Mas não importa quão extremista, a arte epigônica tende a permanecer em grande medida subsidiária. Portanto, assim como em outros usos

prematturos ou enganosos do mesmo prefixo (por exemplo, em “sociedade pós-industrial”, correspondendo insuficientemente ao pós-modernismo em nosso sentido (c), o “pós-moderno” é um conceito em grande parte espúrio. Em segundo lugar, funciona como uma ideologia cultural cuja função é ocultar muito daquilo que poderia ser mais contestável nos falsos humanismos de nosso tempo.

Agora, encerrando com brevidade esses comentários, volto-me para a relação entre o pós-moderno (a) e (b), isto é, para o pós-moderno enquanto teoria, em pensadores tão dessemelhantes como Foucault, Deleuze, Derrida ou Lyotard.

Para Habermas, como vimos, a glória da cultura moderna repousa na sua persistente distinção kantiana em esferas de valor diferentes, autônomas: a ciência, a arte e a moralidade; e o perigo da cultura moderna é a contínua atração pelos reducionismos: cientificismo, politismo, esteticismo. Em prova disso, Lênin ou Baudelaire e Nietzsche foram tão reducionistas, em seus diferentes modos, quanto os positivistas, antigos e novos. Consequentemente, o pensamento pós-moderno, nietzschiano até os ossos, é uma traição daquilo que tem mais valor na cultura moderna.

Deixem-me afastar-me desse campo habermasiano. Podemos, admito, continuar nessa linha e ver o ceticismo pós-moderno - a típica anulação ou suspensão de noções tais como verdade objetiva ou universalidade de significado - como uma invasão modernista da teoria pelos conceitos estéticos; ou se preferirem, como uma capitulação das “ideias” ao ethos da “forma”. O pensamento pós-moderno é o habitat de wittgensteinianos metamórficos, para quem a verdade e o significado são apenas funções ad hoc de jogos da linguagem infinitamente transformáveis.

Talvez algum dos leitores se lembre de que Swift, n’*A batalha dos livros* (1704) – sua contribuição satírica à questão dos antigos e modernos –, fez Esopo comparar os modernos a aranhas, tecendo sua escolástica a partir de suas próprias barrigas, enquanto os antigos, como abelhas, iam buscar o seu mel na natureza. Possivelmente Swift estava errado com respeito aos modernos - mas nossos pós-modernos são mesmo aranhas. Utilizam uma acrobacia narcisística, bizantina, inflamada contra toda referencialidade, porque desejosa de transformar em virtude a tremenda necessidade da impotência. Tudo é feito, sem dúvida, em nome de uma grande presunção subjacente: de que a civilização moderna é pura tolice. Contudo, sentimo-nos tentados a levar a interdição do mimético – esse primeiro mandamento da teoria pós-moderna – para o campo da sua própria *Kulturkritik*. E se a ideia de uma crise da cultura moderna, longe de espelhar a realidade histórica, fosse uma ficção da imaginação humanista?

Afinal, é mais do que esperado que nós, intelectuais humanistas, declaremos e deploremos a extensão e amplitude da deterioração cultural - pois, se nossa civilização técnico-liberal está indubitavelmente intrinsecamente doente, então quem são seus doutores "naturais", enquanto seus diagnosticadores e os autointitulados médicos? Bem, os intelectuais humanistas, sem dúvida. Assim, nosso interesse de vendedores de teoria-da-crise torna-se penosamente óbvio; e a própria consciência da crise pode muito bem ser, em grande escala, um efeito “iatrogênico”.

O pós-moderno, seja arte ou teoria, significa ou um modernismo congelado ou uma vanguarda enlouquecida – mas, em ambos os casos, seu significado profundo restabelece a acusação modernista contra a época moderna. Assim se sustenta ou cai com a força que uma tal acusação possa ter. Devo confessar que não estou impressionado. E antes que alguém considere essa posição excessivamente filistina, deixem-me lembrar-lhes que nenhuma superstição apocalítica jamais foi necessária para que a arte genuína continuasse com “a recriação imaginativa de perplexidade morais” – como afirmou sabiamente Hilary Putnam. Temos coisa melhor a fazer do que permitir que nosso pensamento e sensibilidade se escravizem a uma sovada e infundada ideologia de negação e de desespero.

Lisa Appignanesi (org.), *Postmodernism* (Londres: Free Association Press, 1989). Tradução de Luiza Lobo (Revista do Brasil, ano 2, nº 5/86), com revisão do autor.

10. Brésil: cent ans de bilan historique (1990)

In: *Cahiers du Brésil Contemporain*

(Paris : Centre d'Études sur le Brésil Contemporain, n. 16, 1990, p. 5-22; link: <http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/1-Merquior%20-%20Souza.pdf>).

«BRESIL : CENT ANS DE BILAN HISTORIQUE»

Dr. José Guilherme MERQUIOR*

Ma tâche est de donner des idées qui ne peuvent être que très générales sur ce qu'on pourrait appeler un «bilan historique» puisque je dois faire le point sur ce qu'à été le Brésil au cours des cent dernières années. Il s'agit donc d'un siècle dans l'histoire du Brésil et, comme nous le savons, ce siècle correspond foncièrement au siècle républicain, parce qu'il y a exactement 101 ans que nous avons adopté ce régime. C'est donc le bilan d'une République et je commencerai par citer l'une des thèses préférées d'un des plus grands historiens que nous ayons eus, Sergio Buarque de Holanda, qui disait que *«plus le Brésil se modernise, plus nous nous éloignons du monde luso-agraire, du monde à la fois marqué par une présence massive de l'élément portugais dans toutes ses traditions et naturellement par celle d'un complexe agraire»*.

Sergio Buarque de Holanda fut l'un des leaders du mouvement moderniste ; il parlait à ce moment-là, bien sûr, à partir d'une perspective très précise qui était celle du Brésil épanoui dans ses grandes villes (surtout São Paulo), du Brésil des premiers balbutiements de l'industrie et, surtout, du Brésil de l'immigration. Il était tout à fait naturel, pour lui, de voir les choses de cette façon. Ce ne sera qu'un point de départ, parce que tandis que la tâche de sept décennies impériales fut visiblement le maintien de l'unité nationale... Tâche formidable quand on se souvient qu'il y eut une dizaine de révoltes régionales très importantes au Brésil au début de cette période-

* L'auteur de cette conférence, disparu fin 90, était à l'époque ambassadeur du Brésil auprès de l'UNESCO.

là et que le Brésil, à l'inverse de ce qui s'est passé dans l'Amérique hispanique, a su éviter la balkanisation... Donc, à cette tâche qui a été, selon moi, la principale contribution de l'époque impériale, venaient s'ajouter de nouvelles tâches de construction nationale, de croissance et de projection internationale qui ne pouvaient qu'appartenir au régime suivant, c'est-à-dire à la République. Nous en avons donc cent ans plus tard les résultats. Quels sont-ils ?

Nous avons une société mobile. Je me rappelle que, il y a à peu près 10-12 ans, un numéro de la revue *Veja* montrait que parmi les 50 Brésiliens les plus riches, le premier héritier n'apparaissait qu'à la 47ème place. Donc vous avez (c'est une donnée parmi tant d'autres) une société mobile mais, en même temps, cette société mobile est très inégalitaire. Elle se caractérise par des taux d'inégalités sociales, par des distances socio-économiques qui sont simplement épouvantables et qui constituent toujours d'ailleurs le revers de la médaille brésilienne quand on procède à des comparaisons internationales. Donc à la fin de ce premier siècle républicain, nous sommes quand même devenus la première puissance industrielle du Sud (j'emploie ici naturellement la célèbre dichotomie Nord-Sud) et nous avons en même temps été les champions de la croissance séculaire jusqu'il y a dix ans. C'est-à-dire que, si nous faisons le point du championnat mondial de la croissance jusqu'en 1980, nous constatons que le Brésil est le pays où la croissance moyenne a été la plus spectaculaire. Mais en même temps, nous présentons des indices sociaux absolument minables. Tel est, je crois, notre premier constat c'est-à-dire qu'à l'incontestable croissance, à l'indéniable projection nationale et au maintien de l'unité, tâches impériales, est venu s'ajouter un essor de développement et de croissance parfaitement indéniable. Mais, à côté de cela, nous vivons des réalités sociales pour la plupart déplorables et nous continuons à avoir en ce moment des taux d'inégalités insupportables pour notre conscience éthique.

C'est là le fond du problème tel qu'il se définit à partir de ces deux axes majeurs quand on essaie de procéder à

un bilan. Or, comment l'expliquer ? Il s'agirait peut-être de commencer par citer les deux théories les plus connues qui se disputent cette explication : d'un côté, il y a des théories qui attribuent au capitalisme, ou en tout cas à un capitalisme de type périphérique ou dépendant, l'essentiel de ce déséquilibre entre l'essor économique et le tableau social, et d'autre part, il y a des théories qui préfèrent un autre genre d'explications et qui mettent l'accent sur des phénomènes de modernisation incomplets, caractérisés par des blocages, par des mécanismes qui empêchent ces efforts de modernisation d'arriver à leur terme et de donner tous leurs fruits. Maintenant, il nous faut naturellement un peu de recul historique parce que bien que notre but soit de parler du siècle républicain, on ne peut pas décrire le type de société que le Brésil a eu pendant plusieurs décennies en entrant en République sans, quand même, faire une référence conceptuelle à certains phénomènes de type structurel qui ont présidé à notre formation non seulement impériale, comme nation déjà indépendante, mais aussi coloniale, c'est-à-dire à la formation historique du pays comme un tout depuis la découverte portugaise.

Je dirai pour commencer une chose évidente dont Pierre Vilar a tiré beaucoup de profits dans ses études. C'est qu'il y avait, pour ainsi dire dans toute l'Amérique latine -et le Brésil n'échappait pas du tout à cette règle- une sorte d'invitation à des formes un peu féodales d'occupation du territoire et de domination à la fois sociale et politique. Pourquoi cette invitation, cette stimulation à des formes féodales d'appropriation de la terre et de domination des hommes ? Parce que certaines conditions se répétaient, c'est-à-dire qu'en général il y avait un énorme territoire à occuper, il y avait soit une main-d'œuvre abondante et finalement docile après les brutalités de la conquête comme cela était le cas pour les *vice-reinados* hispaniques ou bien, dans le cas brésilien, quand cette main-d'œuvre n'était pas là au même niveau, au point de vue volume démographique, ou bien n'était pas si docile, il y a eu l'importation d'une main-d'œuvre africaine, très hétérogène parce que les esclaves n'appartenaient pas aux mêmes ethnies, ce qui facilitait énormément la tâche

d'imposition d'un ordre seigneurial à cette main-d'œuvre. Il faudrait d'ailleurs écarter tout de suite le concept de féodalité parce que, finalement, parler sérieusement de féodalité suppose une certaine structure de contrat social, contrat hiérarchique et inégal qui caractérise la féodalité, qui manque totalement dans cet autre phénomène qu'est le «seigneurialisme». Je me permets, en effet, d'utiliser une expression que le savant et chercheur américain Harvey Key essaie de mettre en circulation. Le régime socio-politique qui a présidé à la formation du Brésil comme à la formation des autres grands centres de l'Amérique ibérique a été un régime «seigneurial».

Vous voyez là immédiatement, brossé à gros traits, le monde décrit de façon si riche, de façon si évocatrice par ce grand artiste de la prose brésilienne et grand scientifique social qu'a été Gilberto Freyre. C'est-à-dire un monde caractérisé par le métissage sous une très puissante et très stable domination patriarcale. C'est le monde du métissage patriarcal ou du patriarcalisme qui engendre et contrôle une société soumise au mélange racial. Mais je n'entends pas vous offrir ici un récit de la formation brésilienne, bien sûr, même sous la République et encore moins sous l'Empire ou sous la Colonie ; j'entends vous proposer de grandes lignes conceptuelles pour pouvoir la comprendre dans sa dynamique et ensuite dans ses blocages. Donc, je n'ai pas, à proprement parler, à vous donner un récit mais, au contraire, à souligner les lignes structurantes de ces quatre siècles et naturellement du siècle républicain. Donc la première question qui se pose, du point de vue conceptuel, serait à mon avis la suivante : est-ce que ce seigneurialisme était du type qui supposait un pouvoir central faible ou un pouvoir central fort ? C'est-à-dire que la première question conceptuelle à laquelle nous devons faire face, est la question du pouvoir étatique.

Il y a là immédiatement deux possibilités. Selon la première, le pouvoir étatique, c'est-à-dire la Couronne, était là dès le début, très forte, et le seigneurialisme vivait comme une concession de la Couronne. Selon une autre ligne de réflexion

historiographique qui m'attire davantage, ce n'est que sous les Bourbon dans le monde hispano-américain, et sous Pombal essentiellement, dans le monde luso-américain, que nous trouvons ce pouvoir fort, vraiment déterminé à employer des moyens d'affirmation et de contrôle y compris militaire.

C'est-à-dire, pour une grande partie de cette histoire, même si du point de vue juridique la Couronne était tout -c'est-à-dire que l'Etat monarchique était tout- et la société rien du point de vue pratique, les choses ne sont pas si simples et finalement nous avons un peu partout cette évolution de l'*Encomienda* à l'*Hacienda*, par exemple dans le monde hispanique, ou des *Capitanias* (comme on les appelait au Brésil) au *vice-royaume* finalement installé à Rio, dans le cas brésilien. Nous avons des disputes historiographiques très intéressantes à ce propos, par exemple celle qui a opposé dans les années 50 le grand historien portugais Jaime Cortesão à Sergio Buarque de Holanda déjà cité. Cortesão essayait de concevoir les *Bandeiras*, cet immense mouvement qui finalement a été le véritable colonisateur du Brésil... parce que le Portugais jusqu'à ce moment-là était surtout resté sur les côtes sans vraiment pénétrer dans le pays de façon plus expressive, parce que le fait que des mines très rentables n'aient pas été découvertes dès les premiers instants nous a donné une configuration au point de vue exploitation économique assez différente de celles qui prévalaient alors dans le monde hispano-américain...

C'est donc aux Bandeirantes, c'est-à-dire à des éléments «créoles», au sens très spécifique de nos Amériques d'éléments déjà nés et formés dans la colonie, que l'on doit cette pénétration du pays qui finalement va tripler l'étendue de notre territoire. Ces Bandeiras, selon Jaime Cortesão, représentaient surtout une sorte de quête du Graal, une sorte de quête royaliste déterminée par des valeurs et des mythes géopolitiques, une sorte de quête de l'Eldorado où il y avait, bien sûr, des motivations économiques, mais où il y aurait eu surtout des motivations théologiques aux connotations mythiques très fortes.

Sergio Buarque de Holanda a regardé cette thèse avec beaucoup de scepticisme. Il trouvait les motivations économiques beaucoup plus importantes ; il trouvait les Bandeirantes beaucoup moins croyants ; il trouvait surtout qu'ils posaient souvent un défi au pouvoir, à la puissance monarchique : c'est-à-dire que s'ils pouvaient travailler avec la bénédiction et même l'appui du roi et de ses représentants Outre-Atlantique, c'était tant mieux ! Mais s'ils ne le pouvaient pas, ils faisaient quand même la chose. Ainsi, ils ont emprisonné les esclaves et ils essayaient toujours avec une ténacité brutale de trouver des mines qui donneraient finalement au Brésil le statut du Pérou ou du Mexique en matière d'exportation de denrées beaucoup plus précieuses vers la Métropole. Quoiqu'il en soit de la thèse royaliste de Cortesão ou de la thèse seigneurialiste de Sergio Buarque de Holanda, une chose est certaine, les révoltes créoles se sont généralisées au XVIII^e siècle et ce phénomène-là, à lui seul, montre immédiatement que les deux traits principaux de l'autorité dans la colonie en formation, c'est-à-dire le centralisme et l'autoritarisme, n'ont pas été si énergiques, n'ont pas été tellement ressentis comme un danger par les pouvoirs locaux.

D'où l'attrait d'un concept charnière qui fait chaque fois plus de chemin dans les sciences sociales, parmi nous comme d'ailleurs parmi nos frères hispano-américains : le concept wébérien de patrimonialisme. C'est-à-dire que la Couronne, à ce moment-là... et paradoxalement juste au moment où elle va essayer de faire des réformes, parce que c'est déjà une Couronne vouée aux réformes des Lumières, c'est déjà une Couronne qui a voué son âme au despotisme... A ce moment-là donc la Couronne va renforcer un grand trait de notre formation qui est le patrimonialisme. Or, comme vous le savez, chez Max Weber le patrimonialisme se caractérise par deux traits : premièrement, il n'y a pas de distinction très nette entre le politique et l'économique ; les deux tendent à se confondre. Il y a passage constant de l'économique au politique et du politique à l'économique. Mais surtout, il y a

superposition du public et du privé. C'est-à-dire que, par exemple, les fonctions publiques sont obtenues et exercées de façon particulariste, de façon privée.

Il n'est pas du tout dans mon intention de vous entretenir des nuances de la pensée wéberienne qui se trouvent au chapitre III de son *opus magnum* : *Economie et société*. Evidemment Max Weber, à propos du patrimonialisme, comme à propos de tout d'ailleurs, a une pensée très ambiguë, très ambivalente et il emploie le concept même de patrimonialisme dans plusieurs sens et non pas dans un sens univoque ; il met en rapport ce concept avec le concept de tradition mais l'essentiel de la chose, c'est-à-dire l'élément décisif du concept de patrimonialisme, c'est vraiment le contrôle privé des fonctions publiques. Et ceci est particulièrement fort dans les analyses des disciples latino-américains de Weber.

Donc une structure très centralisée, centraliste même et, de ce fait, très autoritaire soit parce qu'il n'y a pas de division de pouvoir qui vaille, soit parce qu'au point de vue géographique c'est le centre qui impose sa volonté aux diverses parties du pays ; c'est ce que le chercheur chilien, Ricardo Veiles, a très bien qualifié de «tradition centraliste» de l'Amérique latine. Il y a donc centralisation très forte avec l'autoritarisme pour corollaire mais, en même temps, il y a cette appropriation privée de ce qui est public ; ce qui permet cette relation symbiotique entre des formes seigneurialistes, de plusieurs traits du seigneurialisme quasi féodaux, des structures quasi féodales ou para-féodales -sauf pour le contrat bien sûr- et, d'autre part, ce que les juristes de l'époque appelaient le *dominium eminens* de la Couronne. En dernière analyse, tout est contrôlé par la Couronne. Dans la pratique la Couronne elle-même, surtout pour des raisons économiques, est bien obligée de regarder de l'autre côté et de faire en sorte que l'autorité et le pouvoir social puissent s'exercer de façon plus autonome.

Je dirai que loin d'offrir ce paysage à la fois seigneurial et surtout patrimonial, comme une sorte d'opposition ou de différence radicale par rapport à l'expérience occidentale métropolitaine (certains penseurs latino-américains insistent sur cette différence), il faudrait peut-être nuancer la chose puisque nous avons connu un phénomène qui n'est finalement pas si différent de la France où de nombreuses générations ont été nécessaires pour bâtir ce qu'on appelait autrefois «l'Etat royal». La construction de l'Etat royal en France ou, comme dirait Max Weber, le processus de «stratification», *the state making*, a consisté surtout en une suppression progressive d'un pouvoir particulariste. Nous trouvons cela d'une façon très claire dans la pensée politique française elle-même, puisque de Boudin (vers la fin de la Renaissance) jusqu'à Rousseau (donc à peu près à la veille de la Révolution Française), nous avons le thème de l'autorité souveraine, indivisible, qu'elle appartienne au roi ou qu'elle appartienne au peuple. Version autocratique ou version démocratique, mais c'est toujours une conception centralisatrice du pouvoir étatique parce qu'il fallait bien démolir les pouvoirs locaux qui essayaient tout le temps de s'approprier l'espace public.

Je me pose une question très conceptuelle mais que je crois féconde : est-ce que nous n'avons pas, en Amérique latine, une sorte d'«entropie chronique» du patrimonialisme qui crée et surtout recrée des «féodalités», c'est-à-dire des centres du pouvoir s'appropriant le pouvoir public. Ce qui a finalement beaucoup inhibé l'Etat dans sa fonction d'*Etat Dux*. Je me sers ici d'une distinction établie par le politologue Bertrand de Jouvenel qui distinguait l'*Etat Rex* de l'*Etat Dux*. L'*Etat Rex* est un arbitre. Il se limite plus ou moins à présider le jeu social mais sans beaucoup d'interventions. L'*Etat Dux* signifie au contraire un Etat qui exerce un type de *leadership* surtout quand il est obligé de faire face à des tâches de modernisation, c'est-à-dire à des réformes sociales, économiques, juridiques, etc. Alors là, il ne suffit plus d'avoir un *Etat Rex*, un Etat arbitre ; il faut avoir un Etat capable de diriger et cet Etat capable de diriger, l'*Etat Dux* selon Jouvenel,

a été plusieurs fois -et l'est encore, je suis bien navré de le dire- inhibé dans nos sociétés par cette «entropie chronique» du patrimonialisme, de ce phénomène de moule patrimonial qui a présidé pendant si longtemps à notre formation.

A partir de ces premières analogies et de ces premières ressources conceptuelles, on peut passer en revue les grands projets historiques du Brésil-Nation. Je distinguerai à peu près une demi-douzaine de projets. Bien sûr, je ne veux pas dire que chacun de ces projets a réussi, je veux simplement discerner à travers notre histoire ce qui, de façon un peu plus consciente dans certains cas, moins consciente dans d'autres cas, a quand même représenté une sorte d'articulation de projet national au Brésil. C'est d'ailleurs ce mot de «projet», aux résonances soit existentialistes soit un peu hégéliennes que les penseurs nationalistes brésiliens, représentés ici en la personne d'Helio Jaguaribe, utilisaient beaucoup dès les années 50, en particulier dans l'idée de «projet national».

Puisque maintenant j'en viens totalement au Brésil indépendant, je citerai en premier lieu, ce que j'appellerai volontiers le «projet Andrada», à cause de José Bonifacio de Andrada e Silva, père fondateur de l'Etat brésilien souverain. Pourquoi est-ce que je crois avoir le droit de parler d'un «projet Andrada»? Eh bien, parce que nous avons maintenant un matériel historiographique suffisamment abondant et convaincant pour nous persuader qu'Andrada, qui était d'ailleurs là en convergence presque parfaite avec le prince royal devenu empereur, Pedro 1er, avait une vision qui reposait sur trois fondements et qui résumait sa conception de l'avenir du Brésil dans l'immédiat, c'est-à-dire de l'avenir comme effort national à mettre en œuvre immédiatement. Ce projet supposait un exécutif très fort, d'où l'adaptation du thème français de Benjamin Constant, du pouvoir modérateur et sa transformation très subtile en pouvoir exécutif. Il supposait l'immigration, c'est pourquoi l'empereur et son ministre, se sont battus, plusieurs fois contre les intérêts des *fazendeiros* à cette époque-là. Enfin ce projet supposait du crédit, ce qui est très nouveau, ce qui est très moderne, ce qui

est «schumpeterien», si je puis dire. D'où leur défense du *Banco do Brasil* comme institution majeure, pour ne pas dire unique, à laquelle reviendrait naturellement la tâche de fournir des ressources à ces nouvelles couches démographiques qui viendraient s'ajouter à la vieille société patriarcale du Brésil ancien.

Nous savons très bien que tout cela a échoué. Nous savons que les plus grands hommes politiques du parti conservateur à l'époque ont monté contre tout cela une résistance parlementaire qui leur a finalement permis de gagner la partie en forçant Pedro Ier à abdiquer et que cette abdication a représenté une sorte de réitération de l'indépendance elle-même. Toute une historiographie officielle a été écrite pour prouver que le 7 avril 1831, abdication de Dom Pedro, a été une reprise du 7 septembre 1822, jour de la proclamation de l'indépendance. Or rien n'est plus faux ; il y avait un projet social, économique et politique alternatif pour le Brésil. Vous avez le droit de considérer que ce projet n'était pas impeccablement libéral, que c'était un projet dont les racines étaient beaucoup plus du côté du despotisme éclairé que du libéralisme, ça c'est une autre question. Mais on n'a plus le droit, du point de vue de la conscience historique, de nier qu'il y ait eu un projet alternatif tout au début de l'Empire au Brésil et que ce projet a été complètement écarté par une hégémonie des élites brésiliennes de l'époque qui ne voulaient pas ce genre de développement.

Or, quel est donc le projet qui sortit vainqueur ? C'est un projet libéral oligarchique. Et pourquoi a-t-il été possible à ce projet hégémonique de triompher ? Je crois que la principale raison est très simple et très banale. Si nous regardons tout au long du siècle dernier, du point de vue de l'histoire des prix, nous constaterons que tandis que les prix industriels, du fait même de la révolution industrielle et de ses progrès, tendaient à la baisse, le prix de plusieurs produits agricoles ou bien se maintenait, ou bien même augmentait. Le profit de ces élites agraires tendait à s'affermir et elles avaient donc la base économique nécessaire pour tuer dans l'œuf

l'autre projet et pour maintenir pendant plusieurs décennies républicaines, un projet national dont l'aspect oligarchique est évident. Ce sont là, disons, les racines de l'inégalité. C'est ce triomphe de l'oligarchisme qui a été rendu possible par les conditions mêmes de notre insertion dans le commerce international à cette époque-là. D'où certains blocages et certaines impasses, puisque d'un autre côté la Couronne gardait beaucoup de pouvoir. Finalement qui gouverne le Brésil ? C'est l'Empereur et non un parlement qui n'est que le fait de l'Empereur. Il y a un jeu de partis très civilisé, surtout quand on le compare avec les violences caudillistes de la plupart des pays de l'Amérique hispanique à cette époque-là. Mais ce n'est qu'un jeu : c'est le roi qui gouverne et qui contrôle, et le roi arrive même à faire en sorte que l'émancipation des esclaves après l'abolition puisse devenir une réalité et là, bien sûr, il va se heurter à une très grande partie des élites agraires... pas toutes bien sûr, parce que le régime servile n'était plus aussi important au Nord ou au Sud, mais qu'il était encore la base au centre, région de la culture du café. D'autre part, le droit à la propriété agraire n'a jamais été soumis aux idées centrales de la Couronne et de la Cour, mais il a, au contraire, toujours été sous la domination, directe et parfois violente, des seigneurs c'est-à-dire de l'autre élément, de l'autre pôle de cette dialectique à la fois sociale, économique et politique.

Troisième projet. Nous sommes déjà sous la République, et il émerge à ce moment-là un jacobinisme positiviste. Mais ce jacobinisme positiviste est basé sur l'idée du soldat-citoyen... Attention ! entre Machiavel et la Révolution Française, beaucoup d'encre a été utilisée ou même gaspillée pour l'éloge du citoyen-soldat ! C'est-à-dire, l'idée de la milice, l'idée de l'armée nationale, etc... Disons qu'entre le célèbre éloge des discours sur Tite-Live chez Machiavel jusqu'à Valmy et Jemmappes qui ont fait l'admiration de Goethe, il y avait l'épée civique du citoyen-soldat qui prenait ses armes pour défendre sa patrie. ...Eh bien au Brésil, c'est le contraire, avec les officiers positivistes, surtout avec la grande figure de Benjamin Constant, c'est le soldat-citoyen qui entre

en scène. Mais le soldat-citoyen était le moins militariste des soldats ! Benjamin Constant, qui est le vrai père fondateur de notre paléo-république, parce que finalement c'est lui qui a poussé le Maréchal Deodoro à proclamer la République, n'était pas du tout un professionnel en matière d'armée ; il avait presque honte de son uniforme. La figure du soldat-citoyen à ce moment-là est beaucoup plus proche de Danton sous les Tropiques, des chefs de la Révolution Française à une certaine phase, des anti-militaristes. Et d'ailleurs, il y a toute une tradition dans l'armée brésilienne, de critique très farouche de Benjamin Constant, justement à cause de cela et surtout sous Getulio Vargas, avec le général Goes Monteiro qui représentait alors à l'intérieur de l'armée, la pointe avancée des idées para-fascistes. Enfin, il y avait une critique déclarée de Benjamin Constant, à ce point que la figure de celui-ci a été minimisée ou retirée de certains monuments publics pour faire place à une sorte de «soufflé» autour de Caxias. Le duc de Caxias, c'est-à-dire l'épée conservatrice de l'Empire devenait l'idole de l'armée pour écarter ce non-militarisme de type jacobin que représentait Benjamin Constant.

Les positivistes ont beaucoup souffert au Brésil de deux attaques, de deux vagues de critiques successives. La vague catholico-intégriste, d'un côté, et la vague marxiste, par la suite. Ni les chrétiens de droite à cette époque -parce qu'à cette époque-là, être chrétien et être de droite c'était presque synonyme- ni les marxistes n'ont fait justice aux idées sociales, au projet national que les positivistes incarnaient. Mais, en tout cas, on pourrait dire pour faire court, que leur projet, de «sociocratie» -c'était le mot même de Comte- s'est heurté au projet de «démocratie», encore une fois oligarchique, très élitiste, représenté par les grands *fazendeiros* qui se sont appropriés la République à partir de sa cinquième année, c'est-à-dire vers 1894. C'est la raison pour laquelle on parle de «République des conseillers». Car il s'agissait de gens qui avaient déjà des places d'édiles durant l'Empire et qui se sont, par la suite, donnés les moyens de rester au pouvoir notamment à travers une décentralisation qui laissait à São Paulo et plus tard, à cause de la variation des prix du café, à

Minas Gerais, l'alternance au pouvoir des élites agraires. C'est pour cela que j'aime toujours citer une phrase de Sergio Buarque de Holanda qui disait que ce n'était pas sous l'Empire mais bien sous la République (ce que nous appelons la «vieille République», notre première République qui meurt en 1930) qu'il y eut au Brésil l'*Empire des Fazendeiros*. La phrase est parfaite parce que c'est là que la domination seigneuriale plus directe s'est fait sentir. Ce ne fut pas du tout pendant la première phase autonome.

Finalement nous en arrivons à Vargas et à son consulat de 15 ans (1930-1945). Comment caractériser d'un point de vue sociologique et de façon schématique ce consulat gétulien ? Je n'ai jamais trouvé meilleure explication pour en rester à ce niveau de schématisme, que celle qu'un historien français, à l'époque encore très jeune, a trouvée quand il est allé lui-même au Brésil et a été témoin de l'élection présidentielle de Vargas en 1950. Cet historien, Charles Morazé, dans son livre sur le Brésil, fait une analogie qui m'a toujours frappé avec le second Empire français.

Qu'est-ce qui s'est passé finalement sous Vargas ? Expansion de l'Etat, surtout organisation bureaucratique : les pouvoirs de l'Etat deviennent finalement tentaculaires au point de vue du contrôle bureaucratique ; début de l'industrialisation avec certaines préoccupations sociales qui étaient plus ou moins un dénominateur commun entre les *tenentes* et les libéraux les plus à gauche de la Révolution de 30. Vous avez là trois traits qui rappellent beaucoup Napoléon III qui est d'ailleurs aujourd'hui une figure historique soumise à une certaine réévaluation... On ne voit plus de Napoléon III que la caricature qu'en avait fait Victor Hugo, on le voit comme un bon saint-simonien, autoritaire, bien sûr, mais dont les préoccupations sociales et modernisatrices étaient quand même réelles.

Cette idée est intéressante parce qu'elle montre que l'ancienne République a été une sorte d'époque *whig* (j'emploie le mot dans le sens historico-technique anglais

naturellement). L'ancienne République, l'*Empire des Fazendeiros*, pour reprendre l'expression de Sergio Buarque de Holanda, a été l'autre époque *whig*, en ce sens qu'une élite agraire, très réussie finalement du point de vue du profit permis par le revenu agraire, a été capable de financer les débuts de l'industrialisation. Parce qu'il faut écarter absolument ces thèses d'un marxisme vulgaire qui consistaient à présenter toujours l'industrialisation comme un phénomène bourgeois, contre le *patriciat* agraire, alors que la moitié au moins sinon plus du financement de l'industrialisation initiale brésilienne venait précisément de la rente agraire. Elle a aussi pu financer notre renouveau culturel car le «modernisme», dans le Brésil des années 20, est venu des élites de São Paulo qui avaient encore l'hégémonie sociale et politique dans mon pays.

Finalement nous arrivons à l'époque centrale de la période démocratique, après la chute de Vargas, c'est-à-dire l'après-guerre : la redémocratisation brésilienne. Comment définir ce centre nettement signalé par le gouvernement énergique, brillant, créateur de Kubitschek ? Eh bien, il s'agit finalement d'une sorte de «bismarckisme» mitigé ! A l'époque, certains jeunes intellectuels très brillants employaient le mot. C'est-à-dire qu'il nous fallait un Etat, une sorte de pacte de domination modernisante dont le modèle aurait pu être un Etat promoteur de développement avec les caractéristiques japonaises et allemandes, si l'on pense naturellement au siècle dernier, à la Révolution Meiji et à l'époque bismarckienne. Mais malheureusement cet effet de bismarckisme, et c'est pour cela que je parle de bismarckisme très mitigé, a été financé par l'inflation. Finalement, il a mis sur pied cet élément diabolique qui depuis lors, naturellement, nous assomme et nous épuise, l'inflation. La naissance de l'inflation chronique du Brésil date de cette période parce qu'il fallait faire en sorte qu'aucune des classes principalement représentées dans le jeu politique de l'époque ne payât la note. L'inflation était la formule magique qui permettait que ni les ouvriers ni les entrepreneurs, ni même l'Etat, ne payent la note. Cela représentait quand même le sacrifice d'autres couches, d'autres possibilités de

développement comme, par exemple, un développement agraire beaucoup plus poussé. Mais cela a été une formule irrésistible et malheureusement elle s'est enracinée, nous savons jusqu'à quel point.

Finalement, j'en viens à la modernisation autoritaire de la période suivante, à partir de 64. Une question historiographique de première importance : cette modernisation autoritaire est-elle née de la lutte des classes comme on l'a proposé dans plusieurs travaux, plusieurs interprétations, soit à l'époque, soit un peu plus tard ? ou, au contraire, d'une impasse politique qui avait ses conditionnements sociaux, bien sûr, mais qui se caractérisait surtout par une faillite du modèle démocratique, par une faillite notamment des rapports entre l'exécutif et le législatif qui allait déboucher sur l'abdication de Jânio Quadros et finalement, sur la faillite, l'échec total, du populisme regrettamment épigonique de João Goulart. Celui-ci essayait des formules que Vargas avait pu utiliser, soit parce qu'il avait du génie politique, soit parce que son Brésil était tout à fait autre, mais dont la répétition ne faisait aucun sens trente ans plus tard dans le Brésil déjà semi-industrialisé et beaucoup plus urbanisé de l'époque «goulartienne».

Aujourd'hui, et c'est bien sûr ma question finale : y-a-t-il une amorce de projets nationaux ? J'ai parlé de six ou sept projets nationaux : le projet «Andrada», le premier projet libéral oligarchique ; le projet du jacobinisme positiviste contredit par la démocratie -elle aussi oligarchique- des fazendeiros ; le consulat «gétulien» modernisateur et autoritaire ; le semi-bismarckisme de Kubitschek ; la modernisation autoritaire qui a fini il y a cinq ans. Aujourd'hui, nous avons sur place un projet de République syndicaliste qui est la réponse de certains milieux d'hommes politiques, de syndicalistes et de très remarquables intellectuels, au capitalisme d'élite, au capitalisme tel qu'il s'est présenté jusqu'aujourd'hui dans le contexte brésilien. D'autre part, nous avons comme projet rival, un projet qui signifie une marche «tambour battant» vers un néo-capitalisme productif

qui est le contraire du capitalisme surtout spéculatif que la culture de l'inflation était en train d'enraciner chez nous. Donc il s'agit de rechercher un néo-capitalisme productif et non plus spéculatif car ce dernier signifie l'épuisement d'un Etat producteur, d'un Etat dont l'emprise sur l'économie a toujours été très forte dans toutes ces décennies d'industrialisation et qui doit aussi signifier nécessairement la fin du «cartorialisme» : cette relation symbiotique entre «seigneurialisme» capitaliste et Etat patrimonial qui a toujours déformé l'essor de notre capitalisme. Cela confirme immédiatement deux tâches majeures ; cela pose devant nous, Brésiliens d'aujourd'hui, deux défis dont le détail nous sera donné par le professeur Jaguaribe. Mais je ne veux de mon côté que finir en regardant un peu vers l'avenir immédiat.

Premièrement, l'avenir exige une refonctionnalisation de l'Etat. Je dirai que de l'Etat dont le rôle, dans la pratique et non dans la rhétorique officielle, a été surtout jusqu'ici le rôle d'un Etat directement producteur dans plusieurs domaines, on doit passer à un autre modèle où l'Etat doit être surtout plus producteur, non pas producteur direct, mais à la fois promoteur et protecteur.

Promoteur de quoi ? Protecteur de qui ? Promoteur, bien sûr, de stratégies globales de développement, parce qu'il y a là une très grosse différence entre les rêves de certains néo-libéraux de quasi-élimination de l'Etat et le rôle, à mon avis encore si évident et si nécessaire, du même Etat pour ce qui est de certaines définitions stratégiques quant à l'avenir de notre économie et de notre société. On ne peut tout simplement pas démolir l'Etat et je ne parle pas simplement de l'Etat en tant qu'ordre juridique, ordre légal. Je parle aussi de l'Etat en tant qu'*Etat Dux*. Nous ne pouvons pas renoncer à l'*Etat Dux*, ce que nous devons écarter de nous c'est l'étatisme, qui est un autre phénomène. Mais l'abolition de l'étatisme (et là je le déclare franchement tout à fait sans être partisan ni avocat de cette idée) n'a rien du tout à voir avec la simple et sommaire élimination, d'ailleurs chimérique, de l'*Etat Dux*, c'est-à-dire de l'Etat stratège.

Donc Etat promoteur, oui. Etat producteur, non. Mais Etat protecteur de ces immenses couches de la population brésilienne qui sont encore sans toit, sans nourriture appropriée, sans école et sans accès à la justice qui est la quatrième dimension de la cruauté sociale au Brésil. Cet empêchement d'accès à la justice - nous avons bien sûr un système judiciaire aussi développé que la plupart des autres pays- mais l'accès réel, pratique et efficace de la population à ce système reste un mensonge. Donc ces quatre dimensions doivent être immédiatement relevées dans ces grands défis sociaux brésiliens et ça ne peut pas être fait sans l'Etat. Encore une fois, des ressources qui ont été non seulement employées mais gaspillées par l'Etat producteur, producteur d'ailleurs pour une très grande partie inefficace, doivent être redistribuées, réorientées dans le sens de l'Etat protecteur.

Finalement, je vous dirai un mot sur la question de la terre. Le professeur Ignacy Sachs, dans une étude récente, nous faisait observer que le «Rumsteak Act» qui a fait l'essentiel de la redistribution agraire aux Etats-Unis il y a 120 ans, à peu près en 1862, a quand même su donner 100 millions d'hectares à un million de familles. Le même expert, dont les travaux sont connus pour leur rigueur et pour leur objectivité, estime que le Brésil pourrait résoudre son problème agraire avec un peu plus d'un tiers de cette étendue à distribuer. Donc, vous voyez là encore la profondeur d'un problème agraire au Brésil, bien qu'il soit tout à fait utopique et même démagogique de présenter la question de la réforme agraire comme si elle n'allait pas de pair avec la question «révolution agricole», c'est-à-dire une question économique et technologique aussi importante que la question proprement juridique et sociale.

Je dirai pour terminer que nous sommes sortis... si vous voulez c'est une remarque culturelle pour clore tout ce que je viens de dire... à la fin de ce premier siècle de République, d'un grand thème culturel, chez nous comme chez nos voisins d'Amérique espagnole, c'est-à-dire la

problématique de l'identité nationale, qui était tout à fait normale et légitime à une certaine époque et qui était même nécessaire pour nous donner la conscience de notre réalité soit ethnique, soit culturelle, religieuse ou philosophique... En termes de psychologie collective, c'était absolument nécessaire, mais ça correspondait à un moment déterminé de notre formation comme nation modernisante. Et maintenant, disons un demi-siècle plus tard, parce que les principaux efforts de cette époque-là correspondent à des œuvres comme celles de Gilberto Freyre, nous sommes en train de quitter cette problématique, de la déplacer tout simplement vers une nouvelle problématique qui n'est plus la problématique de l'identité mais celle de l'intégration.

Je vois la chose en termes diachroniques, en termes de changement historique entre ces deux pôles : il y avait une problématique de l'identité qui s'imposait à l'esprit brésilien, il y a 50 ou 40 ans. Il y a maintenant une problématique totalement différente qui est une problématique non plus de l'identité mais de l'intégration et intégration à quoi et de quoi ? Eh bien, intégration des masses à des niveaux de confort et de prospérité, tâche qu'on ne peut plus ajourner. Intégration régionale, c'est-à-dire latino-américaine, qui heureusement s'achemine vers des résultats finalement concrets, et intégration aux grands courants et aux dynamismes de «*l'économie monde*», pour employer ce mot braudélien, c'est-à-dire de l'économie internationale. Je vois ces trois niveaux, qui naturellement doivent s'articuler, comme les trois grands domaines où l'effort d'intégration -et non plus la quête de l'identité- va déterminer ce qu'il y a de meilleur dans les préoccupations et dans les angoisses même de l'esprit brésilien en ce moment.

Parte II:
Textos sobre José Guilherme Merquior

11. Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras

Josué Montello

11 de março de 1983

Texto transcrito no site da Academia Brasileira de Letras

URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/discurso-de-recepcao>

Nosso primeiro encontro ocorreu em Paris em 1968 e durou dois anos de convívio afetuoso; nosso segundo encontro ocorreu ano passado, com a vossa eleição para esta Academia, e vai durar o resto de nossas vidas.

Como vedes, dou à palavra encontro, nesta oportunidade, não o sentido dos caminhos que se cruzam ou tangenciam, mas o dos espíritos que se reconhecem, logo descobrindo entre si a concordância das ideias e sentimentos, com a qual se alicerçam as amizades verdadeiras.

Em 1968, fostes meu colega e companheiro, na Embaixada do Brasil; hoje, sois meu confrade.

Quer isso dizer que vamos caminhar lado a lado, fraternalmente, pelo tempo adiante. Não cometo o despropósito de afirmar-vos que envelheceremos juntos, mas posso perfeitamente pedir a Deus que me permita assistir ao despontar de vosso outono, lembrando-vos ainda este reparo de Joaquim Nabuco, no discurso de inauguração da nossa Academia: nesta Casa, os velhos não têm velhice.

Há quase 28 anos, na mesma tribuna em que há pouco nos falastes, eu tive ensejo de afirmar, exibindo neste Salão os meus saldos de juventude:

O velho conflito entre epiléticos e paralíticos, com que Ortega Y Gasset resumiu o antagonismo das gerações que se sucedem, jamais prevaleceu na Casa de Machado de Assis, em cuja altitude espiritual os acadêmicos podem ser comparados, em relação ao tempo que vai fluindo, aos pastores do topo da montanha, na tradição incaica do dilúvio universal: à medida que as águas subiam, a montanha também subia – e salvava os pastores.

Quase que eu poderia dizer, repassando a vista pela vossa obra, que chegastes a esta eminência, subindo os degraus de vossos livros. Cada um deles, na verdade, compôs o caminho ascensional que vos propiciou este patamar. A muitos de nossos predecessores, estas altitudes serviram de pretexto à insularidade da torre de marfim. Ou pelo menos deram ensejo ao descanso do guerreiro que alonga o olhar para o horizonte, já cansado de guerra, como a Teresa Batista do nosso Jorge Amado.

No vosso caso, não vai ser assim. Sois daqueles que nasceram com a vocação e o gosto da ação literária. E ação que transborda da coluna de jornal e da tribuna universitária ou acadêmica para o contexto do livro. Mas não tendes o gosto do livro pelo livro, no sentido acumulativo da obra do escritor. Tendes o gosto do livro como instrumento de ação pública, porque sois, concomitantemente, um escritor e um político. Como Nabuco. Como Rio Branco. Como Otávio Mangabeira. Como João Neves da Fontoura, para citar apenas alguns de nossos antepassados na Academia, e para os quais a palavra escrita, como substância da Obra de Arte, sempre teve no pensamento político a sua inspiração essencial. Um exemplo vivo? Ali está: Afonso Arinos. Outro? Barbosa Lima Sobrinho. Outro mais? Alceu Amoroso Lima.

Quatorze livros compõem, até este momento, o vosso acervo de escritor. Começastes com um livro de Crítica e Estética, *Razão do Poema*, estudando Ronsard, Bocage, Joaquim Cardozo, Hoffmann, Gonçalves Dias, Drummond, Murilo Mendes, Cassiano Ricardo, João Cabral de Melo Neto. E com uma singularidade a mais: a de introduzirdes em nossas Letras, com o ensaio *Estética e Antropologia*, nesse livro, os conceitos de Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, ligados à reflexão estética. Quer isso dizer que, estudando a poesia alheia, quer nacional, quer estrangeira, vossa reflexão constituiu pretexto, desde cedo, para o universalismo das ideias modernas, retomando assim o caminho com que Sílvio Romero, no século XIX, renovou entre nós a Crítica Literária, ajustando-a a um plano de reflexão científica que sensivelmente a enriquecia e transformava.

Toda a vossa obra vai desdobrar-se na mesma direção. Ou seja: a da atualização cultural em função da Literatura Nacional. Mesmo quando preferis incursionar por mestres estrangeiros de vosso agrado, vossas vilegiaturas literárias têm por escopo servir à assimilação desses autores por parte dos autores brasileiros.

E aqui convém acentuar que é tão arraigada, em nossa atividade crítica, a vocação do Magistério, que os nossos críticos mais eminentes sempre compartilharam a militância crítica, na coluna de jornal, com o tirocínio da cátedra humanística ou universitária, desde Sílvio Romero e José Veríssimo a Antonio Candido, Wilson Martins, Afrânio Coutinho e Eduardo Portella, sem esquecer Múcio Leão, Álvaro Lins e mestre Alceu Amoroso Lima.

A Crítica Literária, quer como síntese impressionista, quer como análise reflexiva do texto, tem muito de pedagógico, no sentido de corresponder a um método e a um sistema com que o crítico transforma a sua opinião pessoal em opinião coletiva. A

visão individual se alarga em visão global, proporcionando ao texto literário a repercussão que toda obra de Arte reclama, na ordem do fenômeno social.

Por isso mesmo, ao compassar o caminho de vossa vida, não me surpreendi ao verificar que, à revelia de vossa carreira na diplomacia, a condição de professor tem acompanhado a vossa condição de crítico literário. Não me pergunto se o crítico vem do professor ou se o professor vem do crítico, porque um e outro correspondem às duas faces da mesma medalha, e medalha de ouro puro, com algo de sol compactado nas entranhas da terra.

Antes de vosso bacharelado em Direito, em 1963, já havíeis recolhido na mesma Universidade do Rio de Janeiro a licenciatura em Filosofia para alcançar, dez anos depois, na Universidade de Paris, com uma tese sobre a poesia de Carlos Drummond de Andrade, o título de doutor em Letras.

Ano passado, quando vos vi assomar na escadaria interna da Biblioteca Nacional, aqui no Rio, para abrir a exposição comemorativa do octogésimo aniversário de Drummond, logo concluí que nos íeis falar sobre o poeta, não apenas com o saber de vossos livros, mas também com a autoridade de vosso doutorado de Paris.

Toda a vossa vida, meu caro confrade, é uma constante lição de dedicação ao saber, quer como estudante, quer como professor. Um de nossos maiores, o velho João Ribeiro, ao publicar um de seus livros de maturidade, chamou-o de *Notas de um Estudante*. E não o fez por humildade, embora fosse humilde de feitio e condição: fê-lo para empregar a palavra própria, visto ser essa a condição de quem não perde a curiosidade pelo saber, a despeito do grande nome, da autoridade reconhecida e dos cabelos brancos.

Contou-me, certa vez, o embaixador Caio de Mello Franco, com quem tive a honra de servir em Lima, no Peru, que, ao iniciar-se na carreira diplomática, sob os cuidados do velho embaixador Sousa Dantas, em Paris, ouviu do chefe este conselho:

Nunca deixe que o vejam trabalhando. Dê sempre a impressão de que não está fazendo nada. Passeie, converse, vá a recepções, a coquetéis, borboleteie pelas livrarias e casas de moda; depois, em casa ou na Embaixada, ponha o seu serviço em dia, mas de modo que ninguém o apanhe em flagrante, trabalhando. Do contrário, você desmoraliza a carreira. Siga o meu exemplo.

Acabastes de fazer, na tribuna da Academia, o louvor de um dos discípulos diletos do embaixador Sousa Dantas. Ninguém viu jamais o nosso Paulo Carneiro trabalhando. Eu não vi. Vós não vistes. O embaixador Lyra Tavares também não viu. Paulo, muitas e muitas vezes, marcou encontro comigo, em Paris, para passear. Passear

nos Champs Elysées. Passear nas margens do Sena. Passear no Bois de Boulogne. Para olhar as ruas, as árvores, as casas, as mulheres de Paris, os garotos de Paris, os *peniches* que vão descendo devagar pelas águas de Paris.

A conclusão natural, a extrair-se desse gosto da ociosidade e do passeio, é que Paulo Carneiro passou a vida sem fazer nada. Puro engano. Paulo Carneiro passou a vida trabalhando. Trabalhando segundo a recomendação do embaixador Sousa Dantas – sem testemunha. Vede a formidável enciclopédia que publicou na UNESCO e de que foi o grande coordenador. Vede o arquivo de Augusto Comte que ele fez sozinho, com a chave passada na porta da velha casa do filósofo, na *Rue Monsieur Le Prince*. Vede as obras de Arte que conseguiu salvar no Egito. E como se não bastassem os seus escritos, os seus livros, as suas pesquisas de laboratório, Paulo se dedicava aos amigos, aos confrades, aos patrícios, a quem quer que o procurasse. Tinha o gênio da dedicação aos outros, o gosto e o requinte da gentileza. Certa vez, em hora difícil para as suas finanças pessoais, convidou-me a almoçar, não num bistrô qualquer de Paris. Não. No *Tour d'Argent*. Com os melhores pratos. Os melhores vinhos.

Eça de Queirós, se houvesse conhecido Paulo Carneiro, tê-lo-ia tomado como modelo para o personagem central de *A Cidade e as Serras*. Aquele requintado Jacinto, príncipe da Grã-Ventura. Ou então como paradigma de Fradique Mendes. De quem disse o romancista, para resumir-lhe o saber, que “só quando sorria ou quando olhava se surpreendiam imediatamente nele vinte séculos de literatura”.

E agora vos quero dizer, Sr. José Guilherme Merquior, que, para o tipo de diplomata preconizado pelo Embaixador Sousa Dantas, tendes perfeitamente – como se diz em linguagem de teatro – o físico do papel. Relevai-me se vos afirmo que ainda deixais sentir um ar inaugural. Dir-se-ia que andais pela casa dos vinte anos, aguerrido, bem disposto, os cabelos pretos, o jeito afirmativo, o gosto de bem realizar. Correis o risco de que vos tomem por terceiro secretário e já sois ministro, a um passo apenas do fecho de vossa carreira.

Vossa mocidade harmoniza-se com a mais antiga tradição da Academia. Ou seja: daquela que vem de suas origens, quando se uniram duas gerações de escritores para criar esta Instituição sob a liderança intelectual de Machado de Assis. Nessa hora, o mais jovem dos companheiros, o futuro Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, tinha apenas 25 anos, enquanto o mais velho, o Historiador Pereira da Silva, já havia passado dos oitenta. Creio mesmo que prevaleciam os moços: alguns, na casa dos vinte anos; muitos, na dos trinta.

Permiti que vos conte, pelo seu *a-propósito*, o que ocorreu comigo, ao tempo em que me candidatei à Academia. Tinha eu 36 anos e fui visitar o Ministro Ataulfo de Paiva, que já andava a beirar os noventa.

Mestre Ataulfo recebeu-me no seu gabinete na Fundação Ataulfo de Paiva. Fez-me sentar, disse-me algumas palavras afetuosas e desfechou-me esta pergunta:

“Qual é a sua idade, Josué?”

Rapidamente, pensei comigo: “Se eu disser minha idade verdadeira, este ministro é capaz de mandar que o seu contínuo me leve a casa por eu estar sozinho na rua, no centro da cidade.” E decidi acrescentar uma década à minha idade verdadeira. Dei à voz um tom convicto:

“Quarenta e seis anos, ministro.”

Ataulfo olhou-me durante alguns momentos, como a observar-me. E depois do exame meticoloso:

“Você está muito novo, eu pensava que fosse mais velho.”

E eu, de mim para mim:

“Perdi esse voto. Eu devia ter aumentado não dez, mas vinte anos. Ou trinta.”

E, como me limitei a dizer que tinha 46 anos, em vez de 56, ou 66, o ministro deu o seu voto a um de meus competidores, que ia a caminho dos setenta.

Felizmente, tanto no meu caso quanto no vosso, a idade não nos impediu a vitória. Mas, quanto a mim, desejo ainda acrescentar um episódio complementar, ocorrido no dia seguinte ao de meu triunfo. Passava eu defronte da porta da ABL e ali encontrei o poeta Bastos Tigre, meu velho amigo. O poeta, que se candidatou várias vezes à Academia, sem alcançar a merecida vitória, recolheu de suas derrotas a impressão excessiva de que, nesta Casa, os poetas, os romancistas, os ensaístas, que fossem apenas poetas, romancistas ou ensaístas, dificilmente alcançariam os sufrágios necessários para vestir este fardão.

Por isso, ao abraçar-me pelo meu triunfo, Bastos Tigre me fez este reparo ao pé do ouvido, referindo-se aos meus eleitores:

“Josué, eles se distraíram.”

Na verdade, eu tinha aqui grandes amigos, grandes mestres, velhos companheiros, tão sensíveis ao meu gosto das Letras, que logo me abriram a porta da Academia, quando aqui bati pela primeira vez. Pudestes recolher também essa impressão feliz, meu jovem confrade, embora vos obrigássemos a aguardar que o pleito se repetisse. Moço como sois, tínheis o tempo a vosso favor.

Ao explicar ao nosso confrade Humberto de Campos por que havia votado em Ribeiro Couto, para a vaga de Constâncio Alves, Alcântara Machado lhe fez esta confidência:

“Preciso da companhia dos moços para ter a impressão de que também sou moço.”

Mas a verdade é que, tanto pelo que estudastes quanto pelo que escrevestes, já alcançastes aquela maturidade reflexiva que vos coloca entre os altos espíritos de que se orgulha o Brasil. Mais do que figura representativa de uma nova geração literária, sois, hoje, uma figura representativa do Brasil intelectual, no altiplano dos seus mais eminentes pensadores.

Raymond Aron, que de perto vos conheceu, não hesitou em declarar:

“Este moço leu tudo.”

Sim, lestes tudo, conduzido pela curiosidade universal de tudo saber. Aquela curiosidade que levava Cervantes a ler os papéis da rua. E que pôs nos lábios da mãe de Flaubert este receio:

“Tenho medo de que os livros acabem por secar-te o coração.”

No vosso caso, o convívio dos livros, em vez de estancar-vos as fontes do sentimento, na realidade aprimorou-as, aguçando-vos o olhar para o mistério da Poesia. E daí a penetração com que esse olhar aclara o verso de Drummond, de João Cabral de Melo Neto, de Gonçalves Dias, de Cecília Meireles, de Fernando Pessoa, de Carlos Nejar. A leitura ideal, como sabeis, não é apenas uma forma de conhecimento, é sobretudo um processo de reconhecimento, que identifica na mesma obra de Arte literária o leitor e o autor.

Nas breves notas biográficas que preparastes a meu pedido, para que servissem de subsídios a este discurso, omitistes a condição que, no meu entender, define o vosso pendor fundamental: a de polemista. Sois ensaísta, crítico, jornalista, professor, conferencista, mas sois, em essência, um polemista.

No entanto, quem vos olha, vendo em vosso rosto e em vossa pessoa um ar de menino contente, jamais imagina que, por trás dessa doçura, dessa voz suave, desse sorriso afetuoso, está o polemista destemido, com algo de Cirano de Bergerac, na peça de Rostand, sobretudo no famoso lance do duelo com o Visconde de Valvert, em que o poeta retine a espada e vai compondo uma balada.

Léon Daudet, que foi mestre da polêmica, quer em livro, quer na tribuna política, quer na coluna de jornal, e que não se esquivou ao duelo verdadeiro, com armas e testemunhas, diz-nos, em um de seus livros mais típicos, *Flammes*, que, desde a invenção da imprensa, ninguém pôde mais abafar o pensamento irritado.

Mas há polêmica e polêmica. Polêmica em que o polemista vem a público, a serviço da justa cólera literária, e chama ao desforço da pena o confrade que o irritou. E também polêmica em que, a despeito de todas as hostilidades e agressões, o escritor vai seguindo o seu caminho, teimando com a sua arte e as suas convicções.

Nosso Machado de Assis, tão sereno e superior no monumento à entrada da Academia, soube ser um polemista completo, tanto com a arremetida bravia, como quando criticou Eça de Queirós, a propósito de *O Primo Basílio*, quanto pela circunstância de ter realizado uma obra que não se confunde com qualquer outra, em nossa Literatura.

No entanto, foi ele quem deu este conselho à sua pena de escritor, numa crônica magistral: “Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e, em um abrir e fechar de olhos, perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar.” E concluía: “O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas.”

Entretanto, se não tivesse dado curso ao seu pendor polêmico, Machado de Assis jamais teria escrito as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Em vez de ajustar-se à moda, que reclamava romances à maneira de Zola, de Eça de Queirós, com a realidade viva e a denúncia social, Machado recolheu seus modelos no século XVIII e talvez seja, por isso mesmo, o mais vivo e atual de nossos romancistas – o romancista da condição humana – a despeito de todo livro injusto e demolidor que lhe consagrou Sílvio Romero.

Olhai para o nosso Presidente, tão suave e tão bem comportado, debaixo daqueles cabelos brancos. Pois ficai sabendo que este dom Athayde conheceu na juventude, ao iniciar-se como crítico literário no Rio de Janeiro, os dois tipos de pugilato – o das ideias e o das ruas. Houve mesmo um período renhido em que, além dos punhos de jogador de boxe, com que impunha um argumento a mais às suas convicções literárias, aceitava medir-se com qualquer desordeiro da república das Letras.

Hoje, continua a ser o polemista, mas com outro método, outra astúcia. E o certo é que nenhum de nós lhe disputa mais a Presidência da Academia. Vence-nos pela operosidade, a dedicação e a gentileza, como outrora vencia o adversário com a frase viva e ágil, na coluna de jornal. E já desarmou a todos nós. Inclusive a mim.

A vós mesmo, Sr. José Guilherme Merquior, já ele venceu. E venceu sem que dêsseis por isso. Quisestes que fosse no prédio novo esta vossa festa. Estáveis disposto a lutar, a teimar, a bater com o pé, e eu vos segredei, com este meu saber de experiências feito:

“Conversa com o Athayde. Depois, volta a me falar.”

Conversastes e não tardastes a me dar o resultado dessa entrevista:

“O presidente tem razão. A festa tem de ser mesmo no prédio velho.”

A polémica não é privativa do Presidente da Academia. Faz parte da condição acadêmica. E é por espírito polêmico que nos metemos neste fardão. E por espírito polêmico que entramos aqui. E é por espírito polêmico que aqui permanecemos.

Nosso saudoso Confrade Vitorino Nemésio, no estudo que serve de prefácio aos dois volumes de *As Grandes Polémicas Portuguesas*, publicado em 1964, em Lisboa, pela Editora Verbo, lembra-nos que Alexandre Herculano era um tipo curioso de polemista, ou seja: um objetor de vocação, que afirmava, indignando-se.

Sereis assim, Sr. José Guilherme Merquior? E por que não, se o paradigma é bom? Convém não esquecer que Herculano, numa breve frase, tonteou o mais famoso polemista de Língua Portuguesa, Camilo Castello Branco, quando afirmou que Camilo insistia em desconhecer a ortografia visto que continuava a escrever camelo com I.

Agora, vede o lado criativo das velhas rinhas literárias, na opinião do grande Nemésio:

Só quando a polémica nacional sai do puro terreno da dissidência literária para o desta alargado de implicações religiosas e políticas, e, ainda melhor, para o simples *ring* das testilhas pessoais e partidárias, o seu vigor e relevo têm consequências profundas na criação linguística e na caracteriologia etnológica. Só então ela exprime o comportamento do português como reatividade humoral, sofisticada, euforia verbal, gosto do contraste e do impropério.

Se não chegastes a este recurso extremo, quase sempre completado pela troca das bengalas e dos tiros, vós o deveis à vossa condição de diplomata – a mesma que há de ter poupado de solução análoga aquele a quem Gilberto Freyre chamou de D. Quixote gordo. Refiro-me ao velho Oliveira Lima, de quem dizia Emílio de Menezes:

Tem mil léguas quadradas de vaidade

por milímetro cúbico de banha.

Não seria tanto assim. Oliveira Lima teve, sempre, a consciência plena do seu valor, com o espírito da luta, o gosto da controvérsia das ideias, o pendor para o litígio das opiniões.

No vosso caso, a polêmica é uma forma de afirmação permanente. Se desabais sobre o vosso contendor com o peso das vossas leituras, sabeis perfeitamente que assim fazia Tertuliano, que se atirou contra pagãos e católicos, no auge do pugilato religioso.

Por isso mesmo, qualquer de vossos livros é um livro polêmico. Mesmo *As Ideias e as Formas*. Ou *A Natureza do Processo*. Ou ainda a revisão do conjunto de nossa história literária, *De Anchieta a Euclides*. E também *Saudades do Carnaval*, com o qual correis o risco, como carioca, de fornecer subsídio à história do carnaval no Rio de Janeiro, embora tenhais circunscrito à crise da Cultura o território literário de vosso debate.

Já Gonçalves Dias, na “Canção do Tamoio”, nos advertiu de que

A vida é combate
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos.
Só pode exaltar.

Bem sabeis que a própria vida diplomática, a despeito de suas cortesias externas, é uma luta vigilante em que o ruído dos entrechoques internacionais se processa o mais das vezes com o tinido dos cristais e dos talheres. A conversa amena, por onde circulam as anedotas, substitui o corpo a corpo e pugilato, assim como a braçada de flores elide a intimidação pelas armas.

Sois diplomata, e dos mais ilustres e experientes, e sois crítico literário e ensaísta político. Poder-se-ia supor que o diplomata neutralizaria o crítico e o ensaísta, mas os três têm igual substância polêmica, cada qual com o seu estilo e o seu modo de ser.

É preciso ver-vos num debate ao vivo para ter a dimensão de vossos recursos de esgrimista exímio. Não vos inflamais além da vivacidade de vosso papel. E tendes o recurso supremo, para os entrechoques mais renhidos: a palavra fluente, e apropriada, assim como a citação justa, que cai no debate como uma brigada de choque.

Já fostes acusado de pôr abaixo uma biblioteca para contestar uma opinião contrária. Sei o que é isso, porque também já fui acusado de mobilizar autores e livros, exibindo minhas leituras, para sustentar um ponto de vista.

Estamos em boa companhia. Montaigne fazia isso mesmo. A citação objetiva e clara, com a indicação da autoridade e da fonte respectiva, faz parte da probidade do escritor. Se este ou aquele mestre disse isto ou aquilo que se ajusta ao meu texto, porque deixar de aludir ao seu nome e ao seu trabalho, na hora própria? Vede *Casa-Grande & Senzala*, de nosso Gilberto Freyre, ou *Rondônia*, de Roquette-Pinto, e ali encontrareis a multidão de mestres que permitiram a um e outro o apoio de suas convicções – sem prejuízo da originalidade própria, que está na essência e na inspiração daquelas obras permanentes.

Se pergunto a mim qual dos vossos livros tem a minha preferência, começo por dizer que todos têm o meu aplauso. Porque qualquer deles corresponde às várias etapas especulativas e reflexivas de vosso espírito. Nascestes com a vocação do universal para melhor servir ao nacional, e foi isso que fizeram Euclides, Tobias, Oliveira Viana, Tavares Bastos, Sílvio Romero. Em suma: todos aqueles que se valeram dos grandes mestres para vivificar o pensamento brasileiro, nas Letras, nas Artes, nas Ciências, nas Técnicas, no estilo e na norma de vida.

Um dos nossos mais argutos e cultos ensaístas, Franklin de Oliveira, meu conterrâneo e meu companheiro de geração, teve oportunidade de acentuar, opinando sobre um de vossos grandes livros, *As Ideias e as Formas*, que sois sobretudo um escritor. Vale à pena repetir-lhe as palavras, nas luzes desta noite: “José Guilherme Merquior, que é antes e acima de tudo um escritor, vê e pratica o ensaio não só como a grande forma da inteligência crítica, mas também como uma província limítrofe da Poesia.” E acrescenta, linhas adiante: “Se Merquior assume o ensaio como gênero artístico, simultaneamente o maneja como heresia, na acepção de Adorno.”

Tendes aí um testemunho a mais em favor da citação adequada. Franklin disse, por mim, de modo exato e límpido, o que eu queria dizer, nesta cosmovisão de vossa obra.

É preciso não esquecer, porém, que essa obra está em pleno processo formativo. Ides ainda em meio do caminho. E pertenceis à linhagem dos escritores que se aprimoram diante do público. Uns esplendem ao amanhecer, como o sol de primavera. Outros, ao meio-dia, como o sol do outono. Outros no entardecer, como o sol de verão.

Este encontro com a Academia ocorre numa hora de plenitude. Mas sei que sois daqueles mestres que têm o sentido da continuidade do trabalho literário, como Alceu, como Jorge Amado. De um de vossos confrades, já ouvi esta determinação: que só deixará de escrever, quando Deus lhe tomar a caneta.

Compreendo que seja assim. A palavra escrita, para o verdadeiro escritor, é uma forma de vida que só a morte tem o dom de interromper. Perguntai a Austregésilo de Athayde qual o segredo de sua vitalidade? E a Alceu? E a Barbosa Lima Sobrinho? E a Afonso Arinos? E a resposta é a mesma: a fidelidade ao trabalho literário. Porque ele é também o nosso testemunho.

Eu gostaria de chamar a atenção de nossos confrades para um de vossos ensaios, *Ut Ecclesia Parnassus*, incluído no volume *Estruturalismo dos Pobres e outras Questões*. É nesse estudo que debateis a função social do escritor na civilização industrial, tomando como ponto de partida o problema da emancipação do pensamento literário, de que a obra de Goethe é mais do que o exemplo – é o testemunho vivo, nas três modalidades fundamentais da mimese poética: a Lírica, a Narrativa e a Dramática.

Nossa época tem esta singularidade: o pensamento político tende a assumir uma postura religiosa, vizinho do fanatismo, na radicalização da luta pelo poder. Chega a ser dogmático. E com este parentesco com a velha Igreja inquisitorial: inclina-se mais a condenar que a tolerar e salvar. Não quer compreender. Sobretudo quando está em causa o velho pensamento liberal. Ortodoxo, sim, heterodoxo, não.

Não creio que Goethe, hoje, depois de dialogar com Napoleão, pudesse manter a sua postura olímpica, acima das controvérsias irritadas. Seria empurrado para a Direita. Com todo o esplendor de seu gênio. Ou insultado, ou condenado ao silêncio.

A esta altura de minha vida de escritor, se algo eu pudesse dizer aos meus confrades mais novos, como súplica da vida que vivi, eu lhes dirigiria estas palavras:

“Defendei, como patrimônio fundamental do homem, esta conquista suprema: a liberdade.” Liberdade para exprimir o vosso pensamento. Liberdade para publicá-lo. Liberdade para responder por ele. Não vos coloqueis acima do bem e do mal, porque tendes este compromisso secreto: o das vossas verdades. Não abdiqueis jamais desse compromisso. Lembrai-vos do exemplo de Galileu. Tão oportuno, tão atual.

Sei, por experiência própria, o quanto custa ao escritor preservar a sua independência. Por isso, no momento em que chegais a esta Casa, vale a pena proclamar que esta Instituição se constituiu sob o signo da comunhão das ideias. Aqui se irmanaram, liderados por Machado de Assis, os jovens republicanos e os velhos monarquistas. Ao longo do tempo, soubemos preservar esse espírito de concórdia na discordância das ideias e das convicções.

Certa vez, nos entrechoques da Primeira Guerra Mundial, um jornalista perguntou em Lisboa ao velho crítico português Teófilo Braga se este era germanófilo ou aliadófilo. Ao que o velho prontamente respondeu, com verdade e bom humor:

“Eu, cá, sou Teófilo.”

No jogo das controvérsias radicais, temos de ser Teófilos. Ou seja: fiéis a nós mesmos, a nossas verdades básicas, aquelas em virtude das quais a palavra escrita não pode ser um devaneio ou uma vadiação, mas um privilégio – o privilégio em virtude do qual a palavra enunciada, que é efêmera, tende a perpetuar-se, convertida em obra de Arte, no texto impresso.

Esse privilégio vos trouxe até aqui. Já tínheis, por isso mesmo, a vossa imortalidade – confirmada agora pela imortalidade da Academia. E estes aplausos.

12. O problema da legitimidade em política internacional

Celso Lafer:
“José Guilherme Merquior: O problema da legitimidade em Política Internacional”,
in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*
(Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 9-14)

José Guilherme Merquior: O Problema da Legitimidade em Política Internacional

Celso Lafer

– I –

O tema da legitimidade ocupou um lugar importante na reflexão de José Guilherme Merquior, até mesmo na perspectiva de sua biografia intelectual, pois assinalou uma passagem da crítica literária para a teoria política. Foi, com efeito, da legitimidade que tratou no seu segundo doutorado apresentado e defendido na London School of Economics. Daí o *Rousseau and Weber: Two studies in the theory of legitimacy* (London, Routledge Kegan Paul, 1980) cuja edição brasileira, pela Editora Guanabara Koogan, é de 1990 e foi precedida por importante prefácio de José Guilherme, datado de julho de 1989, no qual discute a fortuna crítica do seu livro, examina as novas trilhas na incessante reinterpretação de Rousseau e Weber e dá um aceno às motivações libertárias que o levaram a dar ênfase à democracia participatória de Rousseau.

Um fruto prévio dessa tese é um instigante texto “A Legitimidade na Perspectiva Histórica”, do qual fui o debatedor, apresentado num dos Encontros Internacionais de Brasília, o realizado entre 10 e 14 de setembro de 1979, e que teve como tema geral “Alternativas Políticas, Econômicas e Sociais até o Final do Século XX”. O texto de José Guilherme e o meu comentário foram publicados no volume dos anais deste Encontro (cf. Universidade de Brasília, *Encontros Internacionais da UnB*, Edit. da Universidade de Brasília, 1980, pp. 297-317; 319-325).

Naquela ocasião, evocando Guglielmo Ferrero, observei que a legitimidade é uma espécie de ponte que se constrói entre o poder e o medo. O medo da anarquia que está na origem do poder, e o medo do poder instaurado, que evita a anarquia. Esta ponte, que torna a vida em sociedade menos aterradora, é uma construção da cultura e dos valores; resulta dos jogos dos

signos de cada época histórica e se exprime nos códigos de conduta e nos padrões de gosto. Daí a minha ponderação de que a legitimidade era o tema estrategicamente apropriado para simbolizar, no pluralismo dos interesses intelectuais de José Guilherme, uma travessia que não foi excludente, das Letras para a Política.

A tese de José Guilherme ao primeiro CAE, apresentada em 1978, e que ora se publica sob os auspícios da Fundação Alexandre de Gusmão, é a primeira expressão formalizada desta travessia. Representa, como aponta Gelson Fonseca Jr. no seu agudo texto, o primeiro momento de uma importante reflexão sobre o tema da legitimidade. Como todo primeiro momento não é inteiramente acabado, mas está repleto de observações fulgurantes e antecipatórias de tendências. Entre elas destaco: a percepção da importância crescente, no sistema internacional, da Alemanha e do Japão e da relevância econômica da Coreia e de Formosa; a força centrípeta de uma economia global interdependente e os limites do neo-protecionismo; a ilegitimação progressiva do socialismo do Estado em virtude de seus insucessos em termos de desempenho econômico; a passagem do mito da revolução para o desejo de liberalização; a hipótese de um socialismo da sociedade civil, presente no euro-comunismo por obra da influência de Gramsci; as relações entre legitimidade e a eficácia com indicações sobre os desafios da governabilidade, entre eles os ligados à crise fiscal do *welfare state*.

Estes *obiter dicta* são típicos do estilo de análise de José Guilherme, que integrava, no plano da razão vital, como disse em outra oportunidade, a família intelectual dos grandes carnívoros e que se comprazia, por isso mesmo, em devorar com competência e não em ruminar com excesso de paciência, os assuntos que o interessavam.

O problema da legitimidade em Política Internacional tem o mérito adicional de discutir o tema não apenas no âmbito da teoria política, como o Rousseau e Weber, ou na perspectiva de etapas do desenrolar histórico, como no texto de Brasília, mas especificamente no campo das relações internacionais. Aponta assim, ainda que indicativamente, para o tipo de contribuição que dava José Guilherme para a diplomacia.

Com efeito, sabia ele, como operador diplomático, enriquecer e ampliar o repertório da ação, utilizando-se dos conceitos que estudava e elaborava como intelectual. Valia-se, para isso, nos contactos pessoais, da sedutora vivacidade de seu espírito e da circunstância de ter sido, como lembra Marcos Azambuja, um veículo perfeito da expressão, que nele resultava do encontro sem arestas entre a inteligência e a erudição. Neste sentido não havia divergência mas sim convergência entre o seu pensamento e a sua *vita activa*. Era, para evocar uma formulação de Jerônimo Moscardo de Souza, um mestre da "diplomacia da inteligência", como, aliás, explicitam os textos de Rubens Ricupero e Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

José Guilherme escreveu e publicou relativamente pouco sobre política externa e relações internacionais. Para isso seguramente contribuíram os cui-

dados recomendados pela tradição do Itamaraty, como bem observou Gelson Fonseca Jr. Sempre se interessou, no entanto, pela temática e não só do ponto de vista de sua prática mas também na sua amplitude teórica.

Vale a pena, neste sentido, observar que Raymond Aron, que foi para José Guilherme um paradigma intelectual, fez da indagação teórica sobre as relações internacionais uma das áreas privilegiadas de sua reflexão, e que esta tem, como seria de se esperar, uma presença na sua tese do CAE.

Registro, também, que no nosso permanente diálogo intelectual os temas da área estavam constantemente na agenda. Quando, em 1976, fui fazer pesquisas na Organização Internacional do Café, para redigir a minha tese de livre docência e fiquei hospedado em Londres, na sua casa – e ele era na época Conselheiro na nossa Embaixada – discutimos muito esses assuntos. Essas conversas estão sinteticamente consignadas na tese do CAE de José Guilherme, pois nela ele examina as reflexões que na época eu estava elaborando e fui desenvolvendo tanto sobre a disjunção entre ordem e poder (cf. Celso Lafer, *Comércio e Relações Internacionais*, São Paulo, Perspectiva, 1977, cap. III, *Paradoxos e Possibilidades, Estudos sobre a ordem mundial e a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, cap. VI) quanto sobre o papel da reciprocidade na elaboração e aplicação das normas de direito internacional econômico (cf. Celso Lafer, *O Convênio do Café de 1976 – Da Reciprocidade no Direito Internacional Econômico*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979).

Foi ao tempo em que José Guilherme estava redigindo essa sua tese do CAE que ele me enviou, no contexto das nossas discussões, o livro da Hedy Bull, *The anarchical society – a study of order in World Politics*, London, MacMillan, 1977, com uma dedicatória que começava: “Celso, old chap don’t be bullied into it...”. No correr dos anos muitos foram os livros e artigos que trocamos sobre a matéria. Dentre eles destaco o *Diplomacy* de Adam Watson (London, Methuen, 1982) que José Guilherme considerava uma *mise-au-point* muito apropriada, na qual a apresentação e a metodologia, à maneira de Brás Cubas, que endossou nesta tese do CAE, se fazia sem gravata e suspensório.

– II –

Na sua tese do CAE José Guilherme aponta que concentrou a sua análise nos problemas da legitimidade no plano internacional diretamente ligados à posição política de potências emergentes, ou seja, na perspectiva da inserção do Brasil no mundo. Qual é, em síntese, a leitura que se pode fazer da sua contribuição?

No mapa do conhecimento político a legitimidade é um tema tanto teórico quanto prático. Está ligado teoricamente ao fundamento da obrigação

política, ou seja, ao porque se deve obedecer, e na prática aos ingredientes não coercitivos da obediência que no plano internacional se manifestam com muita clareza dada a ausência de um poder centralizado que torna problemático e não dogmático o acatamento às normas do Direito Internacional.

José Guilherme, inspirado pela tradição inglesa e influenciado por Ernest Gellner, que foi o seu orientador na London School of Economics e de quem se tornou muito amigo, dedicou-se, no seu trabalho, à clarificação dos conceitos e à sua avaliação crítica. Concluiu que uma concepção subjetivista e fiduciária da legitimidade baseada na crença dos governados e na credibilidade de uma reserva de poder dos governantes favorece a perspectiva *ex parte principis*. Por isso, como explorou com maior profundidade no seu livro *Rousseau e Weber*, entendeu que Weber, cuja obra é o paradigma clássico da “teoria da legitimidade crença” não dá conta da perspectiva “de baixo para cima”. Daí o ter defendido uma concepção objetivista, na qual a legitimidade é encarada como uma configuração de poder (“crática” na sua terminologia), que enseja analiticamente uma tônica no **consentimento**. Rousseau, como ele apontou posteriormente no seu livro, é o mais expressivo defensor da “teoria da legitimidade poder”, de inegável validade na perspectiva *ex parte populi*. Esta validade, registra José Guilherme com realismo, tem condições de vigência numa situação de poder na qual a assimetria não é acentuada e existe margem de manobra, pois, num contexto deste tipo, o poder tende a assumir a forma de autoridade baseado no livre consentimento.

Deste diálogo crítico e avaliativo com “clássicos” e “contemporâneos”, José Guilherme extrai consequências para a ação diplomática brasileira que cabe explicitar. Com efeito, para o Brasil, que não é um governante do sistema internacional, mas uma potência média e emergente que tem um interesse real em participar na elaboração e na aplicação das regras formais e informais, estruturadoras da ordem internacional, o relevante na discussão da legitimidade é a ênfase no consentimento. É esta ênfase que dá ao Brasil o poder de participar adequadamente da problemática empírica da dicotomia legitimidade/ilegitimidade no mundo contemporâneo. Por isso a defesa, inspirada na matriz conceitual de Rousseau, de um “contrato social internacional”, fundado no consentimento e tendo como *vis directiva* a solidariedade e a paz, representa uma constante oportunidade para reforçar a posição internacional do Brasil com o lastro axiológico da legitimidade.

Quais são as condições de possibilidade que permitem, na prática diplomática, sustentar esta posição? José Guilherme, na sua tese do CAE, observa que “o policentrismo só cessará de ser um advérbio da moda – só se tornará substantivo – no dia em que deixar de depender da permissividade objetiva inerente à bipolaridade”. Ora, é isso que está ocorrendo atualmente com o fim do conflito Leste/Oeste. Isto teve como consequência a dessuetude da batalha ideológica e do equilíbrio do terror nuclear enquanto modalidades densamente assimétricas através das quais EUA/URSS, na condição de super-potências, configuravam a ordem mundial. Com esta diminuição do

foco do sistema internacional, que era dado *ex parte principis* pelas relações EUA/URSS, o mundo ficou mais nebuloso e surge, diante do observador, como uma combinação de tendências não só centrípetas como centrífugas. Estas tendências abrem novas alternativas de ação para os protagonistas da vida mundial.

Na linha de ação baseada nas tendências promissoras está a hipótese de encaminhar os imensos desafios da governabilidade do sistema internacional, por meio de um “neo-contratualismo” que, levando em conta a situação de poder do policentrismo, amplie as margens do consentimento, diminua o escopo da imposição e atenuie os riscos de anarquia. Para um trabalho diplomático deste tipo as formulações de José Guilherme, na tese do CAE, são heurísticas, sobretudo se a elas se adicionar o que disse no texto de Brasília e aperfeiçoou na versão recolhida em *O Argumento Liberal* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983, pp. 157-170). Nesta versão ele desenvolveu o conceito da legitimidade tópica que, no mundo contemporâneo, se opõe ao “holismo” da ordem dos governantes, caracterizando-se pela ênfase centrífuga em situações particulares e locais dos governados.

Em meu *A Reconstrução dos Direitos Humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (São Paulo, Cia. das Letras, 1988, p. 72) destaquei como este conceito era útil para lidar, no plano interno dos estados, com o conteúdo das estipulações dos “pactos sociais” e, por via de consequência, com a ampliação da governabilidade democrática por meio de um ordem consentida.

Vejo agora, com mais clareza do que tinha quando opinei, em janeiro de 1992, pela publicação sob os auspícios da Fundação Alexandre de Gusmão da tese do CAE de José Guilherme, que o conceito é igualmente instigante para a ação diplomática brasileira. Esta é uma conclusão a que cheguei em função da minha experiência recente como Ministro de Estado das Relações Exteriores. Vou ilustrá-la com o exemplo da Conferência do Rio de Janeiro, na qual o Brasil, como país sede, buscou e conseguiu catalizar o consenso, valendo-se do seu papel de anfitrião e do fato de ser uma sociedade que, pelos seus contrastes, vive e entende tanto os problemas do meio-ambiente causados pela pobreza quanto os provocados por padrões de produção e consumo de países desenvolvidos.

Um dos produtos da ECO-92 foi a **Agenda 21**, finalizada no Rio de Janeiro. Este grande programa-de-ação de cooperação internacional, voltado para o desenvolvimento sustentável, baseia-se numa agenda equilibrada e abrangente precisamente porque levou em conta a multiplicidade das situações específicas dos países numa “negociação global” que foi consentida porque ocorreu na primeira grande conferência multilateral pós-término do conflito Leste/Oeste. Por isso enseja uma “visão de futuro” do que pode e deve ser uma ordem ambiental internacional mais promissora e equitativa, na exata medida em que está permeada pela “legitimidade poder” do consentimento e não pela “legitimidade-crença” de super-potências.

Para finalizar. Escrevo esta apresentação por ocasião do segundo aniversário do falecimento de José Guilherme e com a tristeza que continuamente me causa a ausência da sua viva presença. Serve-me, no entanto, de algum consolo registrar, com este texto, a seqüência de meu diálogo em surdina com a irradiação permanente de suas idéias e de sua inteligência.

São Paulo, janeiro de 1993

13. A diplomacia da inteligência

Rubens Ricupero
in: Lafer et alii, *José Guilherme Merquior, diplomata*. Brasília
(Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 15-20)

José Guilherme Merquior: A Diplomacia da Inteligência

Rubens Ricupero

Terá sentido tentar isolar a dimensão diplomática de uma personalidade como a de José Guilherme Merquior, na qual a atividade intelectual definiu e deu forma à existência toda, integrando e absorvendo os demais elementos? Para Merquior a vida cultural se confundia com a própria vida, constituía a essência de cada gesto e atitude. Não admira, assim, que mesmo quando não estivesse “fazendo” cultura, era percebido como mestre daquilo que Jerônimo Moscardo de Souza chamou de “a diplomacia da inteligência”.

É, por exemplo, como o vê Enrique Krause no belo ensaio que dedicou ao “esgrimista liberal”, na revista *Vuelta* de janeiro. Ali diz que “sua maior contribuição à diplomacia brasileira no México não ocorreu nos corredores das chancelarias ou através de relatórios e telex, mas na tertúlia de sua casa, com gente de cultura deste país”. E prossegue: “A Embaixada do Brasil se converteu em lugar de reunião para grupos diferentes e até opostos de nossa vida literária. Lá se esqueciam por momentos as pequenas e grandes mesquinhizas e se falava de livros e idéias e de livros de idéias. Merquior convidava a gregos e troianos, escrevia em nossas revistas e procurava ligar-nos com publicações homólogas em seu Brasil”.

O ensaísta mexicano não se detém, contudo, nesses aspectos do “embaixador da república das letras” e reconhece que, nas circunstâncias difíceis do início da transição latino-americana, “Merquior cumpriu um papel relevante: foi uma instância de clareza, serenidade e amplitude de alternativas no diálogo de ambos os governos”.

Tenho a certeza de que José Guilherme gostaria de ser recordado dessa dupla maneira. Sua paixão intelectual, a assombrosa produção de livros, artigos, conferências não se manifestavam nele às custas do interesse profissional, da dedicação ao cotidiano diplomático.

Nesse sentido, ninguém era mais distante do que se convencionava entender por “homem de letras”. Um exemplo: quando logrou persuadir a ad-

ministração do Itamaraty a comprar a bela mas maltratada residência senhorial de um ex-Presidente mexicano para ali instalar a chancelaria da embaixada (o local anterior fora afetado pelo terremoto de 1985), passou meses empenhado num esforço minucioso de reforma das instalações, bombardeando o Ministério com telegramas oficiais e particulares nos quais transparece, por baixo das considerações do experiente administrador, o olho sensível do esteta a ressaltar um ou outro pormenor antigo da decoração.

Idêntico espírito prático, de atenção aos dinheiros públicos e à cozinha da diplomacia ressurgem no zelo com que preparava a grande recepção da festa nacional, as visitas presidenciais (estive no México, sob sua gestão, numa delas, a do Presidente Sarney, em setembro de 1987, primorosamente montada e executada).

Também nesse particular é interessante o depoimento de Krauze, segundo o qual “sem ser um devoto da etiqueta, em sua embaixada as formas se respeitavam com pontualidade inglesa”. Aliás, Merquior não era dos que desdenhavam o domínio do desempenho, e aqueles que o viram atuar conhecem a destreza, a facilidade, o tato de suas gestões e iniciativas.

Nessa esfera do desempenho, era um prazer assistir à elegância e leveza com que praticava uma das mais difíceis artes menores, a do discurso ao final de um jantar diplomático. Em inglês ou francês impecáveis, seu talento verbal transformava a habitual maçada das sobremesas numa pequena obra-prima cintilante de humor e sensibilidade.

Se acentuo esses traços é porque as outras qualidades, a do formulador rigoroso de idéias e conceitos, do analista capaz de projetar uma poderosa luz ordenadora na confusão contemporânea de teorias e tendências são sobejamente conhecidas.

Da mesma forma, na área das idéias diplomáticas, foram marcantes as contribuições de Merquior embora no mais das vezes tenham ficado anônimas, pois se fizeram sob a forma de sugestões para discursos nas Nações Unidas ou visitas a outros países, artigos sobre política externa, relatórios oficiais. Quando se proceder ao levantamento da documentação diplomática desse período, não escapará talvez ao exegeta mais penetrante que na origem de uma ou outra idéia se encontra a pena de José Guilherme. É o caso, se quiserem, de um tema que ganhou atenção com o fim da Guerra Fria e que, no seu fervor pela democracia liberal, Merquior já introduzira em pronunciamentos oficiais há 6 anos: o de que as democracias não se fazem guerra e que a universalização da democracia equivale à perpetuação da paz.

O cosmopolitismo da formação universitária, a familiaridade que adquiriu no freqüentar os grandes mestres europeus dos anos 60 e 70, nunca enfraqueceram em Merquior as raízes brasileiras e latino-americanas de sua cultura. O filósofo político que introduziu Sarmiento na ilustre companhia dos criadores do *Liberalism Old and New* é o mesmo diplomata que soube captar os primeiros sinais da renovação política e econômica da América La-

tina através de uma das mais notáveis de suas manifestações: a experiência mexicana dos anos recentes.

Dito isto, porém, não há como negar que, de um ponto de vista estreito como o da frase do Conselheiro Ayres, “não fiz tratados de comércio nem de limites, não celebrei alianças de guerra”, o acervo diplomático de Merquior parece à primeira vista em desequilíbrio com seu abastado legado cultural. O juízo seria verdadeiro se levássemos em conta apenas os resultados tangíveis da ação diplomática avaliados de acordo com sua importância ou a participação direta em momentos decisivos da política externa. Para isso faltaram a José Guilherme o tempo e as oportunidades pois seu desaparecimento fulminante ocorre no momento em que, concluído seu amadurecimento intelectual, ele se encontrava enfim preparado para as grandes ações.

O que nos devolve ao ponto de partida: vale a pena distinguir a vertente diplomática e cultural, como se fossem separáveis, quando na verdade Merquior fazia diplomacia ao fazer cultura?

Muito tempo atrás, sugeri a José Guilherme que ele escrevesse algo sobre a relação mais que secular entre o Itamaraty e a cultura brasileira. A história dessa relação não se reduz à vertente mais conhecida, a de como o serviço diplomático e o consular proporcionaram, no passado e no presente, a base material, a segurança, as oportunidades de viajar, de conhecer de perto outras culturas, de estudar em grandes universidades estrangeiras, que permitiram a realização de tantas brilhantes vocações intelectuais.

Desde Gonçalves de Magalhães, na aurora do Romantismo, até a geração de Guimarães Rosa, Vinícius de Moraes e João Cabral de Melo Neto e a de Sérgio Rouanet, de José Guilherme Merquior passando por Varnhagen, Magalhães de Azeredo, Domício da Gama, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Raul Bopp, haverá uma história fascinante a contar sobre os vínculos entre a carreira e a vida cultural. História complexa e de conclusões nem sempre uniformemente positivas pois se, para alguns, como Guimarães Rosa, a então placidez da Divisão de Fronteiras agiu como estímulo à criação da obra de ficção de maior qualidade do meio-século XX brasileiro, para outros, como se observou de Aluísio de Azevedo, a segurança consular parece ter atuado como desestímulo do impulso literário.

Haveria outros aspectos a explorar, como a ligação muitas vezes sutil entre a obra literária e a experiência profissional, presente não só em poemas de Raul Bopp, Vinícius, João Cabral, mas no fascínio de Guimarães Rosa pela língua dos outros, pelas palavras e construções recolhidas nos páramos colombianos, no consulado em Hamburgo ou na embaixada em Paris.

Um capítulo pouco lembrado dessa história é o da formação em universidades americanas e européias de uma geração de diplomatas-economistas (ou especialistas em políticas públicas), como Roberto Campos, Octávio Dias Carneiro, Miguel Osório de Almeida, Oscar Lorenzo Fernandes e Marcílio Marques Moreira, que iriam ter uma participação significativa no processo de desenvolvimento brasileiro.

Entretanto, para além desses traços episódicos mais conhecidos e de que evoquei apenas exemplos esparsos, restaria, num registro diferente, investigar uma dimensão mais sugestiva dessa relação. Com efeito, a história do vínculo cultura-diplomacia no Brasil não é só a narrativa dos homens de inteligência que ilustraram com sua passagem o Itamaraty, que lhes deu, por sua vez, os meios de viver e criar. Ela é também a história de como em nosso país, sobretudo a partir da República, a diplomacia foi muitas vezes vista como uma espécie de domínio reservado à inteligência.

É natural talvez que no império, especialmente na fase mais difícil da política do Prata, quando a política externa podia freqüentemente significar guerra e estava ligada de perto à sobrevivência e integridade do país, a pasta dos Negócios Estrangeiros fosse com frequência exercida por homens políticos de primeira grandeza: Uruguai, Paraná, o primeiro Rio Branco ou Cote-gipe, por exemplo. Em contraste, mais perto de nossa época tornou-se proverbial o interesse escasso de políticos de ambição por um ministério julgado como de peso insignificante no jogo doméstico de verbas, empregos e obras, que formam a trama do poder de influenciar eleições. Não sei se por desdém dos poderosos ou se porque a absorção nos problemas internos correu de par com a falta de informação sobre o mundo exterior, o fato é que se consolidou aos poucos quase uma tradição de entregar a política externa a homens saídos das universidades ou de alguma forma qualificados pela cultura a um maior entendimento do mundo.

Naturalmente, o exemplo mais marcante dessa tendência foi o longo reinado no Itamaraty do segundo Rio Branco, cuja inapetência e inaptidão pela política doméstica cedo o orientaram para uma espécie de auto-exílio que durou quase 30 anos. O Barão era acima de tudo um intelectual, um estudioso do Brasil, um historiador, cujo projeto era escrever a história militar brasileira. Seus grandes contemporâneos nos acontecimentos diplomáticos da época, parceiros, colaboradores ou adversários, eram todos homens de cultura: Joaquim Nabuco, Manuel de Oliveira Lima, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Clóvis Bevilacqua, Salvador de Mendonça, Domício da Gama, Graça Aranha e Araújo Jorge.

Essa tradição se manteve e desenvolveu, embora de forma e ritmo irregulares, nos anos subseqüentes e mesmo na fase pós-1945 é frequente os governos irem buscar os seus chanceleres entre juristas, historiadores, literatos, como Raul Fernandes, Macedo Soares, San Tiago Dantas, Afonso Arinos, para só citar os mortos.

Haveria, assim, nessa tipologia do diplomata-homem de cultura dois extremos: o dos que sacrificaram, como Guimarães Rosa, a carreira à obra literária e o dos que, como o Barão, renunciaram à obra em favor de uma ação que lhes absorveu e consumiu a vida. Entre esses dois polos, a posição de Merquior era inequívoca: seu desejo era coroar uma brilhante carreira de crítico e pensador com uma atividade renovadora na política interna e externa do país, unificando pensamento e ação.

Faltou-lhe, infelizmente, tempo. Não só o tempo físico, em razão da morte prematura. Como disse Ortega a propósito de Dilthey, não teve ele o tempo histórico e espiritual de que sua ação necessitava, já que o clima intelectual em que lhe foi dado atuar mostrou-se, em geral, hostil a seu liberalismo. Daí sua vocação de polemista em combate constante contra as hegemônias do momento, a posição um tanto à margem de sua geração, a precocidade de um liberalismo que só após sua morte começa a inspirar certos rumos da política interna.

A trajetória de Merquior quase poderia ser balizada por essas duas expressões: obra precoce, morte prematura.

Pouco antes do fim, no dia 17 de dezembro de 1990, tomei o trem em Genebra para ir a Paris ouvi-lo falar dos Cem Anos da República, na abertura de um ciclo organizado por Ignacy Sachs. Embora só tivessem passado duas semanas desde nosso último encontro, tive quase um choque físico ao revê-lo. Estava devastado pela doença; sua cor, seu olhar, seus traços faciais, sua extrema fragilidade e magreza pareciam de alguém que tivesse retornado da casa dos mortos. No entanto, quando começou a falar, sem texto escrito, sem notas, num francês límpido como água de fonte, o auditório se desligou do drama a que assistia. Durante quase uma hora, acompanhamos como a História do Brasil se renovava sob os nossos olhos através da sucessão e do entrechoque dos diversos projetos que os brasileiros sonharam para o Brasil, desde a independência. Terminada a palestra, foi a vez de Hélio Jaguaribe falar. Exausto com o esforço descomunal, José Guilherme cruzou os braços sobre a mesa e neles repousou a cabeça, no gesto de um menino debruçado sobre a carteira da sala de aula.

Na quinta-feira seguinte, dia 20, voltei a Paris para o seminário e à noite fomos, Marisa e eu, jantar com outros participantes do ciclo na residência da Missão junto à UNESCO. Foi, creio, o último aparecimento social de Merquior. Ele e Hilda se prepararam como para uma grande noite, com esmero e apuro em todos os pormenores. Nenhum sinal exterior de amargura, de auto-comiseração, de tristeza. Apenas uma ou outra vez algum comentário indireto deixava entrever que a erudição universal do dono da casa não ignorava nada da doença que o destruía. Sentou-se à mesa conosco, embora já quase não pudesse engolir nem mesmo líquidos. A conversa foi brilhante, espirituosa, animada. O tema principal foi o *Liberalism Old and New*, cujas provas tinha acabado de rever. O lançamento seria em abril de 1991 em Boston. Ficou contente quando lhe disse que Celso Lafer considerava que **era** seu melhor livro. Fazia planos para o lançamento, descrevia outros projetos intelectuais. Era, como no dia da palestra, um espetáculo impressionante, uma inteligência em estado puro amparada precariamente numa mínima base de matéria quase extinta, o triunfo do espírito humano sobre as contingências, a virtude da cultura em grau heróico.

Ao receber, dias mais tarde, a notícia de sua morte, lembrei-me da inscrição que li num túmulo do cemitério da aldeia de Céligny, próxima a Ge-

nebra, onde está enterrado Vilfredo Pareto. Na pedra, a mágoa sem remédio da pergunta de um marido inconsolável pareceu-me resumir a dor e a perplexidade de todos os seus amigos diante do aparente absurdo do derradeiro mistério: *Seigneur, pourquoi si tôt?*

Washington, 13 de fevereiro de 1992

14. Merquior: dois momentos e duas dimensões

Marcos Azambuja
in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*
(Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 21-24)

Merquior: Dois Momentos e Duas Dimensões

Marcos Castrioto de Azambuja

O Iº CAE foi um divisor de águas. Refletia alguns impulsos renovadores (timoratos, quando vistos da perspectiva de hoje) e parecia (pensava-se, assim, então) conter alguns riscos para a ordem e a disciplina intelectual do Itamaraty.

Não é fácil recuperar em Brasília, em 1992, o *flavour* de Brasília em 1977. Valorizavam-se então, conceitos como “unidade de doutrina”, e a própria noção de uma diplomacia cujos principais futuros agentes escrevessem teses nas quais o conteúdo intelectual fosse, em alguma medida, a expressão de um pensamento individual autônomo parecia potencialmente desestabilizadora de algumas das mais sagradas tradições da Casa.

Não era, então, possível imaginar diplomatas e atores dos cenários acadêmico, jornalístico ou empresarial interagindo, com naturalidade, e dentro de regras do jogo por todos aceitas e que fossem, a um tempo, razoáveis e flexíveis.

Diante dos temores que suscitava a interação “Diplomacia-Academia” – de que Gelson Fonseca se ocuparia na sua brilhante tese de 1981 – encontrou-se uma resultante que hoje seria considerada paradoxal: o Curso de Altos Estudos receberia as teses, que seriam submetidas e depois defendidas em arguições orais, no entendimento de que tudo se processaria sob o manto das mais estritas regras de sigilo.

Confrontado com a opção entre fazer e não fazer, o Itamaraty escolheu fazer, em silêncio, o que talvez constituísse o limite do possível naqueles idos.

Tudo que se produzisse teria o mais protegido acesso e ficaria sob a custódia do Instituto Rio Branco que guardaria os papéis em que se imaginava pudessem estar os germes do desafio à política externa brasileira, ou quem sabe à própria segurança do Estado.

Ao procurar recordar a atmosfera e as próprias deliberações desse Iº CAE, de que fui examinador, encontrei muito pouco que me pudesse ajudar

a reconstituir o clima dos exames e as regras do jogo. Ainda não existiam práticas que depois evoluiriam e em virtude das quais a documentação sobre cursos de safras mais recentes é ampla e de fácil acesso. Tudo o que ficou consignado do primeiro exame está contido em uma brevíssima ata que eu suponho tivesse também, *et pour cause*, caráter confidencial.

José Guilherme Merquior ofereceu-se ao exame como candidato espontâneo. Suas circunstâncias de carreira e os prazos muitos extensos que se ofereciam, até que a aprovação no CAE se fizesse condição *sine qua non* para a ascensão ao posto de Ministro de Segunda Classe, dispensavam José Guilherme dessa obrigação e dessa prova. Lembro, contudo, sua animação ao oferecer-se como candidato para o primeiro teste com aquela alegria que o fazia procurar quaisquer desafios intelectuais; lembro de sua convicção de que o sistema de seleção profissional e intelectual que, então, se implantava seria bom para a instituição e permitiria que através da nova instância qualificadora e com ampla medida de objetividade, o Itamaraty fizesse ainda melhor uma das coisas que sempre fez bem: hierarquizar talentos e pesar merecimentos.

O exame realizou-se no subsolo do Itamaraty e, pelas regras então em vigor, na presença de uma pequena audiência composta (e não seriam mais do que uma meia dúzia) de funcionários de maior antiguidade do que o candidato. O cenário não era prestigioso nem estimulante, mas a arguição de José Guilherme teve o fulgor e o brilho de tudo que ele fazia.

Era evidente que ele conhecia melhor o seu tema do que os seus examinadores e que a própria palavra “exame” não se aplicaria com propriedade à demonstração de virtuosismo que José Guilherme Merquior vinha fazer.

A sua tese – contração de trabalho de maior fôlego que então preparava para julgamento universitário – era sobradamente suficiente para os fins do CAE e seus conhecimentos sobre o tema iam muito além do que o texto escrito demonstrava.

Aqueles que nunca o ouviram falar e que agora só poderão lê-lo não imaginam o que era a vivacidade de seu espírito e como era extrema a felicidade de sua expressão oral. Se a inteligência e a erudição encontraram entre nós algum veículo perfeito para expressar-se, José Guilherme foi esse veículo. Procuro recuperar o José Guilherme daquele momento. Sempre me lembrou um daqueles querubins que nos bordos das antigas cartas náuticas sopravam os ventos e impeliam as naus. Uma outra maneira de dizer a mesma coisa: um duende *mischievous* e *impish* em que as artes e os talentos eram tão naturalmente entrelaçados, que havia sempre a idéia de que o pensar e o saber tinham a mesma surpreendente facilidade.

É curioso que o tema do José Guilherme no I^o CAE, o seu estudo sobre *O Problema da Legitimidade em Política Internacional*, tenha servido a seu modo e ao mesmo tempo para legitimar o curso que então se instalava, para ainda mais legitimar o autor na carreira que ele desejava fosse veloz-

mente ascendente, e para legitimar, enfim, o próprio Itamaraty como corporação de todas a mais aberta aos brilhos da inteligência e da cultura.

Com o seu ensaio para o CAE, José Guilherme Merquior prestou serviço importante a todos nós. A sua tese foi a primeira de uma das duas vertentes em que se dividiu, desde o início, o Curso de Altos Estudos: a das teses de alto conteúdo intelectual e acadêmico, em contraposição a toda a uma linhagem de teses de vôo mais curto (embora não menos relevantes) focalizadas em aspectos ou momentos específicos de nosso fazer profissional.

Se nos primeiros anos do CAE tivesse faltado a presença prestigiosa e voluntária daqueles que a rigor não precisavam enfrentar a banca, temo que o Curso dos Altos Estudos não tivesse sobrevivido ou se tivesse abastardado, servindo apenas como instância meramente burocrática de qualificação profissional.

A tese de José Guilherme logo no primeiro ano deu um tom e criou um patamar. Não aquele que deveria servir de peso e medida para muitos outros julgamentos nos quais não se poderia pretender a qualidade do papel de Merquior. Mas é evidente que, na demarcação das exigências e expectativas do Curso de Altos Estudos, a contribuição de José Guilherme marcou a altura, por onde deviam passar aqueles outros colegas seus que esperavam não apenas a aprovação, mas a confirmação pelos seus pares de suas aspirações de serem reconhecidos como estrelas do nosso firmamento.

Salto muitos anos e faço uma ponte entre essas recordações de José Guilherme de 1977 e as últimas que dele tenho, ao longo do ano de 1990.

Devastado pela doença, José Guilherme, com quem falava quase diariamente, conduziu um dos mais extraordinários combates de que fui testemunha. Acredito que ele procurou derrotar um câncer com as armas da razão e da inteligência. Procurava encapsular a enfermidade dentro de parâmetros tão claros, tão perfeitamente definidos, tão exatamente informados sobre as perspectivas boas ou más da evolução de seu mal, que pareceria que a própria doença se veria obrigada a ter um comportamento controlado pela lúcida racionalidade de José Guilherme.

Os amigos – e fui um entre vários – recebiam pelo telefone ou por escrito os boletins de saúde precisos que ele mesmo compunha. Tudo era rigor e método. Não sobrava espaço para a autocomiseração.

Que ele tenha perdido a batalha mostra como foram desiguais os termos da luta e mostra, talvez, como, diante da irracionalidade da doença e do arbítrio dos fados, as armas da inteligência são frágeis e em última análise impotentes.

Uma última recordação: ia para Bruxelas chefiando a Delegação brasileira ao que pretendia ser o encontro conclusivo da Rodada Uruguai do GATT e passei por Paris para estar com José Guilherme. Era dezembro de 1990, veio comigo de Brasília o Celso Amorim e lá se juntaram a nós, entre outros, Rubens Ricupero e Marco César Naslauský.

José Guilherme desculpou-se de não poder receber-me no Aeroporto, e disse-me que estava mobilizando todas as energias para o jantar que ia nos oferecer, à noite, em sua casa.

Nenhum de nós, convivas daquela noite, deixou de sentir estar diante de José Guilherme terminal e que prodigiosamente era capaz de ser, ainda por umas horas, o anfitrião perfeito, um homem com os encantos e sedução do século XVIII, cercado de bons livros e belas coisas, cortês e cortesão, mesmo naquela situação extrema.

Como sempre, falou de livros, leu trechos de livros, foi buscar livros, mostrou livros, citou livros e prometeu livros, sobretudo, aquele seu sobre a evolução das idéias liberais cuja publicação esperava com tanta antecipação.

Não foi uma noite triste. Lembro mesmo que me senti um pouco culpado, por permitir que os prazeres da inteligência e do convívio estivessem mais uma vez encobrindo a tristeza da já então irremediável situação de José Guilherme.

Falamos no telefone ainda várias vezes quase até o fim. Nosso último contato deu-se, curiosamente, depois de sua morte, quando chegou-me um livro seu (que mais poderia ser?) que certamente se extraviara em algum desvão do Serviço das Malas Diplomáticas do Itamaraty. Era a seleção de sua Crítica 1964-1989 e trazia-me votos de Boas Festas e uma dedicatória, retirada de Shakespeare que transcrevo e que serve como expressão literalmente acabada dos sentimentos da amizade que nos unia:

"Those friends thou hast (...)

Grapple them to thy soul with hoops of steel" .

Brasília, abril de 1992.

15. Merquior: um depoimento pessoal

Luiz Felipe Seixas Corrêa
in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*
(Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 25-30)

José Guilherme Merquior: Um Depoimento Pessoal

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

A diplomatic is useful not only for what he does, but for what he is. Prestige is not action, but irradiation.
Daniele Varé, The Handbook of the Perfect Diplomat

Tive com José Guilherme Merquior um curioso encadeamento de coincidências e sucessões ao longo da carreira. Servimos juntos em Bonn, no começo dos anos setenta. Depois, vim a sucedê-lo no Gabinete Civil da Presidência da República, sob a chefia do Dr. João Leitão de Abreu. Em 1989, chamado a ocupar a minha primeira chefia de Missão, substituí-o no México, que também havia sido seu primeiro posto de Embaixador. E Merquior, por sua vez, assumiu a Delegação do Brasil junto à UNESCO, onde eu exercera por dois anos o cargo de Ministro-Conselheiro.

Não posso dizer que tivesse com ele uma relação íntima. Não cheguei a penetrar na sensibilidade e na emoção pessoal que se escondia detrás de sua inteligência irradiante. Nossos contactos, porém, foram frequentes, intensos e muito amistosos. Convivemos como bons companheiros, ao longo dessa fascinante, surpreendente e por vezes imprevista estrada que é o serviço do Itamaraty.

Por essa e só por essa estrada andei. Merquior conheceu outros caminhos. Logrou o prodígio de conciliar uma rápida e bem sucedida carreira de diplomata profissional com não menos rápida e brilhante trajetória de pensador, escritor, crítico e militante intelectual. Fora do Brasil por longos anos, jamais se desprendeu dos meios políticos e intelectuais do país; jamais deixou de estar presente nos jornais, nas estantes das livrarias e nas polêmicas literárias e ideológicas brasileiras. Administrou suas duas vertentes, diplomática e intelectual, com maestria, engenho e sabedoria.

Em Bonn, no ano de 1970, coube-me, como encarregado da Administração, a tarefa de selecionar entre os auxiliares do Consulado de Stuttgart, em vias de extinção por medida de economia, alguém que pudesse ser aproveitado na Embaixada. Merquior chegara ao posto e não havia quem lhe ser-

visse de secretária. Trouxe de Stuttgart uma jovem brasileira de origem alemã, que voltara às terras de seus ancestrais trazida pelas ilusões de um casamento logo desfeito. Sem querer ou ter como voltar, arranjava emprego no Consulado, então chefiado por um funcionário administrativo. Este constituíra, até o momento em que apresentei a Merquior, sua única vinculação com o Brasil oficial. Das mãos de um funcionário administrativo, não conhecido propriamente por suas luzes, a moça foi parar na ante-sala de Merquior e posta a tomar ditados, a datilografar papéis e a dar telefonemas que a vertiginosa velocidade a exigência de nosso colega multiplicava constantemente. Na verdade, a única qualificação da moça para o emprego, como se disse certa vez de um político norte-americano mandado como Embaixador junto à Corte de St. James, era a de que sabia falar o idioma local. Merquior se exasperava e me cumulava de recriminações por haver colocado funcionária tão xucra sob suas ordens.

E a moça por fim um dia revelou a sabedoria e a inteligência que se escondiam sob o seu trato simples e ingênuo.

Estava Merquior ditando minuta de telegrama para a jovem quando foi interrompido:

– “Secretário: “sucessão” é com “ç”, não é?”

– “Não, minha filha”, respondeu ainda pacientemente Merquior, é com dois esses”!

– “Ih!” comentou a moça, “não sei não”! O Cônsul em Stuttgart sempre escrevia com “ç”!

Mais adiante no ditado, uma nova interrupção:

– “Secretário: “jeito” é com “g”, não é?”

– “Não, minha filha”, respondeu já impacientemente Merquior, “jeito” sempre foi com “j”! Não agrida o português!”

Mas a jovem não parecia convencida:

– “O Cônsul sempre escreveu “jeito” com “g”!”

– “Pior para o Consul!”, exclamou Merquior e prosseguiu o ditado.

A terceira interrupção foi decisiva:

– “Secretário, “projeção” se escreve com “g” e dois “esses”, não é? “Pelo menos” – já foi adiantando – “era como o Cônsul escrevia”!

A reação de Merquior foi de profunda exasperação: “A Senhora aqui escreve como eu mandar e não como escrevia o Cônsul – “projeção” é com “j” e “ç” e está acabado!”

Imperturbável, a secretária riscou o que havia rabiscado, reescreveu a palavra com a grafia determinada por Merquior e, balançando resignadamente a cabeça, comentou com um suspiro:

– “É! cada um tem o seu estilo!”

No mesmo dia, ocorreu outro episódio em que a sabedoria da moça de Stuttgart ficou ainda mais evidente.

Andava por Bonn uma delegação de não me lembro qual Ministério. Cabia a Merquior o acompanhamento da delegação. Sucede que o nosso pes-

soal, quem sabe atraído por fixações de antigos clássicos do cinema, desejava fazer escala em Casablanca no regresso para o Brasil. Merquior pede então à mesma moça, que tão desafiadoramente punha em dúvida o seu conhecimento de ortografia, para telefonar à Embaixada do Marrocos e indagar se os funcionários brasileiros precisavam de visto para ingressar no país. A moça diligentemente faz a ligação e inicia longa conversação no mais puro idioma de Goethe com sua colega da Embaixada marroquina. A certo instante, porém, tampa o bocal do telefone e, com a cabeça atravessando a porta entreaberta da sala, pergunta ao chefe:

– “Secretário: estou aqui com a Embaixada do Marrocos no telefone. Eles querem saber se estes senhores do visto são diplomatas ou se são brasileiros normais !”...

Infinita sensibilidade a da pobre moça que, ao melhor estilo de Monsieur Jourdain, fazia análise e sociologia sem saber. Mal sabia ela quão verdadeiras eram as suas observações ! Merquior tinha, de fato, o seu estilo próprio e decididamente não era um brasileiro normal!

O Merquior que eu conheci era acima de tudo um homem de espírito donairoso. O que se poderia chamar de um atleta da inteligência, pronto a exercitar o seu brilho à menor provocação. Vigorosamente crítica, sua cabeça privilegiada estendia seu alcance a distâncias não facilmente perceptíveis pelos demais. Comunicativo, volta e meia parecia perdido no labirinto da sua solidão, para usar a imagem do seu amigo Octavio Paz: sagaz, astuto e carismático, com sua permanente cara de menino prodígio, impressionava pela rapidez com que passava do comentário frívolo e do gracejo para a observação cortante. Tinha a língua afiada em pelo menos cinco idiomas. E em todos eles expressava com desenvoltura idéias em permanente ebulição. Não se podia ser indiferente à sua presença, nem deixava ele de se fazer notar. Para agradar ou repelir, conforme os seus humores ou as suas inclinações intelectuais. Encantado consigo mesmo e fascinado por seu próprio talento, trabalhou como se fosse viver para sempre; viveu como se devesse morrer no dia seguinte. Tinha pressa. Aproveitava as ocasiões. Parecia pressentir a tragédia do seu destino.

No México, tenho encontrado por todas partes pegadas do seu gênio e reflexos de sua imagem.

Merquior veio parar no México, investido de sua primeira chefia de Missão, em momento de grandes transformações no país. Com o Presidente de la Madrid chegara ao poder uma geração renovadora, decidida a dar nova feição ao processo institucional do país. A vanguarda das transformações neo-liberais, que se consolidaria e se aprofundaria adiante com o Presidente Salinas de Gortari, veio ao encontro das idéias que Merquior buscava promover. Logo conheceu e tornou-se conhecido nas rodas intelectuais acadêmicas e políticas do México. Dividido entre a discrição de um diplomata profissional e a militância de um intelectual comprometido, viveu intensamente

o país em transformação que era o México já à época de sua chegada, em abril de 1987.

Profundamente vinculado com a América Latina, cuja literatura conhecia como poucos e a cuja crítica literária deu importante contribuição como ensaísta, Merquior percebeu no México uma síntese do grande e indecifrado enigma do Continente, um campo, portanto, especialmente fértil para o exercício combinado da atividade diplomática e do *quehacer académico*.

Antecedera-o sua projeção como ensaísta e pensador político. Pelo conduto académico, Merquior abriu com ainda maior facilidade as portas do mundo diplomático mexicano, tradicionalmente afeito à figura do diplomata-intelectual de que são exemplares, entre muitos outros, Alfonso Reyes, Rosario Castellanos, Carlos Fuentes e Octavio Paz. Projetou-se como representante da inteligência, da cultura e da diplomacia do Brasil. Essa dimensão o colocaria no centro do debate intelectual mexicano. Publicou nas principais revistas intelectuais do México: *Vuelta*, de Octavio Paz e Enrique Krauze; *Nexos*, de Aguilar Camín, e *Cuadernos y Libros Americanos*, de Leopoldo Zea, foram os veículos pelos quais Merquior projetou suas idéias, contribuindo de maneira original e vigorosa para o debate político, econômico, social e estético.

Merquior concebeu e realizou a iniciativa da constituição de uma Cátedra na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma (UNAM) destinada a aproximar expoentes intelectuais dos dois países e a difundir a cultura e as idéias do Brasil no México. Fundada em 1988, a Cátedra tomaria o nome de outro grande Embaixador e intelectual brasileiro, Guimarães Rosa. Acolhida com entusiasmo pelo mundo universitário, como um foro privilegiado de debate, a Cátedra Guimarães Rosa passou a constituir um marco especial no contexto das relações culturais entre o Brasil e o México. Dela me tenho valido com grande proveito. Em 1991, fiz dedicar sessão inaugural da Cátedra à memória de Merquior. A meu convite, Enrique Krauze dele pronunciou um belíssimo perfil, intitulado "O Esgrimista Liberal", posteriormente publicado em *Vuelta*.

Poucos como ele tiveram visão e capacidade para utilizar os bens culturais e as idéias como veículo de aproximação internacional. Ao publicar artigos, editar obras, dialogar com elites culturais, Merquior expandiu os limites da atuação diplomática tradicional, incorporando ao referencial brasileiro no México imagens e percepções de uma solidez e de uma profundidade sem precedentes.

Mais do que o diplomata profissional que representa corretamente o seu Governo perante outro, Merquior foi uma espécie de enviado extraordinário da cultura e do pensamento brasileiros no México.

Se com sua presença e atuação no México, Merquior daria uma contribuição importante e reconhecida ao debate de idéias no país, também a sua obra seria enriquecida com a experiência mexicana. Não apenas pela desenvoltura com que circulava nos meios intelectuais e culturais mexicanos, mas

porque viveu no México o início de uma etapa de profundas transformações. Merquior extrairia uma rica interação do seu duplo papel de diplomata e intelectual. Sua visão crítica do Continente, sua exasperação com a marginalidade latino-americana e sua militância neo-liberal parecem ter-se acentuado em função de sua experiência mexicana.

Como Embaixador no México, coube-lhe gerenciar uma etapa importante nas relações bilaterais, marcada por duas visitas presidenciais. Na Embaixada, deixou entre os funcionários que com ele conviveram, ademais da recordação do brilho intelectual, a imagem de uma faceta às vezes desconhecida da sua personalidade – o humor e a veia histriônica. Mordaz quando polemizava, esgrimia a ironia e o sarcasmo com a mesma maestria com que utilizava as idéias do seu vasto patrimônio do saber. Na comunidade diplomática e no Tlatelolco, deixou a marca do seu nome e de sua personalidade.

Já doente terminal, veio ao México convidado por Octavio Paz para um simpósio. Acabava de ser operado em Boston. Sua aparência física debilitada não deixava dúvidas quanto à gravidade da doença que, ele mesmo, em atitude que traía o seu bem administrado narcisismo, descrevia com minúcias angustiantes. Sua cabeça, no entanto, permanecia lúcida e privilegiada. Brilhou com intensidade, deixando em seus numerosos amigos mexicanos sensação de saudade antecipada.

Vi-o por última vez então. Veio com Hilda almoçar na Residência da Embaixada. Andou pela casa com a nostalgia de quem busca o tempo vivido. No dia seguinte, levei-o à Chancelaria. Ele havia sido o promotor da compra do imóvel ora ocupado pela Chancelaria. Uma bela casa construída nos anos vinte por um ex-Presidente do México. Fascinava-o sobretudo o cômodo originalmente utilizado como sala-de-jantar e que ele destinara, na reforma da Casa, ao Embaixador. Uma sala bem ao gosto da burguesia afrancesada mexicana oriunda do “Porfiriato”. Lambris de madeira, vitrais coloridos, uma importante lareira flanqueada de pesados aparadores e uma cristaleira solene. Ao centro uma avantajada mesa, rodeada de cadeiras forradas de pano bordado em ponto-de-cruz. Nas paredes, acima dos lambris, uma tapeçaria representando cenas campestres de estilo romântico.

Por alguma razão misteriosa, a sala exercia fascínio sobre Merquior. Talvez correspondesse a alguma imagem ancestral ou a algum território proibido na infância. Zangou-se comigo ao dar-se conta de que havia transado a sala do Embaixador para outros cômodos. Pediu-me que o deixasse a sós na sala. Lá ficou uma boa meia hora, às voltas com as suas lembranças e as suas sensações. Parecia sereno ao sair.

Nunca mais o vi. Poucos meses depois, ele nos deixaria definitivamente. Seu nome, porém, está gravado no bronze da placa de inauguração, à entrada da casa. Vejo-o sempre ao chegar para trabalhar. Todos os que ocuparmos este posto estaremos cotidianamente lembrados de sua passagem por

terra mexicana. Pelo que deixou construído e pelo que deixou sentido. Pelo que fez, disse e escreveu. Pela inspiração e pelo desafio que representa sucedê-lo.

México, fevereiro de 1992

16. Introdução ao problema da legitimidade

Gelson Fonseca Jr
in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*
(Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 31-38)

Introdução ao Texto *O Problema da Legitimidade em Política Internacional*

Gelson Fonseca Jr.

Este texto – *O Problema da Legitimidade em Política Internacional* – é, talvez, a única reflexão teórica de Merquior sobre relações internacionais. Não o escreveu como intelectual, para o debate público, mas com vistas a cumprir um dos requisitos necessários para a promoção a Ministro de Segunda Classe na carreira diplomática. Cumpriu-o, aliás, espontaneamente.

Em 1977, o Ministro Azeredo da Silveira resolvera reformular os critérios de promoção, dar-lhes sentido mais objetivo, fazendo com que as qualidades intelectuais do diplomata fossem testadas e contassem efetivamente. Para isto, estabeleceu, no Instituto Rio-Branco, o Curso de Altos Estudos (CAE). O Conselheiro-candidato deveria apresentar um trabalho escrito, sobre um tema de relações internacionais, que seria examinado por uma banca, composta de dois diplomatas e um professor universitário. A primeira banca era integrada pelos hoje Embaixadores João Clemente Baena Soares, Orlando Carbonar e Marcos Azambuja. A presença acadêmica era do Ministro Francisco Rezek, professor de Direito Internacional, da Universidade de Brasília.

Merquior, Conselheiro em Londres, e começando o segundo doutorado, agora em Ciência Política na *London School of Economics*, apresentou o seu trabalho sobre legitimidade em política internacional, justamente ao I CAE. A rigor, para ele, o Curso ainda não era exigência obrigatória. Os Conselheiros tinham um período de graça de cinco anos, a partir dos quais, sim, a exigência do Curso se tornaria requisito indispensável para, como se diz no jargão burocrático, a ascensão funcional. Merquior não precisaria prestar o curso já que certamente chegaria logo à promoção (o que de fato ocorreu, em 1982).

Merquior não resistiu ao desafio intelectual. Afinal, como se qualificava na introdução ao trabalho, era “mero recém-chegado ao estudo da Ciência Política”, e a oportunidade de afiar instrumentos para criações maiores era

perfeita. De outro lado, fazer o exame valeu como um gesto de elegância e companheirismo. Certamente não se sentiria bem se fosse promovido sem cumprir logo um requisito intelectual.

O que dizer do trabalho sobre legitimidade? Será apenas um capítulo singular e menor na produção de Merquior? Teria sido melhor deixá-lo nos arquivos do Instituto Rio-Branco, para sempre classificado com um rótulo de "secreto" (pois assim se qualificavam, nos primeiros exames, os trabalhos)? O episódio de curiosidade "forçada" pela teoria de relações internacionais ainda merece atenção?

Estou convencido de que o trabalho deve ser lido, e não como mera curiosidade. De fato, interessa, em primeiro lugar, como momento inicial de uma reflexão maior sobre legitimidade, que vai aparecer, em forma definitiva, no ensaio sobre Rousseau e Weber, sua tese de doutorado na *London School*.

Em segundo lugar, porque o texto traz, em múltiplas expressões, as melhores qualidades de Merquior. A primeira é a própria escolha do tema, difícil, desafiador, longe dos arquivos que ofereciam, nos dossiês diplomáticos, a seleção de trabalhos evidentes. Depois, dentro do tema, Merquior procura os caminhos analíticos mais complexos. A questão da legitimidade tem um tratamento ortodoxo, que se fixa no exame das condições que se exigem de um Estado para que participe plenamente da vida internacional. Historicamente, sucedem-se os critérios dinásticos, depois, os da soberania popular, os da adesão ideológica para definir o padrão da legitimidade.

Merquior vai além. Dá dinamismo à análise ao entender a legitimidade como um dos aspectos do que ele chamava a "análise do poder", transformando-a, conseqüentemente, em recurso de poder. Deixa de ser uma porta de entrada no jogo internacional para ser um dos elementos que dá vida ao jogo político, uma de suas peças centrais. A "aplicação" de sua concepção ao conflito Leste-Oeste é absolutamente atual.

Mostrando que o problema contemporâneo da legitimidade pede, nos limites nacionais, a consideração da eficácia, e, no plano internacional, o exame da interdependência, conclui, com razão, que "... os problemas típicos internacionais de legitimidade ocorrem num quadro em que, de maneira muitíssimo mais complexa do que outrora, as próprias legitimidades nacionais, em larga medida, se internacionalizam". As conseqüências para a disputa Leste-Oeste são inevitáveis, e Merquior diagnostica, seguindo A. Todd, que, nos anos setenta, o equilíbrio estratégico dá sinais de principiar a favorecer Moscou, enquanto, em compensação, "... não há dúvida de que é o Ocidente, rico e liberal, que constitui uma permanente ameaça político-ideológica aos olhos da ideocracia soviética". A sua tese, em 1978, de uma ilegitimação crescente do socialismo de estado em todo o mundo industrial, viria a ser plenamente comprovada no fim dos anos 80.

Outro traço muito característico dos textos de Merquior – e que reaparece na tese do CAE – é o de buscar sempre o diálogo com a melhor autori-

dade. Procura a formulação mais articulada de uma determinada tese, e, nela, encontra os defeitos, as contradições que deveriam ser superadas para se dar um passo adiante no processo de conhecimento. Neste sentido, o trabalho é rico pelas análises argutas que faz do realismo, das teorias sistêmicas, e, sobretudo, das teorias da legitimidade. Mas, lendo-o com olhos de diplomata, não se poderia deixar de registrar o diálogo, rápido, mas interessante, com o Embaixador Araujo Castro e com Celso Lafer. Está às páginas 23 e 24, do texto. Castro, como nós o chamávamos, morrera em 75, mas seu pensamento oferecia ainda, com a noção de **congelamento de poder**, a mais sofisticada interpretação diplomática das relações internacionais da *détente*. Merquior a completa, mostrando como se vincula às idéias de Lafer sobre a **disjunção entre ordem e poder**, que ele qualifica como o cerne da crise de legitimidade no sistema internacional. Em um e outro autor, ele colhe bons argumentos para demonstrar o que chamava a perspectiva objetivista “crítica” da legitimidade (como um recurso de poder). A tese do **congelamento** oferece, de um lado, uma interessante linha de reflexão, pois é capaz de combinar, no marco da dialética de poder, a perspectiva nacional e a estrutural (é um feitiço do sistema que cria limitações para a ascensão de determinados países); de outro lado, guarda o sentido crítico e constituiria, assim, uma “abreviatura crítica do então perfil de ilegitimidade do sistema internacional.”

As qualidades do polemista também aparecem na tese. Lembro dois trechos, que, pela contundência e pela ironia, só poderiam ter sido escritos por Merquior. Falando da pobreza teórica das relações internacionais, diz que são “...território acadêmico volta e meia ocupado por teorias que não passam de primas pobres parasíticas, porém altamente pretenciosas, da nossa já dúbia e precária Ciência Política e tendem com grande freqüência a agravar a arrogância metodológica de que esta última é vezeira”. Mais adiante, ao concluir uma arrasadora crítica das teorias sistêmicas: “No interior de Minas, costuma-se alcunhar de ‘sistemático’ o louco. Sem ir tão longe, pode-se dizer que os fanáticos do sistêmico, em relações internacionais, figuram entre os teóricos mais fantasistas e intelectualmente menos responsáveis (além de passavelmente pedantes).”

Em uma palavra, a tese vale ser lida. Não é um trabalho definitivo, não tem o peso analítico de outros textos, mas guarda as virtudes de estilo, de interpretação sempre sutil, inovadora, que aparecem em todos os escritos de Merquior. Já é um ensaio que anuncia o melhor da **maturidade liberal**.

Para nós, diplomatas, estudiosos de relações internacionais, fica a frustração de que este texto seja singular, não tenha dado outros frutos. O que Merquior escreveu sobre política internacional estará disperso em telegramas e ofícios, das séries de Londres, de Paris, de Montevidéu, de Bonn, do México, da UNESCO, ainda inacessíveis. Embora longe do feitiço analítico, é bem verdade que Merquior escreveu um outro texto diplomático. Em dezembro de 63, nas cerimônias de formatura, ele foi o orador de sua turma do Curso de Preparação à Carreira Diplomática, e, naquele discurso, também

reproduzido neste livro, faz uma bela, e vigorosa e retoricamente jovem, defesa da não-intervenção. Ele já vê o trabalho político da perspectiva da razão e o tema da presença brasileira no Ocidente encontra uma primeira referência. Faz uma belíssima homenagem a San Tiago Dantas, o paraninfo da turma, de que vale reproduzir um curto trecho: "...vcs elegemos pela lúcida verificação do equilíbrio, que em vós se dá, dessas duas disposições radicalmente essenciais ao Brasil moderno, se o Brasil quiser fazer-se realmente moderno e não apenas viver por aí. Visão e razão; realismo racional; sensibilidade que desperta o querer, e vontade que atende sempre ao concreto". Ele mesmo, Merquior, não terá sido infiel a esse modelo.

Na série de artigos semanais para *O GLOBO*, publicados a partir de fins de 1989, há material sobre questões internacionais, vistas não pelo ângulo da teoria mas pelo prisma das análises de conjuntura, interpretadas, para usar uma expressão de Enrique Krauze, pelo "esgrimista liberal".

A temática dos artigos é amplíssima e a opinião, sempre polêmica. Falam de personalidades, como Thatcher e De Gaulle; da história contemporânea, analisando as transformações na Europa e o declínio americano; examinam temas mais abstratos, como as relações entre a economia (mercado) e a política (Estado); entram pela economia ao discutir a questão da dívida e do protecionismo; levantam problemas brasileiros, e muitíssimos outros. Aqui, valeria simplesmente registrar que talvez uma das linhas que tece o conjunto é a da realização das liberdades. O mundo vive a "era da liberalização". No último artigo da série, faz um curto comentário às teses de Fukuyama sobre o fim da história ("A História tem ... sentido, mas não um sentido: e muito menos uma direção geral e suprema, onde fato e valor, acontecimento e bem, se identificam") e conclui que, se não vivemos o triunfo completo e ubíquo das liberdades e dos liberalismos, assistimos a uma "vitória histórico-mundial da idéia liberal". ("O Sentido de 1990", *O GLOBO*, 30-12-1990). Os movimentos históricos têm uma ambigüidade natural. E, diz Merquior, a revolução européia é uma "ode à liberdade, mas suas implicações nem sempre são idílicas", sobretudo se pensamos nas dificuldades de rearticulação do mapa geopolítico europeu.

É claro que esse movimento de vitória liberal teria, naturalmente, repercussões sobre as condições de legitimidade em política internacional. Merquior não tratará direta e explicitamente dessa questão nos artigos – afinal, eram peças jornalísticas, circunscritas. Mas, ficam claros os ecos da tese em diversos momentos.

Em três artigos sobre a "A Perestroika na História", publicados em março de 1990, Merquior revisita a questão da estagnação econômica da União Soviética, e mostra como a própria natureza do regime bloqueou as possibilidades de desenvolvimento. As idéias também comandam a economia. A afirmação é contundente e precisa: "Um dogma central do materialismo histórico, segundo Marx, é que um modo de produção não consegue sobreviver por muito tempo se se torna um obstáculo ao desenvolvimento

das forças produtivas. Marx acreditava que isso estava acontecendo, ou prestes a acontecer, com o capitalismo vitoriano. Mas o certo é que foi exatamente o modo de produção instalado na URSS em seu nome que virou uma senhora algema em cima do potencial de produção”.

A legitimidade está, no mundo moderno, vinculada à eficácia e esta se torna, assim, um ponto de apoio necessário à participação relevante nos processos internacionais. Num texto especialmente expressivo, sobre a política externa de De Gaulle – que, como diplomata em Paris, seu primeiro posto, analisara durante cinco anos, de 1965 a 1970 –, Merquior sublinha o feitio modernizador da ação do General. De Gaulle compreendera que a restauração do conceito internacional da França exigia sucessos econômicos e tecnológicos e não vantagens territoriais. Afinal, dirá, “De Gaulle se recusou o papel fatal de bancar um Salazar em ponto grande” (“Relembrando o General”, *O GLOBO*, 10-06-1990).

O tema da eficácia também está presente numa análise interessante sobre as perspectivas internacionais do Brasil quando mostra que a projeção do País como a grande economia do Sul dependia essencialmente de colocarmos a casa em ordem, termos a economia estabilizada, de sermos economicamente eficazes. (“Perspectiva Internacional”, *O GLOBO*, 21-01-1990).

Merquior, como ensaísta e polemista, evitava a política internacional, especialmente se a entendemos como os jogos de poder entre Estados. Como vimos, nos exemplos anteriores, preferia as perspectivas globalizantes. Era o que aconselhava a sua condição de diplomata e o que prescreviam as tradições do Itamaraty, que respeitava com fidelidade. De outro lado, lendo o trabalho para o CAE, ficamos com a impressão de que, para alguém com a vocação para esmiuçar a “vida das idéias”, o mundo das relações entre Estados oferece pouco: não é matriz de teoria, no sentido forte do tema; é coisa de práticos.

Um outro sinal de seu distanciamento dos assuntos acadêmicos de política internacional foi o convite que ele me repassou para escrever um texto que a *Millenium – Journal of International Studies* havia encomendado a ele sobre o estudo das relações internacionais do Brasil. O texto saiu, inevitavelmente, sem o brilho que o convidado original lhe conferia se tivesse aceito.

Finalmente, uma palavra pessoal. Normalmente, os prefaciadores cumprem o seu papel ao apresentar obras de discípulos. Aqui, deu-se o inverso. Escrevo pela circunstância da admiração, da amizade, do respeito por Merquior, e pelo fato talvez de ser hoje o mais veterano dos examinadores do Curso de Altos Estudos. Ele é o mestre, eu, o aluno. Mestre antigo. Conheci Merquior nos idos de 60, quando, no ostracismo depois de março de 1964 (implicaram com uma exposição sobre Cuba que ele ajudara a organizar), trabalhava em funções burocráticas no Itamaraty do Rio. Nesse momento, ele anuncia, num jornal carioca, que se colocava à disposição de nefelibatas que quisessem ter aulas de estética. Procurei a palavra no dicionário, e achei que

casava comigo. Quanto a Merquior, era conhecido mesmo por quem somente lesse as páginas esportivas dos jornais. Antecipando uma observação de Raymond Aron (*"Il a tout lu"*), Nelson Rodrigues repetia, vez por outra em suas crônicas, a história de um jovem que nascera com 900 anos de idade. Afinal, só alguém com tantos anos teria sido capaz de ler o que Merquior já tinha lido. O saber do professor, inesgotável, se combinava com a clareza e a vivacidade da exposição, com o gosto da ironia, com a criação de um clima de simpatia, que deslumbravam. Aliás, Afonso Arinos dizia que Merquior falava como Portinari pintava: os traços eram rápidos, precisos, claros, e, ao final, o quadro saía surpreendente e belo. Em Merquior, o quadro equivalia a seus brilhantes ensaios verbais, acabados, impecáveis. O cenário das aulas era o seu apartamento no final da Almirante Alexandrino, em Santa Teresa, com uma vista esplêndida para a Zona Norte carioca. As paredes eram só estantes que expunham, para os meus dezoito anos, todo o saber universal.

Os poucos que assistimos àquelas aulas encontramos uma personalidade de irresistível fascínio e inteligência. As oportunidades de convívio que tive com ele ao longo da carreira só confirmaram as inúmeras razões de admiração.

Brasília, fevereiro de 1992

17. O fenômeno Merquior

José Mário Pereira
in: Alberto da Costa e Silva (org.):
O Itamaraty na Cultura Brasileira
(Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, pp. 360-378)

“A mais fascinante máquina de pensar do Brasil pós-modernista – irreverente, agudo, sábio”, na feliz expressão de Eduardo Portella, José Guilherme Merquior espantava pela versatilidade e capacidade de metabolizar ideias. No Brasil do século XX sua obra foi um marco, e sua morte prematura, aos 49 anos, no dia 7 de janeiro de 1991, um desastre incontornável para a cultura brasileira, que dele ainda tinha muito a receber. Identificado quase sempre como polemista – o que, em se tratando de Merquior, é redutor – a riqueza heurística de sua produção intelectual está ainda por ser enfrentada sem a leviandade e a preguiça mental contra as quais tanto se bateu.

Por muitos meses hesitei em escrever estas notas. Somente a paciência e a compreensão do poeta e historiador Alberto da Costa e Silva, o organizador deste volume, conseguiram pôr a nocaute meu quase pânico em depor sobre o amigo cuja vida, no seu momento de maior esplendor criativo, acompanhei de perto. O fato é que sua morte abrupta chocou a todos, em especial os que esperávamos poder desfrutar de sua verve e inteligência por muitos anos. Imagino que a seus leitores também. A ideia de condensar num texto sua trajetória intelectual e humana, e também o drama dos dias finais, que ele encarou com estoicismo, não é uma fácil tarefa.

Merquior completaria agora em abril 60 anos; não obstante, continua a ser denegrido por muitos que não o conheceram nem o leram. Não poderia eximir-me, portanto, de dar um testemunho e fornecer alguns elementos para um retrato da maior figura intelectual de sua geração, diplomata exemplar e ser humano inesquecível. Espero, pelo menos, desenhar um esboço, pálido que seja, do que José Guilherme Merquior representou como personalidade e presença vital no mundo da cultura brasileira e internacional.

Nascido sob o signo de Touro, em 22 de abril de 1941, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, filho de Maria Alves Merquior (D. Belinha) e Danilo Merquior, advogado, José Guilherme era irmão mais velho de Carlos Augusto, Marco Aurélio e Maria Cristina. A família morava então na rua Dr. Satamini, 94, apto. 402, perto do

Colégio Lafayette, onde ele estudou e, desde cedo, impressionou pela inteligência e precocidade. Da primeira viagem à Europa, ainda adolescente, trouxe um busto de Voltaire — tão pesado que seu transporte se transformou num pesadelo familiar. E um dos primeiros presentes que ganhou do pai foi a abertura de uma conta sem limite na livraria Leonardo da Vinci, de D. Vanna Piracini, no centro do Rio.

Na universidade cursou Direito, mas entre os professores a quem mais se afeiçoou estão Dirce Cortês Riedel, de Literatura, e Antonio Gomes Penna, de Psicologia. À primeira dedicou seu livro sobre Drummond, lançado na década de 70, afirmando que ela “despertou em mim o amor da literatura do nosso tempo”; e era na casa do segundo que muitas vezes preferia hospedar-se quando, já diplomata, passava pelo Rio.

No início da década de 60, Merquior dava aulas de estética em seu apartamento de Santa Teresa a alunos atraídos por um anúncio de jornal que ele mandara publicar. E foi aí que, já casado com Hilda, sua companheira de colégio, recebeu para um jantar em torno do sociólogo americano Talcott Parsons, em julho de 1965. Mas não quis tornar-se professor universitário: preferiu fazer concurso para o Itamaraty, onde tirou o primeiro lugar. Em 1963, Manuel Bandeira o convidou para organizar com ele a antologia *Poesia do Brasil*. Colaborava então em revistas como *Praxis*, *Senhor*, *Cadernos brasileiros* e *Arquitetura*. Embora já tivesse publicado artigos no *Jornal do Brasil* em 1959, só no ano seguinte se vincula ao Suplemento Dominical, então dirigido por Reynaldo Jardim. Numa nota intitulada “Bilhete de editor”, publicada no alto da página em 30 de abril de 1960, lê-se:

A primeira colaboração de JGM nos chegou como centenas de outras através de nossa seção Correspondência. Bastou ler o primeiro artigo para constatarmos que estávamos frente a um legítimo escritor amplamente capacitado a colaborar conosco. Publicamos o artigo e tempos depois chegou outro comprovando a categoria intelectual de seu autor. Mais um ou dois artigos de JGM vieram às nossas mãos sem que o conhecêssemos pessoalmente.

E finaliza o editorial:

Aqui estará ele, sem o compromisso do aparecimento semanal, mas mantendo um certo ritmo em sua colaboração que pretendemos venha contribuir para a melhoria do nível de produção poética em nosso meio.

Neste Suplemento Dominical do *JB* Merquior assinou mais de 50 ensaios entre 1959 e 1962, alguns de página dupla. Os temas são estéticos, literários e filosóficos. “Neoolakoon ou da espacio-temporalidade” (17/10/1959) não foi incluído em livro;

“Galatéia ou a morte da pintura I e II” (26/11/1960 e 07/01/1961) também não. Há apreciações devastadoras sobre livros de poetas – *O pão e o vinho*, de Moacyr Félix, em 07/05/1960; *O dia da ira*, de Antonio Olinto, em 20/08/1960; *Operário do canto*, de Geir Campos, e *Vento geral*, de Thiago de Mello, em 12/06/1960; *Ode ao crepúsculo*, de Lêdo Ivo, em 03/06/1961; *Três pавanas*, de Gerardo Mello Mourão, em 03/06/1961. Mas há também elogiosas considerações sobre Cassiano Ricardo, Murilo Mendes, Marly de Oliveira, e até para o hoje desconhecido Edmir Domingues, cujo *Corcel de espuma* comentou em 04/02/1961.

No prefácio ao volume *Crítica (1964-1989)*, de 1990, afirmava, rigoroso, sobre estes artigos:

Na época, os artigos nada indulgentes de minha coluna de crítica no SDJB, “Poesia para amanhã”, incomodavam bastante vários versejadores. Hoje receio que eles incomodem principalmente o próprio autor, menos pela contundência que pela sua superficialidade.

Qualificado por Haroldo de Campos, em artigo no caderno Mais! da *Folha de S. Paulo*, de “crítico conservador” (19/04/1992), já em outubro de 1960 Merquior percebia – e elogiava – a novidade do trabalho de tradução de Augusto, irmão dele, em *E. E. Cummings. 10 poemas*:

O livro – muito bem apresentado – traz inclusive uma objetiva introdução de A. C. à técnica de E. E. C. Quanto à versão para o português, é a melhor desejável. De uma maneira geral, A. C. manteve uma fidelidade digna de aplauso, e ainda por cima sem se restringir a um servilismo antipoesia. Nós sabemos quantas vezes o traduttore, por não querer ser traditore, acaba mais traidor do que nunca... Mas a lealdade de A. C. é muito mais ampla. Ela acompanhou a invenção de Cummings quando não é mais possível a simples tradução.

Basta examinar a relação desses artigos no *JB*, alguns incluídos em *Razão do poema*, para verificar o grau de maturidade intelectual alcançado precocemente por Merquior. Exigente consigo mesmo, resistiu a todos os apelos para reeditar seus livros iniciais. Desculpava-se dizendo que muito tinha a publicar antes de começar a reeditar. Na antologia de ensaios lançada um ano antes de sua morte referia-se aos artigos não incluídos no primeiro livro:

Excluí desta antologia todos os meus ensaios de estreia, todos os que publiquei desde 1959 no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, na revista Senhor e em outros lugares e não recolhi em minha primeira coletânea crítica, Razão do poema, de 1965. (...) Barrei sem remorso a minha juvenília. Como dizia meu saudoso amigo Murilo Mendes, precisamos ser contemporâneos, e não apenas sobreviventes, de nós mesmos.

Na conferência que fez no PEN Club, em junho de 1991, por sugestão afetuosa do cientista político Celso Lafer, que o trouxe ao Rio, Antonio Candido falou pela primeira vez, demoradamente, de Merquior. Em 18 de setembro de 1995, a meu pedido, o crítico enviou-me a versão escrita de trecho dessa fala, que reproduzi, em parte, na contracapa da reedição de *Razão do poema*, pela Topbooks, em 1996. Transcrevo, por sua importância, a página integral, síntese perfeita da *forma mentis* de Merquior:

... foi sem dúvida um dos maiores críticos que o Brasil teve, e isto já se prenunciava nos primeiros escritos. Lembro como sinal precursor o ensaio que escreveu bem moço sobre A canção do exílio, de Gonçalves Dias, fazendo uma descoberta que dava a medida de sua imaginação crítica, — entendendo-se por imaginação crítica a capacidade pouco frequente de elaborar conceitos que têm o teor das expressões metafóricas ou o voo das criações ficcionais. Estou falando do seguinte: ao comentar a afirmação costumeira que o famoso poema é tão bem realizado porque não tem adjetivos, ele mostrou que a sua eficiência provém na verdade do fato de ser todo ele, virtualmente, uma espécie de grande expressão adjetiva, uma qualificação sem qualificativos, devido à tonalidade do discurso.

Num de seus ensaios mais recentes ele disse que a falta de informação filosófica prejudicava a maioria da crítica brasileira. Ora, deste mal ele estava galhardamente livre. A sua acentuada vocação especulativa e a vasta erudição que a nutria lhe permitiram fazer do trabalho crítico uma investigação que não se satisfazia em descrever e avaliar os textos, mas desejava descobrir o sentimento entesourado e em seguida ligá-lo a outros produtos da cultura. Daí um cruzamento fertilizador, característico do seu trabalho: o pensador José Guilherme Merquior era capaz de expor os seus pontos de vista com a expressividade de um escritor versado na melhor literatura, enquanto o crítico José Guilherme Merquior era capaz de interpretar os textos ou traçar a articulação dos movimentos com a capacidade dialética de discriminar e integrar, própria da mente filosófica. Por isso, poucos foram tão capazes de associar o impulso do pensador ao olhar do leitor penetrante. Nele, era notável a combinação de gosto fino, argúcia analítica, precisão da síntese e transfiguração reflexiva.

Não espanta que, sendo dotado de tais qualidades, Merquior tenha podido com igual maestria fazer análises finíssimas e construir visões integradoras. Ele sabia desmontar a fatura dos textos sem os reduzir à mecânica formalista e inscrever as obras na sequência temporal sem deslizar para o esquema. Sobrevoando esses dons, a linguagem adequada, expressiva, cheia de flama, parecendo comunicar à página o ritmo trepidante que foi a sua vida de impetuosa dedicação às coisas mentais.

Em algumas passagens de seus livros Merquior esboça uma autobiografia intelectual, como, por exemplo, em *A natureza do processo* (1982), escrito em cinco semanas por provocação do editor Sérgio Lacerda:

...o autor não deixa de considerar este livro um reflexo de algumas das preocupações mais vivas de sua geração — uma geração condenada a aprender, na velhice do século, as lições que a história contemporânea já permite extrair da longa emulação de sistemas sociais no nosso tempo.

Ou nas páginas introdutórias de *Crítica* (1964-1989), que reviu no México, e lhe provocava recordações dos primeiros anos de atividade:

Meu trajeto ideológico foi passavelmente errático até desaguar, nos anos oitenta, na prosa quarentona de um liberal neoiluminista. Se desde cedo mantive uma posição constante — a recusa dos métodos formalistas, então em pleno fastígio — por outro lado meu quadro de valores mudou muito, especialmente no que se refere à atitude frente às premissas estéticas e culturais do modernismo europeu, berço da doxa humanística de nosso tempo.

Antes, em abril de 1981, no discurso de agradecimento pelo prêmio de ensaio do PEN Club, que li em seu nome na cerimônia a que não pôde comparecer, declarou:

Ensaísta que procura não fugir às necessárias tomadas de posição, e insiste em exercer a escrita como discurso eminentemente crítico e autocrítico, não posso deixar de receber a distinção tão expressiva com o sentimento de que o combate por uma literatura menos formalista, mais racional e mais humana, não é uma luta vã — embora seja travada contra várias das mais poderosas mitologias da nossa época. A honra é grande, o estímulo ainda maior; meu agradecimento só pode tomar a forma de uma renovada fidelidade à defesa das letras contra toda superstição ideológica.

Em 1966 seguiu para Paris, seu primeiro posto internacional, como terceiro-secretário, levado por Bilac Pinto. Nessa época Merquior correu o risco de ser cassado: dera conferências no ISEB, participara da organização de um festival de cinema russo no MAM, e, em Brasília, ajudara a coordenar uma exposição de fotógrafos cubanos, pelo que teve de responder a inquérito. Depois trabalhou em Bonn, Londres, Montevidéu, novamente em Londres, uma rápida volta a Brasília, a seguir no México, e mais uma vez em Paris, onde estava como embaixador junto à Unesco quando foi surpreendido pela doença que o mataria, meses depois, nos Estados Unidos, em janeiro de 1991.

José Guilherme Merquior fez no Itamaraty uma carreira rápida e brilhante, o que não significa que tenha sido fácil. Algumas vezes o vi irritado com intrigas e perseguições veladas. Azeredo da Silveira, por exemplo, perseguiu-o o quanto pôde, por identificá-lo como funcionário e amigo de confiança de Roberto Campos. Depois que Merquior foi promovido, mandou-lhe um telegrama de cumprimentos. Recebeu

imediatamente outro de Merquior, repudiando as felicitações. E um embaixador da família e do *staff* de Collor se opôs decisivamente à ideia de sua nomeação para o posto de chanceler.

Mas pertenciam também ao Itamaraty alguns dos amigos que mais estimava na vida: Paulo Renato Rocha Santos, a quem dedicou o ensaio sobre Gonçalves Dias; Jerônimo Moscardo de Souza, que chegou a morar em sua casa no período de preparação para o concurso do Itamaraty; Alberto da Costa e Silva, que o ajudou a se safar de problemas burocráticos, numa amizade ainda mais fortalecida pelo apreço que Merquior tinha pela obra poética de Da Costa e Silva, pai; Marcílio Marques Moreira, o interlocutor permanente e elo afetivo com San Tiago Dantas; Rubens Ricupero, cuja clareza mental e conhecimentos de política externa e economia eram para ele fonte de permanente consulta; e Roberto Campos, que sempre procurou ajudá-lo na carreira, como provam algumas cartas do arquivo pessoal de Merquior. Fascinado por sua inteligência, Campos costumava enviar textos de sua autoria para que ele comentasse. Foi ainda na casa de Merquior em Brasília, na noite do dia em que Henry Kissinger fez conferência na UnB interrompida pelos estudantes, que Campos acertou os últimos detalhes de sua candidatura ao Senado por Mato Grosso.

No começo da carreira conheceu San Tiago Dantas, que se tornou seu amigo. Por especial empenho de Merquior, San Tiago foi o paraninfo da turma de 1963 do Instituto Rio Branco, que escolheu o jovem crítico para orador. O convívio deles foi curto, mas afetuosos. Sempre que se referia ao autor de *Dom Quixote – um apólogo da alma ocidental*, fazia-o com admiração, e gostava de recordar suas idas à casa dele na rua D. Mariana, em Botafogo, onde a filosofia alemã e a literatura francesa – notadamente Proust, uma das paixões literárias do anfitrião – eram o tema dominante. Relembrava também, com especial emoção, uma visita à casa de San Tiago em Petrópolis na companhia de Hilda, Marcílio Marques Moreira e Jerônimo Moscardo de Souza, ocasião em que o político serviu canjica com coco, sobremesa muito apreciada por Merquior.

Em sua biblioteca, hoje no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio, há alguns livros de San Tiago, entre eles um exemplar de *Figuras do Direito* (ed. José Olympio, 1962) dedicado: “A J. Guilherme Merquior, com a estima e admiração de San Tiago Dantas”. A data é 24 de julho de 1964, menos de dois meses antes da morte do ex-chanceler, às 6 da manhã do dia 6 de setembro. Sob o impacto dessa morte, Merquior escreveu um artigo e, como de praxe, consultou o Itamaraty antes de divulgá-lo. Era seu

desejo publicar no *Jornal do Brasil*, conforme se lê no pedido que o então terceiro-secretário enviou, no dia 16 de setembro de 1964, ao chefe do Departamento Consular e de Imigração do Itamaraty, solicitando “juízo favorável à publicação do referido texto”. No protocolo, há quatro rubricas e apenas uma assinatura legível – a do secretário-geral A. B. L. Castelo Branco. No parecer final, lê-se: “Só poderá ser autorizada a publicação se o funcionário escoimar do artigo toda opinião política, na forma dos regulamentos em vigor. Nada há a opor aos merecidos elogios pessoais”. Como o artigo nunca apareceu nas páginas do *JB*, é de se supor que Merquior, a ter que suprimir passagens do texto, preferiu não publicá-lo. Contratempos à parte, ele não deixava de reconhecer que devia ao Itamaraty o fato de ter realizado a trajetória intelectual que conhecemos.

O emocionado artigo de Merquior começa assim:

Junto ao túmulo de San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Roberto Campos falaram dele como do mais dotado representante de sua geração; disseram da invencível tristeza de ver desaparecer, colhido aos cinquenta e poucos anos, aquele exemplo superior de uma geração que, tendo chegado tarde ao poder, parece destinada a sofrer a sua fugacidade até mesmo na perda prematura de alguns de seus melhores membros.

Inédito até a morte de Merquior, este texto destaca o sentido pedagógico da atuação pública de San Tiago para as novas gerações e reconhece a originalidade de sua visão da sociedade brasileira e das relações internacionais, ressaltando que sempre sobrepôs ao tosco moralismo – tendo na época na UDN a mais alta representação – uma visão larga dos problemas, amparada permanentemente numa ética e num entendimento íntimo da “razão histórica”. Em 1969, Merquior dedicou à memória de San Tiago *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, primeiro tratamento sistemático, entre nós, sobre a Escola de Frankfurt.

Em todos os postos onde esteve procurou difundir a cultura brasileira. Embaixador no México, criou a cátedra Guimarães Rosa, além de ter realizado a compra da atual sede da embaixada por empenho pessoal junto ao presidente José Sarney. Ali tornou-se íntimo do poeta e ensaísta Octavio Paz, que viria a saudá-lo na sua despedida, em nome dos mexicanos, numa simpática festa organizada por Hilda nos jardins da embaixada. A convite de Paz, voltaria ao México, já doente, para o seminário “El siglo XX: La experiencia de la libertad”, organizado pela revista *Vuelta* e a Televisa, participando do debate sobre “La nueva Europa, Estados Unidos y America Latina”, ao lado de Daniel Bell, Hugh Thomas, Mario Vargas Llosa, Jean François Revel. Teve alguns livros editados pelo Fondo de Cultura Económica, a mais

prestigiosa editora mexicana, e colaborou em revistas como *Vuelta*, de Octavio Paz e Enrique Krause; *Cuadernos y Libros Americanos*, de Leopoldo Zea, e *Nexos*, de Hector Aguilar Camín. Foi Krause, historiador que estimava por sua corajosa revisão da história mexicana, quem melhor escreveu sobre Merquior depois de sua morte, no artigo “O esgrimista liberal” (*Vuelta*, janeiro de 1992).

(...) Sua maior contribuição à diplomacia brasileira no México não ocorreu nos corredores das chancelarias ou através de relatórios e telex, mas na tertúlia de sua casa, com gente de cultura deste país. (...) A Embaixada do Brasil se converteu em lugar de reunião para grupos diferentes e até opostos de nossa vida literária. Lá se esqueciam por momentos as pequenas e grandes mesquinhezas e se falava de livros e ideias e de livros de ideias. Merquior convidava a gregos e troianos, escrevia em nossas revistas e procurava ligar-nos com publicações homólogas em seu Brasil. (...) Merquior cumpriu um papel relevante: foi uma instância de clareza, serenidade e amplitude de alternativas no diálogo de ambos os governos.

Professor no King's College, em Londres, doutorou-se em letras pela Sorbonne, orientando de Raymond Cantel, com tese sobre Carlos Drummond de Andrade aprovada com louvor em junho de 1972. Depois de levar meses para acusar a remessa dos capítulos que Merquior lhe enviava, Drummond respondeu:

Eu poderia tentar justificar-me alegando que esperava o recebimento do texto completo para lhe escrever. Mas a verdade verdadeira é que, desde a leitura das primeiras páginas, me bateu uma espécie de inibição que conheço bem, por ser velha companheira de minhas emoções mais puras. Se você estivesse ao meu lado nos momentos de leitura, decerto acharia graça na dificuldade e confusão das palavras que eu lhe dissesse. Talvez até nem dissesse nenhuma. E na minha cara a encabulação visível diria tudo... ou antes, não diria nada, pois o melhor da sensação escapa a esse código fisionômico. Senti-me confortado, vitalizado, vivo. Meus versos saem sempre de mim como enormes pontos de interrogação, e constituem mais uma procura do que um resultado. Sei muito pouco de mim e duvido muito — você vai achar graça outra vez — de minha existência. Uma palavra que venha de fora pode trazer-me uma certeza positiva ou negativa. A sua veio com uma afirmação, uma força de convicção que me iluminou por dentro. E também com uma sutileza de percepção e valorização crítica diante da qual me vejo orgulhoso de nobre orgulho e... esmagado. Eis aí, meu caro Merquior. Estou feliz, por obra e graça de você, e ao mesmo tempo estou bloqueado na expressão dessa felicidade.

Também doutorou-se na London School of Economics, sob a batuta de Ernst Gellner — de quem viria a se tornar amigo e introdutor da obra entre nós — com tese sobre a teoria da legitimidade em Rousseau e Weber, publicada depois pela Routledge

& Kegan Paul, e que, no posfácio, em 1990, à edição brasileira finamente traduzida por Margarida Salomão, qualificou de “meu livro mais elaborado”. Este passou quase despercebido no Brasil, embora tenha provocado na Inglaterra o mais vivo interesse acadêmico, ganhando elogios de Peter Gay, John Hall e Wolfgang Mommsen, o grande especialista em Weber.

Ele poderia ter sido igualmente um crítico imbatível de artes plásticas, porque acompanhava tudo a respeito, mantendo-se atualizado sobre as novidades teóricas no setor. Adorava Poussin, Tiepolo, mas também escreveu sobre Degas, Hodler, Lygia Clark, Lygia Pape, e outros. Veja-se os eruditos ensaios que dedica ao tema em *Formalismo e tradição moderna*. Em viagem a Florença, já doente, fez questão de rever a capela Brancacci, onde se encontram os afrescos de Masaccio, pintor que tanto estimava. Pode-se mesmo dizer que a Itália foi a sua pátria artística, e não escondia o desejo de, um dia, ser nomeado embaixador neste país.

* * *

Quando decidiu candidatar-se à Academia Brasileira de Letras não imaginava que a disputa com Arnaldo Niskier iria se prolongar por mais de um ano. Examinou as possibilidades. Escreveu à mão uma tabela com os nomes dos acadêmicos por estado: na Bahia, onde supunha ter mais votos, os de Luiz Viana Filho, Jorge Amado, Herberto Sales e Eduardo Portella. Ao lado do último nome desenhou um envelope, ou seja, Portella votaria por carta. O mesmo desenho aparece ao lado do nome de João Cabral. Na horizontal lia-se a lista por estados; na vertical os nomes dos membros da ABL agrupados segundo as expectativas de voto: “certos, prometidos, prováveis, possíveis, certos para Niskier”. Na primeira votação ninguém conseguiu *quorum*. Niskier tinha em Austregésilo de Athayde, presidente da casa, seu mais poderoso aliado.

Marcou-se nova eleição para meses depois. O poder de que diziam estar Merquior aureolado não contou. Não houve ministro nem presidente Figueiredo fazendo pedidos constrangedores aos votantes. Merquior teve de acompanhar sozinho o desenrolar da campanha. O empresário José Carlos Nogueira Diniz, amigo e compadre, pôs à sua disposição um pequeno apartamento na Sá Ferreira – rua onde morava sua mãe, Dona Belinha – e ele vinha para o Rio nos fins-de-semana encontrar-se com eleitores e amigos. Em novembro de 1982, elegeu-se, depois de longa disputa, à vaga de Paulo Carneiro na ABL, vencendo por 22 votos contra 15 dados a Niskier e um a Geir

Campos. A recepção, na vitória, foi patrocinada pelo mesmo Nogueira Diniz, que recebeu, em seu apartamento na Barra da Tijuca, convidados em grande maioria da república das letras. O discurso de posse, que muitos levam meses a escrever, Merquior fez num fim de semana, e no dia da cerimônia, 11 de março de 1983, chegou à Academia de táxi. Nada que sugerisse o poder que lhe era atribuído.

Nesta ocasião entrevistei-o para a *Última hora* (13/11/1982) e, entre outros assuntos, perguntei-lhe sobre o liberalismo. Sua resposta:

O liberalismo moderno é um social-liberalismo, é um liberalismo que não tem mais aquela ingenuidade, aquela inocência diante da complexidade do fenômeno social, e em particular do chamado problema social, que o liberalismo clássico tinha. O liberalismo moderno não possui complexos frente à questão social, que ele assume. É a essa visão do liberalismo que eu me filio.

Sobre a validade dos conceitos de *direita* e *esquerda* afirmou:

Eu acho que esse tipo de conceituação está em grande parte esvaziado pelo uso demasiado sloganesco que dele tem sido feito. O problema da direita versus esquerda, usado na base do clichê, tem levado realmente a muito pouca análise. É o caso típico em que a discussão produz mais calor do que luz. Trata-se de palavras dotadas de uma grande carga emocional e que são usadas para fins puramente polêmicos na vida política e no combate ideológico. Eu hoje sou um cético em relação ao uso dessas categorias.

O último ensaio de Merquior chamou-se “Situação de Miguel Reale”, para o volume *Direito Política Filosofia Poesia*, coordenado por Celso Lafer e Tércio Sampaio Ferraz Jr. para a editora Saraiva, comemorativo do octogésimo aniversário de Reale. Embora escrito em meio a exames médicos, pois a doença estava avançada, provocou o entusiasmo de Reale, que em carta de 7 de dezembro de 1990 assim o expressou:

*É uma análise abrangente e profunda, ponto de partida essencial a qualquer nova indagação, a começar pelas observações sobre o culturalismo. Você viu bem a correlação de meu pensamento com o de Croce, pois bem cedo fui um leitor entusiasta de sua revista, *Critica*, que renovou o pensamento italiano. (...) A influência de Hegel e Marx em minha formação foi atenuada pela filtragem croceana, revelando-se logo minha oposição a Gentile e seu idealismo “attualista”. (...) Outro ponto que me impressionou foi o seu paralelo com Raymond Aron, a quem me aproximo pela constante vivência da problemática filosófica em sintonia com a política.*

Trabalhador intelectual incansável e extremamente organizado, Merquior escrevia com rapidez, praticamente sem corrigir. Uma vez, já no aeroporto, de volta para Londres, se deu conta de que não preparara seu artigo semanal para o *JB*. Pediu-me

que conseguisse umas folhas de papel e voltasse em meia hora. Fui passear pelo aeroporto e, quando retornei, recebi o manuscrito e um novo pedido: que fizesse a gentileza de mandar datilografar e enviar, no dia seguinte, ao Mario Pontes, do JB. Escrevendo de Londres, em 16 de outubro de 1984, ao mesmo Miguel Reale, que lhe estranhara o silêncio dos últimos meses, conta:

A razão do meu silêncio é a infundável labuta de minha pena este ano, ora em pleno terceiro livro. No primeiro semestre, redigi um estudo sobre Foucault, a sair aqui dentro de um ano, e um exame crítico algo alentado do estruturalismo e sua sequela: From Saussure to Derrida (350 pgs.). Agora me encontro todo entregue a um volume, mais conciso, sobre o marxismo ocidental. Todos encomendas locais. Mas deram e dão trabalho: releituras, novas leituras, reapreciações....

Um artigo fundamental para a compreensão do modo como Merquior pensava o Brasil publicou-se na *Folha de S. Paulo* em 10/03/1985. “Nova República: o horizonte social-liberal” começava dizendo:

Como imaginar o Brasil da Nova República? Talvez não seja mau começar por uma constatação: a de quanto o nosso país, até aqui, já conseguiu desmentir os estereótipos mais renitentes sobre a América Latina em seu conjunto.

E finalizava com um agudo perfil de Tancredo Neves:

Graças a seu senso histórico-filosófico do papel do Estado, Tancredo regenera a noção da autoridade legítima entre nós. Daí a tranquila, suave impressão que cerca, nesse homem proverbialmente afável, o sentido no entanto vivíssimo da autoridade. Reparem nas montanhas de Minas: delas emana uma majestade amena, muito diversa da monumentalidade abrupta de outros relevos. Algo semelhante deflui da imago potestatis de Tancredo. Essa majestade sem pompa, mas sempre cônica da própria dignidade, é a que melhor consulta os requisitos do poder em reconstrução na transição democratizante. (...) No discurso de Vitória, Tancredo preconizou o reforço da democracia e a reanimação do princípio federal. O poder, na Nova República, admite, deseja desconcentrar-se. E pode fazê-lo, porque o que perder em concentração será ganho em autoridade. No ciclo atribulado da nossa Quarta República, Juscelino nos ensinou o convívio com o desenvolvimento. A grande, sóbria esperança da Nova República é que com Tancredo, nosso príncipe civil, a nação interiorize de vez a vivência da democracia. Qualquer coisa aquém disso seria indigna do Brasil moderno.

O desejo de interferir no debate social brasileiro levou Merquior a escrever, em diversas ocasiões, a políticos com quem tinha relações de amizade. A José Sarney, então

presidente, endereçou cartas hoje preciosas para a análise do seu pensamento político, como é exemplo a que mandou de Londres, em 15 de abril de 1985.

(...) A meu ver, seu governo será um bombom: o recheio é castelista (Sarney, Leônidas), mas o envelope de chocolate será a Aliança Democrática, com dominante PMDB.

A alternativa: governar também com o PDS, me parece ir, se a dose for muito alta, contra a aspiração de mudança que anima o país, e portanto poderia impopularizar. O que, evidentemente, não proíbe o aproveitamento de um que outro nome nacional do PDS.

A permanência do Presidente no PMDB torna-se, por essa lógica, a essa altura, imprescindível. Se V. lá está, para que sairia? O único resultado prático de uma eventual preferência pelo PFL seria entregar o maior partido ao herói de Homero.

Quando o que seria conveniente contê-lo, em sua condição de alternativa latente para seu poder presidencial, aliciando para tanto boa parte do PMDB. Como? Reforçando a ligação Sarney-Lyra. Fazendo talvez Fernando Henrique ministro (do exterior? da própria Casa Civil?). E sobretudo fazendo desde já certos gestos simpáticos à esquerda, embora – ça va sans dire – sem comprometer a linha moderada, social-liberal, que presidiu o nascimento da nova república. Uma 'abertura a sinistra', sem exagero.

*Que gestos poderiam ser esses? De imediato, vejo dois. Um, o seu programa de emergência, **desde que assegurada a sua compatibilidade com o reforço efetivo do combate à inflação.***

Este ponto, meu caro Sarney, é absolutamente vital. V. está sendo – injustamente – acusado de não ligar para a severidade indispensável da nossa postura econômico-financeira. Nós, os literatos, seremos sempre acusados de moleza nesse capítulo. O jeito é impedir a todo custo que essa imagem falaciosa ganhe terreno. A inflação é de fato o mais cruel dos impostos: sempre atinge principalmente a pequena classe média e as camadas populares, e a preocupação de dominá-la não é nenhum preconceito direitista ou conservador.

Na mesma carta advoga o reatamento das relações com Cuba, colocando-se à disposição para trabalhar discretamente nesse processo:

Outro gesto de grande charme para a esquerda: reatar relações com Cuba. 'Eles ficariam meio ano digerindo este pitêu, obrigados a achar que 'pô, esse Sarney até que não é assim tão reaçã...'

Cuba hoje não oferece maiores perigos na América do Sul. O guevarismo já era. E o reatamento tem pelo menos três vantagens para nós:

- a) abriria um significativo potencial de exportações brasileiras;*
- b) permitiria ao Brasil influir, em boa medida, na conduta internacional de Havana, como faz o México, em sentido moderador e realista;*
- c) evitaria que, no futuro, nosso reatamento se desse a reboque de uma reconciliação diplomática Cuba/USA, reconciliação essa, a médio prazo, tão certa quanto o foi o reconhecimento de Pequim por Washington, na década passada.*

Em 1º de outubro de 1990, Merquior teve um encontro com o presidente Fernando Collor de Mello na passagem deste por Paris, a caminho de Praga. Voltariam

a se encontrar na residência parisiense de Baby Monteiro de Carvalho, quando conversaram a sós por quase uma hora. Nesta noite, Collor expôs suas ideias sobre um partido social-liberal e pediu a Merquior para desenvolver o tema. O *paper* que produziu, só conhecido por uns poucos com os quais discutia enquanto o elaborava, são, no original, 33 páginas datilografadas, nas quais estrutura uma “agenda social-liberal para o Brasil”, abrangendo sete temas: a) o papel do Estado; b) democracia e direitos humanos; c) o modelo econômico; d) capacitação tecnológica; e) ecologia; f) a revolução educacional; e g) desarmamento e posição internacional do Brasil. Só não desenvolveu os itens **d** e **e**, sugerindo, já doente, que pedissem a Roberto Campos para fazê-lo.

Esses textos, pensados como programa de partido, escritos e ampliados a partir das intuições e indicações de Collor, foram depois publicados por este, provocando uma grande confusão nos jornais, que o acusavam de plagiar Merquior. Em *O Globo* de 10 de janeiro de 1992, Roberto Campos, com sua natural lucidez, resumiu a questão: “Vejo na atitude de Collor um procedimento normal a qualquer presidente, que raramente escreve seus artigos e discursos. A figura do *ghost-writer* é uma instituição mundial”.

Nos últimos anos, sempre que Merquior vinha ao Brasil marcávamos visita ao escritório do advogado Jorge Serpa, para uma “auscultação” da situação política e econômica do país. Merquior gostava das análises de conjuntura que Serpa sabia fazer, da maneira como via o Brasil em consonância com o mundo lá fora. A conversa também passava por temas filosóficos, pois Serpa é um orteguiano de carteirinha, além de conhecedor de filosofia antiga, em especial o Platão do *Sofista*. Curiosamente, sempre que saíamos do escritório do advogado, então na Praça Pio X, Merquior pedia para irmos até a igreja da Candelária. Postava-se a admirar o interior, fazendo comentários estéticos, e nunca falava em religião ou fé. Mas penso que, no íntimo, esses assuntos o acicatavam.

Foi também Jorge Serpa quem pavimentou o caminho de José Guilherme Merquior até às páginas de *O Globo*. Certo dia, depois de almoçarmos na TV Globo, na hora da despedida, Roberto Marinho chamou Merquior a um canto da sala. Vi que ele balançava a cabeça negativamente, naquele jeito que só quem o conheceu poderia entender. E ria. Depois, no carro, contou-nos o diálogo. — “Merquior, você tem alguma coisa contra *O Globo*?” — “Não, Dr. Roberto, nada. Por quê?” — “Porque nunca o vi escrevendo no *Globo*”. Começava ali, naquela tarde, a coluna *A vida das ideias*, que

estreou a 6 de dezembro de 1987 e só terminou pouco antes de sua morte, com um artigo intitulado “O sentido de 1990”.

A convite de Collor, Merquior estava em Brasília, a 20 de fevereiro de 1990, para o almoço em torno do escritor peruano Mario Vargas Llosa, então candidato à presidência do Peru, mas tendo ainda que enfrentar o segundo turno das eleições. O almoço, na casa do médico Eduardo Cardoso, teve também a presença do empresário Roberto Marinho. Dois dias antes Merquior me ligara de Londres, contando que estava fazendo as malas porque tinha recebido um telefonema de Marcos Coimbra informando que Collor o convocava a participar desse encontro. Os jornais logo começaram a especular sobre suas possibilidades ministeriais.

Viajei para Brasília no dia seguinte com Dr. Roberto e seu amigo Álvaro Dias de Toledo. No hangar, nos esperavam Merquior e Toninho Drummond, diretor da TV Globo na capital. Sugeri a Merquior que desse ao Dr. Roberto um quadro da situação, e deixamos os dois conversando por uns 20 minutos. Depois Toninho entrou num carro com Dr. Roberto e Álvaro, eu em outro, com Merquior, e rumamos para a QI 15 do Lago Sul, endereço da bela mansão do amigo de Collor. Despedi-me de Merquior e fui, com Toninho e Álvaro, almoçar na TV Globo.

Por volta das 15h30, Roberto Marinho chegou do almoço. Descansou meia hora no sofá da sala de Toninho, e logo após seguimos para o aeroporto. No avião, perguntei: “O que o senhor achou do almoço? Viu chances em relação à nomeação de Merquior para o Ministério das Relações Exteriores?” E o Dr. Roberto: “Não tive oportunidade de conversar sozinho com o Collor. Aliás, tenho pouca intimidade com ele, apesar de conhecê-lo desde pequeno. Mas o Merquior foi prestigiadíssimo no almoço. A toda hora o presidente reportava-se a ele. Pediu-lhe, inclusive, que fizesse o discurso de saudação a Vargas Llosa”.

À noite Merquior ligou para comentar os fatos do dia. Disse-me que o presidente dera a ele uma sala no Palácio para que trabalhasse no discurso de posse (depois modificado na segunda parte por Gelson Fonseca). Merquior ficou em Brasília até a quinta-feira, e esteve no Senado, onde seu encontro com Fernando Henrique Cardoso causou *frisson* entre repórteres e fotógrafos. Contou-me depois, de Paris, que Collor o havia sondado para o Ministério da Cultura, mas, diplomaticamente, fizera ver ao presidente que a nomeação lhe traria uma redução salarial drástica num momento em que os filhos Júlia e Pedro ainda se encontravam em idade escolar. Naturalmente teria aceitado o Ministério das Relações Exteriores, o coroamento da carreira no Itamaraty,

mas nunca lamentou, nem demonstrou rancores de qualquer ordem: não era do seu feitio. Retomou os compromissos profissionais em Paris; para Collor escreveu ainda um discurso, lido na República Tcheca como saudação a Vaclav Havel, e outro para ser dito em Portugal.

Merquior era um contendor verbal rápido e certo, mas querer reduzi-lo apenas a polemista é um erro. A propensão ao debate de ideias, que muitas vezes o levou a rebater com dureza os adversários, foi usada pela mídia com fins facilitários. Poucas vezes se procurou promover seriamente uma discussão profunda. Os adversários usaram sua veia polêmica para desqualificá-lo como figura exponencial da direita: se o argumento de Merquior era forte – e não havia dúvidas de que era um erudito imbatível – então a saída era atacá-lo noutro flanco.

Um caso sintomático ocorreu quando chamou a atenção para a presença de vários parágrafos de Claude Lefort em livro de Marilena Chauí, sem as devidas aspas. Em vez de desculpar-se – afinal, Merquior nunca falara em plágio, e sim em “desatenção”, como disse, em julho de 1989, na *Folha de S. Paulo*: “Repito pela enésima vez que ao detectar a presença de frases de Lefort no texto de Marilena jamais me passou pela cabeça achar que ela o fazia com a intenção de esconder o leite” – a filósofa paulista revidou batendo na velha tecla de direita *versus* esquerda. O fato é que se armou uma tempestade em São Paulo, com direito até a abaixo-assinado e outras reações azedas contra ele.

Todos os que não conseguiam enfrentá-lo de forma minimamente razoável partiam para o agravo. Eduardo Mascarenhas, por exemplo, declarou que Merquior praticava “terrorismo bibliográfico”, isso porque seus livros tinham muitas citações. Em nenhum fórum intelectual sério este tipo de argumento funcionaria. Então no auge da fama – por ter declarado que “jamais brochara” – Mascarenhas revelou, num programa de televisão em que Merquior era o entrevistado, que se dera ao trabalho de contar quantos nomes havia no índice onomástico de *As ideias e as formas*. Logo depois começaram os debates entre os dois no *Jornal do Brasil* sobre a validade científica e epistemológica da psicanálise. O jornal não economizou espaço. Merquior declarara, no *Canal Livre*, que “a psicanálise era uma doença do intelecto”, e em “O avestruz terapêutico”, artigo publicado no *JB*, em 31 de janeiro de 1982, completava:

Desconfio que a próxima edição do perspicaz Tratado geral dos chatos, de Guilherme Figueiredo, trará um capítulo especialmente consagrado ao chato analisando, que, decretando 'todo mundo neurótico', não descansa enquanto não vence a 'resistência' (ou torra os países baixos) dos amigos e até conhecidos, no ignóbil afã de prostrá-los no divã.

No início dos 80, o debate com os psicanalistas mobilizou a imprensa. Os artigos de Merquior no *JB*, onde colaborava, dividiram a opinião dos intelectuais especialistas na matéria. O psicanalista Mascarenhas respondia pela categoria. Na época, dizia-se que seus textos, antes de publicados, eram lidos por colegas teoricamente mais preparados. Coincidência ou não, o fato é que lançou depois vários livros e jamais recolheu, em nenhum deles, o material que assinou durante a polêmica. Ele encarnava a classe ferida, da qual um dos gurus era Hélio Pellegrino. Este veio a publicar um artigo na *Folha de S. Paulo* (13/02/1982) sob o título: “Comigo não, violão!”, onde procurava desacreditar Merquior enfatizando tratar-se de “funcionário de governo antidemocrático”. Como não apresentou nenhuma refutação teórica relevante, levou Merquior a dizer: “Trata-se de um pensador sem ideias e um autor sem livros”. No artigo-resposta, publicado no mesmo jornal no dia 17 e intitulado “Escapismo e agressão”, Merquior contra-atacava:

As críticas que venho dirigindo à psicanálise certamente possuem uma quota de sátira, irresistivelmente provocada pela própria beatice que costumam exhibir os círculos devotos de Freud. No entanto, desde o início, isto é, desde junho de 1980, quando foi lançado o livro O fantasma romântico, todos os textos em que procurei questionar a validade científica, terapêutica e cultural da psicanálise expõem vários argumentos e várias referências a pesquisas empíricas, uns e outras inteiramente independentes, em si mesmos, do tom de sátira ou ironia presente nesses escritos.

Merquior não conhecia Hélio pessoalmente. Nessa mesma época, fomos a uma galeria de arte em Ipanema, e, mal chegamos, noto pelo vidro o Hélio Pellegrino. Nisso, alguém vem falar comigo, e Merquior entra antes que pudesse preveni-lo de que Hélio estava lá. Fico acompanhando de fora o que se passa no interior, e daí a pouco o vejo em meio a um grupo onde se encontrava o psicanalista. Conversa longa, cheia de risos. Em seguida ele vai para outra roda. Quando consigo me deslindar, parto a seu encontro, e me pergunta: “Quem é aquele camarada simpático?” Era Hélio Pellegrino. Merquior riu muito ao saber.

Uma de suas maiores qualidades residia em saber apreciar o contendor inteligente. As discussões com Leandro Konder – de quem se tornara amigo antes dos 20 anos, quando se conheceram nas sessões de cinema do MAM e logo passaram a trocar ideias em torno da obra do marxista húngaro Georg Lukács – e com Carlos

Nelson Coutinho, outro companheiro pelo qual tinha enorme afeição, contabilizava-as entre seus prazeres intelectuais. Respeitava críticas agudas, como a de Rubem Barbosa Filho a *O marxismo ocidental*, em julho de 1987, na revista *Presença*. E seu primeiro livro, *Razão do poema*, ainda hoje considerado um feito por tê-lo publicado aos 25 anos, teve apresentação de Leandro Konder. Mas, ao contrário de Leandro e Carlos Nelson, houve também os que preferiram, para desviar a atenção, taxá-lo, simplesmente, de reacionário e intelectual orgânico da ditadura.

Entre os muitos com quem polemizou estava o sociólogo Francisco de Oliveira, que Merquior considerava ‘filosoficamente incompetente’, desafiando-o para um debate público. O sociólogo recusou, mas se comprometeu a publicar qualquer ensaio que o desafiante enviasse aos *Cadernos Cebrap*, de que era diretor. Antes havia dito que só lera um livro do seu adversário. Em declaração à *Folha de S. Paulo* Merquior atacava: “Enquanto não acontece o debate eu tenho duas tarefas para ele – ler alguns dos meus livros e realizar com categorias marxistas uma análise das reformas econômicas gorbatchovianas”. Para Oliveira, o marxismo estava em plena vitalidade, enquanto para Merquior eram visíveis os sintomas de exaustão.

Polemizou também com Mário Vieira de Mello, nos *Cadernos Rio Arte*, sobre temas gregos; com Carlos Nelson Coutinho sobre a democracia no interior do marxismo; com José Artur Gianotti; com o embaixador Meira Pena sobre o pensamento de Jung, e com muitos outros. Acusado por figuras como Carlos Henrique Escobar de “empregadinho da ditadura militar, servil servidor de um providencial cabide de empregos para intelectuais orgânicos”, reagiu qualificando o adversário de “intelectual pigmeu e leviano”.

Respondendo ao crítico literário Wilson Martins, que comentara em dois artigos, publicados em junho de 1984 no *JB*, o livro *O elixir do apocalipse* (1983), num texto a que chamou “O martinete”, ironizou:

Minha famigerada erudição, já cansei de insinuar, mal passa de uma ilusão de ótica. Na maioria das vezes em que é indigitada, ela parece refletir apenas a ignorância dos que a acusam. Será minha culpa se, em nosso meio intelectual, volta e meia ainda se valoriza mais a sacaço do que a fundamentação, o palpite do que o argumento, a alegre usurpação de ideias alheias do que o cuidado em identificar tradições de pesquisa e linhagens de pensamento?

Todas essas tomadas de posição eram atitudes críticas, não pessoais. Fez questão de convidar Marilena Chauí a dar conferência no México – e ela não aceitou. Certa vez

referiu-se a Caetano Veloso como “um pseudo-intelectual de miolo mole”. E fundamentava a opinião: “...não compartilho dessa visão pateta do Brasil de que os grandes astros da música popular são intelectuais”. Conversando com Caetano, há tempos, dele ouvi que, depois desse episódio, certa noite em São Paulo pediu a seu assistente para limitar a afluência ao camarim após o show, porque um compromisso o obrigava a sair tão logo finalizasse a apresentação. Soube depois que Merquior lá estivera, mas fora barrado pelo assessor, que não fazia a menor ideia de quem ele era. Caetano achou graça da desinformação de seu empregado, confessou que gostaria de ter recebido o ensaísta, e repetiu, divertido, a expressão “miolo mole”, afirmando que Merquior estava certo. Creio que a conversa entre os dois teria sido cordialíssima.

Testemunhei inúmeras reações hostis a Merquior, em geral de pessoas que não o conheciam pessoalmente. Darcy Ribeiro, por exemplo, durante muito tempo só se referia a ele com ironias. “E o seu amigo de direita?”, me perguntava. Ou ainda: “Como vai o protegido de Roberto Campos?” Nos seus cacoetes de homem de esquerda, costumava falar de supostas comissões recebidas pelo economista e diplomata e depositadas em nome de pessoas íntimas dele, como Merquior. Nas reuniões das manhãs de quinta-feira em seu gabinete, chamadas de “Culturinha” – quando acumulava os cargos de vice-governador e secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, no governo Brizola – vez por outra fazia comentários maledicentes sobre Merquior e sua obra – que intuía, mas não tinha lido. Surpreendi-me quando, um dia, Darcy me chamou com ar aliciante, dizendo: “Zé Mario, você tem falado com seu amigo reacionário?” Sabendo a quem se referia, respondi: “Falo sempre”. E ele: “Preciso de uma ajuda. É o seguinte: o Brizola quer erigir um monumento a Zumbi dos Palmares. Vamos ter que abrir concurso, o que é um desastre, porque pela lei somos obrigados a aceitar a escultura ganhadora, e acho a escultura que se faz hoje no Brasil uma merda. A mais bela estatuária negra que já vi está no Museu Britânico, que possui uma magnífica coleção de estátuas do Benim, na Nigéria. Como ninguém sabe a cara que tinha Zumbi, minha ideia é pôr no monumento desenhado pelo Oscar (Niemeyer) a cópia de uma dessas estátuas, mas para isso preciso de uma reprodução em gesso de uma delas. Fale, por favor, com seu amigo em meu nome, e diga que estou pedindo a ajuda dele”.

Telefonei imediatamente para Merquior, que se prontificou a colaborar. Nem imaginava a confusão burocrática em que se metera. No Museu, ao explicar o que desejava, lhe informaram que se tratava de patrimônio nacional da Nigéria, e era necessário pedir autorização. Ansioso, a toda hora Darcy perguntava pelo assunto. Até que Merquior desembarca no Brasil trazendo a desejada cópia, e me procura na vice-governadoria – exatamente numa quinta-feira, dia em que o *staff* cultural de Darcy se reunia numa sala ao lado do seu gabinete. E chega quando os membros desse conselho começam a sair e se deparam com ele no corredor trazendo uma caixa debaixo do braço. Muitos ficam surpresos ao vê-lo, mas logo Darcy aparece e grita: “Merquior, que prazer vê-lo!” E dirigindo-se aos outros: “Bem, pessoal, me despeço de vocês, porque tenho muito o que conversar com o Merquior e o Zé Mario”. Em seguida nos arrasta para seu gabinete, e o final da história está na Avenida Presidente Vargas, no monumento a Zumbi dos Palmares: aquela cabeça é a cópia tão desejada por Darcy e conseguida por Merquior...

Depois disso, sempre que ele vinha ao Brasil almoçávamos com Darcy, muitas vezes em seu apartamento, na esquina de Bolívar com Avenida Atlântica. E mudou a maneira do antropólogo se referir a Merquior. Darcy passou a dizer: “Esse camarada é realmente muito inteligente”. E conversavam, conversavam muito. Quando da inauguração do Memorial da América Latina, em março de 1989, Merquior o ajudou nos contatos com os convidados mexicanos. E veio a São Paulo a convite de Darcy, o comandante do evento, que hospedou os convidados – dele e do governo de São Paulo – no Mackscoud Plaza. Darcy também convidou Merquior a escrever na *Revista do Brasil*, então sob sua tutela. A camaradagem adensou-se ainda mais quando descobriu que Merquior escrevera sobre Rondon. Fez questão de incluir o artigo no número 1 da revista *Carta*, que editava no Senado, e redigiu a nota: “Veja aqui o Merquior, jovem filósofo, avaliando Rondon, o maior dos humanistas brasileiros”.

Ainda em março de 1989 acompanhei Merquior numa visita a Antonio Carlos Magalhães, internado no Incor, que nos recebeu de pijama curto, sereno, às vésperas de submeter-se a delicada cirurgia no coração. À noite fomos jantar com Celso Lafer e sua mulher Mary, e o encontro no Fasano revelou-se uma delícia, nem tanto pela comida mas pelas saborosas histórias que ouvi de ambas as partes.

A biblioteca de Merquior construiu-se em função de suas urgências intelectuais. Nos primeiros anos predominou o interesse por temas literários. Quando se mudou para Paris, doou à UnB cerca de mil livros, afora os que deixou no Rio, na casa de sua mãe, na rua Sá Ferreira, e no escritório do pai. Numa passagem pelo Rio, abriu várias caixas de livros: separou alguns, me deu outros e doou o resto para a instituição onde o pai trabalhava. Havia de tudo nessas caixas, desde a obra inteira de Buckminster Fuller, que leu em virtude do então entusiasmo de Marcílio Moreira pelo autor, até uma inusitada *Méthaphysique du strip-tease*, de um tal Denys Chevalier, que me ofertou, às gargalhadas, dizendo tratar-se de “leitura fundamental”.

Chegando a Paris, intensifica a compra de livros de sociologia e antropologia. É o período de seu curso com Claude Lévi-Strauss, de quem se tornaria amigo, como se pode depreender das inúmeras cartas trocadas (e da nota de pesar que enviou a Hilda, logo após a morte do ex-aluno, confessando que “admirava em Merquior um dos espíritos mais vivos e mais bem informados de nosso tempo”). Já em Londres, acentua-se na biblioteca a presença de títulos de cunho liberal, obras de Weber e Rousseau, que foram usadas para a redação da tese de doutorado na London School of Economics.

Merquior contribuiu para a divulgação pioneira no Brasil da Escola de Frankfurt. Seu *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, publicado pela Tempo Brasileiro de Eduardo Portella – e ao qual viria depois a se referir como livro excessivamente heideggeriano – é ainda hoje uma referência central ao tema. Dos pensadores tratados neste volume, permaneceu o entusiasmo pelo heterodoxo Walter Benjamin. Na revista de Portella publicou muitos ensaios, além da entrevista que, junto com Sérgio Paulo Rouanet, fez com o pensador francês Michel Foucault, cuja obra examinaria criticamente depois, em livro publicado originalmente na Inglaterra e logo traduzido para várias línguas (inclusive o turco). Há nos ensaios de *O fantasma romântico* um certo enfrentamento crítico às posições defendidas por Octavio Paz. Eles irão, no entanto, estreitar relações no México, em função do ideário liberal que Merquior mais e mais defendia.

José Guilherme Merquior dividiu sua obra em duas categorias: 1) crítica; 2) estética, cultura, política. No primeiro grupo se encontram *Razão do poema: Ensaios de crítica e estética* (1965); *A astúcia da mimese: Ensaios sobre lírica* (1972); *Formalismo e tradição moderna: O problema da arte na crise da cultura* (1974); *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (1975); *Verso, universo em Drummond* (1975); *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira I* (1977); *O fantasma*

romântico e outros ensaios (1980); *As ideias e as formas* (1981); *O elixir do apocalipse* (1983); *De Praga a Paris* (1986). No segundo grupo: *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: Ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt* (1969); *Saudades do carnaval: Introdução à crise da cultura* (1972); *A estética de Lévi-Strauss* (1977); *O véu e a máscara: ensaios de cultura e ideologia* (1979); *Rousseau e Weber: dois estudos de teoria da legitimidade* (1980); *A natureza do processo* (1984); *O argumento liberal* (1985); *Michel Foucault ou O niilismo de cátedra* (1985); *O marxismo ocidental* (1987); *Liberalismo antigo e moderno* (1990). Isso para não falar dos textos inéditos no Brasil, que serão reunidos sob o título *O outro Ocidente*; os artigos em *O Globo*, a serem publicados com o nome da coluna, *A vida das ideias*; e os dispersos em revistas e jornais e que não incluiu em livro.

Há ainda a organizar as polêmicas, as entrevistas e a correspondência, rica e variada, que, muitas vezes, ele xerocava antes de enviar. Neste caso estão as cartas que mandou a Gilberto Freyre, a primeira delas escrita em Bonn, entre 28 de julho e 3 de agosto de 1972, da qual destaco dois trechos:

Prezado mestre Gilberto Freyre,

Tive a honra e o prazer de conhecê-lo pessoalmente em Paris, há uns 3 ou 4 anos, na embaixada do Brasil (...). Não creio que o senhor se lembre do que me disse então sobre o seu projeto de livro dedicado aos cemitérios pernambucanos (projeto que me deixou curiosíssimo, ansioso pela possibilidade de comparar sua prosa necropolitana com os poemas tumulares de Drummond, João Cabral e Murilo Mendes, meus poetas de cabeceira entre os nossos modernos).

Faço, desde 60, uma crítica literária que procura enriquecer-se no contato com a filosofia e as ciências humanas. (...) pertenço a uma geração impregnada de hostilidade em relação a Gilberto Freyre. Embora desconcertado por, ou contrário a, mais de um juízo seu, não compartilho esse sentimento, a meu ver preconceituoso. Sou relativamente imune seja às restrições 'científicas' a seu método sociológico, em geral feitas por gente surda ao verdadeiro exame de consciência que a sociologia se vem saudavelmente entregando (basta ver, no mundo alemão, a crítica ao pseudo-objetivismo sociológico, desde um Freyer até, hoje, um Habermas), seja nos sarcasmos dos que se enraivecem ante a 'impossibilidade' de ajustar as análises socioculturais de obras como Casa-grande & senzala ao figura 'progressista'.

Nessa longa carta, início de uma firme amizade, Merquior aproveita para cobrar recente declaração do sociólogo pernambucano:

(...) discrepo da sua porretada em Lévi-Strauss. O senhor sabe muitíssimo bem que não se trata de nenhum 'mediocrão'. Conheço bem a obra dele, fui seu aluno no Collège de France durante quatro anos. Tristes tropiques é um texto saborosíssimo, de riqueza montaigniana, mas não é, como o senhor não ignora, uma coisa central na obra científica de L.S. O que aí se diz sobre um certo Brasil (especialmente paulista) não é, afinal, tão injusto quanto o senhor sugere.

Ninguém melhor do que o senhor tem condições, entre nós, para aquilatar a riqueza de perspectivas de livros como Anthropologie structurale e La pensée sauvage; livros, sobretudo o último, plenos de áreas de convergência com a analítica anti-idealista (anti-idealista sem metafísica "materialista", é claro; anti-idealista no sentido em que toda autêntica sociologia do conhecimento o é) e anti-etnocentrista de Gilberto Freyre. E L.S. não “desemburrou” no Brasil — desemburrou nos Estados Unidos, em contato com Jacobson, etc. Aliás, mesmo que ele tivesse sido realmente injusto com o Brasil, e daí? não deveríamos nós – e Gilberto Freyre a fortiori – aplicar nossa indulgente tolerância brasileira ao caso? Tolerância que se desdobraria em objetividade de juízo, permitindo o reconhecimento do valor da obra de intelectuais menos amigos do Brasil.

Uma antologia de textos de Merquior deveria incluir as páginas sobre Machado de Assis contidas em *De Anchieta a Euclides*; o ensaio sobre Gilberto Freyre em *As ideias e as formas*; “A interpretação estilística da pintura clássica” em *Formalismo e tradição moderna*; os capítulos finais de *Saudades do Carnaval*; “Malraux contra Gide”, em *O estruturalismo dos pobres e outras questões*; “O modernismo e três de seus poetas”, em *O elixir do apocalipse*; “Guerra ao homo oeconomicus” e “Linhas do ensaísmo de interpretação nacional na América Latina”, em *O argumento liberal*; a seção “Psicanaliteratura”, em *O fantasma romântico*; “O vampiro ventríloquo”, “Na casa grande dos oitenta” e “A volta do poema”, em *As idéias e as formas*, isso para não falar de seus inúmeros ensaios publicados em revista estrangeiras, como “O logocídio ocidental”, “Vico, Joyce e a ideologia do alto Modernismo”, “Em defesa de Bobbio”, e muitos outros inéditos no Brasil.

Em 1980, Merquior voltou a residir em Brasília, depois de uma temporada em Montevideu um pouco tormentosa – até porque sua biblioteca tardou meses a ali chegar – mas que também lhe deu o clima propício para aprofundar o conhecimento da história política e ideológica latino-americana, ao escrever o último livro, *Liberalismo: Antigo e moderno*, principalmente na parte em que trata de Sarmiento e Alberti.

Na capital brasileira trabalhou então com Francisco Rezek na assessoria de Leitão de Abreu e voltou a dar aulas na UnB, onde praticou uma consultoria informal, ajudando com seus contatos a trazer ao Brasil grandes nomes do pensamento internacional no momento de maior efervescência da editora dessa universidade, então sob a direção do também diplomata Carlos Henrique Cardim.

Logo começaram a falar que era “o intelectual da ditadura”, responsável pela redação de discursos. Curioso que nunca tenham imputado a mesma acusação ao mineiro Rezek, que com ele trabalhava. Nessa época, Merquior me contou que, numa reunião no palácio com vistas a impedir a construção do Memorial JK, desenhado por Niemeyer, fizera apenas um comentário aos adversários do projeto: “Acaba de sair em Londres uma obra importante, *Makers of Modern Culture*, onde só foram incluídos dois brasileiros, Carlos Drummond de Andrade e Oscar Niemeyer. Peço considerarem o fato”. O memorial acabou sendo erguido. Não necessariamente por artes de sua retórica, mas o episódio diz bem da liberdade de opinião e senso do relevante que impregnavam os aspectos mais corriqueiros de sua vida.

Vê-lo trabalhando era interessantíssimo: fazia de início, na sua letra miúda inconfundível, um pequeno roteiro, que com os anos foi ficando cada vez mais reduzido e taquigráfico. Não usava fichas ou computador, mas, quando se punha a escrever, o texto ia saindo pronto, limpo, sinônimo de uma organização mental impressionante. Os originais de *O liberalismo: Antigo e moderno*, por exemplo, que me mostrou no México, pareciam psicografados. Escritos em inglês, à mão, como tudo o que produziu, não tinham rasuras, vacilações ou emendas.

Estudioso de tempo integral, Merquior sempre ironizou a sua “tão propalada erudição”. A certeza de que o conhecimento é infinito o fez, obsessivamente, tomar contato com tudo o que considerava relevante em várias línguas, através de inúmeros jornais e revistas especializadas, que devorava com apetite. Entrar com ele numa livraria (e fiz isso dezenas de vezes no Brasil e no exterior) era uma experiência intelectual indescritível. Conhecia tudo. Até o dia de sua morte permaneceu lúcido, com a vivacidade e o humor que fizeram dele não só o amigo ideal, mas o ensaísta elegante, o inexcedível crítico de poesia, e o polemista implacável, sempre disposto, porém, a aplaudir o adversário inteligente. Até o fim acalentou projetos, entre os quais o de um longo ensaio sobre o modernismo.

Sobre a última conferência, em Paris, o embaixador Rubens Ricupero – a quem Merquior dedicou, junto com Celso Lafer, o ensaio “Em defesa de Vico contra seus admiradores” – anotou em seu diário:

Perto do fim, mobilizou as forças restantes para o que seria sua última palavra: a palestra de abertura do ciclo 'O Brasil no Limiar do Século 21', organizado por Ignacy Sachs. Foi em 17 de dezembro de 1990. Tomei o trem para ir escutá-lo em Paris e voltei a Genebra na mesma noite. Minha impressão ficou registrada nesse escrito da época: '...tive quase um choque físico ao revê-lo. Estava devastado pela doença; sua cor, seu olhar, seus traços faciais, sua extrema fragilidade e magreza pareciam de alguém que tivesse retornado da casa dos mortos. No entanto, quando começou a falar, sem texto escrito, sem notas, num francês límpido como água da fonte, o auditório se desligou do drama a que assistia. Durante quase uma hora, acompanhamos como a história do Brasil se renovava sob os nossos olhos por meio da sucessão e do entrechoque dos diversos projetos que os brasileiros sonharam para o país desde a independência. Terminada a palestra, foi a vez de Hélio Jaguaribe falar. Exausto com o esforço descomunal, José Guilherme cruzou os braços sobre a mesa e neles repousou a cabeça, no gesto de um menino debruçado sobre a carteira da sala de aula'.

Merquior lutou contra o irracionalismo na cultura, os ataques à razão histórica, os formalismos na arte, sempre procurando inserir o Brasil em suas reflexões. Os ensaios que produziu nos últimos anos deixam claro a preocupação que o moveu no sentido de entender as peculiaridades da política e da crise institucional brasileira. Acompanhava com interesse o que estavam produzindo intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos, Hélio Jaguaribe, Fábio Wanderley Reis e José Murilo de Carvalho. Foi um solidário companheiro intelectual, procurando ajudar como podia: às vezes a editar um livro, como fez com o primeiro de Evaldo Cabral de Mello; outras, empenhando-se com seu característico entusiasmo em fazer chegar à Academia figuras nobres como Evaristo de Moraes Filho, a quem dedicou o último ensaio; revendo e sugerindo acréscimos a Afonso Arinos – que o chamava de “meu filho” e o beijava no rosto – quando o memorialista finalizava o livro *Amor a Roma*. Vi-o também procurando ajudar Eduardo Portella a se instalar em Paris, para onde seguira como diretor da Unesco; mostrando-se atencioso com John Gledson quando este começou a se interessar por Machado de Assis; e empenhando-se, junto a colegas acadêmicos, para trazer Pedro Nava aos quadros da ABL em 1983. E paro aqui porque gestos dessa natureza eram a tônica de sua personalidade.

O pensamento maduro de Merquior forjou-se principalmente no convívio de intelectuais como Raymond Aron, seu mestre e amigo, figura cativante, de gestos sóbrios, fala mansa e olhar injetado de ironia, com quem passamos, no começo da década de 80, um dia inesquecível no Rio; Ernst Gellner, o antropólogo e teórico do nacionalismo, cuja refutação epistemológica da psicanálise tanto fascínio exerceu sobre ele; Perry Anderson, o teórico do Estado absolutista e editor da *New Left*, com quem

gostava de debater as questões teóricas do marxismo; o sagaz crítico literário Harry Levin; o erudito historiador Arnaldo Momigliano, que o iluminou no enfrentamento crítico à obra de Foucault; Leszek Kolakowski, autor de uma história intelectual do marxismo que lia e recomendava; Lucio Coletti, agudo analista das contradições da dialética; e Norberto Bobbio, por suas reflexões sobre a democracia e o liberalismo.

Alguns o supunham um pedante, figura sem humor, incapaz de se alegrar com as trivialidades da vida mundana. Nada disso. Gostava de comer bem, de viajar, de ouvir boa música, de admirar bons quadros, não passava sem o perfume Armani, e, embora não ligasse para bebida, fazia questão de tomar caipirinha sempre que vinha ao Brasil. Embora não pudesse ficar muito tempo ao sol devido à pele branca, certa vez, distraído, mergulhou de óculos e acabou por perdê-los no mar de Copacabana.

Tinha fascinação por detalhes: numa adaptação cinematográfica da obra de Proust, chamou minha atenção para as costas da belíssima Ornella Muti. Gostava de contar e ouvir piadas de toda natureza, inclusive eróticas, e divertia-se em compor dedicatórias usando nomes famosos. Numa biografia de Alma Mahler escreveu: “Ao jovem e distinto brasileiro, Dr. José Mario Pereira Filho, pedindo-lhe indulgência para com todas as corníferas figuras que povoaram a vida de Alma, com a perene admiração e as cordiais saudações do José Pereira da Graça Aranha, Aix-les-Bains, janeiro de 1889”.

Era capaz de comprar um livro mesmo que apenas um trecho o interessasse, e tinha memória prodigiosa. Uma vez, de férias no Rio, me ligou perguntando se possuía uma obra de Pierre Manent sobre o liberalismo, porque precisava confirmar uma citação. Apanhei o livro na estante e Merquior disse: “Veja no capítulo tal... Diz mais ou menos assim?” E o ouvi citar, sem tirar nem pôr, um parágrafo inteiro. Admirava os aforismos de Lichtenberg, a obra de Musil, Canetti e Borges – com quem passou uma tarde em Buenos Aires, em 1980, e de quem ganhou um livro de H. A. Wolfson sobre Spinoza que há anos perseguia. Não perdia encenações do diretor italiano Giorgio Strehler, e se tornou amigo de Gláuber Rocha, a quem considerava, “com a lucidez da sua loucura, o melhor sismógrafo da turma de 60”. Nos últimos tempos quase não lia romance, mas leu e gostou de *Viva o povo brasileiro!*, de João Ubaldo Ribeiro.

Encerro este depoimento sobre José Guilherme Merquior – o intelectual, o esteta, o pensador, o crítico, o polemista extraordinários, mas também o fraternal amigo – narrando mais uma cena reveladora de sua personalidade singular. Em Boston, com Hilda, para nova consulta sobre a saúde, aproveitou para marcar uma visita à editora

Twayne, que finalizava a edição de *Liberalism, Old and New*. No encontro com o médico, ouviu com resignação o diagnóstico de que tinha pouco tempo de vida. Hilda, sempre cuidadosa, sugeriu que fossem para o hotel, mas ele não quis: dali mesmo, apoiando-se na companheira de toda a vida, rumou para a editora, onde o aguardavam. Comportou-se lá como se nada de errado estivesse acontecendo. Com a cordialidade habitual, verificou os detalhes sobre a publicação, fez sugestões quanto à capa do livro que tanta alegria lhe dera escrever – e, sabia agora, jamais veria impresso – e despediu-se sem deixar a menor suspeita de que em breve partiria para uma outra esfera do tempo...

Rio de Janeiro, 11-20 de fevereiro de 2001

18. Redescobrimo José Guilherme Merquior

Gabriel de Arruda Castro
Gazeta do Povo, 7/02/2020

(URL: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/redescobrimo-jose-guilherme-merquior-um-pioneiro-em-desmascarar-a-esquerda/>)

Redescobrimo José Guilherme Merquior: um pioneiro em desmascarar a esquerda

Intelectual precoce e exímio polemista, o diploma José Guilherme Merquior ganhou notoriedade com seus ensaios eruditos nos quais desmascarava a esquerda

José Guilherme Merquior foi um intelectual precoce em quase tudo. Aos 18, já era crítico literário no *Jornal do Brasil*. Aos 22, diplomata de carreira. Aos 40, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Capaz de discorrer com profundidade sobre literatura, história, sociologia e política, ele foi uma figura de primeira grandeza no cenário intelectual do país entre as décadas de 1960 e 1980 – e um raro expoente do pensamento liberal naqueles tempos.

Formado em filosofia e direito, o carioca Merquior tornou-se doutor em Letras pela Universidade de Paris e em Sociologia pela London School of Economics, na Inglaterra. Como diplomata, ele atuou em diversos cargos, incluindo o de representante do Brasil na Unesco e o de embaixador no México.

“Ele foi um adolescente brilhante e, quando entrou no Itamaraty, se distinguiu muito rapidamente mesmo entre os diplomatas mais velhos. Àquela altura, ele já tinha lido sobre tudo”, diz o embaixador Paulo Roberto de Almeida, um estudioso do liberalismo.

Cultura e mundo das ideias

Mas foi como crítico literário e ensaísta que Merquior se tornou mais conhecido. Não que seus textos cativassem o grande público. Embora colaborasse com jornais de ampla circulação, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, ele falava sobretudo de cultura e do mundo das ideias. Seus artigos combinavam um estilo provocativo com demonstrações de erudição e numerosas citações (inclusive em alemão e francês, sem tradução).

Quem pegasse o jornal para ler um artigo de Merquior poderia se deparar com trechos assim:

“No nosso espaço político-cultural, o impulso desenvolvimentista e modernizador não só deve como pode assumir um caráter (também) nomocrático, sensível à polifonia dos interesses coletivos numa sociedade altamente diferenciada.”

O rigor com a língua portuguesa e, sobretudo, com a fidelidade aos autores que ele pretendia citar estavam, para Merquior, acima das preocupações com a popularização de suas ideias.

E as ideias eram de fato pouco populares à época. Merquior advogava por um regime liberal, na definição mais ampla do termo. Mais do que isso, ele tinha afinidade com o social-liberalismo (uma vertente do pensamento liberal que defende um regime de liberdade política e econômica, mas com prioridade para a redução da pobreza).

O diplomata também criticava aqueles que defendiam uma versão doutrinária e idealizada do liberalismo: “Num país com as nossas carências de capitalização e de serviços sociais, o antiestatismo sistemático não tem como ser um combate liberal, pelo simples motivo de que sua aplicação atrofiaria ou imobilizaria no Estado um dos principais, senão o principal instrumento de criação efetiva de liberdades – de oportunidades concretas de vida e de avanço para a maioria esmagadora da população”, escreveu.

Liberalismo social

O liberalismo social era, na visão que Merquior expressou no início dos anos 1980, a “única face legítima do liberalismo contemporâneo”. A posição social-liberal, dizia ele, tinha como cerne “o desiderato da igualdade das oportunidades”.

O tema era recorrente nos escritos de Merquior, embora poucas vezes ele tratasse diretamente de economia e dedicasse a maior parte de seus escritos à crítica literária, à sociologia e à política.

A política diária não o atraía tanto quanto os grandes debates filosóficos e artísticos. Ainda assim, Merquior ajudou a elaborar o programa do Partido Liberal, em 1985, e tratava de política com alguma frequência. “No reino da censura e no império ideocrático, não pode haver independência intelectual; só na república das liberdades floresce a autonomia do espírito, a altivez da palavra, a bravura da opinião”, escreveu ele, em 1981, ainda sob o regime militar.

O embaixador Paulo Roberto de Almeida afirma que José Guilherme Merquior tinha uma erudição ímpar. “É um tipo de intelectual que não existe mais. Merquior se destacou mais pela sua inteligência e pela sua cultura do que pelo trabalho diplomático”, diz.

Antimarxista convicto

Em um tempo no qual o diálogo entre intelectuais de esquerda e direita era frequente, Merquior foi amigo de figuras mais à esquerda, como o escritor Carlos Drummond de Andrade e o professor Leandro Konder Comparato. Mas não deixou de marcar posição: anti-marxista convicto, ele era com frequência definido como “polemista” por causa de seus ataques à esquerda.

Em seu livro *O Marxismo Ocidental*, publicado originalmente em inglês, ele faz uma análise rigorosa da tradição marxista e, ao fim, chega à seguinte conclusão: “Em conjunto, o marxismo ocidental (1920-70) foi apenas um episódio na longa história de uma velha patologia do pensamento ocidental cujo nome é, e continua a ser, irracionalismo”.

Em 1981 Merquior envolveu-se em uma controvérsia quando acusou a professora Marilena Chauí, intelectual idolatrada no Partido dos Trabalhadores, de plagiar trechos do francês Claude Lefor em seu livro *Cultura e Democracia*. A afirmação, feita por ele em um artigo de jornal, lhe trouxe a antipatia de parte da esquerda.

Na mesma época, analisando um livro recém-lançado do consagrado antropólogo Roberto da Matta, ele foi implacável quanto ao estilo:

“O autor expõe, em geral, com clareza, não raro com certa elegância; mas volta e meia sucumbe ao desleixo ou, pior ainda, a esse fraseado esquisito com que tantos textos universitários macaqueiam gratuitamente palavras e construções inglesas ou francesas. O desleixo abrange alguns anacolutos e várias regências incorretas, além da estranha menção a um tal ‘Alex’ de Tocqueville (que intimidades são essas, Professor Matta? O homem se chamava Alexis.)”

Merquior escreveu 22 livros, incluindo obras em francês e inglês. Naquele que talvez seja o mais conhecido deles, *Liberalismo: Antigo e Moderno*, ele traça um panorama abrangente da origem e do desenvolvimento das ideias liberais e mostra como essa tradição intelectual abarca conceitos diferentes, por vezes contraditórios, de liberdade.

Em seus anos finais, o diplomata ocupou um cargo na Casa Civil do governo Figueiredo chegou a colaborar com a campanha presidencial e com o governo de Fernando Collor.

O precoce José Guilherme Merquior acabou não resistindo a um câncer e morreu em 1991, antes de completar 50 anos de idade. Boa parte de sua obra ainda está à espera de ser redescoberta.

19. O príncipe dos sonâmbulos

Martim Vasques da Cunha

Medium, 14 de Março de 2020

[Excerto de *A Poeira da Glória*, págs. 548-560]

Quem tentou nos salvar dessa situação miserável de Carandiru Intelectual que vivemos nas últimas décadas, mas acabou caindo numa armadilha inesperada, foi José Guilherme Merquior, famoso ensaísta e diplomata, morto aos 49 anos de idade e que faria 79 anos em 2020, um dos desaparecimentos mais tristes que o Brasil já teve. Brilhante e precoce intelectual, a vida de Merquior foi marcada pelo estigma de *enfant-terrible*, pelo estilo claro na exposição de ideias filosóficas e na análise de obras literárias, passando pela depuração na chamada política liberal. Foi também um polemista incrível, que – apesar de se considerar um discípulo de Antonio Candido – lutou contra uma facção da Universidade de São Paulo (na qual se encontrava Marilena Chauí), mas sem perder a elegância que faltava aos monarcas daquelas bandas. No fim da vida, já alquebrado pela doença, quis realizar um projeto de nação, o último que o país teve, e que falhou por causa de um temor de enfrentar a imprevisibilidade da vida do espírito.

Contudo, ao mesmo tempo que Merquior quis incentivar a inteligência brasileira, pondo-a para funcionar por conta própria, ele acabou sendo, em vida, e depois com a morte prematura, uma de suas vítimas. Mas, antes de analisar-lhe a obra para descobrir qual foi a sua encruzilhada intelectual, temos de retratar o impacto da chegada do garoto-prodígio ao mundo das ideias brasileiras.

Com apenas vinte e um anos de idade, Merquior já tinha publicado vários artigos de crítica literária no suplemento cultural do *Jornal do Brasil*. Três anos antes do golpe de 1964, ele representava uma nova geração de críticos que substituiria os centauros que foram Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e Eugenio Gondim. Era impressionante em seus textos a facilidade que tinha para passar da literatura à estética, desta à política, retornando através da filosofia para fazer sua conclusão. Seu estilo era exemplar por não simplificar o tema, discutindo a ideia até o ponto em que se tornasse legível e legítima aos olhos do leitor. Nunca impunha sua visão de mundo, pelo menos não de forma explícita; nesse aspecto, era um diplomata por natureza, e a carreira que seguiu no Itamaraty foi só uma confirmação.

Além disso, a grande vantagem de Merquior em relação a seus novos pares, como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, era que ele visava compreender o fenômeno social e estético como um problema, nunca como uma solução.

Isso, no entanto, foi no início da carreira intelectual. Com o passar do tempo, Merquior, apesar do pluralismo e da tolerância com outras ideias, firmou-se no propósito de acreditar numa razão histórica, nitidamente influenciada pelo Iluminismo (era fã de Voltaire, de quem trouxe um pesado busto na primeira viagem que fizera à Europa) e por Hegel, e em que o sentido desta História é imanente a ela. Portanto, era lógico – essa palavra que fascinava tanto Merquior – que este sentido se projetasse num progresso, no qual a liberdade, a democracia e a igualdade tivessem papel fundamental. No meio disso tudo, havia o equilíbrio do Estado. Para ter este desejado progresso, seria necessário elaborar um projeto *de* nação e *para* a nação, onde a harmonia estatal traria como consequência a igualdade.

Merquior começou como crítico literário e é em seus ensaios sobre Rainer Maria Rilke, Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes que podemos perceber a semente de dois problemas. Primeiro, sua análise da poesia destes autores, reconhecidamente metafísicos (mesmo Drummond, na fase que vai de *A Rosa do Povo* a *Claro Enigma*, mostra que a desordem política é também uma desordem da alma), não aborda o problema religioso com profundidade. Para ele, a transcendência está no aspecto estético da obra, cuja forma se harmoniza com o conteúdo. Dessa maneira, Merquior já dá amostras de seu futuro namoro com o estruturalismo, ao qual vai se filiar, mesmo que de forma independente, por causa de seu futuro professor, Claude Lévi-Strauss. O segundo problema é sua completa falta de consciência das falhas do seu próprio racionalismo que surgiam nas entrelinhas de suas análises. Ao destrinchar *Elegias de Duíno*, de Rilke, Merquior aceita o mistério que envolve a obra, mas arrisca-se a explicá-lo por meio de sua forma artística, que fundamentaria o seu conteúdo.

A grande virtude do amor de Merquior pelas ideias é que ele não suportava desonestidade intelectual. É este mesmo amor que o levava a não considerar a poesia como a linguagem mais profunda que existe para representar a vida do espírito, limitando-a somente a um fenômeno estético. Seu amigo José Mário Pereira conta em seu relato memorialístico que Merquior ia à Igreja da Candelária, no Rio, e apreciava a arquitetura e as pinturas exibidas, com olhar extasiado pela beleza, apesar de, provavelmente, se questionar em seu íntimo sobre os aspectos religiosos.[1]

Infelizmente, isto não fica evidente em sua obra. Merquior tinha pavor de quem se opusesse a sua razão histórica e estética. Os títulos de seus dois primeiros livros demonstram isso: *Razão do Poema* e *A Astúcia da Mímese*, este último, inspirado na famosa expressão “astúcia da razão” de Hegel, um homem que entendia bem deste assunto. Quem quisesse colocar o insólito no debate intelectual, como o instinto, experiências transcendentais ou transfiguradoras, Merquior não hesitava em dar um peteleco e catalogar o sujeito de “irracional”, como se a razão em que acreditava fosse a única que prestasse.

Ainda assim, era capaz de lançar luzes sobre assuntos que ninguém tinha coragem de enfrentar. A crítica literária de Merquior é recheada desses momentos brilhantes. Seus ensaios sobre Drummond e João Cabral figuram entre os melhores da fortuna crítica destes autores. A visão em torno de Machado de Assis é a melhor introdução aos estudos literários de Antonio Candido, Raymundo Faoro, John Gledson e Roberto Schwartz. Sua admiração por Robert Musil era exasperante, chegando ao ponto em que ele preteria Eliot justamente por causa de seu “pensamento irracional”.

Mas o que deixa o leitor aturdido é que Merquior via a cultura como um todo orgânico que tinha suas metamorfoses e nunca se petrificava em sistema ideológico. Foi isso que o salvou da influência marxista, já que, para ele, Marx havia reduzido todo o sentido da História a uma luta de classes que terminava em ditadura, não em liberdade. Desde o início, tinha uma visão democrática do processo histórico, e foi esta visão que o botou numa série de suspeitas no Itamaraty: seria ou não um esquerdista? É certo que Merquior ajudou numa exposição de fotografia cubana, mantinha correspondência intensa com Leandro Konder (de quem era amigo desde os vinte anos) e depois teria contato frequente com Darcy Ribeiro. Ironicamente, sua política de boas relações com a esquerda foi curiosamente manipulada pelos próprios esquerdistas, que afirmaram que ele era “reacionário”, “cabeça da ditadura” e, talvez o golpe mais sujo, “guru de Fernando Collor”. [2]

Merquior suportava a esquerda porque, desde o início de sua carreira, sabia que ela teria um papel importante em seu projeto sócio-liberal. Numa carta ao então presidente José Sarney, citada por José Mário Pereira, ele comenta que “Cuba não oferece maiores perigos na América do Sul”, por isso deveriam reatar relações com o governo de Fidel Castro, como um “gesto de grande charme para a esquerda”. “Eles ficariam meio ano digerindo este pitéu, obrigados a achar que ‘pô, esse Sarney não é assim tão reaçã...’”. Numa outra carta, também endereçada a Sarney, Merquior escreve:

“Temos que servir certos gestos simpáticos à esquerda, embora – ça va sans dire – sem comprometer a linha moderada, social-liberal, que presidiu a nova república. Uma ‘apertura a sinistra’, sem exagero”.[3]

É por trechos como esse que percebemos como um homem inteligente pode errar miseravelmente. Merquior dava de bandeja o poder àqueles que, durante anos, reclamaram de perseguições e exílios. A pergunta que não quer calar era: sabia ele que este seria o fim de uma ordem política no Brasil? O que fica patente nos escritos de Merquior, quer sobre política quer sobre literatura, é sua ingenuidade. Ele não era malicioso; antes, acreditava piamente que seu projeto social-liberal ajudaria o Brasil a recuperar os rumos da democracia após vinte anos de ditadura militar – mesmo que tivesse que contorcer suas crenças ideológicas para que o seu projeto de poder desse certo.

O nó górdio da questão em torno do “fenômeno Merquior” é que ele analisava tudo sob o dogma da complexidade social. Assim, ficava praticamente míope ao fundo maior dos problemas que apresentavam seus estudos sobre ideologia e simbolismo. Seu mergulho no mar parava ao deparar-se com os corais – e ele não tinha coragem de ir adiante. Há em seus textos o medo secreto de tornar-se consciente dos problemas do espírito. Isso fica claro em sua análise sobre a ideologia, em que usa a metáfora brilhante do véu e da máscara. O véu cobria a visão de quem fazia e atuava nos interesses de determinada ideologia; a máscara era a face de quem via de fora e percebia o efeito nocivo dos dogmas ideológicos.[4] Para Merquior, no entanto, o véu e a máscara se tornaram um muro que o protegia dos seus dogmas do temor do irracional e do místico. Observem o que ele escreve sobre Jung:

Quanto a Jung, o cabeça de um renascimento romântico na teoria dos símbolos, seu rompimento com Freud deve ser encarado como um gesto essencialmente pré e não pós-freudiano. A despeito do valor heurístico limitado, mas real, da fantasia arquetípica, [Philip] Rieff mostra a verdade de modo contundente ao nos convidar a olhar para Jung como um estudioso fundamentalmente reacionário, em cuja obra a erudição teológica protestante, numa lamentável inversão, passa a atacar o que antes fora seu orgulhoso incentivo: o racionalismo crítico. A atitude cúltica de Jung para com a religião e com a cultura, sua “sabedoria” balsâmica, sua prosa tipo sábio e seu furor anticiência não forma mais do que os derradeiros arrebois do “humanismo literário em sua forma mais vingativa” — e, como tal, algo que mais merece ser desmascarado do que louvado. De qualquer modo, o homem que escreveu tantos estudos eruditos sobre um conjunto tão vasto de símbolos e de suas transformações (bem como sobre os símbolos de transformação) encarava de fato o simbolismo como força sagrada, não como objeto de estudo crítico. Por isso, é

mais do que conveniente aceitar o que ele diz e procurar alhures por princípios, e não simples pistas, de descoberta e explicação de questões simbólicas.[5]

Claro que a teoria jungiana tem suas falhas, mas Merquior fala mais neste trecho sobre o que o assusta do que propriamente do que ele defende. Seu maior medo é a *via simbólica* se infiltrando na sua amada razão, e assim ele vê os símbolos como um objeto crítico, apenas em seu sentido relativo, esquecendo-se do absoluto e do seu contato entre o humano e o divino. Além disso, critica Jung por seu “furor anticiência”, o que não corresponde aos fatos, pois o suíço foi o primeiro a procurar o físico Wolfgang Pauli para elaborar sua teoria da sincronicidade, além de trocar cartas com outros cientistas sobre os mais variados assuntos.[6]

Esta foi só uma amostra dos temores de Merquior. No entanto, não se pode duvidar de que Merquior sempre foi um crítico cultural que atendia corretamente à sua própria definição, explicitada no livro *As Ideias e as Formas* (título que, por si só, é uma profissão de fé no estruturalismo): “um ensaísta que analisa, de maneira original, no todo ou na parte, a cultura em que vive”. [7] Infelizmente, ficou apenas na parte — o todo foi deixado para trás, ou pior, o todo ficou nas mãos do fenômeno social.

É aqui que tudo se complica. O projeto socioliberal de Merquior, elaborado durante doze anos de estudos, ensaios e discussões com políticos, é um equívoco do começo ao fim porque parte de uma doença comum aos intelectuais daquele tempo: a divinização da História. No ensaio “A Regeneração da Dialética”, publicado no livro *O Argumento Liberal*, apesar de analisar a obra de Gerd Bornheim, e compará-la com *Experiência e Cultura*, de Miguel Reale, Merquior faz um elogio subliminar a Hegel. Era óbvio que mais cedo ou mais tarde isso acabaria acontecendo. Assim como acreditava Sérgio Buarque de Holanda, a busca de um sentido dentro da própria História levaria a crer que a história da salvação humana dependia de ninguém menos que do próprio homem. Não existe neste raciocínio a possibilidade de uma intervenção divina ou da graça — algo inviável para os padrões iluministas de Merquior. Leitor voraz de Kant, acreditava que o sentido da História era imanente — e a transcendência não passava de mera “irracionalidade”.

Isso termina na religião civil do Estado — ou, na visão ingênua de Merquior, em seu “equilíbrio social”. Ao comentar que a consciência humana, com Descartes e Hegel, tornou-se à parte de toda a interação do mundo, Merquior escreve que

Hegel fez do cogito não só um primeiro princípio, como um Todo — uma totalidade das totalidades, uma unidade absoluta. Simultaneamente, tentando

escapar às dificuldades do platonismo e da metafísica cristã no tocante à justificação do finito, fez do seu Espírito absoluto algo autossuficiente, porém não atualizado. O Espírito hegeliano só se atualiza em todas as suas possibilidades ao fim de um longo processo: nesse processo, como “substância que é sujeito”, o Espírito se torna progressivamente objeto.[8]

Não se trata apenas uma maneira de demonstrar admiração por Hegel. Merquior está devidamente fascinado pelo idealismo alemão, acreditando que a consciência humana só se concretiza dentro de um longo processo histórico que, inevitavelmente, terminará no progresso e no equilíbrio das instituições.

O Espírito – um “eu que é nós”, no dizer de Hegel – é Deus, mas corresponde à consciência histórica do gênero humano [...]. Hegel teria sido um criptoofita, um adepto clandestino da seita que, no paleocristianismo, adorou a Serpente como veículo da divinização do homem. O tema gnóstico da alienação positiva exalta o humano, por meio da identidade entre o Espírito e a consciência histórica; o tema gnóstico da retirada de Deus o glorifica ainda mais, pois confia ao homem a própria tarefa de redenção.[9]

Retira-se qualquer possibilidade de existência da graça divina neste raciocínio. Com a consciência humana abandonada por seu Absoluto – já que Deus se retirou deste mundo –, o que lhe resta é acreditar na razão que, como faz Merquior citando seu mestre polonês Leszek Kolakowski, “tem de ser ‘capaz de compreender a realidade como gestação da razão’”.[10] É a ideia de uma ideia, dentro de uma outra ideia – e, obviamente, isso não vai terminar bem.

Merquior insiste no erro como se estivesse amando o método do hábito. “Assim, a consciência que apreende o real sabe que esse ato de apreensão é parte, e parte motriz, da realidade”, [11] escreve. Não há mais o choque entre a apreensão da realidade e a realidade em si; a luta foi preterida para um dos lados, o que é sempre prejudicial quando se trata da abertura amorosa da alma. É então que vem a conclusão:

Talvez seja possível resumir a questão dizendo que, na dialética do Espírito progressivamente autoalienante (Espírito objetivo), até a reinteriorização-síntese que coroa todo o processo histórico-teológico (Espírito-absoluto), a filosofia, órgão supremo da conscientização da odisseia do Espírito, não pensa tanto sobre o mundo quanto pensa o mundo.[12]

O pensamento que deveria refletir sobre o mundo se torna o próprio mundo. A razão vence tudo, segundo Merquior. E, como o fim último de todo este processo histórico culmina com o Estado, seria coerente com seus propósitos iluministas esboçar um projeto nacional para um país que nunca teve uma visão adequada deste último. Merquior explica qual seria esta visão em seu livro *A Natureza do Processo*:

[A] consciência histórica deve ensinar-lhe a recusar juntamente ambas as falácias: a estadólatra e a estadófoba. Bobbio resumiu muito bem o problema ao advertir que o estado liberal não deve ser nem um mero guarda de trânsito, como preferem os neoliberais, nem um general, como pretendem os dirigistas “à outrance”. O guarda de trânsito se limitaria a tentar prevenir acidentes e trombadas no tráfico volumoso do desenvolvimento econômico e social contemporâneo, a que o estado — e o estado democrático, por definição — não pode ser indiferente. O general tentaria ordenar todas as ações da sociedade a partir de decisões tomadas exclusivamente por ele. No primeiro caso, a sociedade engoliria o estado; no segundo, o estado deglutiria a sociedade. Ora, na lição da história, a relação profunda entre os dois não é de contradição antagônica, e sim de implicação mútua.[13]

Sua visão equilibrada do Estado é uma doce idealização. Merquior parece se esquecer da sua natureza expansionista, em que, para preservar a natureza secreta do poder, se desdobra em inúmeros tentáculos de maneira tão sutil que o ataque à alma individual se torna imperceptível. “O Estado, no Brasil, não deve se omitir, nem precisa se demitir”, continua ele, “basta que não seja um estado comandado por petrograndistas e ocupado por novos emboabas”.[14] Para seu azar, ele foi justamente pregar este novo Estado no governo de Fernando Collor, repleto de emboabas.

Collor era um homem que se achava inteligente e acreditava que deveria se cercar de pessoas inteligentes, entre elas José Guilherme Merquior. No entanto, eram sujeitos que usavam o dom da inteligência para o proveito próprio. Merquior foi um dos poucos que realmente acreditavam que seu projeto daria certo porque era para o bem da nação. Foi ele quem escreveu o discurso de posse de Collor. “O principal redator do discurso de posse foi sem dúvida José Guilherme Merquior”, disse o embaixador e ex-ministro Marcílio Marques Moreira em seu livro-depoimento *Diplomacia, Política e Finanças*. Explica Moreira:

Gelson (Fonseca, embaixador) deu mais a forma, e Merquior, a substância. De Washington o presidente foi para o Japão e depois para a Europa, e ali se encontrou longamente em Paris, com Merquior, que era embaixador na Unesco. Depois, Merquior foi chamado ao Brasil. O presidente chamou também Vargas Llosa para conversar, porque ele era candidato no Peru, e até certo ponto os dois comungavam as mesmas ideias. Merquior participou da conversa. Ele me reportava tudo, infelizmente até o leito da morte.[15]

O encontro de Collor com Merquior e Vargas Llosa tem um relato mais detalhado no texto de José Mário Pereira. Cogitava-se a possibilidade do Ministério de Relações Exteriores para o jovem diplomata. Quem também estava presente no almoço era Roberto Marinho, que disse a Pereira:

Não tive oportunidade de conversar sozinho com o Collor. Aliás, tenho pouca intimidade com ele, apesar de conhecê-lo desde pequeno. Mas o Merquior foi prestigiadíssimo no almoço. A toda hora o presidente reportava-se a ele. Pediu-lhe, inclusive, que fizesse o discurso de saudação a Vargas Llosa.[16]

A nomeação para o ministério desejado não sairia (foi convidado para ser ministro da Cultura, mas recusou alegando que prejudicaria seus rendimentos), mas Merquior não guardou rancores de Collor. Fez mais dois discursos para o presidente, e voltou às suas funções na Unesco. Mesmo com o aparente rompimento de suas ideias em relação ao Plano Collor – uma verdadeira intervenção estatal digna da URSS – o prestígio de Merquior perdurou mesmo após sua morte, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência. FHC defenderia o papel de Estado que Merquior via como “equilibrado” – e hoje o PT se apropria da mesma retórica da *social-democracia obscurantista* para legitimar o aparelhamento ideológico das instituições a serviço do mito da “revolução permanente”.

Mas qual seria a causa de tamanho equívoco, alarmante para alguém que possuía uma lucidez intelectual peculiar sobre a cultura do país? “Merquior foi a mente mais brilhante da minha geração”, disse certa vez Bruno Tolentino numa de suas palestras, “mas seu grande problema era que ele evitava a qualquer custo refletir sobre o problema da morte”. Segundo Tolentino, Merquior não enfrentava a morte e, quando soube de sua doença, seu reconhecido “estoicismo” era uma forma de fazer da situação uma espécie de “conta-gotas”. Ele explicita esta relação nos dois primeiros sonetos do ciclo de “A Indesejada”, publicado no livro *Os deuses de hoje*:

Penso em José Guilherme Merquior como o deixei certa vez em Paris: melancólico e ativo, um chafariz de noções lapidares, do melhor que até então lhe ouvira. O monitor de ideias transformado em aprendiz tardio e prematuro de uma dor sem sentido, remédio ou cicatriz. O embaixador na última audiência, curvado sem querer na reverência mais inútil que fez... José Guilherme que eu mandei passear e dei ao verme sem dar-me conta! Como dói a ausência que lhe impus quando mais queria ver-me!

2. Ninguém pensou menos na morte, creio, do que aquele gnomo; mais ninguém, que eu saiba, conseguiu passar tão bem, tão distraído, no lugar mais feio da esplêndida viagem: seu passeio, rápido, sem paradas como um trem direto, iria longe, mais além dir-se-ia que não. Observei-o mais de uma vez às voltas com alguém, algum pobre-diabo a que o recheio apodrecia, e vi-o sempre alheio, sem compartilhar-lhe o drama, sem receio de que a sorte o tratasse assim também. Que o castigasse à hora do recreio. [17]

A tragédia de José Guilherme Merquior é que ele nem sequer teve tempo de rever suas ideias para, algum dia, reelaborá-las sob outro prisma, sem o muro do

racionalismo. Praticou a mesma traição dos intelectuais que Antonio Candido e seus asseclas cometeram na cultura brasileira, trocando a preocupação das coisas perenes pelas paixões políticas. A ausência de preocupação dos problemas do espírito, substituindo-os pelo dogma da razão e da História, levou-o a uma encruzilhada que quase o aproximou de uma nova variação do ódio organizado, mesmo que fosse um ódio com toques de esnobismo. Seus ideais socioliberais influenciaram os burocratas e os revolucionários do poder que comandam este país e, se suas intenções eram as melhores, nunca saberemos, pois as consequências levaram o Brasil a uma crise espiritual sem precedentes.

É isso o que acontece quando uma sociedade inteira se enamora do *fetichismo do conceito*: o sistema ideal acaba matando o mistério da realidade. O Estado mínimo é um mal necessário, e o que o indivíduo tem de fazer é vigiá-lo com todas as armas de sua consciência, pronto para aceitar os enigmas da vida que a razão iluminista não consegue explicar. Os verdadeiros problemas que a existência apresenta são insolúveis, e não são em hipótese nenhuma a representação de um fenômeno social, por mais complexo que este possa ser. E, se são insolúveis, a única coisa que se pode fazer é tratá-los com carinho, nunca como se fosse um combate em que um sonho soluciona tudo. Quem caça a realidade acaba sendo caçado por ela.

Entretanto, o caso de José Guilherme Merquior deve servir de exemplo. Era um homem digno, brilhante, mas que se deixou levar por seu próprio medo e se tornou o príncipe dos sonâmbulos. Ao querer evitar a disseminação da estupidez institucionalizada, sem saber acabou levando o Brasil para o Carandiru intelectual em que se encontra agora. Sua morte prematura é a prova de que podemos cair nos mesmos erros porque também somos humanos, e também temos medo do inexplicável e do irracional – da realidade implacável que deixa tudo para o verme. Sem dúvida, o melhor para nós seria o hábito da História e a preguiça do Estado. Contudo, é nos tempos de crise que, entre as trevas, aparecem os primeiros lampejos de luz. A escuridão está aí, densa e compacta, mas devemos estudar a trajetória de Merquior para que nossa consciência não caia na mesma alucinação, e assim não sermos dominados pelo medo, pela inveja e pelo ressentimento.

Notas:

- [1] José Mário Pereira, “O fenômeno Merquior”. Texto publicado em novembro de 2001; in: José Mário Pereira, “O fenômeno Merquior”. In: José Guilherme Merquior,

- Verso Universo em Drummond*. Trad. Marly de Oliveira. 3ª ed. São Paulo, É Realizações, 2012, p. 327-61.
- [2] Ibidem.
- [3] Ibidem.
- [4] José Guilherme Merquior, *O véu e a máscara*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998, p. 2 e 28.
- [5] José Guilherme Merquior, *O véu e a máscara*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998, p. 108.
- [6] Ver o seguinte livro sobre a relação de Jung e Pauli: Arthur I. Miller, *Jung, Pauli, and the pursuit of a scientific obsession*. Nova York: Norton & Company, 2009.
- [7] José Guilherme Merquior, *As ideias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 17.
- [8] José Guilherme Merquior, *O argumento liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 61–62.
- [9] Ibidem, p. 64–65.
- [10] Ibidem, p.65.
- [11] Ibidem, p. 65.
- [12] Ibidem, p.65.
- [13] José Guilherme Merquior, *A Natureza do Processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 142–43.
- [14] Ibidem, , p. 147.
- [15] Marcílio Marques Moreira, *Diplomacia, Política e Finanças*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001, p. 231.
- [16] José Mario Pereira, op. cit., p. 346.
- [17] Bruno Tolentino, *Os deuses de hoje*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 117.

20. José Guilherme Merquior: o esgrimista liberal

Paulo Roberto de Almeida

A caracterização de Merquior como “esgrimista liberal” foi atribuída pelo grande intelectual mexicano Enrique Krauze ao embaixador brasileiro pouco depois de seu precoce falecimento, em janeiro de 1991. José Mario Pereira, o editor da Topbooks que, à exceção do “último”, sobre o *Liberalismo antigo e moderno*, publicou os derradeiros livros do intelectual, diplomata e acadêmico (nessa ordem), transcreveu um trecho da homenagem do historiador mexicano no comovente ensaio que Pereira preparou sobre o “fenômeno Merquior” para a coletânea organizada por Alberto da Costa e Silva: *O Itamaraty na Cultura Brasileira* (Brasília: Instituto Rio Branco, 2001; pp. 360-378):

Sua maior contribuição à diplomacia brasileira no México não ocorreu nos corredores das chancelarias ou através de relatórios e telex, mas na tertúlia de sua casa, com gente de cultura deste país. (...) A embaixada do Brasil se converteu em lugar de reunião para grupos diferentes e até opostos de nossa vida literária. Lá se esqueciam por momentos as pequenas e grandes mesquinhezas e se falava de livros e ideias e de livros de ideias. Merquior convidava gregos e troianos, escrevia em nossas revistas e procurava ligar-nos com publicações homólogas em seu Brasil. (...) Merquior cumpriu um papel relevante: foi uma instância de clareza, serenidade e amplitude de alternativas no diálogo de ambos os governos. (Krauze, artigo publicado na revista *Vuelta*, janeiro de 1992; in: Pereira, op. cit., p. 365)

Tal postura também foi seguida por Merquior em todos os demais postos nos quais serviu e estudou – Paris, Londres, Montevidéu, Paris novamente –, como verdadeiro representante da cultura brasileira no exterior, um elo de ligação entre aderentes a ideologias opostas – marxistas e liberais, por exemplo – e também uma ponte entre intelectuais dos diferentes países pelos quais circulou, e nos quais tinha livros publicados (alguns foram escritos primeiro em inglês, depois traduzidos e publicados no Brasil). Tal acolhimento à diversidade de opiniões e de posições políticas diversas foi uma marca de toda a sua trajetória intelectual, um pouco errática em seu início como crítico literário, “até desaguar nos anos oitenta, na prosa quarentona de um liberal neo-iluminista”, como ele mesmo escreveu nas páginas introdutórias de seu livro *Crítica (1964-1989)*, também reproduzido no ensaio de seu editor brasileiro (Pereira, p. 363).

A caracterização de Merquior como “esgrimista liberal” foi também retomada pelo embaixador Rubens Ricupero na contribuição que ele ofereceu ao pequeno livro

que o chanceler Celso Lafer e colegas diplomatas decidiram organizar um ano depois de sua morte, ocorrida em janeiro de 1991. Registrando, por um lado, a universalidade do seu pensamento e, por outro, o profundo vínculo de Merquior com as coisas do Brasil e da região, o ex-ministro da Fazenda e ex-diretor da Unctad escreve as seguintes palavras:

O cosmopolitismo da formação universitária, a familiaridade que adquiriu no frequentar os grandes mestres europeus dos anos 60 e 70, nunca enfraqueceram em Merquior as raízes brasileiras e latino-americanas de sua cultura. (Rubens Ricupero, “A diplomacia da inteligência”, in: Lafer et alii, *José Guilherme Merquior, diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 15-20; cf. p. 16)

Ricupero relembra ainda que em seu último livro, preparado para publicação quando ele já se encontrava devastado pela doença, Merquior tinha incluído o argentino Sarmiento entre os pensadores liberais criadores do liberalismo, antigo e moderno (p. 16). Refletindo, logo em seguida, sobre como grandes intelectuais brasileiros se vincularam à diplomacia, ou como a atividade diplomática influenciou a produção intelectual de vários deles, Ricupero discorre sobre grandes nomes de estadistas e homens de pensamento do passado, muitos dos quais se encontrariam na obra que, sob a direção sucessiva dos chanceleres Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer, seria publicada em 2001, dez anos depois do falecimento de Merquior. Ele escreve notadamente esta observação pertinente sobre o dilema de muitos deles, entre o dever de ofício e o prazer da escrita:

Haveria, assim, nessa tipologia do diplomata-homem de cultura, dois extremos: o dos que sacrificaram, como Guimarães Rosa, a carreira à obra literária [pois que o grande escritor das Gerais passou anos e anos na modesta Divisão de Fronteiras, recusando postos no exterior] e o dos que, como o Barão [do Rio Branco] renunciaram à obra em favor de uma ação que os absorveu e consumiu a vida. Entre esses dois polos, a posição de Merquior era inequívoca: seu desejo era coroar uma brilhante carreira de crítico e pensador com uma atitude renovadora na política interna e externa do país, unificando pensamento e ação. (p. 18)

Uma produção intelectual extraordinariamente rica, diversificada, densa

Sua produção literária e ensaística, em pouco mais de três décadas de ativismo intelectual, é propriamente espantosa, medida unicamente pelo que foi publicado em vida, uma série imensa de obras densas e abundantemente recheadas de notas remissivas e referências bibliográficas – desde o primeiro livro, em 1963, até os dois últimos, em

1991, que ele não chegou a ver, escrito e publicado originalmente em inglês, sobre o marxismo e o liberalismo –, aos quais caberia agregar materiais inéditos e complementares, que vêm sendo selecionados pela família e pelos novos editores, coletados em edições *post-mortem*. Uma peculiaridade formal, mas que revela o extremo cuidado que Merquior emprestava à sua atividade de grande *scholar* – numa era em que as edições brasileiras, mesmo de livros acadêmicos, raramente eram acompanhadas de índices finais –, era o fato de todos os seus livros finalizavam, invariavelmente, com completíssimas referências bibliográficas e extensos índices onomásticos, também reveladores de seu respeito pela conferência dos pares e dos interessados em suas fontes de estudo e material de leitura.

Sua produção se divide, basicamente, de um lado, em obras de crítica literária, artística e estética e, de outro, em trabalhos de sociologia, de política e de cultura, em geral. Este ensaio vai dedicar-se essencialmente a esta segunda categoria, embora tenha sido na primeira na qual ele se distinguiu precocemente, primeiro nas páginas dos suplementos literários dos periódicos do Rio de Janeiro desde o final dos anos 1950, depois em livros contendo esses ensaios coletados, a partir de meados da década seguinte, recolhendo a admiração unânime, tanto de experimentados críticos literários, quanto de autores de poemas e romances, aqui compreendendo igualmente escritores estrangeiros. O próprio Merquior, ávido leitor de todos os críticos literários mais importante do mundo, os considerava “uma espécie hoje quase extinta”, como registrou no primeiro capítulo de *As Ideias e as Formas* (1981, p. 16).

Vale registrar, por importante, que mesmo os livros de crítica literária e de análise de temas culturais sempre foram permeados de reflexões que ultrapassam essas fronteiras estritas, e desaguam, invariavelmente, em questões da modernidade, do pensamento político do momento, de tendências acadêmicas que interessam ao grande público (Foucault, Althusser, o estruturalismo, os marxistas ocidentais, etc.) ou penetram na discussão de problemas brasileiros e mundiais. Como pioneiro e ativo participante nos debates políticos e culturais no Brasil, vários de seus livros foram compostos por artigos divulgados nos grandes jornais de circulação nacional, por vezes ensaios mais longos publicados em obscuras revistas acadêmicas, mas que se inseriam, precisamente, no diálogo constante mantido com outros luminares da cultura nacional ou até com “desafetos” eventuais, não assim considerados por ele. Cabe igualmente observar que alguns dos representantes da “cultura de esquerda” incidiram em acusações vilmente desonestas, pretendendo transformá-lo num “empregado da ditadura

militar”, quando esta ainda não tinha acabado, ou logo após o início da redemocratização, quando ele forneceu alguns bons textos sobre questões brasileiras ao presidente Sarney, ou sobre o “liberalismo social” ao presidente Collor.

Na primeira vertente de sua imensa produção podem ser situados: *Poesia do Brasil* (antologia com Manuel Bandeira, 1963); *Razão do poema: ensaios de crítica e estética* (1965); *A astúcia da mimese: ensaios sobre lírica* (1972); *Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura* (1974); *Verso Universo em Drummond* (originalmente em francês, 1975); *L’Esthétique de Lévi-Strauss* (1977; em português: 2013); *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira* (1977); *O fantasma romântico e outros ensaios* (1980); *As Ideias e as Formas* (1981); *O elixir do apocalipse* (1983).

Numa faixa de transição para textos de feitura mais propriamente sociológica, ainda no terreno da crítica cultural e filosófica, podem ser situados: *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt* (1969); *Saudades do Carnaval: introdução à crise da cultura* (1972); *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (1975); *The Veil and the Mask: essays on culture and ideology* (1979; em português: 1997); *Michel Foucault ou o nihilismo da cátedra* (apresentado como um “antipanegírico”; original em inglês e no Brasil: 1985; em francês: 1986); *From Prague to Paris: a critique of structuralist and poststructuralist thought* (1986; em português: 1991).

A partir de sua tese de doutoramento, defendida em 1978, na London School of Economics, sob a direção de Ernest Gellner, sua produção intelectual se dirigiu mais especificamente aos grandes temas da política e da sociedade: *Rousseau and Weber: two studies in the theory of legitimacy* (1980); *A natureza do processo* (1982); *O argumento liberal* (1983); *Western Marxism* (1986; em português: 1986, 2018); *Algumas reflexões sobre os liberalismos contemporâneos* (1986-1991); *Liberalism, old and new* (1991; também em português, já no âmbito de seu espólio, administrado pela família; em espanhol: 1996). Após sua morte, intelectuais e diplomatas amigos – Celso Lafer, Rubens Ricupero, Marcos Azambuja, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Gelson Fonseca – organizaram a já referida obra em sua homenagem: *José Guilherme Merquior, diplomata* (1993), pequeno volume de menos de 80 páginas no qual consta o discurso que Merquior proferiu como orador na formatura de sua turma no Instituto Rio Branco, em 1963, bem como seu texto sobre a questão da legitimidade na política internacional, tema da tese apresentada na qualidade de conselheiro aspirante à

promoção a ministro de segunda classe, no primeiro Curso de Altos Estudos do IRBr, em 1978 (quando ele não estava formalmente obrigado a fazê-lo).

Finalmente, em 1996, seu orientador na LSE, Ernest Gellner, organizou, com a colaboração de César Cansino, um volume de ensaios em sua homenagem: *Liberalism in modern times: essays in honour of José G. Merquior* (Oxford University Press), contendo inclusive uma contribuição de Norberto Bobbio (publicado em espanhol, sob o título de *Liberalismo, fin de siglo*; Universidad de Almeria, 1998). Vários de seus livros mais importantes – antes distribuídos por diferentes editoras – passaram a ser publicados no Brasil, mediante arranjos familiares, pela editora É Realizações.

Como a segunda vertente de Merquior, na qualidade de pensador da política e das relações internacionais, é a que mais interessa ao exame de suas ideias e análises vinculadas à política moderna e ao mundo contemporâneo, o restante deste ensaio será focado nos temas do marxismo, do liberalismo e da cultura política da modernidade, nos quais sua superior inteligência brilhou pelos insights e pela disposição à polêmica, como evidenciado pelo apodo que lhe atribuiu Enrique Krause, o “esgrimista liberal”.

Merquior diplomata: o sistema internacional e a Europa ocidental

Merquior foi basicamente um intelectual, dos mais livres que o Itamaraty conheceu, acentuando o seu libertarianismo ao longo da carreira diplomática até o ponto de dispensar cumprimentos do chanceler Azeredo da Silveira quando de sua promoção a ministro de primeira classe, pois que sabidamente “Silveirinha” nunca o teve em alta estima, em função, entre outros motivos, de sua independência de pensamento, assim como por seus notórios vínculos com o embaixador Roberto Campos, a quem o chanceler de Geisel considerava um dos seus maiores desafetos. Dele poder-se-ia dizer, parafraseando seu outro amigo, e editor, Eduardo Portela – quem disse uma vez, servindo ao governo Figueiredo como ministro da Educação, que “não era ministro, mas estava ministro” –, que ele não era um diplomata, mas sim um intelectual em tempo integral, servindo, adicionalmente, como diplomata de carreira.

Não obstante, segundo o testemunho de colegas e chefes, sempre desempenhou a contento suas funções, ainda que nos ambientes altamente intelectualizados de Paris, Bonn, Londres e outras capitais, em todas elas se relacionando com grandes mestres, intelectuais de seu nível e gabarito, e em todas as ocasiões aproveitando os momentos livres do trabalho de chancelaria para ler, estudar, frequentar cursos, escrever, produzir dissertações e teses, e publicar, continuamente, os resultados dessa segunda grande

jornada de trabalho, que era, provavelmente, a mais importante do ponto de vista de suas perspectivas intelectuais. Sua produtividade espantosa, entre artigos de jornal e trabalhos eruditos, nunca sofreu qualquer solução de continuidade, onde quer que estivesse, sempre atento às últimas novidades dos meios intelectuais aos quais estava ligado direta ou indiretamente, por paixão ou obsessão.

Suas atividades especificamente diplomáticas – informar, negociar, representar – eram provavelmente exercidas em meio às suas leituras, e na imbricação de seus afazeres mais acadêmicos do que burocráticos. Seu chefe em Londres, o embaixador Roberto Campos, deixou um registro desse malabarismo acadêmico-burocrático, em seu discurso feito na cerimônia de posse na Academia Brasileira de Letras, em outubro de 1999, tendo Merquior já falecido de um câncer no início da década. Campos consigna a sua homenagem póstuma ao grande colega de tertúlias intelectuais na capital britânica da seguinte forma:

Tive o bom senso de dispensá-lo da rotina da embaixada, encorajando-o a fazer seu doutorado em Sociologia e Política na London School of Economics.

Sua tese doutoral contribuirá mais para a cultura brasileira, disse-lhe eu, que os relatórios diplomáticos que dormirão o sono dos justos nos arquivos do Itamaraty.

Previ corretamente. A tese de Merquior - *Rousseau and Weber: Two Studies in the Theory of Legitimacy* - escrita em inglês erudito, que humilhava os nativos monoglotas, se tornou parte da bibliografia básica em várias universidades europeias. (Discurso de posse na ABL)

Não por tais concessões de seus chefes, Merquior deixava de cumprir suas obrigações burocrático-diplomáticas, sob a forma de telegramas e ofícios enviados à Secretaria de Estado como parte do ritual normal a que todo funcionário está adstrito. A quase totalidade desses expedientes, com exceção daqueles que ele efetivamente preparou já como chefe de posto, na embaixada no México e na missão junto à Unesco, em Paris, dorme efetivamente o sono dos justos nos arquivos do Itamaraty, e será difícil resgatá-los agora, requerendo um minucioso trabalho de garimpagem entre tantos papeis acumulados em maços empoeirados e obscuros. Mas um exemplo de seu trabalho metódico de análise do mundo da política internacional sobreviveu à crítica destrutiva das traças, ao ter sido mimeografado e distribuído como “folheto” pelo próprio Itamaraty. Encontrei-o no catálogo da biblioteca do Itamaraty – e também nos das bibliotecas do Congresso – sob o seguinte título: “O sistema internacional e a Europa Ocidental”, datado de “Bonn, janeiro-fevereiro de 1973” (seu segundo posto na carreira,

depois da embaixada em Paris), em 27 páginas cuidadosamente datilografadas, cujo estatuto preciso – se anexo a algum ofício de rotina, depois transformado em separata, ou se já um trabalho extra em meio aos expedientes de rotina – ainda precisa ser identificado.

O fato é que se trata de um curto, sintético, mas erudito ensaio – nada menos do que treze obras na bibliografia, entre eles a famosa conferência do embaixador, ex-chanceler de João Goulart, João Augusto de Araujo Castro, sobre o “congelamento do poder mundial”, e um artigo de Roberto Campos no *Globo*, no próprio mês de janeiro de 1973 – discutindo o panorama internacional no início daquela década, com uma atenção especial para o papel da Europa ocidental, ou mais especificamente da Comunidade Econômica Europeia, acrescida recentemente do ingresso do Reino Unido, no difícil equilíbrio de poderes no mundo bipolar da Guerra Fria, mas já marcando o retorno da China ao cenário geopolítico internacional. O trabalho está dividido em quatro partes bem identificadas: (a) “a dinâmica do sistema internacional nos anos 70”, com um pouco de prospectiva, portanto; (b) “o pentarca hipotético: a posição da Europa Ocidental”, entre os dois gigantes adversários; (c) “*Détente*, congelamento do poder mundial e impasse europeu”, com suas observações sobre os interesses contraditórios dos três grandes atores da CEE, França, Alemanha e Reino Unido; (d) “as negociações europeias de 1973”, sobre o começo do processo que seria depois conhecido como “acordos de Helsinque”, de 1975, e novas negociações em torno das armas nucleares entre os EUA e a URSS; mais a conclusão e a bibliografia.

Não é o caso de retomar aqui cada um dos seus argumentos sobre o cenário mundial e seus desenvolvimentos prováveis numa conjuntura em que os EUA procuravam se desengajar da terrível guerra do Vietnã, ao mesmo tempo em que a URSS brejnevista se dedicava a novos ensaios de projeção internacional em outros continentes, e quando a China buscava, justamente, uma aproximação ao Ocidente, ao ter na União Soviética a sua principal ameaça e favorecendo – este um ponto central – uma maior integração europeia, inclusive na área de defesa, como forma de diluir o imenso poderio convencional e nuclear da antiga aliada no sonho comunista. Merquior faz vários retrospectos ao período mais crucial da Guerra Fria e à doutrina da “mútua destruição” de Foster Dulles, mencionando *en passant* que “o Prof. Henry Kissinger é um renomado especialista em Metternich e Bismarck” (p. 1). Mesmo reconhecendo a oposição EUA-URSS, Merquior enfatiza que não se trata de um antagonismo “*inspirado por reivindicações territoriais, mas sim por divergências ideológicas*”, ao

passo que “o antagonismo URSS-China, ao contrário, *parte de motivos ideológicos, mas encerra uma divergência geográfica de enorme peso histórico*” (pp. 2-3; ênfase no original). A partir desse cenário, Merquior observa que:

De todas as combinações possíveis no interior do triângulo, a mais improvável é, de longe, uma conjunção sino-soviética contra os USA, sendo muito mais verossímil que os soviéticos se sintam obrigados a se aproximar de Washington, quando e se a China aumentar substancialmente seu capital estratégico e sua penetração nas zonas de influência soviética (p. ex., o Oriente Médio). (p. 4; ênfase no original)

Mais interessante, na perspectiva dos longos desenvolvimentos em direção ao final do século, são suas observações sobre a “pentarquia hipotética” da Europa Ocidental, e o papel dos três grandes países – duas potências nucleares, França e Grã-Bretanha, e uma potência econômica, a Alemanha – no complexo jogo com aqueles outros três grandes atores, no momento em que “o sistema internacional emprestou novas perspectivas de uma efetiva multipolarização do poder” (p. 7). Esse “pentarca” permanecia “hipotético”, uma vez “que prevalecem dúvidas fundadas sobre a efetivação, em futuro próximo, da unidade política da CEE” (idem). Essa é a questão crucial ainda hoje, como se pode verificar num relatório do Egmont Institute, de 2020, sobre as “escolhas estratégicas” da Europa para o resto da década, ainda centradas, justamente, sobre as possibilidades de que a UE possa se “reposicionar na política internacional”, adotando uma “Grande Estratégia” consensual entre seus membros mais importantes, sem alienar a cooperação com os EUA em face dos grandes contendores, mas sem continuar a ser dependente submisso das escolhas estratégicas americanas (Biscop, 2020). Merquior vai inclusive muito mais além do que simplesmente expressar a necessidade de maior integração e cooperação entre os países membros da CEE – apenas nove, naquela conjuntura – nos terrenos político e de defesa, penetrando no desenvolvimento institucional desse quinto membro hipotética da pentarquia do poder internacional, junto com os dois grandes nucleares, a China emergente e o Japão. Seu parágrafo, sem ênfases, é o seguinte:

Não há dúvida de que, para desempenhar o papel que a evolução do sistema internacional lhe reserva, ocupando o seu lugar na pentarquia em formação, a Europa Ocidental se depara hoje com a necessidade de realizar com urgência uma inédita operação de química histórica: a fusão dos estados nacionais europeus numa federação. Numa federação de 250 milhões de almas, econômica e tecnologicamente superior à URSS, ao Japão e à China. (pp. 7-8)

Merquior reconhece imediatamente a dificuldade e o ineditismo dessa metamorfose, devido à circunstância

... de que foi precisamente na Europa Ocidental que se originaram e mais se desenvolveram as entidades históricas denominadas Estados nacionais. A história do mundo registra muitas federações; mas desconhece, até aqui, uma federação feita de unidades tão ciosas e ciumentas de sua personalidade cultural e de sua soberania política quanto as grandes nações europeias. (p. 8)

Merquior continua enfatizando a relativa perda de poder pela Europa “desde os últimos decênios do séc. XIX”, inclusive em função da retração demográfica:

Em consequência, a posição internacional da Europa Ocidental encerra, atualmente, um verdadeiro desafio – um “challenge” no sentido de Toynbee. Ou o Ocidente europeu se unifica, ou não usufruirá, senão em mui pequena escala, das perspectivas de poder e influência oferecidas pela evolução inscrita na dinâmica do sistema internacional. (p. 9)

Depois de tecer considerações sobre as contradições e ambiguidades nas relações entre os três grandes europeus, sobretudo no posicionamento em face da arrogância e do unilateralismo americano – conceitos que ele não usa –, Merquior vem às suas conclusões que parecem válidas ainda para a atualidade, bastando substituir soviéticos por russos:

O que os soviéticos mais receiam, além do robustecimento da China, é a unificação política da Europa Ocidental, porque é grande o seu temor de que, unida, a Europa Ocidental se converta em fator de desagregação do bloco socialista, na medida em que sua vitalidade econômica e cultural, reforçada pela união, atrairia, mais do que já atrai, a maior parte dos atuais países satélites. Tudo o que se conhece dos trabalhos soviéticos de planejamento diplomático confirma essa impressão, ratificada pelos melhores kremlinólogos. (p. 24; ênfase no original)

Pois foi exatamente o que ocorreu menos de duas décadas depois, e não apenas em relação aos satélites da Europa central e oriental, mas também no tocante aos próprios membros da federação russo-soviética, como revelado mais adiante pelo caso da Ucrânia. Não se trata exatamente de uma presciência, ou profetismo, da parte de Merquior, mas de aguda observação dos dados da realidade internacional e regional, com base nas leituras que fazia de grandes especialistas ocidentais. O Brasil não aparece nessa análise de Merquior, a não ser pela adesão do autor às teses de Araujo Castro sobre o “congelamento do poder mundial” e por uma menção aprobatória à não adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP): “Bem andou o Brasil ao não assinar convênio tão estranhamente ‘altruístico’.” (p. 11), quando se sabe que seu amigo

e mentor Roberto Campos desdenhava dessas posturas e recomendava a adesão do Brasil ao TNP desde a sua finalização.

Finalmente, ao apoiar em sua conclusão, a ideia da “constituição de uma Europa Ocidental militarmente emancipada e politicamente coesa”, Merquior menciona um aspecto do balé diplomático ainda em voga na atualidade e totalmente pertinente para os dias que correm, com Brexit ou sem ele:

Nada comprova melhor a veracidade disso do que a constância com que Pequim aconselha a unificação política da CEE e o reforço militar da OTAN às personalidades europeias em visita à China... (p. 25)

No conjunto, esse ensaio de análise prospectiva sobre o cenário internacional, a partir de seu posto de observação em Bonn, tendo vindo de Paris na oportunidade em que se negociou o ingresso do Reino Unido na então CEE, oferece a oportunidade de penetrar na argumentação de planejamento diplomático de Merquior, em complemento ao seu interesse básico num momento de transição de sua própria trajetória intelectual: o distanciamento dos temas de crítica literária e cultural da primeira fase e um engajamento mais decidido nos grandes temas da ciência política e da realidade da política internacional. Poucos anos depois, em 1977, Merquior elaboraria seu curto mas denso trabalho sobre a legitimidade em política internacional.

A legitimidade intelectual de Merquior, diplomata

Celso Lafer, no ensaio de janeiro de 1993 que abre o livro publicado pela Funag como homenagem póstuma a Merquior, começa exatamente por comentar a evolução do seu pensamento já evidenciada na bipartição da produção intelectual acima registrada:

O tema da legitimidade ocupou um lugar importante na reflexão de José Guilherme Merquior, até mesmo na perspectiva de sua biografia intelectual, pois assinalou uma passagem da crítica literária para a teoria política. (Lafer, 1993, p. 9)

Seu texto é, então, todo ele dedicado ao exame da questão da legitimidade na política internacional, tal como refletida na obra de Merquior, a partir de sua tese de CAE, de 1978, e depois num colóquio realizado na UnB, em 1979, no qual Lafer serviu como debatedor no painel em que Merquior apresentou um “instigante texto”, sobre “A legitimidade na perspectiva histórica” (ambos, ensaio e comentários inseridos no livro: Universidade de Brasília, *Encontros Internacionais da UnB*, Brasília, Editora da UnB, 1980, pp. 297-317; 319-325).

O conceito, no entanto, não aparece no primeiro texto especificamente “diplomático” de Merquior, seu discurso como orador da turma do IRBr, que se formava em dezembro de 1963, e da qual o paraninfo foi ninguém menos do que o ministro San Tiago Dantas; o conceito chave, ali presente, é o de “razão”, mais especificamente a “razão histórica”, toda ela voltada para uma simbiose – uma relação “dialética” diria Merquior – entre a política interna e a política externa. Celso Lafer tece ainda considerações sobre o intenso e mutuamente profícuo intercâmbio de ideias e de obras relevantes, sobre essa e outras questões, que ambos mantiveram ao longo de anos. Lamentando, ao final, sua ausência repentina, Lafer registra que lhe serve de consolo registrar, nesse texto, “a sequência de meu diálogo em surdina com a irradiação permanente de suas ideias e de sua inteligência” (p. 14).

Em seu discurso de formatura, depois de passar por Rousseau, de referir-se aos debates da Escola Histórica alemã, de ver no paraninfo o “condutor da nova política externa”, com o “poder de simultaneamente exprimir e construir a vida brasileira” e de, mais uma vez, afirmar que “a razão moderna alimentada no realismo é uma racionalidade eminentemente histórica” (1993, p. 42), Merquior, então trabalhando no gabinete do chanceler João Augusto de Araújo Castro, chega ao ponto central da mensagem que ele pretendia fazer passar ao paraninfo, aos seus colegas, e ao próprio presidente, presente na ocasião, assim resumida no tema geral da correspondência entre a política externa e a política interna:

Se a nova política externa é assim tão estimulante para nós, se ela intensifica a esse ponto as possibilidades criadoras da diplomacia brasileira, é porque... ela se insere, com perfeita congruência, na vida nacional da atualidade. (p. 43)

O tema da legitimidade retorna em sua “tese” do Curso de Altos Estudos, escrita em Londres, em outubro de 1978, na qual discorre, em apenas 50 páginas, sobre as coordenadas teóricas da estrutura atual – “trinta e três anos subsequentes ao último conflito mundial” (p. 49) – das relações internacionais do ponto de vista da legitimidade, ao que se segue uma discussão sobre os fundamentos do poder internacional, de “caráter marcadamente **histórico**” (p. 51, ênfase no original). A bibliografia já começa por três obras de Raymond Aron – *Paix et guerre entre les nations* (1962); *Penser la Guerre*, Clausewitz, vol. II: *l’âge planétaire* (1976) e *Playdoyer pour l’Europe decadente* (1977) –, passa pelos principais teóricos das relações internacionais (Bull, Deutsch, Hoffmann, Rosenau e Wallerstein), por seu orientador da LSE, Ernest Gellner, e alcança alguns brasileiros conhecidos, com os

quais ele convivia pessoalmente: Roberto Campos, seu chefe na embaixada em Londres; o “pai fundador” das relações internacionais no Brasil, Celso Lafer – de quem cita um texto em inglês sobre a nova ordem econômica internacional, em livro organizado por Karl Deutsch e Hélio Jaguaribe –, José Eduardo de Oliveira Faria, cuja dissertação de mestrado sobre “Poder e legitimidade” havia acabado de ser defendida na Faculdade de Direito da USP, além dele mesmo: sua tese de doutorado sobre Rousseau, Weber e a teoria da legitimidade (sob a direção de Gellner, naquele mesmo ano). Essa tese constitui um verdadeiro marco em sua trajetória intelectual.

Rousseau e Weber na trama da legitimidade

A tese, defendida em 1978 na London School of Economics, publicada dois anos depois pela prestigiosa Routledge & Kegan Paul, na coleção “International Library of Sociology” (fundada pelo famoso sociólogo Karl Mannheim), é, sem qualquer hipérbole, um monumento à inteligência do autor e à seriedade na pesquisa sociológica, sem descurar a elegância do inglês erudito; de certa forma representou um marco para a própria instituição, assim como para seu orientador, Ernest Gellner, de quem se tornou amigo, trouxe ao Brasil – no quadro dos Encontros Internacionais da UnB, no início dos anos 1980, organizados pelo então decano de extensão, Carlos Henrique Cardim, professor e diplomata –, cujos trabalhos ajudou a disseminar entre os editores e o público inteligente do Brasil. Entre a tese mimeografada e o livro editado, uma pequena mudança no subtítulo: de “a study in the theory of legitimacy”, acabou saindo na publicação, “in a slightly diferente version”, como *two studies in the theory...*, o que reflete exatamente as duas partes da tese, e também do livro, com cinco capítulos sobre a filosofia política de Rousseau, seguidos de outros três (mas com dez subcapítulos) sobre a sociologia da legitimidade em Weber.

Entre o século e meio que separa o *Contrato Social* de Rousseau da *Economia e Sociedade* de Weber, a teoria social moderna parte da legitimidade, enquanto ideia rousseauiana da democracia deliberativa participativa, passa pelo constitucionalismo de Benjamin Constant – um crítico severo da soberania popular no sentido de Rousseau – e alcança o conceito de racionalização em Weber, cuja sociologia histórica, segundo Merquior, abriga, desde então, *the best available framework for understanding the contemporary relevance of Rousseau’s theory of legitimacy* (p. 207; ênfase no original da frase completa).

Nos *Acknowledgements*, ele agradece o “constant if intermittent exchange of ideas” com um grande número de amigos, entre os quais vários colegas diplomatas: Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto da Costa e Silva, Arnaldo Carrilho, Celso Lafer, Claude Lévi-Strauss, Evaldo Cabral de Mello, Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Cohn, Gilberto Freyre, Heloisa Vilhena de Araujo, José Francisco Rezek, José Jeronimo Moscardo de Souza, Jean-Marie Benoist, Leandro Konder, Leszek Kolakowski, Lucio Colletti, Luiz Navarro de Brito, Marcílio Marques Moreira, Perry Anderson, Raymond Aron, Roberto de Oliveira Campos (especial agradecido, por ter “generously encouraged the perpetration of this book”), Roberto Mangabeira Unger, Roberto Schwarz, Raphael Valentino Sobrinho, e Sergio Paulo Rouanet. Também merece agradecimento especial sua esposa Hilda, sobre quem ele se interroga se sua “personal partiality towards Jean-Jacques (as against Max [Weber])” não está refletida no livro. Talvez tenha sido a base do seu social-liberalismo.

Tendo iniciado, dois anos antes, minha própria tese de doutoramento em Ciências Sociais na Universidade de Bruxelas – mas terminada apenas em 1984, por injunções da vida diplomática, na qual tinha ingressado em 1977 –, lembro-me de ter lido o livro de Merquior assim que disponível, e utilizado, num dos capítulos sobre a dominação legítima em Weber, um conceito que ele elaborou, a partir da tipologia weberiana, especificamente o de “burocracia carismática”, aplicado ao contexto leninista da dominação política bolchevique. O debate, em minha tese – sobre a “revolução burguesa” no Brasil, a partir do *magnum opus* de Florestan Fernandes –, tinha a ver com a modernização política criada por uma revolução burguesa bem sucedida (o que não foi o caso do Brasil), resultando na aceleração da democratização social, terreno no qual tanto Marx quanto Weber estariam de acordo.

Na sociedade capitalista, esse fenômeno ocorre paralelamente à marcha da burocratização, que é um terreno especificamente weberiano. Marx, que tinha tido algumas intuições interessantes em seu diálogo com a sombra de Hegel, não tinha escrito nada de muito importante nesse terreno. Mas Lênin, sim, tratou disso na prática – aliás, ao mesmo tempo em que Weber, que acompanhava as peripécias do processo político russo desde a revolução de fevereiro – e, confrontado ao dilema colocado por escolhas irredutíveis entre “revolução” e “rotinização”, o líder bolchevique esteve na origem da mais monumental “burocracia carismática” que a história jamais conheceu. Em nota de rodapé a esta passagem de minha tese – o texto de 1984 foi publicado bem mais tarde: *Révolutions bourgeoises et modernisation capitaliste: Démocratie et*

autoritarisme au Brésil (Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2015), p. 126 – eu indicava que tinha emprestado livremente essa expressão ao trabalho de Merquior, especificamente na seção III do capítulo 7, “The suggestiveness of Weber’s typology: towards a theory of charismatic bureaucracy” (1980, pp. 122 e seguintes). Ao longo de meu trabalho acadêmico, esse conceito foi um, entre muitos outros, dos empréstimos que realizei às ideias e argumentos de Merquior, tal como expostos em seus livros que li com bastante atenção, no processo de minha própria conversão ao social-liberalismo, que ele mesmo tinha percorrido precocemente e de forma brilhante.

A tese, e *a fortiori* o livro que dela resultou, condensou as melhores qualidades de perfeito *scholar* que Merquior sempre exibiu em todas as suas obras, mesmo aquelas feitas a partir de simples coletâneas a partir de artigos de jornal: ademais de 27 páginas de notas ao final do livro, sintéticas (isto é, sem remissão bibliográfica), mas extensas, algumas bastante longas, prolongando a exposição e debate já realizado no corpo do texto, a bibliografia ocupa mais 18 páginas de títulos em quatro línguas (mas apenas um em Português, Gabriel Cohn), complementados por dois índices, um de assuntos, outro de autores.

A natureza do processo

Imediatamente após sua tese na London School – e independentemente de seus livros preparados com ensaios elaborados até ali: *O fantasma romântico e outros ensaios* (1980); *As ideias e as formas* (1981) –, Merquior preparou e publicou uma obra que ele chamou de “pequeno livro de palavras simples sobre coisas complexas”, cujo título tem um leve sabor hegeliano: *A Natureza do Processo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982). As palavras simples são: indústria, progresso, economia, liberdade, democracia, socialismos e humanismos, que constituem as sete partes nas quais se distribuem quatro dezenas de seções interligadas ao tema setorial, ademais da apresentação, datada de Brasília, em maio de 1982. Nessa apresentação, ele agradece à sua mulher Hilda – “cuja permanente sensibilidade para o social constitui um dos melhores incentivos a meu posicionamento social-liberal” – e ao editor Sebastião Lacerda, “que acolheu com entusiasmo e estímulo a ideia de um ensaio não-erudito sobre este tema”. O livro ‘é dedicado ao “fantasma de Irineu Evangelista de Sousa, barão e depois visconde de Mauá” (pp. 10-11).

Impossível resumir, em poucas linhas, a enorme profusão de ideias, conceitos, ideologias e argumentos agrupados em torno dos temas selecionados em cada uma das

sete partes, todas elas marcadas por um profundo conhecimento do “processo histórico”, tratando dos mais importantes problemas políticos, econômicos, sociais e culturais da modernidade, tendo o mundo por cenário, mas onde o Brasil comparece episodicamente. O objetivo do livro, segundo Merquior, era o de “aclarar a consciência do mundo presente no espírito dos homens e mulheres de cultura média, do indivíduos com gosto pela reflexão histórica ou filosófica, mas que dela não fez necessariamente o seu ofício” (p. 9). Na impossibilidade de abordar cada um dos temas desse livro, uma consulta ao índice de autores citados ilumina a extensão das leituras e do conhecimento de Merquior na abordagem de cada um deles. Em três páginas, espaço simples, de A até W, figuram todos os luminares do conhecimento universal, quase duzentos nomes (mais exatamente 189), começando por Lord Acton e terminando com Max Weber, tendo no meio: Jorge Amado, Bakunin, Norberto Bobbio, Chico e Sergio Buarque de Holanda, Churchill, Marx e Engels, Celso Furtado, Galileu, Gramsci, Hayek, Hobbes, Lênin, Lutero, Mao, Nietzsche, Orwell, Popper, Sartre, Adam Smith, Tocqueville e Voltaire. Como ele mesmo diz, sem eludir a dificuldade do seu empreendimento, nem mesmo a linguagem mais singela

... poderia dissipar, ou disfarçar, a complexidade dos fenômenos que se tentará compreender: as características básicas da sociedade moderna, o sentido do processo histórico enquanto evolução global da cultura humana, as várias peculiaridades da estrutura social contemporânea, os paradoxos do poder, a ambígua função do estado, o papel problemático da ciência, das ideologias e dos intelectuais... e no bojo de tudo isso, o vasto alcance das grandes opções político-ideológicas do nosso tempo. (p. 9)

O ecletismo das leituras de Merquior, em todas as tendências do pensamento político, é confirmado por uma breve citação de Marilena Chaui, a professora da “Fefelech” da USP, no centro de um rumoroso caso de “distração” na apropriação de parágrafos inteiros do sociólogo francês Claude Lefort – Merquior jamais falou em plágio –, quando ele trata dos irracionalismos contemporâneos: junto com Heidegger, que disse que “a ciência não pensa”, a “filósofa uspiana”, segundo ele representante do “impagável radicalismo filosófico de salão”, teria sustentado que, na nossa época, “o verdadeiro ópio do povo é a ciência”. Ainda são feitas várias críticas aos pais fundadores do “marxismo ocidental”, como Marcuse e Lukács, pensadores que voltariam a ser objeto de suas análises contundentes no livro escrito diretamente em inglês, *Western Marxism*, de 1986. De certa forma, essa obra, *A natureza do processo*,

constituiu uma preparação para saltos ainda maiores nessa década, representados pelos dois grandes livros seguintes, sobre o marxismo ocidental e sobre o liberalismo.

O argumento liberal: o liberalismo moderno é um social-liberalismo

O décimo-quinto livro publicado pelo prodigioso intelectual, *O Argumento Liberal* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982), cobre, em duas dúzias de textos (em geral artigos rápidos, publicados em jornais do Rio ou São Paulo), os temas da dicotomia esquerda-direita, as relações entre justiça social e consciência jurídica, o conceito e a realidade da revolução política e sócia, as relações entre estado e sociedade civil, divididos em quatro partes bem identificadas: perspectivas filosóficas, temas de teoria política, história e ideologia e Brasil e América Latina. “Em duas palavras”, sua introdução datada do Rio de Janeiro, em janeiro de 1983, Merquior explica que, como no livro anterior, *A Natureza do Processo*, sua nova obra

... se baseia na convicção de que tanto o saber quanto a história – a lógica do conhecimento e a lógica da experiência – estão do lado da democracia liberal. Mas ao contrário de *A Natureza do Processo*, que tenta aprofundar a consciência do mundo presente num único ensaio longo, *O Argumento Liberal*, coletânea de ensaios quase todos curtos, multiplica os ângulos de análise pela crítica de alguns conceitos e teorias de filosofia e política. (p. 11)

Nessa introdução, Merquior identifica seus companheiros de jornada na “área de reflexão nacional sobre o significado psicológico, ético e histórico da liberdade”, numa linha que busca o “desdobramento, e não superação, da grande tradição do pensamento liberal”: Celso Lafer, Cândido Mendes de Almeida, Marcílio Marques Moreira, Luiz Navarro de Brito, Francisco de Araújo Santos, Sérgio Paulo Rouanet e Vamireh Chacon. A despeito de desentendimentos pontuais, todos eles apostam “na superioridade da *argumentação* liberal – na sua capacidade de se impor pela sua maior racionalidade e objetividade, em lugar de recorrer ao dúbio carisma das ideias míticas” (p. 12).

Um dos artigos mais longos, “A regeneração da dialética” – publicado na *Revista Brasileira de Filosofia* (vol. 32, 1982) – é dedicado a Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder (dois gramscianos) e a Vamireh Chacon (um liberal weberiano), “em provável desacordo e amizade certa” (p. 33), o que testemunha amplamente de sua capacidade de conviver amigavelmente com pensadores da corrente marxista, mesmo castigando a “virulência panfletária” de um Lukács. O livro é uma ampla discussão em torno de um livro do filósofo gaúcho Gerd Bornheim – *Dialética, teoria, práxis: ensaio para uma*

crítica da fundamentação ontológica da dialética (Porto Alegre: Globo-Edusp, 1977) –, mas, paradoxalmente, a “regeneração da dialética” é encontrada por Merquior num livro de Miguel Reale publicado no mesmo ano – *Experiência e cultura* (São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1977) –, no qual o “filósofo considerado “de direita” denuncia o “ illogicismo de Hegel”, assim como a “estéril artificialidade da infringência dos princípios da lógica formal por parte das dialéticas enamoradas do demônio da contradição” (p. 50).

Nas quarenta páginas desse brilhante ensaio, que prepara o futuro livro sobre o marxismo ocidental, Merquior cita, com autoridade e pleno domínio da matéria, vários outros filósofos marxistas e estudiosos da dialética, de diversas correntes políticas e ideológicas, inclusive na vertente econômica, na qual se refere a Bohm-Bawerk e Schumpeter, que refutaram as teorias marxianas como carentes de qualquer “formulação lógica regular”. Com sua natural ousadia, Merquior fulminou:

A teoria marxista do valor, por exemplo, não costuma ser rechaçada por ser supralógica, e sim por ser ‘metafísica’, isto é, insuscetível de falsificação empírica. (p. 51)

Num outro artigo, que deu origem ao título do livro, “O Argumento Liberal” – publicado na revista *Tempo Brasileiro* (65-66, 1981) – dedicado a Marcílio Marques Moreira, Merquior começa por afirmar que o “ cerne do argumento liberal é a velha lição de Montesquieu”, segundo quem “não basta decidir sobre a base social do poder, mas é igualmente importa determinar a *forma de governo*” e garantir que o poder “não se torne ilegítimo pelo eventual arbítrio do seu uso” (p. 87). Por isso que o primeiro princípio liberal é o *constitucionalismo*, ou seja, a limitação do poder, fazendo com que este seja exercido com autoridade, mas não como violência. Mas o constitucionalismo não é uma condição *suficiente* e não possui legitimidade fora do ideal democrático.

Merquior identifica três fases principais no liberalismo:

Locke e Montesquieu são, por assim dizer, mais ancestrais do que fundadores, porque sua teorização precede o advento da revolução industrial e da Revolução Francesa, e o liberalismo cresceu como ideologia profundamente marcada por ambas. (...) Mas o primeiro ato da ópera liberal, após essa imprescindível *ouverture*, é o que se estende de Benjamin Constant (1767-1830) a Herbert Spencer (1820-1903).

De Constant a Spencer, floresce o *paleoliberalismo*. Seu maior mérito foi ter acrescentado à teoria da limitação do poder um conceito decisivamente ampliado da liberdade. (...)

Em compensação, esse tipo de liberalismo se mostraria singularmente cego ante a dimensão do estado. Nem Constant nem Spencer souberam ver o que viu Tocqueville: que o crescimento da liberdade civil foi acompanhado, e na realidade

pressupôs, uma tremenda expansão da regulamentação da sociedade pela lei, isto é, pelo estado enquanto foco emissor do direito. (...)

Bem antes que a ideologia paleoliberal declinasse, uma outra fase da história do liberalismo começou: a fase *social-liberal*. (...)

A rigor a época social-liberal pode ser colocada entre [John Stuart] Mill e os *liberals* rooseveltianos – ou melhor, entre Mill e Keynes, já que este foi seu grande economista, o diagnosticador e terapeuta das insuficiências do *laissez-faire*. (...)

Do predomínio da ideologia social-liberal na era keynesiana (1930-1973) resultou na entronização política daquilo que Raymond Aron chama de ‘síntese democrático-liberal’... (...)

Qual seria a terceira fase da ideologia liberal? Nesses últimos anos, a voga do antikeynesianismo e a viragem direitista na política anglo-saxônica deram novo lustre ao *neoliberalismo*. Seu maior profeta, o austro-inglês F.A. Hayek, propõe um verdadeiro dismantelamento do social-liberalismo, um retorno em regra ao estado mínimo e à convicção de que o progresso deriva automaticamente de uma soma não-planejada de iniciativas individuais. (...)

O neoliberalismo é, portanto, essencialmente, a reprise do paleoliberalismo; e como verificamos as deficiências deste último em matéria de visão histórica e consciência social, parece inevitável preferir, ao retrocesso neoliberal, uma retomada criadora do social-liberalismo. (pp. 89-95)

A coletânea de textos curtos e longos n’*O Argumento Liberal* compreende ainda, na sua seção final, cinco outros ensaios sobre o Brasil e a América Latina, inclusive um artigo final sobre a evolução política do Uruguai – um dos postos em que serviu Merquior, antes de seu retorno ao Brasil, às vésperas do governo Collor –, no qual se confirma o êxito do governo de José Battle, “o maior estadista do Uruguai moderno” (p. 247), que criou uma espécie de “socialdemocracia keynesiana *avant la lettre*” (p. 252). O índice de autores citados nesse livro por Merquior é ainda mais impressionante do que o anterior, seis páginas em duas colunas, em tipo reduzido e espaço simples, indo de Capistrano de Abreu a Jindrich Zeleny, um filósofo tcheco cujo livro ele citou no ensaio sobre a “regeneração da dialética”, em tradução para o inglês. Os autores que recebem mais citações são Hegel, Leszek Kolakowski, Nietzsche, Tocqueville e Max Weber, entre dezenas de outros menos citados.

Reflexões sobre os liberalismos contemporâneos

Em meados dos anos 1980, já amplamente conhecido por seus artigos na imprensa diária do Brasil e, notadamente, por seu livro *O Argumento Liberal*, publicado em 1983, Merquior foi convidado, pelos institutos liberais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, a participar do ciclo de palestras sobre “Os fundamentos do liberalismo”. Sua conferência em ambos os institutos, em novembro de 1986, editada em 25 densas

páginas, espaço simples, foi publicadas cinco anos depois, em dezembro de 1991, num opúsculo: *Algumas reflexões sobre os liberalismos contemporâneos* (Rio de Janeiro: Instituto Liberal do Rio de Janeiro), ou seja, quase doze meses depois de seu falecimento (talvez mesmo por isso).

Ele alertava, logo de início, que suas reflexões faziam parte de seu “modesto *working progress* no campo da filosofia político-econômica, com um foco todo especial no debate liberal”, mas, em primeiro lugar, insistia muito em falar de liberalismos contemporâneos “no plural” (p. 5). Justificando tal observação, ele dizia que o “*revival* do pensamento liberal está exatamente na diversidade de posições, a qual, em última análise, caracteriza o liberalismo ou os liberalismos” (idem), e sugeria partir de “um ligeiro exame do neoliberalismo”, começando por perguntar-se se o prefixo *neo* se justificaria (p. 6). Ele dispensou um debate inútil em torno de qualquer reflexo passadista, de “restauração pura e simples do capitalismo tipo 1850, do capitalismo *laissez-faire*” do século XIX, e se fixou no conceito de liberismo, forjado por Benedetto Croce para expressar o liberalismo propriamente econômico (p. 7).

Merquior via na obra de Hayek “o principal fator intelectual na renascença do liberismo e no reconhecimento da necessidade da liberdade econômica” (p. 11), mas ele se inquietava, ao mesmo tempo, da tendência do filósofo e economista austríaco em direção a um evolucionismo à la Spencer. Ele inclusive critica Hayek, que “chegou a propor a parcial substituição de instituições democráticas pelo seu ideal ‘demárquico’ e não democrático, mas não se pode dizer que tal proposta tenha recolhido muito sufrágio, mesmo entre os liberais contemporâneos” (p. 20). Já finalizando, na parte do debate, ele lamentava que o liberalismo não era exatamente vilipendiado, quanto deformado, ainda que registrasse um esforço de recuperação, não tanto dos ingleses, mas da parte de novos liberais franceses. Suas palavras finais, nessa conferência, provavelmente fora de seu próprio registro textual, pois que objeto de provável desgravação ulterior, merecem um registro quase completo:

Na tradição francesa... o primeiro grande liberal... foi, evidentemente, Montesquieu; um segundo floresceu mais perto da metade do século passado [XIX], e foi Tocqueville; e o terceiro foi justamente, já na nossa época, Raymond Aron. Como seria possível, rapidamente, vê-los em termos de um crescente enriquecimento de observação histórica? Ora, Montesquieu teorizou a sociedade liberal, porém, não ainda democrática. Ele teorizou uma sociedade liberal cujo modelo era uma república mercantil de feição ainda oligárquica. Ele tinha, em última análise, como ponto de referência, a Inglaterra Whig como próspera república mercantil – república no sentido sociológico da palavra, bem entendido. Vem em seguida Tocqueville (algumas gerações depois) e teoriza sobre a mesma

sociedade liberal nos seus princípios clássicos, mas já na forma de uma sociedade democrática. Quer dizer, aquele elemento histórico que ainda faltava em Montesquieu, que era a democracia, é incorporado pela reflexão de Tocqueville, simplesmente porque ela ocorre algumas gerações mais tarde. Em Raymond Aron o quadro se completa com a incorporação de uma democracia industrial. Repetindo, Montesquieu teoriza sobre a sociedade liberal, porém ainda não democrática; Tocqueville teoriza sobre a sociedade liberal já no contexto democrático, porém ainda não industrial, ainda anterior à grande transformação urbano-industrial da nossa época; e Raymond Aron completa a grande galeria reteorizando sobre os princípios liberais em conexão com as grandes democracias industriais. Há, portanto, na própria galeria concreta dos grandes pensadores liberais esse movimento... e que eu acho que é realmente a única via, o único caminho para esse contínuo enriquecimento do pensamento liberal contemporâneo. (1991, pp. 26-27)

O marxismo ocidental: um debate para encerrar o ciclo dos irracionaisismos

Merquior sempre teve obsessão pelo predomínio da razão, não apenas no trabalho puramente teórico de pesquisadores universitários, mas igualmente no processo de definição e implementação de políticas públicas, sejam elas internas ou desenvolvidas no plano externo da nação. Daí o cuidadoso escrutínio que ele sempre exerceu em relação às ideias e argumentos proferidos e publicamente divulgados por colegas intelectuais, no importante trabalho de desvendar a trama das ideologias, de afastar o véu da falta de lógica, e mesmo de irracionalidade, contido nessas posturas, e de aproximar assim, o mais possível, o discurso didático do ambiente real, no qual vivemos e exercemos direitos democráticos e desempenhamos obrigações sociais.

Muito desse constante trabalho de crítica social e cultural se exerceu nos amplos espaços dos periódicos de grande circulação, o que lhe granjeou não poucos desafios nos meios acadêmicos, geralmente aqueles mesmos pesquisadores e professores já visados desde o início dos anos 1950 por Raymond Aron, em seu livro devastador, *O Ópio dos Intelectuais*. Data dessa época certa cisão no seio dos trabalhadores ditos “intelectuais”, entre os que preferiam *avoir tort avec Jean-Paul Sartre* do que *avoir raison avec Raymond Aron*, por muitos deles considerado um “pensador de direita”, amigo dos americanos e dos capitalistas e, portanto, “inimigo da classe operária”. O culto da “revolução salvadora” era proverbial entre esses universitários, assim como o anticapitalismo visceral, fenômenos que se difundiram facilmente em ambientes universitários, especialmente na América Latina, onde personalidades liberais, como Roberto Campos, sempre foram rechaçadas como “inimigas do progresso social”.

Nesse contexto, o chamado marxismo ocidental ocupa um espaço próprio no terreno das ideologias e dos irracionalismos contemporâneos: bem mais sofisticado do que a versão dogmática do leninismo-stalinismo-maoísmo delirante, o marxismo ocidental interpretou as clássicas teses marxianas a respeito da organização e da transição econômica e política das sociedades capitalistas em direção de um futuro socialista de uma maneira a seduzir amplas camadas da opinião pública – em geral nos próprios meios universitários e no âmbito da mídia –, o que lhe conferiu certo ar de superioridade nesses ambientes. Merquior nunca hesitou em confrontar-se a teses e argumentos que ele achava simplesmente irracionais ou completamente desprovidos da lógica mais elementar, no confronto com dados da realidade, e também apoiados em outros argumentos, retirados da própria pesquisa acadêmica animada pelo rigor empírico, não eivada de pré-conceitos vinculados ao terreno pantanoso das ideologias.

Ele exerceu esse mesmo espírito crítico a propósito da produção influente de certos luminares da academia, mesmo quando observava o máximo respeito e atenção às suas teses, como pode ter sido, de um lado, o caso do antropólogo Claude Lévi-Strauss, do qual foi aluno, e de outro, o do “filósofo historiador” Michel Foucault, de quem leu todos os livros, pois que muito cultuados nos meios acadêmicos de diversos países. Merquior acompanhava com atenção todos os movimentos intelectuais em curso na chamada *république des Lettres*, mesmo sem ter sido professor regular de alguma instituição universitária, salvo durante certo período na UnB e como “visiting scholar do King’s College da Universidade de Londres. O que o atraía, na verdade, era a novidade em si, e a polêmica que se estabelecia em torno das novas ideias e propostas políticas; o que o movia era o argumento intelectual, um desafio ao exercício de sua capacidade analítica, o gosto pelo diálogo inteligente e a defesa constante da razão. Nessa tarefa assumida voluntariamente, ele foi, junto com seu chefe em Londres Roberto Campos, o maior polemista da cultura brasileira.

Sobre Lévi-Strauss, seu professor num seminário especial conjunto de antropologia social, do Collège de France e da École Pratique de Hautes Études, que ele tinha frequentado ao final dos anos 1960, Merquior preparou um livro, a partir de um estudo preparado antes em francês, em 1969, publicado primeiramente no Brasil – *A Estética de Lévi-Strauss* (Brasília: Editora da UnB, 1975) – e depois na França: *L’Esthétique de Lévi-Strauss* (Paris: PUF, 1977). Na verdade, o “estruturalismo” do primeiro alcança vários outros terrenos do conhecimento universitário, entre eles a linguística, assim como, mas numa via independente do antropólogo que lecionou no

Brasil nos anos 1930, o próprio marxismo, em especial *chez* Louis Althusser, que Merquior também criticou em um dos múltiplos ensaios sobre os muitos modismos filosóficos franceses (neste caso, o “marxismo estruturalismo”). O que ressalta, no estudo das obras desses mestres acadêmicos, sempre foi o fato de que Merquior havia lido tudo o que eles haviam escrito, e até o que ainda havia escrito sobre eles; em vários casos, obras originais em alemão eram lidas nas traduções para o italiano, para o francês e obviamente para o inglês, língua que ele dominava inteiramente.

Merquior foi bem mais contundente em relação a outro *dernier cri philosophique français*, mas que também teve enorme sucesso em muitos países, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil: o neo-anarquismo de Michel Foucault, portador de uma retórica filosófica pós-estruturalista. Seu livro *Michel Foucault ou o niilismo da cátedra* (publicado simultaneamente em 1985 na Grã-Bretanha e, em tradução de Donaldson Garschagen, no Brasil; na França o foi no ano seguinte), começa castigando a tribo foucauldiana, que teria “o hábito de ignorar sistematicamente o volume e a qualidade das críticas feitas às proezas histórico-filosóficas de seu ídolo” (no prefácio “Aos incautos”, da edição brasileira (Nova Fronteira, p. 9). Ele é ainda mais acerbo nesse prefácio voltado à tribo brasileira (“entre nós, barbaramente autodesignada como ‘foucaultiana’”), pois se refere, ironicamente, a um “sofisticado Partido Epistêmico Foucauldiano (PEF) ou o inculto Movimento Foucaultiano Pró-Anarquia e perversão (Mofap), ora em curso de registro na Nova República” (p. 9).

Ironias à parte, essa crítica do conjunto da obra de Foucault, recolhendo igualmente um volume impressionante de escritos sobre o filósofo-historiador, tanto de filósofos quanto de especialistas nas diversas áreas que ele abordou, permite uma ampla visão do que realmente escreveu o “niilista da cátedra”, uma avaliação bem mais consistente do que a avaliação beata que acadêmicos de vários países – entre eles com espantoso sucesso no Brasil – fizeram das digressões provocadoras do pesquisador e professor francês, um “mestre do neo-anarquismo moderno” segundo Merquior. Os dez capítulos de análise de cada um dos livros, não só as mais importantes obras, mas o conjunto da produção de Foucault, são seguidos de muitas páginas de notas bibliográficas extremamente detalhadas, e de uma bibliografia de todas as obras editadas no Brasil (o que também foi feito nas edições inglesa e francesa), das entrevistas publicadas com ele, das obras “sobre” Foucault (inclusive um livro editado por Sergio Paulo Rouanet: *O Homem e o Discurso: A Arqueologia de Michel Foucault*, de 1971), de obras “que tratam” de Foucault e de “alguns artigos sobre Foucault” (na

verdade, mais de 45), e finalmente de “diversos” (mais 45 livros de autores consagrados). Para não variar, o índice de autores citados se estende pelas cinco páginas finais, indo de Theodor Adorno a Francisco de Zurbarán, sendo que os mais citados são Lévi-Strauss, Marx, Nietzsche e Platão (pp. 273-277).

Esse mesmo desinibido exercício de crítica erudita – por vezes demolidora – se apresenta em uma de suas obras mais importantes, o livro *Western Marxism*, escrito diretamente em inglês, generosamente dedicado a um dos mais importantes marxistas brasileiros, ainda que da vertente esclarecida do Partido: “Para Leandro Konder, que não concordará com tudo”. O prefácio é datado de Londres, de junho de 1985, tendo sido publicado no ano seguinte pela Paladin (com uma reedição em 1991), assim como sua edição pela Nova Fronteira. A nova edição brasileira pela É Realizações, de 2018, é bem mais completa, uma vez que a tradução de Raul de Sá Barbosa beneficiou-se de “um cotejo cuidadoso com o texto original, *Western Marxism*, a fim de aparar umas poucas arestas, assim como [para] dirimir outras tantas dúvidas” (da quarta capa dessa última edição). A nova edição que vem acrescentada de dois posfácios – um de João Cezar de Castro Rocha e outro de José Mario Pereira – e de um arquivo de Merquior, contendo críticas, debates, artigos do autor com escritos precedentes sobre os marxistas presentes no livro, manuscritos, resenhas das edições publicadas e correspondência com outros autores.

Como de hábito, Merquior leu tudo, ou quase tudo, dos marxistas ocidentais e do que se escreveu sobre eles e suas obras. Mas, por que dedicar-se ao estudo de uma corrente intelectual reconhecidamente a contra corrente do “sentido da História”, já que a insustentabilidade teórica do marxismo e a falência prática do socialismo já eram evidentes não só nas obras de eminentes críticos desde o início do século XX, mas igualmente na incapacidade produtiva e tecnológica dos “socialismos reais” revelada quase imediatamente no pós-Segunda Guerra? Como ele vivia entre colegas intelectuais, ele sabia, intuitivamente, que apenas trabalhadores acadêmicos se deixavam seduzir por ideias aparentemente generosas sobre as dificuldades da vida cotidiana sob as economias de mercado, influenciando, com isso, forças mais influentes na opinião pública, como a mídia e os próprios decisores políticos; ele se angustiava com a predominância do irracionalismo nas propostas de políticas públicas ou nos argumentos expostos nas academias, a despeito de continuadas provas sobre sua inoperância teórica e insustentabilidade na prática.

Uma consulta ao prefácio do *Marxismo Ocidental* não é suficiente para aquilatar a extensão e a profundidade de sua análise sobre o que é, ou o que foi, quem representou o marxismo ocidental – em oposição aos dogmas dos ventríloquos do PCUS e seus servidores – e o que representou essa corrente intelectual no contexto do pensamento político do Ocidente. Partindo do legado original de Hegel e de Marx, Merquior percorre os fundamentos do marxismo ocidental, nas figuras de Lukács e de Gramsci e chega ao pós-guerra, desde a Escola de Frankfurt até Habermas, passando por Walter Benjamin, que ele julgava um marxista “romântico”. Suas conclusões começam por reproduzir uma frase irônica da economista inglesa Joan Robinson: “O marxismo é o ópio dos marxistas” (p. 229), talvez uma paráfrase da famosa frase de Aron, sobre o “ópio dos intelectuais”. Merquior ainda agrega um “veredito” de Perry Anderson, com quem ele manteve um diálogo sempre respeitoso: o marxismo ocidental é o ‘método como impotência, a arte como consolação, o pessimismo como aquiescência’ (p. 230). Apenas um conhecedor profundo de cada uma das obras examinadas permitia esse tipo de método “desconstrucionista”, ou seja, provar a fragilidade teórica e o descompromisso com os dados da realidade dessas obras que se empenhavam em confrontar a razão.

Para os interessados na trajetória do marxismo moderno, vale a pena mergulhar nesse livro tão cativante (pela sua sempre presente ironia ferina) quanto profundo (pelas referências rigorosamente registradas a todas as obras publicadas ao longo de décadas). Uma avaliação final desse longo caminho percorrido em meio século de debates e diatribes, dentro e fora da tribo de marxistas, marxólogos e marxianos, pode ser feita através das próprias “conclusões gerais” (capítulo IV) de Merquior:

Agora que sua fase criativa parece esgotada, o marxismo ocidental está em vias de tornar-se uma forma suave de contracultura institucionalizada – o romantismo dos professores: insípido, encharcado de jargão, altamente ritualista, no reino de humanidades aguerridas contra a evolução da sociedade moderna. Para o historiador das ideias, não há nisso maior mistério: em seu conjunto, o marxismo ocidental (1920-1970) foi apenas um episódio na longa história de uma velha patologia do pensamento ocidental cujo nome é, e continua a ser, **irracionalismo**. (p. 248; ênfase agregada)

Interessante observar que, ao início de sua carreira como crítico literário, no começo dos anos 1960, Merquior ainda demonstrava certa condescendência para com os pendores esteticistas de um marxista dogmático como o húngaro Gyorg Lukács. Logo em seguida, porém, ele se afasta completamente da postura irracionalista das seitas gnósticas que ainda insistiam em defender o historicismo marxista, que no Brasil

derivaram rapidamente para uma vulgata lamentável: já não se lia mais Marx e outros clássicos do marxismo, mas tão simplesmente o francês Althusser, a chilena Marta Harnecker e outros ainda menos qualificados. Nos anos 1970, quando ele publicou sua “breve história da literatura brasileira” – *De Anchieta a Euclides* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; mas “quase totalmente redigido na Alemanha, no verão e outono de 1971”; p. xi) –, a nota inicial sobre as “obras do autor”, ainda anunciava, como estando “a sair”, um livro que teria por título *O Irracionalismo na Teoria Sociológica*; mas não há registro de que esse livro tenha sido completado ou sequer preparado para edição, pela editora da UnB ou qualquer outra. Essa “breve história da literatura brasileira” (apenas 200 páginas) substitui, aliás, amplamente vários volumes da *História da Inteligência Brasileira*, do crítico Wilson Martins (que ainda estava em curso de publicação, quando ele terminou essa obra literária), com a vantagem de comportar uma utilíssima “bibliografia seleta” sobre cada um dos autores analisados – alguns com magníficas caracterizações políticas e ideológicas no corpo do texto, a exemplo dos verbetes sobre Joaquim Nabuco e Machado de Assis –, ademais de um “quadro cronológico” em três colunas: uma dos grandes eventos mundiais, a outra das grandes obras da literatura ocidental e uma terceira da produção intelectual brasileira.

Entre o marxismo e o liberalismo, a Revolução Francesa repensada

Entre as suas duas obras magnas do final dos anos 1980 – e dos anos finais da sua vida –, o *Marxismo Ocidental* e o *Liberalismo antigo e moderno*, Merquior deu continuidade à sua prodigiosa produção intelectual, expressa não apenas em artigos de jornal, ensaios em revistas acadêmicos, mas também em palestras e conferências nos mesmos ambientes em que ele circulava seja como representante diplomático do Brasil, seja como “embaixador da cultura brasileira”, o que transcendia largamente o trabalho burocrático entre chancelarias. Há uma série de textos não considerados na sua bibliografia “oficial”, por representar palestras feitas a convite de entidades locais, mas que condensam a mesma densidade da pesquisa e a alta qualidade argumentativa já presentes nas obras “maiores”, textos de ocasião, por demanda de interlocutores incontornáveis. É o caso de palestras e conferências feitas, já como embaixador, no México ou na missão junto à Unesco, em Paris, seus dois últimos postos, ou de prefácios elaborados a pedido de seus editores.

Na primeira vertente, pode ser ressaltada a conferência feita na Universidade Nacional do México (UNAM), em 1988, sobre “El otro Occidente: um pouco de filosofia

de la história desde Latinoamérica”, posteriormente publicada nos *Cuadernos Americanos Nueva Epoca* (n. 13, enero-febrero 1989). Trata-se de um vasto panorama sobre a filosofia da história, partindo de Hegel e passando por Burckhardt, mas que chega ao mexicano Leopoldo Zea, com base num livro que este havia publicado pouco antes, *Discurso sobre la marginación y la barbarie* (Barcelona: Anthropos, 1988), numa espécie de diálogo a distância com o americano Richard Morse, em seu livro *O Espelho de Próspero*; a bibliografia utilizada para elaborar sua palestra ultrapassa duas dúzias de títulos, sendo dois de seu antigo orientador na LSE, Ernest Gellner, mas também Braudel, Lévi-Strauss e o próprio Merquior, que acabava de publicar um ensaio sobre a mesma temática: “Philosophy of History: thoughts on a possible revival”, *History of the Human Sciences* (1, 1988). Depois de repassar com surpreendente autoridade a história da formação do México moderno, Merquior chega à questão da dupla herança ibérica partilhada pelos dois países, México e Brasil, a propósito da qual ele se pronuncia desta forma:

Una experiencia marcada, sin duda, por una alta dosis de asimetrías sociales y autoritarismos políticos – el legado del señorialismo y del patrimonialismo. Pero una experiencia, también, señalada por una grande capacidad de integración cultural. Una herencia, pues, al mismo tiempo de desigualdad y de mezcla, de exclusión y de integración. Mi tesis es que, en su conjunto, nuestras sociedades criollas desde la Independencia no supieron llevar la dinámica de la integración al plano social. Por ello tenemos ahora a la integración como reto histórico de Latinoamérica. Pero el mismo reto de la integración se compone a la vez de dos preguntas y respuestas. ¿Qué debemos integrar? – nuestras masas, en ele confort, la ciudadanía y la dignidad. ¿A qué debemos integrarnos? – a la economía-mundo, factor de prosperidad y desarrollo. Y para ambas, desde luego, son necesarias instituciones modernas. (1989, pp. 21-22)

Na segunda vertente, cabe assinalar o monumental prefácio (40 páginas) para a edição brasileira do *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, organizado por François Furet e Mona Ozouf (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989; tradução de Henrique Mesquita), sendo que seu nome figurava com destaque na capa, logo abaixo dos dois coordenadores franceses. O ensaio-prefácio de Merquior, “O repensamento da Revolução” (pp. xvii-lvii), escrito no México, entre dezembro de 1988 e janeiro de 1989, não cuidou apenas de apresentar ao público brasileiro a enorme obra (mais de 1.120 páginas) comemorativa dos 200 anos da grande revolução, mas efetua, principalmente, uma longa reavaliação de toda a historiografia francesa e estrangeira sobre o evento “histórico-universal” que representou, em suas palavras – mas apoiado em Kant –, um “dramático divisor de águas na história do mundo, e não só da França”

(p. xvii). Seu ensaio introdutório – que ele disse ter sido motivado “por uma velha paixão pelo tema (a paixão de um leitor adolescente de Carlyle e Michelet)” (idem) – está articulado em torno de quatro eixos: “a identidade da Revolução e a natureza do processo revolucionário; suas causas menos imediatas; as principais avaliações clássicas da Revolução e algumas das mais importantes análises modernas; enfim, seus resultados mais significativos” (idem).

Não cabe, nesta apresentação geral da obra e do pensamento de Merquior no terreno das ciências sociais, resumir a densa exposição e discussão que ele efetuou, nesse prefácio, sobre as grandes questões historiográficas da Revolução francesa. Mas vale, sim, apenas confirmar o impressionante domínio exibido pelo prefaciador no tocante à literatura clássica e recente sobre o evento fundador da era contemporânea, inclusive no que se refere ao revisionismo anglo-saxão, mas também francês – notadamente na obra de um dos organizadores, François Furet – sobre as causas e desenvolvimentos do processo revolucionário, em contraposição às antigas versões, ou interpretações, geralmente marxistas, sobre os atores – a burguesia e seus aliados no *petit peuple* – e sobre os resultados – supostamente o capitalismo – desse grande “divisor de águas”. Esse prefácio de quase meia centena de páginas vale por um ensaio sintético sobre a Revolução francesa praticamente inexistente na literatura brasileira sobre o evento fundador da modernidade, merecendo, a esse título, uma publicação independente, ou inserido em alguma coletânea *post-mortem*.

Do ponto de vista da bibliografia especializada, não se via nada semelhante em escopo e discussão desde o livro publicado nos anos 1930 pelo então professor na Universidade do Distrito Federal, Afonso Arinos de Melo Franco: *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937), ainda que apenas o último capítulo – 6. “O índio brasileiro e as ideias do século dezoito”, pp. 225-330) cubra o período que alcança a revolução, com citações de Rousseau, Raynal, Babeuf, e até Marx, já no século XIX. Merquior, de seu lado, refere-se extensivamente a Tocqueville, dotado de uma visão considerada liberal-conservadora da Revolução, em sua grande obra depois da *Democracia na América*, *O Antigo Regime e a Revolução*. Mas ele também retorna a Max Weber, que esboçou “algumas observações sobre o ‘carisma da razão’”, no monumental *Economia e Sociedade* (II, cap. XV; cit., p. lvi).

Novamente na primeira vertente, a última grande palestra efetuada por José Guilherme Merquior enquanto “embaixador da cultura brasileira” – então chefe da

missão brasileira junto à Unesco, em Paris –, com densidade de *scholarly work*, foi feita por ele nas derradeiras semanas de sua vida, no dia 17 de dezembro de 1990, no quadro das comemorações dos cem anos da república brasileira, no âmbito do Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain, que tinha sido criado no seio da École des Hautes Études en Sciences Sociales por Ignacy Sachs, em março de 1985, e que existe até hoje. Sua conferência, “Brésil: cent ans de bilan historique”, uma síntese magistral de um século de regime republicano, foi publicada num dos *Cahiers du Brésil Contemporain* (n. 16, pp. 5-22; cujo texto transcrito está neste link:

<http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/1-Merquior%20-%20Souza.pdf>).

Embora representante diplomático do Brasil junto à Unesco, Merquior nunca se eximiu de expressar exatamente um retrato fiel do Brasil, como se pode constatar pela transcrição, livremente traduzida de algumas passagens de sua alocução:

Nós temos uma sociedade móvel. ... entre os 50 brasileiros mais ricos, o primeiro herdeiro só aparecia em 47º lugar. Portanto, temos uma sociedade móvel, mas ao mesmo tempo essa sociedade móvel é muito desigual. Ela se caracteriza por taxas de desigualdades sociais, por distâncias socioeconômicas que são simplesmente espantosas, e que sempre constituíram, por outro lado, o reverso da medalha brasileira, quando se procede a comparações internacionais. Portanto, ao final deste primeiro século republicano, nós conseguimos ainda assim nos tornar a primeira potência industrial do Sul (...), mas ao mesmo tempo apresentamos indicadores sociais medíocres. (...) Ao lado de tudo isso [impulso de desenvolvimento e crescimento perfeitamente inegável], nós vivemos realidades sociais deploráveis na maior parte dos casos, e nós continuamos a ter, neste momento, taxas de desigualdades insuportáveis para nossa consciência ética. (p. 6)

Merquior recua mais um pouco na história, buscando na formação colonial as razões desse atraso secular brasileiro, que não começou na República, nem no Império:

O regime sociopolítico que presidiu à formação do Brasil, como da formação de outros grandes centros da América ibérica foi um regime ‘senhorial’. (...)

Isto quer dizer um mundo caracterizado pela mestiçagem sob uma poderosa e muito estável dominação patriarcal. É o mundo da mestiçagem patriarcal ou do patriarcalismo que engendra e controla uma sociedade submetida à mistura racial. (p. 8)

Como se poderia esperar de uma autoridade no pensamento e na tipologia de Max Weber, Merquior recorre ao conceito weberiano de patrimonialismo, no sentido em que não existe muita distinção entre fatores econômicos e políticos, e certa superposição entre o público e o privado. Mas ele também recorre a outra tipologia, de um pensador francês, Bertrand de Jouvenel, que faz uma distinção entre o Estado *Rex* do Estado *Dux*;

o primeiro seria uma espécie de árbitro: preside ao jogo social, mas sem muitas intervenções, ao passo que o segundo exerce um tipo de liderança, sobretudo quando ele deve empreender um processo de modernização, com inúmeras reformas sociais, econômicas, jurídicas, etc. (p. 12). É a partir dessas analogias que Merquior começa, então, a “passar em revista os grandes projetos históricos do Brasil-Nação”; ele distingue meia dúzia de projetos:

Evidentemente, não quero dizer que cada um desses projetos teve sucesso, mas pretendo simplesmente identificar em nossa história o que, de maneira um pouco mais consciente em certos casos, ou menos consciente em outros, representou, de alguma forma, uma espécie de articulação de projeto nacional no Brasil. É aliás o conceito de ‘projeto’, de ressonâncias seja existencialistas, seja um pouco hegelianas que os pensadores nacionalistas brasileiros, representados aqui na pessoa de Hélio Jaguaribe, utilizava nos anos 1950, em especial com a ideia de ‘projeto nacional’. (p. 13).

O primeiro deles é o que chamou de “projeto Andrada”, o pai fundador do Estado soberano brasileiro, que supunha um Executivo bastante forte – de onde veio a adaptação do tema francês de Benjamin Constant, do Poder Moderador e sua sutil transformação em Poder Executivo –, aportes significativos de imigração estrangeira – contra os interesses dos traficantes e agricultores da época –, assim como a existência de crédito, “o que era muito novo, bastante moderno, ‘schumpeteriano’, se posso dizer” (pp. 13-14). Esse projeto, segundo Merquior, poderia até não ser impecavelmente liberal, cujas raízes poderiam até mesmo “estar mais do lado do despotismo esclarecido do que do liberalismo” (p. 14), mas ele era alternativo ao que as elites brasileiras pretendiam naquele momento. O projeto vencedor, então, o segundo da história do Brasil, foi “um projeto liberal oligárquico”: sua manutenção, durante várias décadas republicanas, significou o estabelecimento das “raízes da desigualdade” (p. 15).

O terceiro projeto, já no âmbito da República nascente, significa uma aliança do militarismo jacobino com o positivismo de inspiração autoritária: “ordem e progresso”, como passa a figurar na bandeira do novo regime. Mas, esse projeto de “sociocracia” – conceito usado por Comte – é recuperado pelo projeto de democracia oligárquica dos grandes proprietários, que se “apropriam da República a partir do seu quinto ano, isto é, em torno de 1894”, quando se instala uma “República dos conselheiros”, chamada pelo historiador Sergio Buarque de Holanda de “Império dos Fazendeiros” (pp. 16-17). Segundo Merquior, “a frase é perfeita porque é quando a dominação senhorial a mais direta se faz sentir” (p. 17).

Finalmente, em 1930, se chega a Vargas e o seu “consulado de 15 anos”, que significa a “expansão do Estado”, sobretudo como organização burocrática:

[O]s poderes do Estado se tornam tentaculares do ponto de vista do controle burocrático; começo de industrialização com certas preocupações sociais que eram mais ou menos um denominador comum dos tenentes e dos liberais mais à esquerda da Revolução de 30. O que se tem ali são certos traços que lembram Napoleão III (...), que é visto como um bom *saint-simonien*, autoritário evidentemente, mas cujas preocupações sociais e modernizadoras eram ainda assim reais. (p. 17)

Merquior, nesse ponto da conferência, retoma a imagem do historiador Sergio Buarque de Holanda sobre o *Império dos Fazendeiros*, para indicar que os lucros da renda agrária foram capazes de financiar o começo da industrialização:

É preciso descartar essas teses do marxismo vulgar que consistem em sempre apresentar a industrialização como um fenômeno burguês, contra o *patriciado* agrário, quando a metade pelo menos, senão mais, do financiamento da industrialização inicial brasileira provinha precisamente da renda agrária. Ela também pode financiar nosso renascimento cultural, já que o ‘modernismo’, no Brasil dos anos 20, veio das elites de São Paulo que detinham ainda a hegemonia social e política em meu país. (p. 18)

Tem início, depois da queda de Vargas, em 1945, a redemocratização, a época central do período democrático, representado pelo “governo enérgico, brilhante, criador de Kubitschek”, que Merquior caracteriza como sendo uma espécie de “bismarckismo mitigado”, um modelo de “Estado promotor do desenvolvimento com características japonesas e alemãs” (p. 18). Sua grande deficiência foi o “nascimento da inflação crônica no Brasil”, fenômeno que, até a época da conferência de Merquior em Paris, ainda não tinha sido debelado. A partir daí, se chega à modernização autoritária do período seguinte, a partir de 1964, nova realidade provocada não tanto por uma suposta “luta de classes”, como proclamado em certas interpretações, mas pelo fracasso total do populismo de João Goulart. No momento em que ele falava, a questão final colocada era sobre se haveria uma conjunção de projetos nacionais:

Eu falei de seis ou sete projetos nacionais: o projeto ‘Andrada’, o primeiro projeto liberal oligárquico; o projeto do jacobinismo positivista contraposto pela democracia – ela também oligárquica – dos fazendeiros; o consulado ‘getulista’ modernizador e autoritário; o semi-bismarckismo de Kubitschek; a modernização autoritária que terminou cinco anos atrás. Hoje, temos um projeto de República sindicalista que é a resposta de certos meios de homens políticos, de sindicalistas e de grandes intelectuais, ao capitalismo de elite, o capitalismo tal como ele se apresentou até hoje no contexto brasileiro. Por outro lado, nós temos como projeto rival, um projeto que significa uma marcha acelerada em direção de um neocapitalismo produtivo que é o contrário do capitalismo bem mais especulativo

que a cultura da inflação estava reforçando entre nós. (...) Isto confirma imediatamente duas tarefas principais... dois desafios, que pretendo finalizar olhando para o futuro imediato.

Primeiramente, o futuro exige uma refuncionalização do Estado. Direi que o papel do Estado, [que,] na prática... foi até aqui o de diretamente produtor em vários domínios, deve ser... não um produtor direto, mas ao mesmo tempo promotor e protetor. (...)

Promotor de estratégias globais de desenvolvimento... (...) Não podemos renunciar ao Estado *Dux*, o que devemos descartar é o estatismo... (p. 19-20)

Portanto, Estado promotor sim. Estado produtor não. Mas Estado protetor de imensas camadas da população brasileira, que ainda não têm teto, comida adequada, sem escola e sem acesso à justiça, que é a quarta dimensão da crueldade social no Brasil. (p. 21)

O embaixador Rubens Ricupero, presente na ocasião, vindo de Genebra, ofereceu uma descrição emocionante, não só da palestra, mas de seus últimos dias, no depoimento incluído no pequeno volume de 1993, publicado pelo IPRI-Funag:

Embora só tivessem passado duas semanas desde nosso último encontro, tive quase um choque físico ao revê-lo. Estava devastado pela doença; sua cor, seu olhar, seus traços faciais, sua extrema fragilidade e magreza pareciam de alguém que tivesse retornado da casa dos mortos. No entanto, quando começou a falar, sem texto escrito, sem notas, num francês límpido como água de fonte, o auditório se desligou do drama a que assistia. Durante quase uma hora, acompanhamos como a História do Brasil se renovava sob os nossos olhos através da sucessão e do entrechoque dos diversos projetos que os brasileiros sonharam para o Brasil, desde a independência. Terminada a palestra, foi a vez de Hélio Jaguaribe falar. Exausto com o esforço descomunal, José Guilherme cruzou os braços sobre a mesa e neles repousou a cabeça, no gesto de um menino debruçado sobre a carteira da sala de aula.

Na quinta-feira seguinte, dia 20 [de dezembro de 1990], voltei a Paris para o seminário e à noite fomos, Marisa e eu, jantar com outros participantes do ciclo [de palestras de Ignacy Sachs] na residência da Missão junto à Unesco. Foi, creio, o último aparecimento social de Merquior. Ele e Hilda se prepararam como para uma grande noite, com esmero e apuro em todos os pormenores. Nenhum sinal exterior de amargura, de autocomiseração, de tristeza. Apenas uma ou outra vez algum comentário indireto deixava entrever que a erudição universal do dono da casa não ignorava nada da doença que o destruía. Sentou-se à mesa conosco, embora já não pudesse engolir nem mesmo líquidos. A conversa foi brilhante, espirituosa, animada. O tema principal foi o *Liberalism Old and New*, cujas provas tinha acabado de rever. O lançamento seria em abril de 1991 em Boston. Ficou contente quando lhe disse que Celso Lafer considerava que era seu melhor livro. Fazia planos para o lançamento, descrevia outros projetos intelectuais. Era, como no dia da palestra, um espetáculo impressionante, uma inteligência em estado puro amparada precariamente numa mínima base de matéria quase extinta, o triunfo do espírito humano sobre as contingências, a virtude da cultura em grau heroico.

Ao receber, dias mais tarde, a notícia de sua morte, lembrei-me da inscrição que li num túmulo do cemitério de Celigny, próxima a Genebra, onde está enterrado Vilfredo Pareto. Na pedra, a mágoa sem remédio da pergunta de um

marido inconsolável pareceu-me resumir a dor e a perplexidade de todos os seus amigos diante do aparente absurdo do derradeiro mistério: *Seigneur, pourquoi si tôt?* [Washington, 13 de fevereiro de 1992] (pp. 19-20)

O liberalismo, antigo e moderno: a “Suma” de José Guilherme Merquior

O conceito de “Suma”, no sentido de síntese global sobre uma vasta área de conhecimentos, foi empregada pelo editor da Topbooks, José Mario Pereira, na orelha que ele escreveu para a edição brasileira, pela Nova Fronteira, do último livro de Merquior, *O Liberalismo, antigo e moderno* (Rio de Janeiro, 1991; tradução do original em inglês de Henrique de Araújo Mesquita). José Mario Pereira indica que, no quadro de sua “produção espantosa e de alta voltagem”, esse livro “se reveste de grande significação”, e ele explica por quê:

Acompanhei, aqui [no Brasil] e no México [onde Merquior foi embaixador no final dos anos 1980], o entusiasmo com que Merquior o projetou e escreveu. Tinha por esse livro carinho especial, e, por diversas vezes, intuindo que seu tempo findava, lamentou não poder vê-lo editado, principalmente no Brasil, onde, pensava ele, o debate liberal se fazia cada vez mais urgente. Significativamente, dedicou-o à mulher e aos filhos e à memória de Raymond Aron, seu mestre e amigo, figura cativante de gestos sóbrios, fala mansa e olhar injetado de ironia, com quem passamos, no começo da década de 80, um dia inesquecível no Rio, ocasião em que pude testemunhar o enorme apreço intelectual e humano que ele tinha por Merquior.

Todos os escritos anteriores de José Guilherme Merquior sobre o liberalismo parecem – depois que se lê *O Liberalismo, antigo e moderno* – uma preparação, como se o autor estivesse neles ‘aquecendo as turbinas’. O estilo aqui é preciso e concentrado. Tudo neste livro é imprescindível. Na bibliografia ocidental sobre o tema, é difícil encontrar algo tão ambicioso e moderno. Muito mais do que um testemunho intelectual, esse livro é a ‘Suma’ de José Guilherme Merquior. (...)

(...) A tarefa que se impôs Merquior de historiar e analisar os momentos decisivos da ideia liberal em quase três séculos de história é não só admirável quanto fascinante. Ele imprimiu nitidez ao tema, não descuidando mesmo de verificar a sua vertente latino-americana, notadamente como ela se apresenta nas obras dos argentinos Domingos Sarmiento e Juan Bautista Alberdi.

O livro se abre por um longo prefácio (14 páginas) do seu amigo, chefe na embaixada em Londres, o embaixador Roberto Campos, intitulado “Merquior, o liberista”, no qual ele informa que esse livro, que considera, sem dúvida, um *magnum opus*, foi “escrito quanto ainda embaixador no México, num curto período de quatro meses” (p. 1), e também explica imediatamente a razão:

Somente uma prodigiosa erudição acumulado lhe permitiria desenhar em tão pouco tempo esse catedralesco mural que descreve a longa e ziguezagueante

peregrinação humana em busca da sociedade aberta. Talvez Merquior pressentisse que o rondavam as Parcas e que se impunha um esforço de coroamento da obra.

Faltava-nos, em relação ao liberalismo, aquilo que Toynbee chamava de visão ‘panorâmica ao invés de microscópica’. Essa lacuna foi preenchida pelo sobrevoo intelectual de Merquior, que cobre nada menos que três séculos. Seu livro será uma indispensável referência, pois que analisa as diferentes vertentes do liberalismo, com sobras de erudição e imensa capacidade de avaliação. Mais do que uma simples história das ideias, é um ensaio de crítica filosófica. (pp. 1-2)

A maior parte do prefácio de Roberto Campos trata das mudanças no mundo depois do fim da Guerra Fria e da implosão do socialismo, temas que ele dominava como ninguém, ao ser um perfeito contemporâneo de todos os eventos do período, do seu início ao final, com a implosão do socialismo por suas próprias contradições internas, felicidade não partilhada com seu grande amigo Raymond Aron, falecido em 1983. Mas Roberto Campos, retorna, mais adiante, ao grande ensaio de Merquior, ressaltando suas qualidades e registrando as preciosas observações sobre as diferentes vertentes dos liberalismos europeus:

São luminosas as páginas de Merquior sobre o ‘liberalismo clássico’, com seu tríptico componente: a teoria dos direitos humanos, o constitucionalismo e a economia liberal. Muito mais do que uma fórmula política, o liberalismo é uma convicção, que encontrou sua expressão prática mais concreta com a formação da democracia americana, cujos patriarcas combinaram, na formação da república, as lições de Locke sobre os direitos humanos, de Montesquieu sobre a divisão de poderes e de Rousseau sobre o contrato democrático. Uma curiosa observação de Merquior é a diferença vocacional entre os teóricos do liberalismo. Os liberais ingleses eram principalmente economistas e filósofos morais (Adam Smith e Stuart Mill), os liberais franceses, principalmente historiadores (Guizot e Tocqueville) e os liberais alemães principalmente juristas. (pp. 9-10)

Campos continua sublinhando as notáveis contribuições de Merquior ao pleno entendimento dos liberalismos contemporâneos, cujas formulações ele, Campos, acredita estarem mais perto do “liberismo”, do que propriamente do liberalismo, ou talvez mais próximo dos “liberais clássicos” ou “libertários”. Ele sublinha, em todo caso, uma das principais contribuições intelectuais do amigo e brilhante diplomata:

O mais fascinante dos capítulos do magnum opus de Merquior, em parte por se tratar de terreno menos palmilhado... é o [capítulo 5] intitulado ‘Dos novos liberalismos aos neoliberalismos’. Merquior examina eruditamente uma das antigas tensões dialéticas do liberalismo: a tensão entre o crescimento da liberdade e o impulso da igualdade. Nada melhor para entender a diferença entre o ‘novo liberalismo’ e o ‘neoliberalismo’ do que contrastar lord Keynes com Hayek. Sobre ambos Merquior redigiu brilhantes vinhetas, generosas demais com respeito a Keynes, e generosas de menos no tocante a Hayek. Como é sabido, Keynes favorecia intervenções governamentais para correção do mercado,

enquanto Hayek descrevia esse comportamento como presunçoso ‘construtivismo’. (p. 11)

De fato, o último livro de Merquior – escrito e publicado primeiramente em inglês: *Liberalism old and new* (Boston: Twayne Publishers, 1991) – demonstra, antes de qualquer outra coisa, seu total domínio do conhecimento histórico e das teorias políticas e filosóficas que o autoriza a identificar a “impressionante *variedade* dos liberalismos” (p. 221 da edição brasileira; ênfase no original). Mas Merquior sabia, igualmente, reconhecer a tensão já detectada desde o século XIX entre os impulsos libertários e os ímpetos igualitaristas, identificadas com as principais correntes políticas contemporâneas. Mesmo o renascimento do liberalismo, ou do liberismo, a partir da implosão do socialismo, na última década do século XX, não obstruiu a permanente reafirmação dos “impulsos igualitários”. Como ele resumiu ao final do livro, essa tensão deve continuar:

Como foi observado por alguns distintos sociólogos como [Raymond] Aron [que tinha sido um de seus mestres quando servia em Paris] ou [Ralph] Dahrendorf [o presidente da London School of Economics, quando ele preparou a sua tese sob Ernest Gellner], a nossa sociedade permanece caracterizada por uma dialética contínua, embora cambiante, entre o crescimento da liberdade e o ímpeto em direção a uma maior igualdade – e disso a liberdade parece emergir mais forte do que enfraquecida. (p. 223)

O livro é complementado por uma útil Cronologia histórica sobre o liberalismo – a exemplo do que ele já tinha oferecido no seu livro sobre o marxismo ocidental –, começando pela Revolução Gloriosa, na Grã-Bretanha [o que é um pequeno equívoco histórico, pois nessa época o Reino Unido ainda não tinha sido totalmente consumado a partir da incorporação da Escócia] em 1688, até a publicação dos mais importantes livros representantes do renascimento do liberalismo, nos anos 1970 e 80, entre eles obras de Aron, Rawls, Dahrendorf e Bobbio. Não existe uma bibliografia linear, pois as remissões às fontes e literatura figuram nas vinte páginas de notas de final de livro, divididas pelos cinco capítulos da obra, seguidas de uma nota final dedicada à “leitura complementar”, contendo os livros e obras de referência que ele julgava serem as mais importantes aos leitores interessados na produção dos modernos teóricos e historiadores da doutrina, tanto da comunidade anglo-saxã, quanto entre os “paladinos liberistas franceses”. A palavra-síntese sobre os méritos dessa última obra de Merquior pode estar na frase final do seu editor de tantos livros – embora não deste –, José Mario Pereira, ao concluir a segunda orelha do livro:

Depois dele [do livro], vai ser difícil caracterizar – como fazem tantos – os liberais como ‘ingênuos sociológicos’ ou ‘moralmente perversos’.

A trajetória intelectual de José Guilherme Merquior: o triunfo da razão

Merquior era, na opinião do seu amigo e editor Eduardo Portella, “a mais fascinante máquina de pensar do Brasil pós-modernista, irreverente, agudo, sábio”, tal como reportado no artigo-homenagem de seu outro editor, José Mario Pereira, no livro de 2001, *O Itamaraty na Cultura Brasileira* (p. 360), frase à qual ele mesmo agregou seu próprio julgamento:

José Guilherme Merquior espantava pela versatilidade e capacidade de metabolizar ideias. No Brasil do século XX sua obra foi um marco, e sua morte prematura, aos 49 anos, no dia 7 de janeiro de 1991, um desastre incontornável para a cultura brasileira, que dele ainda tinha muito a receber. Identificado quase sempre como polemista — o que, em se tratando de Merquior, é redutor — a riqueza heurística de sua produção intelectual está ainda por ser enfrentada sem a leviandade e a preguiça mental contra as quais tanto se bateu. (idem)

A luta obsessiva de José Guilherme Merquior contra o irracionalismo na cultura contemporânea, assim como sua busca infatigável pelo predomínio absoluto da razão no trabalho intelectual marcaram toda a sua trajetória de vida, o que explica os termos encomiásticos presentes em algumas das homenagens que lhe foram feitas no livro coletivo editado pelo IPRI-Funag em 1993. No seu curto ensaio (4 páginas), “Merquior: dois momentos e duas dimensões” (pp. 21-24), o embaixador Marcos Castrioto de Azambuja toca nesse aspecto culminante da personalidade de Merquior e se concentra, primeiramente, no primeiro Curso de Altos Estudos, em 1977, no qual ele foi examinador, quando o então brilhante jovem conselheiro Merquior defendeu sua tese sobre o “problema da legitimidade em política internacional”.

José Guilherme Merquior ofereceu-se ao exame como candidato espontâneo. Suas circunstâncias de carreira e os prazos muito extensos que se ofereciam até a aprovação no CAE se fizesse condição *sine qua non* para a ascensão ao posto de Ministro de Segunda Classe, dispensavam José Guilherme dessa obrigação e dessa prova. Lembro, contudo, sua animação ao oferecer-se como candidato para o primeiro teste com aquela alegria que o fazia procurar quaisquer desafios intelectuais; lembro de sua convicção de que o sistema de seleção profissional e intelectual, que então, se implantava seria bom para a instituição e permitiria que através da nova instância qualificadora e com ampla medida de objetividade, o Itamaraty fizesse ainda melhor uma das coisas que sempre fez bem: hierarquizar talentos e pesar merecimentos. (p. 22) (...)

Salto muitos anos e faço uma ponte entre essas recordações de José Guilherme de 1977 e as últimas que dele tenho, ao longo do ano de 1990.

Devastado pela doença, José Guilherme, com quem falava quase diariamente, conduziu um dos mais extraordinários combates de que fui testemunha. Acredito que ele procurou derrotar um câncer com as armas da razão e da inteligência. Procurava encapsular a enfermidade dentro de parâmetros tão claros, tão perfeitamente definidos, tão exatamente informados sobre as perspectivas boas ou más da evolução de seu mal, que pareceria que a própria doença se veria obrigada a ter um comportamento controlado pela lúcida racionalidade de José Guilherme.

Os amigos – e fui um entre vários – recebiam pelo telefone ou por escrito os boletins de saúde precisos que ele mesmo compunha. Tudo era rigor e método. Não sobrava espaço para a autocomiseração.

Que ele tenha perdido a batalha mostra como foram desiguais os termos da luta e mostra, talvez, como diante da irracionalidade da doença e do arbítrio dos fados, as armas da inteligência são frágeis e em última análise impotentes. (p. 23)

O embaixador Marcos Azambuja também estava presente no mesmo jantar que Merquior ofereceu, em 20 de dezembro de 1990, aos colegas, amigos e participantes do seminário organizado por Ignacy Sachs, já referido na emocionante homenagem prestada pelo embaixador Rubens Ricupero. Ele agrega sobre o clima daquele último encontro, no qual Merquior demonstrou um caráter estoico em face da doença fatal:

Nenhum de nós, convivas daquela noite, deixou de sentir estar diante de José Guilherme terminal e que prodigiosamente era capaz de ser ainda por umas horas, o anfitrião perfeito, um homem com os encantos e sedução do século XVIII, cercado de bons livros e belas coisas, cortês e cortesão, mesmo naquela situação extrema.

Como sempre, falou de livros, leu trechos de livros, foi buscar livros, mostrou livros, citou livros e prometeu livros, sobretudo aquele seu sobre a evolução das ideias liberais cuja publicação esperava com tanta antecipação.

Não foi uma noite triste. Lembro mesmo que me senti um pouco culpado, por permitir que os prazeres da inteligência e do convívio estivessem mais uma vez encobrindo a tristeza da já então irremediável situação de José Guilherme. (p. 24)

O embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, sucessor imediato de Merquior na embaixada do Brasil no México, também prestou sua homenagem no mesmo volume (“José Guilherme Merquior: um depoimento pessoal”, pp. 25-30):

O Merquior que eu conheci era acima de tudo um homem de espírito donairoso. O que se poderia chamar de um atleta da inteligência, pronto a exercitar o seu brilho à menor provocação. Vigorosamente crítica, sua cabeça privilegiada estendia seu alcance a distâncias não facilmente perceptíveis pelos demais. Comunicativo, volta e meia parecia perdido no labirinto de sua solidão, para usar a imagem do seu amigo Octavio Paz: sagaz, astuto e carismático, com sua permanente cara de menino prodígio, impressionava pela rapidez com que passava do comentário frívolo e do gracejo para a observação cortante. Tinha a língua afiada em pelo menos cinco idiomas. E, em todos eles, expressava com desenvoltura ideias em permanente ebulição. Não se podia ser indiferente à sua

presença, nem deixava ele de se fazer notar. Para agradar ou repelir, conforme seus humores ou as suas inclinações intelectuais. Encantado consigo mesmo e fascinado por seu próprio talento, trabalhou como se fosse viver para sempre; viveu como se devesse morrer no dia seguinte. Tinha pressa. Aproveitava as ocasiões. Parecia pressentir a tragédia do seu destino. (...)

Merquior veio parar no México, investido de sua primeira chefia de Missão, em momento de grandes transformações no país. (...) Logo conheceu e tornou-se conhecido nas rodas intelectuais acadêmicas e políticas do México. Dividido entre a discrição de um diplomata profissional e a militância de um intelectual comprometido, viveu intensamente o país em transformação que era o México já à época de sua chegada, em abril de 1987.

Profundamente vinculado com a América Latina, cuja literatura conhecia como poucos e a cuja crítica literária deu importante contribuição como ensaísta, Merquior percebeu no México uma síntese do grande e indecifrado enigma do Continente, um campo, portanto, especialmente fértil para o exercício combinado da atividade diplomático e do *quehacer* acadêmico.

Antecedera-o sua projeção como ensaísta e pensador político. Pelo conduto acadêmico, Merquior abriu com ainda maior facilidade as portas do mundo diplomático mexicano, tradicionalmente afeito à figura do diplomata-intelectual de que são exemplares, entre muitos outros, Alfonso Reyes Rosario Castellanos, Carlos Fuentes e Octavio Paz. Projetou-se como representante da inteligência, da cultura e da diplomacia do Brasil. Essa dimensão o colocaria no centro do debate intelectual mexicano. Publicou nas principais revistas intelectuais do México: *Vuelta*, de Octavio Paz e Enrique Krause; *Nexos*, de Aguillar Camín, e *Cuadernos y Libros Americanos*, de Leopoldo Zea, foram os veículos pelos quais Merquior projetou suas ideias, contribuindo de maneira original e vigorosa para o debate político, econômico, social e estético.

Merquior concebeu e realizou a iniciativa da constituição de uma Cátedra na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma (UNAM) destinada a aproximar expoentes intelectuais dos dois países e a difundir a cultura e as ideias do Brasil no México. Fundada em 1988, a Cátedra tomaria o nome de outro grande Embaixador e intelectual brasileiro, Guimarães Rosa. Acolhida com entusiasmo pelo mundo universitário, como um foro privilegiado de debate, a Cátedra Guimarães Rosa passou a constituir um marco especial no contexto das relações culturais entre o Brasil e o México. (...) Em 1991, fiz dedicar sessão inaugural da Cátedra à memória de Merquior. A meu convite, Enrique Krauze dele pronunciou um belíssimo perfil, intitulado ‘O Esgrimista Liberal’, posteriormente publicado em *Vuelta*.

Poucos como ele tiveram visão e capacidade para utilizar os bens culturais e as ideias como veículo de aproximação internacional. Ao publicar artigos, editar obras, dialogar com as elites culturais, Merquior expandiu os limites da atuação diplomática tradicional, incorporando ao referencial brasileiro no México imagens e percepções de uma solidez e de uma profundidade sem precedentes.

Mais do que um diplomata profissional que representa corretamente o seu Governo perante outro, Merquior foi uma espécie de enviado extraordinário da cultura e do pensamento brasileiros no México.

Se com sua presença e atuação no México Merquior daria uma contribuição importante e reconhecida ao debate de ideias no país, também a sua obra seria enriquecida com a experiência mexicana. Não apenas pela desenvoltura com que circulava nos meios intelectuais e culturais mexicanos, mas porque viveu no

México o início de uma etapa de profundas transformações. Merquior extrairia uma rica interação do seu duplo papel de diplomata e intelectual. Sua visão crítica do Continente, sua exasperação com a marginalidade latino-americana e sua militância neoliberal parecem ter-se acentuado em função de sua experiência mexicana. (...)

Já doente terminal, veio ao México convidado por Octavio Paz para um simpósio. Acabava de ser operado em Boston. Sua aparência física debilitada não deixava dúvidas quanto à gravidade da doença que, ele mesmo, em atitude que traía o seu bem administrado narcisismo, descrevia com minúcias angustiantes. Sua cabeça, no entanto, permanecia lúcida e privilegiada. Brilhou com intensidade, deixando em seus numerosos amigos mexicanos sensação de saudade antecipada. (pp. 27-29)

Comparece ainda, no mesmo livro em homenagem a Merquior publicado pela Funag em 1993, o embaixador Gelson Fonseca Jr, também intelectual e amigo de Merquior desde meados dos anos 1960, “quando, no ostracismo depois de março de 1964 (implicaram com uma exposição sobre Cuba que ele ajudara a organizar), trabalhava em funções burocráticas no Itamaraty do Rio” (p. 35). A contribuição de Gelson Fonseca deveria ser apenas, segundo seu título, uma “Introdução ao texto *O Problema da Legitimidade em Política Internacional*” (pp. 31-36), mas ela é muito mais do que isso: é uma contextualização da preparação e apresentação dessa tese ao primeiro CAE, mas também uma informação sumária sobre diversos artigos semanais preparados para publicação no jornal *O Globo*, a partir do final de 1989:

A temática dos artigos é amplíssima e a opinião sempre polêmica. Falam de personalidades, como Thatcher e De Gaulle; da história contemporânea, analisando as transformações da Europa e o declínio americano; examinam temas mais abstratos, como as relações entre a economia (mercado) e a política (Estado); entram pela economia ao discutir a questão da dívida e do protecionismo; levantam problemas brasileiros, e muitíssimos outros. Aqui, valeria simplesmente registrar que talvez uma das linhas que tece o conjunto é a da realização das liberdades. O mundo viver a ‘era da liberalização’. No último artigo da série, faz um curto comentário às teses de Fukuyama sobre o fim da história (‘A História tem... sentido, mas não um sentido: e muito menos uma direção geral e suprema, onde fato e valor, acontecimento e bem, se identificam’) e conclui que, se não vivemos o triunfo completo e ubíquo das liberdades e dos liberalismos, assistimos a uma ‘vitória histórico-mundial da ideia liberal’ (‘O Sentido de 1990’, *O Globo*, 30/1/2/1990). Os movimentos históricos têm uma ambiguidade natural. E, diz Merquior, a revolução europeia é uma ‘ode à liberdade, mas suas implicações nem sempre são idílicas’, sobretudo se pensamos nas dificuldades de rearticulação do mapa geopolítico europeu. (p. 34)

(...)

Em três artigos sobre ‘A Perestroika na História’, publicados em março de 1990, Merquior revisita a questão da estagnação econômica da União Soviética, e mostra como a própria natureza do regime bloqueou as possibilidades de desenvolvimento. As ideias também comandam a economia. A afirmação é

contundente e precisa: ‘Um dogma central do materialismo histórico, segundo Marx, é que um modo de produção não consegue sobreviver por muito tempo se se torna um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx acreditava que isso estava acontecendo, ou prestes a acontecer, com o capitalismo vitoriano. Mas o certo é que foi exatamente o modo de produção instalado na URSS em seu nome que virou uma senhora algema em cima do potencial de produção’. (pp. 34-35)

Interessante observar, num registro pessoal, que, assim como eu estava iniciando meu doutoramento em sociologia histórica pela Universidade de Bruxelas – com uma tese intitulada *Classes Sociales et pouvoir politique au Brésil: une étude sur les fondements méthodologiques et empiriques de la Révolution Bourgeoise* – ao mesmo tempo em que ele iniciava seu doutoramento em ciência política na London School of Economics, produzi, simultaneamente a esses artigos de Merquior sobre a estagnação econômica na URSS, uma série de artigos sobre a Perestroika e o fim do socialismo na União Soviética utilizando a mesma “metodologia” que ele empregou, ou seja, aplicar a análise marxista sobre a sucessão dos modos de produção ao processo de esclerose e implosão final do socialismo real. Vários desses artigos, entre eles “Agonia e queda do socialismo real”, foram por mim coletados numa edição de autor, *Marxismo e socialismo no Brasil e no mundo: trajetória de duas parábolas da era contemporânea* (Brasília, 2019), que está livremente disponível nas plataformas acadêmicas por mim utilizadas.

Gelson Fonseca, na colaboração ao livro-homenagem, continua a apresentar alguns desses artigos de Merquior, como por exemplo “Relembrando o General” (*O Globo*, 10/06/1990), “sobre a política externa de De Gaulle – que, como diplomata em Paris, seu primeiro posto, analisara durante cinco anos, de 1965 a 1970”. Merquior foca a visão pragmática e modernizadora da política do presidente De Gaulle, num contexto no qual a França já não podia manter o seu grande império do passado:

De Gaulle compreendera que a restauração do conceito internacional da França exigia sucessos econômicos e tecnológicos e não vantagens territoriais. Afinal, dirá, ‘De Gaulle se recusou o papel fatal de bancar um Salazar em ponto grande’.

O tema da eficácia também está presente numa análise interessante sobre as perspectivas internacionais do Brasil quando mostra a projeção do País como a grande economia do Sul dependia essencialmente de colocarmos a casa em ordem, termos a economia estabilizada, de sermos economicamente eficazes. (“Perspectiva Internacional”, *O Globo*, 21/01/1990). (p. 35)

Gelson Fonseca termina com uma nota pessoal, como aluno que foi, aos dezoito anos, de Merquior, antes de seu ingresso na carreira diplomática:

Antecipando uma observação de Raymond Aron (*‘Il a tout lu’*), Nelson Rodrigues repetia, vez por outra em suas crônicas, a história de um jovem que nascera com 900 anos de idade. Afinal, só alguém com tantos anos teria sido capaz de ler o que Merquior já tinha lido. O saber do professor, inesgotável, se combinava com a clareza e a vivacidade da exposição, com o gosto da ironia, com a criação de um clima de simpatia que deslumbravam. Aliás, Afonso Arinos dizia que Merquior falava como Portinari pintava: os traços eram rápidos, precisos, claros, e, ao final, o quadro saía surpreendente e belo. Em Merquior, o quadro equivalia a seus brilhantes ensaios verbais, acabados, impecáveis. O cenário das aulas era o seu apartamento no final da Almirante Alexandrino, em Santa Teresa, com uma vista esplêndida para a Zona Norte carioca. As paredes eram só estantes que expunham, para os meus dezoito anos, todo o saber universal.

Os poucos que assistimos àquelas aulas encontramos uma personalidade de irresistível fascínio e inteligência. As oportunidades de convívio que tive com ele ao longo da carreira só confirmaram as inúmeras razões de admiração. (p. 36)

De fato, Merquior impressionava pela amplitude das leituras, pelo vasto conhecimento numa grande variedade de domínios do pensamento, a capacidade de articular ideias aparentemente separadas no tempo e no espaço já com o fito de apresentar um novo argumento sobre a temática na qual estava concentrado numa determinada etapa de sua trajetória intelectual. Roberto Campos, que foi seu chefe em Londres, sempre soube de sua gigantesca propensão a ver claro, na aparente aridez de obscuros conceitos filosóficos, a ver longe, no “tempo histórico” como ele dizia, e a sintetizar propostas diversas, de autores pertencentes a escola diferentes, numa nova interpretação criativa sobre o assunto de que se ocupava num trabalho específico. José Mario Pereira, no ensaio que fecha o livro *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, se refere a essa admiração que o diplomata-economista mantinha em relação ao diplomata-crítico de arte, depois transformado em grande pensador da política: “Fascinado por sua inteligência, Campos costumava enviar textos de sua autoria para que ele comentasse (2001, p. 364). Campos confirmou tal capacidade, ao prefaciá-lo seu último livro, *O Liberalismo antigo e moderno*, do qual já reproduzimos alguns trechos em parágrafos anteriores:

[O] impressionante em José Guilherme não era a absorção de leituras. Era o metabolismo de ideias. Não se resignava ele a ser um mero ‘espectador engajado’ como, com exagerada modéstia, se descrevia seu mestre francês [Raymond Aron]. Era um ativista. Por isso passou da ‘convicção liberal’ à ‘pregação liberal’.

Empenhou-se nos últimos tempos na dupla tarefa – a iluminação do liberalismo, pela busca de suas raízes filosóficas, e a desmistificação do socialismo, pela denúncia de seu fracasso histórico. Isso o levou várias vezes a esgrimas intelectuais com as esquerdas brasileiras, exercício em que sua avassalante superioridade provocava nos contendores a mais dolorífica das feridas – a ferida do orgulho.” (p. 12)

“Merquior não passou da polêmica de ideias ao ativismo político, circunscrito que estava por suas funções diplomáticas.” (p. 13)

De fato, dada sua condição de diplomata, e servindo durante largo tempo sob o regime militar, ele evitou expor-se mais abertamente no cenário político nacional, mas não hesitava em imiscuir-se nos debates do momento nos meios acadêmicos. Assim, com seu jeito provocador, ele nunca se cansou de espicaçar os pretensos intelectuais de academia, tanto brasileiros quanto estrangeiros, em especial os franceses, especialistas em criar modismos intelectuais irrelevantes, mas de grande sucesso nas confrarias e nas tribos especializadas em temáticas obscuras e ritos de iniciação tão bizarros quanto totalmente desprovidos da lógica mais elementar e da necessária correspondência com os fatos. Esse tipo de atitude crítica, recheada de alusões irônicas ao enfado que lhe causavam certos modismos da *rive gauche* e do Quartier Latin, e suas derivações no Brasil, não se manifestou apenas quando seu prestígio e fama intelectual já se tinham consolidado depois de mais uma dúzia de livros de grande impacto no mundo da inteligência (inclusive estrangeira, pois que começou a publicar precocemente em inglês e francês, com outras obras traduzidas para o espanhol e o italiano). Ao contrário: suas provocações bem fundamentadas começaram cedo, praticamente no início dos anos 1970, por artigos de jornal, depois incorporados em volumes publicados por seus amigos editores, entre eles Eduardo Portela, da revista, e editora, Tempo Brasileiro.

Um exemplo, entre muitos outros, figura no artigo publicado originalmente no *Jornal do Brasil* (27/01/1974), depois abrindo o pequeno volume de título homônimo: *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975). A ironia contra os *savants* da academia, gurus reverenciados de mais de uma geração de estudantes de Humanidades, de jornalismo e de “ciências” afins, é bastante cruel, mas os autores visados, poucos deles identificados nominalmente, nem sempre são percebidos pelo público não inserido nas sinecuras acadêmicas ou não informado sobre as “vacas sagradas” dos salões universitários:

Se você quer estudar letras, prepare-se: que ideia faz você, já não digo da metalinguagem, mas pelo menos da gramática generativa do código poético? Qual a sua opinião sobre o rendimento, na tarefa de equacionar a literariedade do poemático, de microscopias montadas na fórmula poesia da gramática/gramática da poesia? Quantos actantes você é capaz de discernir na textualidade dos romances que provavelmente (três-)leu? E que me diz do “plural do texto” de Barthes – é possível assimilá-lo ao genotexto da famigerada Kristeva? Sente-se você em condições de detectar o trabalho do significante no *nouveau roman*, por exemplo, por meio de uma ‘decodificação’ ‘semannalítica’ de bases glossemáticas? Ou prefere perseguir a ‘significância’, mercê de alguns cortes

epistemológicos, no terreno da forclusão, tão limpidamente exposta no arquipedante seminário de Lacan?

Mas não, nem tudo é assim tão difícil: não me diga que acha *duro* compreender Abraham ... Moles! Aliás, esse esoterismo não se restringe ao campo literário; estende-se à filosofia, ameaça a área inteira das ciências humanas. Hoje em dia, até os primeiranistas de jornalismo aprendem a questionar o Ser através de ‘colocações’ heideggerianas, com grande luxo de trocadilhos etimológicos tão solenes quanto ridículos (os heideggerianos não tomaram o mínimo conhecimento da arrasadora crítica de Nietzsche a falsa ‘profundidade’ em filosofia).

E se você acha o estruturalismo uma parada, é pura ingenuidade sua: talvez você não saiba que o velho estruturalismo está superado, tão superado quanto a estilística; o estruturalismo *vieille école* faleceu em 1968, assassinado por Chomsky e pelo movimento de maio. Você não viu *A Estrutura Ausente*, do Umberto Eco? ... Já está circulando, traduzida para uma língua vagamente aparentada com o português. (pp. 7-8)

O texto de Merquior continua assim, falando de “terrorismo terminológico”, de “ventriloquismo”, de ‘literaridades’, de ‘francesismos gratuitos’, de “indigência de análises genuinamente imanentes” ou julgamentos deste tipo: “O pedantismo e a esterilidade estruturalistas assolam Paris” (p. 10). Não por outra razão, Merquior era odiado pelos pedantes da academia e pelos falsos estruturalistas, os que ele cunhava de “epistemocratas”, viciados num coquetel bem parisiense: “a ‘batida’ de *gauchisme* irresponsável com bizantinismo intelectual” (p. 11). Mas, o seu culto da inteligência nunca o impediu de dialogar com marxistas “iluministas”, como assim poderiam ser chamados seus amigos Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder (a quem foi dedicado o seu livro sobre o marxismo ocidental, como vimos, mesmo sabedor que ele não concordaria “com tudo”).

Oito anos depois desse pequeno artigo crítico aos seguidores acríticos dos modismos filosóficos parisienses, José Mario Pereira entrevistou-o para o jornal *Última Hora* (13/11/1982) e, entre outros assuntos, perguntou-lhe sobre a validade dos conceitos de *direita* e *esquerda*, ao que Merquior respondeu:

Eu acho que esse tipo de conceituação está em grande parte esvaziado pelo uso demasiado *sloganesco* que dele tem sido feito. O problema da direita versus esquerda, usado na base do clichê, tem levado realmente a muito pouca análise. É o caso típico em que a discussão produz mais calor do que luz. Trata-se de palavras dotadas de uma grande carga emocional e que são usadas para fins puramente polêmicos na vida política e no combate ideológico. Eu hoje sou um cético em relação ao uso dessas categorias. (Pereira, 2001, p. 367)

O nome de Merquior foi cogitado como chanceler de Collor, mas, como já tinha acontecido com Roberto Campos – sabotado duas vezes, como possível chanceler do general Figueiredo, em 1979, e também de Collor, em 1989 –, ambos sofreram forte

oposição de colegas da carreira, provavelmente da própria entourage do presidente eleito, ou do ex-chanceler de Geisel, Azeredo da Silveira, de quem Merquior recusou os cumprimentos, quando de sua promoção a ministro de primeira classe (ou seja, a embaixador), alguns anos antes, conforme relatou ainda José Mario Pereira, em mais um trecho de seu emocionante e afetivo ensaio de homenagem ao grande amigo, de quem também foi editor. A despeito de não ter sido escolhido para o Itamaraty, seu nome era sempre lembrado para algum cargo ministerial, como por exemplo a pasta da Cultura. Já iniciado o ano de 1990, mas ainda não o governo Collor, Merquior recebeu convite do presidente eleito para vir ao Brasil, num encontro com o candidato à presidência do Peru, o escritor Mario Vargas Llosa, como informa Pereira:

A convite de Collor, Merquior estava em Brasília, a 20 de fevereiro de 1990, para o almoço em torno do escritor peruano Mario Vargas Llosa, então candidato à presidência do Peru, mas tendo ainda que enfrentar o segundo turno das eleições. O almoço, na casa do médico Eduardo Cardoso, teve também a presença do empresário Roberto Marinho. Dois dias antes Merquior me ligara de Londres, contando que estava fazendo as malas porque tinha recebido um telefonema de Marcos Coimbra informando que Collor o convocava a participar desse encontro. Os jornais logo começaram a especular sobre suas possibilidades ministeriais. (...)

Por volta das 15h30, Roberto Marinho chegou do almoço. Descansou meia hora no sofá da sala..., e logo após seguimos para o aeroporto. No avião, perguntei: ‘O que o senhor achou do almoço? Viu chances em relação à nomeação de Merquior para o Ministério das Relações Exteriores?’ E o Dr. Roberto: ‘Não tive oportunidade de conversar sozinho com o Collor. Aliás, tenho pouca intimidade com ele, apesar de conhecê-lo desde pequeno. Mas o Merquior foi prestigiadíssimo no almoço. A toda hora o presidente reportava-se a ele. Pediu-lhe, inclusive, que fizesse o discurso de saudação a Vargas Llosa.’

À noite Merquior ligou para comentar os fatos do dia. Disse-me que o presidente dera a ele uma sala no Palácio para que trabalhasse no discurso de posse (depois modificado na segunda parte por Gelson Fonseca). Merquior ficou em Brasília até a quinta-feira, e esteve no Senado, onde seu encontro com Fernando Henrique Cardoso causou *frisson* entre repórteres e fotógrafos. Contou-me depois, de Paris, que Collor o havia sondado para o Ministério da Cultura, mas, diplomaticamente, fizera ver ao presidente que a nomeação lhe traria uma redução salarial drástica num momento em que os filhos Júlia e Pedro ainda se encontravam em idade escolar. Naturalmente teria aceitado o Ministério das Relações Exteriores, o coroamento da carreira no Itamaraty, mas nunca lamentou, nem demonstrou rancores de qualquer ordem: não era do seu feitio. Retomou os compromissos profissionais em Paris; para Collor escreveu ainda um discurso, lido na República Tcheca como saudação a Vaclav Havel, e outro para ser dito em Portugal. (p. 370)

A colaboração no plano político, nessa nova vertente “social-liberal”, até então totalmente inédita na história do Brasil, teve continuidade, como relata mais uma vez o editor José Mario Pereira:

Em 1º de outubro de 1990, Merquior teve um encontro com o presidente Fernando Collor de Mello na passagem deste por Paris, a caminho de Praga. Voltariam a se encontrar na residência parisiense de Baby Monteiro de Carvalho, quando conversaram a sós por quase uma hora. Nesta noite, Collor expôs suas ideias sobre um partido social-liberal e pediu a Merquior para desenvolver o tema. O *paper* que produziu, só conhecido por uns poucos com os quais discutia enquanto o elaborava, são, no original, 33 páginas datilografadas, nas quais estrutura uma ‘agenda social-liberal para o Brasil’, abrangendo sete temas: (a) o papel do Estado; (b) democracia e direitos humanos; (c) o modelo econômico; (d) capacitação tecnológica; (e) ecologia; (f) a revolução educacional; e (g) desarmamento e posição internacional do Brasil. Só não desenvolveu os itens (d) e (e), sugerindo, já doente, que pedissem a Roberto Campos para fazê-lo.

Esses textos, pensados como programa de partido, escritos e ampliados a partir das intuições e indicações de Collor, foram depois publicados por este, provocando uma grande confusão nos jornais, que o acusavam de plagiar Merquior. Em *O Globo* de 10 de janeiro de 1992, Roberto Campos, com sua natural lucidez, resumiu a questão: ‘Vejo na atitude de Collor um procedimento normal a qualquer presidente, que raramente escreve seus artigos e discursos. A figura do *ghost-writer* é uma instituição mundial’. (pp. 369)

Poucos meses depois, José Guilherme Merquior enfrentaria a batalha derradeira pela sua vida. Ainda assim, persistiria no trabalho intelectual até o último momento, como relata, no seu parágrafo final, seu amigo e editor José Mario Pereira, a quem recorro para também finalizar este ensaio sobre sua produção nas Ciências Sociais:

Encerro este depoimento sobre José Guilherme Merquior – o intelectual, o esteta, o pensador, o crítico, o polemista extraordinários, mas também o fraternal amigo – narrando mais uma cena reveladora de sua personalidade singular. Em Boston, com Hilda, para nova consulta sobre a saúde, aproveitou para marcar uma visita à editora Twayne, que finalizava a edição de *Liberalism, Old and New*. No encontro com o médico, ouviu com resignação o diagnóstico de que tinha pouco tempo de vida. Hilda, sempre cuidadosa, sugeriu que fossem para o hotel, mas ele não quis: dali mesmo, apoiando-se na companheira de toda a vida, rumou para a editora, onde o aguardavam. Comportou-se lá como se nada de errado estivesse acontecendo. Com a cordialidade habitual, verificou os detalhes sobre a publicação, fez sugestões quanto à capa do livro que tanta alegria lhe dera escrever – e, sabia agora, jamais veria impresso – e despediu-se sem deixar a menor suspeita de que em breve partiria para uma outra esfera do tempo... (Pereira, 2001, p. 378)

Teria Merquior sido um grande chanceler para o Brasil? Provavelmente sim, mas creio que o Itamaraty seria muito pequeno, e muito burocrático, para ele. No cargo,

poderia ter reformado rituais e comportamentos do estamento diplomático, num sentido iluminista, liberal e liberista; mas ainda assim, isso seria pouco para o seu espírito libertário. O que ele teria feito, certamente, seria iluminar com a sua notável inteligência os métodos e os objetivos de trabalho, colocando a razão, e o sentido da História, acima de quaisquer outras conveniências conjunturais, o que provavelmente teria provocado resistências burocráticas, corporativas e de grupos de interesse econômico. Seria tolerante com os pecados menores de uma burocracia tradicional como o Itamaraty, mas teria deixado uma marca indelével na instituição. Para repetir sua tese na London School, inauguraria um período de “burocracia carismática” na velha Casa de Rio Branco, o que talvez a tivesse transformado para sempre, inaugurando novos padrões de inteligência. Vários colegas, dotados do mesmo espírito, mas hoje cingidos pelas regras sacrossantas da hierarquia e da disciplina, partilhariam e apoiariam tais intenções. Teria sido divertido...

Referências bibliográficas:

Obras de José Guilherme Merquior consultadas para este ensaio:

- “O discurso como orador da turma do Instituto Rio Branco de 1963”, in: Lafer, Celso et alii. José Guilherme Merquior, Diplomata. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 39-45.
- “O sistema internacional e a Europa Ocidental” (Bonn, janeiro-fevereiro de 1973). [Brasília:] Ministério das Relações Exteriores, 1973 (separata).
- O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- A Estética de Lévi-Strauss*. Brasília: Editora da UnB, 1975.
- L’Esthétique de Lévi-Strauss*. Paris: PUF, 1977.
- De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- O problema da legitimidade em Política Internacional*: tese apresentada no I Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (1978); in: Lafer, Celso et alii. José Guilherme Merquior, *Diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 48-80.
- Rousseau and Weber: two studies in the theory of legitimacy*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- O fantasma romântico e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- As Ideias e as Formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- O argumento liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- “Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras” (11/03/1983); disponível no link: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/discurso-de-posse>.
- Michel Foucault ou o nihilismo da cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; São Paulo: É Realizações, 2021.

Crítica, 1964-1989: ensaios sobre arte e literatura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Western Marxism. Londres: Paladin, 1986; 1991.

O Marxismo Ocidental. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986; São Paulo: É Realizações, 2018.

“El otro Occidente: um poco de filosofia de la história desde Latinoamerica”, *Cuadernos Americanos Nueva Epoca*, n. 13, enero-febrero 1989.

“O repensamento da Revolução”, in: Furet, François; Ozouf, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, pp. xvii-lvii.

“Brésil: cent ans de bilan historique”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 16, 1990, pp. 5-22; link: <http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/1-Merquior%20-%20Souza.pdf>.

Liberalism old and new. Boston: Twayne Publishers, 1991.

O Liberalismo, antigo e moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991; tradução do original em inglês de Henrique de Araújo Mesquita.

Algumas reflexões sobre os liberalismos contemporâneos (1986). Rio de Janeiro: Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1991, 27 p.

Outras obras:

Almeida, Paulo Roberto de. *Révolutions bourgeoises et modernisation capitaliste: Démocratie et autoritarisme au Brésil*. Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2015.

_____. *Marxismo e socialismo no Brasil e no mundo: trajetória de duas parábolas da era contemporânea*. Brasília: Edição de Autor, 2019.

Azambuja, Marcos Castrioto. “Merquior: dois momentos e duas dimensões”, in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 21-24.

Biscop, Sven. “Strategic choices for the 2020s”, *Security Policy Brief* n. 122, February 2020, Bruxelas: Egmont-Royal Institute for International Relations.

Campos, Roberto. “Merquior, o liberista”, prefácio a *O Liberalismo, antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, pp. 1-14.

_____. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (26/10/1999; link: <http://www.academia.org.br/academicos/roberto-campos/discurso-de-posse>).

Castro Rocha, João Cezar. “Uma obra manifesto?: Hipóteses sobre o estilo intelectual de José Guilherme Merquior”, in: Merquior, José Guilherme, *O Marxismo Ocidental*. São Paulo: É Realizações, 2018, p. 250-57.

_____. “Uma entrevista e seus traços: a presença de Michel Foucault na obra de José Guilherme Merquior”, in: Merquior, José Guilherme, *Michel Foucault ou o niilismo da cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021, p. 234-50.

Costa e Silva, Alberto da (org.): *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

Fonseca Jr., Gelson. “Introdução ao texto *O problema da legitimidade em Política Internacional*”, in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 31-38.

Franco, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

- Furet, François; Ozouf, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989; Prefácio de José Guilherme Merquior; tradução de Henrique Mesquita.
- Gellner, Ernest; Cansino, César (orgs.). *Liberalism in modern times: essays in honour of José G. Merquior*. Londres: Oxford University Press, 1996.
- _____. *Liberalismo, fin de siglo*. Almeria: Editorial Universidad de Almeria, 1998.
- Lafer, Celso. “José Guilherme Merquior: O problema da legitimidade em Política Internacional”, in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 9-14.
- Pereira, José Mario. “O fenômeno Merquior” in: Alberto da Costa e Silva (org.): *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, pp. 360-378.
- _____. “José Guilherme Merquior” (entrevista), in: Merquior, José Guilherme, *O Marxismo Ocidental*. São Paulo: É Realizações, 2018, p. 258-64.
- Ricupero, Rubens. “A diplomacia da inteligência”, in: Lafer et alii, *José Guilherme Merquior, diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 15-20.
- Seixas Corrêa, Luiz Felipe de. “José Guilherme Merquior: um depoimento pessoal”, in: Lafer, Celso et alii. *José Guilherme Merquior, Diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, pp. 25-30.
- Universidade de Brasília. *Encontros Internacionais da UnB*, Brasília, Editora da UnB, 1980.
- Vasconcelos Filho, Marcos. *José Guilherme Merquior, da estética à política*. Maceió: mvf, 2020.

Apêndices:

Biografias de José Guilherme Merquior

In: Site da Academia Brasileira de Letras
URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/biografia>

Quarto ocupante da Cadeira 36, eleito em 11 de março de 1982, na sucessão de Paulo Carneiro e recebido pelo Acadêmico Josué Montello em 11 de março de 1983.

José Guilherme Merquior nasceu na cidade do Rio de Janeiro, RJ, a 22 de abril de 1941 e faleceu na mesma capital em 7 de janeiro de 1991. Era filho de Danilo Merquior e de Maria Alves Merquior.

Diplomata, filósofo, sociólogo, crítico, escritor e bacharel em Direito. A formação universitária de Merquior foi das mais brilhantes e completas, tendo juntado os títulos mais diversificados, a começar pelo licenciamento em Filosofia (Rio de Janeiro, 1962); bacharel em Direito (1963); diploma do curso de preparação à carreira diplomática (1963); aluno titular do Seminário de Antropologia do *College de France* (1966 a 1970); Doutor em Letras pela Universidade de Paris (1972); PhD em sociologia pela *London School of Economics and Political Science* (1978) e Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (1979).

Como professor ministrou cursos nas seguintes instituições: Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro (1963); curso de História da Literatura Brasileira, na Universidade do Ar; curso de pós-graduação sobre o modernismo brasileiro (Universidade Nova de Lisboa, 1976); curso de Estética Contemporânea, (Montevidéu - julho de 1981).

Ministrou conferências sobre Arte, Literatura, Filosofia, Sociologia, Semiologia e História da Civilização em várias universidades brasileiras. Participou de vários eventos de natureza cultural em nosso país e no exterior.

Como diplomata exerceu suas funções, a partir de sua nomeação para o cargo de terceiro secretário (7 de novembro de 1963), nos seguintes locais: Ministério das Relações Exteriores; Divisão de Cooperação Intelectual; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado; Secretário da Delegação Brasileira à II Conferência Interamericana Extraordinária; Terceiro Secretário na Embaixada do Brasil em Paris, 1966, e Segundo

Secretário no ano seguinte; Primeiro Secretário em Bonn (1973); Primeiro Secretário em Londres (1975-1979); Conselheiro, em Montevidéu (1980-1981); Ministro de segunda classe em Montevidéu (1982) e Ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil em Londres (1983).

Além de seus próprios livros, José Guilherme Merquior publicou vários outros trabalhos em colaboração com Manuel Bandeira, Jacques Bergue, Eduardo Portella, Perry Anderson, Roberto Campos, Lucio Colletti, etc. Prefaciou igualmente algumas obras e colaborou com verbetes em enciclopédias, especialmente na *Mirador*, dirigida por Antonio Houaiss.

Atualizado em 24/11/2016.

In: Site da Editora É Realizações
URL: <https://www.erealizacoes.com.br/colaborador/jose-guilherme-merquior>

Foi sociólogo, crítico literário e diplomata. Doutor em letras pela Sorbonne e em sociologia pela London School of Economics, também estudou antropologia com Claude Lévi-Strauss e graduou-se em filosofia e em direito. Foi um dos mais expressivos intelectuais públicos do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Falecido precocemente aos 49 anos de idade, produziu ainda assim uma obra volumosa, composta por mais de vinte títulos. Escreveu extensivamente em português, inglês, francês e espanhol. Organizou com Manuel Bandeira a antologia *Poesia do Brasil*, integrou o corpo editorial de prestigiadas revistas acadêmicas – como *Government and Opposition* e *Critical Review* – e colaborou com veículos de imprensa como *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Jornal do Brasil*. No exercício da diplomacia, trabalhou na Unesco (Paris), além de em Bonn (Alemanha), Londres, Cidade do México e Montevidéu. Teve entre seus amigos e interlocutores figuras de relevo, como Raymond Aron, Isaiah Berlin, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto. Notabilizou-se como um defensor do liberalismo econômico, ao mesmo tempo que se definia como “anarquista em cultura e socialdemocrata em política”. É imortal da Academia Brasileira de Letras. Entre as notáveis homenagens póstumas que recebeu estão a coletânea editada por Ernest Gellner, seu antigo mestre e amigo, *Liberalism in Modern*

Times: Essays in honour of José G. Merquior (Central European University Press, 1996) e o depoimento de Lévi-Strauss: “Eu admirava em Merquior um dos espíritos mais vivos e mais bem informados de nosso tempo”.

Acesso em 19/04/2021

Obras de José Guilherme Merquior

Nota:

Lista originalmente composta a partir do site da Academia Brasileira de Letras (URL: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/bibliografia>), agregada (ano) das reedições da Editora É Realizações, com material crítico e diversos acréscimos (URL: <https://www.erealizacoes.com.br/colaborador/jose-guilherme-merquior>).

Poesia do Brasil, em colaboração com Manuel Bandeira, 1963.

Razão do Poema, 1965 (2013).

Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin, 1969 (2017).

A astúcia da Mímese, 1972.

Saudades do Carnaval, introdução à crise da cultura, 1972.

Formalismo e tradição moderna, 1974 (2015).

O estruturalismo dos pobres e outras questões, 1975.

A estética de Lévi-Strauss, 1975 (2013).

Verso universo em Drummond, 1976 (2015).

De Anchieta a Euclides, 1977 (2014).

The veil and the mask, 1979.

Rousseau and Weber, 1980.

O fantasma romântico e outros ensaios, 1980.

As ideias e as formas, 1981.

A natureza do processo, 1982.

O argumento liberal, 1983 (2020)

O elixir do Apocalipse, 1983.

Foucault, 1985.

Michel Foucault, ou o niilismo de cátedra, 1985 (2021).

From Prague to Paris: A Critique of Structuralist and Post-Structuralist Thought, 1986.

Western Marxism, 1986.

O Marxismo Ocidental, 1987 (2018).

Crítica, 1969-1980, ensaios sobre Arte e Literatura, 1990

De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista,
1991.

Liberalism, Old and New, 1991.

O liberalismo, antigo e moderno, 1991 (2014).

O véu e a máscara, 1997.

El Comportamiento de Las Musas: Ensayos sobre literatura brasileña y portuguesa.
1964-1989, 2005.

Nota sobre o organizador:

Paulo Roberto de Almeida é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico e diplomata de carreira desde 1977. Foi professor no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília, diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e, desde 2004, é professor de Economia Política no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito no Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Como diplomata, serviu nas embaixadas em Berna, Belgrado e Paris, nas delegações em Genebra e Montevideu e foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (1999-2003). Foi também Assessor Especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2003-2007). De agosto de 2016 a março de 2019 foi Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, IPRI-Funag/MRE.

É editor da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*, editor adjunto da *Revista Brasileira de Política Internacional* e participa de comitês editoriais de diversas publicações acadêmicas. Tem dezenas de obras e algumas centenas de artigos publicados. Dispõe de um site pessoal (www.pralmeida.org) e de um blog voltado para os mesmos temas que configuram seus interesses intelectuais, mas que considera ser mais para *divertissement* e informação do que propriamente para a pesquisa (<http://diplomatizzando.blogspot.com/>). Trabalhos e livros disponíveis nas plataformas Academia.edu (<https://itamaraty.academia.edu/PauloRobertodeAlmeida>) e Research Gate (https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Almeida2).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9470963765065128>

Redação, composição, formatação:

Paulo Roberto de Almeida

Elaborado em software Microsoft Word,
salvo em formato Acrobat Reader (pdf)
Apple MacBook Air

Terminado de compor:
19 de abril de 2021

www.pralmeida.org

<https://diplomatizzando.blogspot.com>